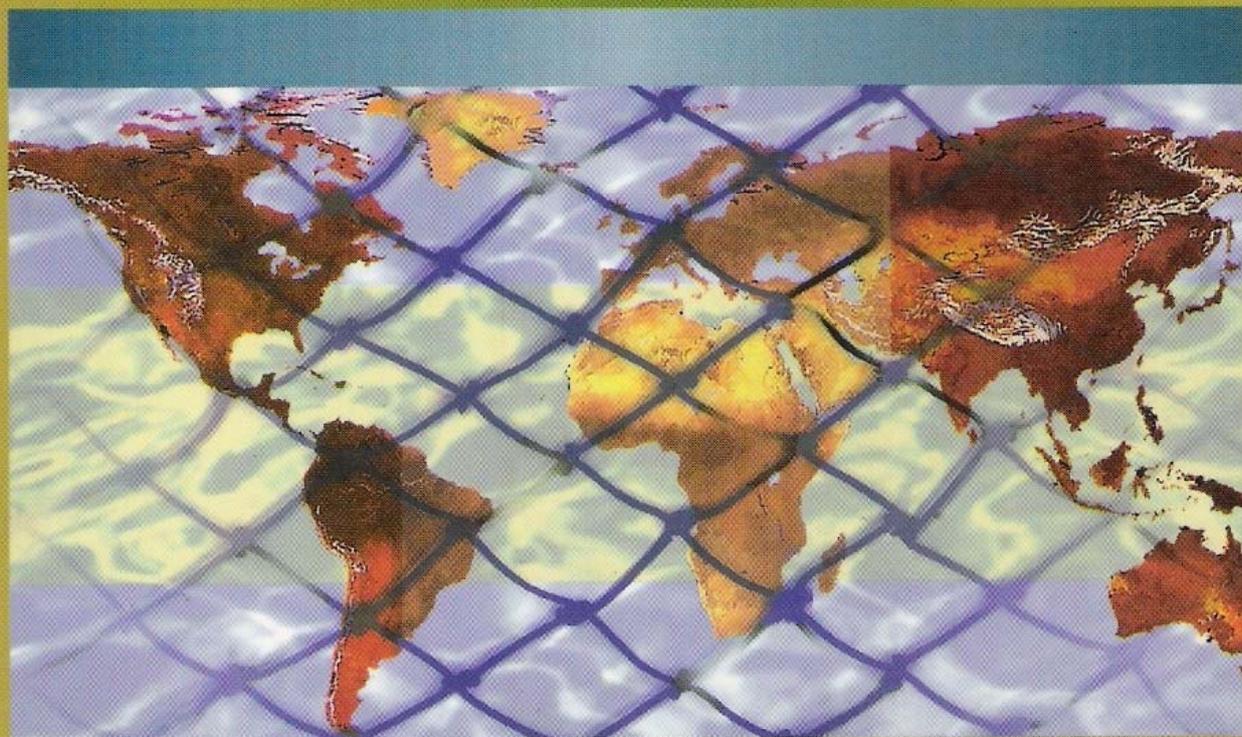


ULRICH BECK



O QUE É GLOBALIZAÇÃO?

EQUÍVOCOS DO GLOBALISMO
RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO



PAZ E TERRA

O que é Globalização?
equivocos do globalismo
respostas à globalização

Ulrich Beck

O que é Globalização?
equívocos do globalismo
respostas à globalização



PAZ E TERRA

C.: RC. Livraria

R\$ 35,00

Nota Empenho : 5353

3110105

Nota Fiscal : 000053

© Suhrkamp Verlag

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte

(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil)

São Paulo: Paz e Terra, 1999.

reg. 42499

obra 21986

04.10.05

Beck, Ulrich, 1944-

O que é Globalização? equívocos do globalismo :
respostas à globalização / Ulrich Beck ; tradução de André
Carone. — São Paulo : Paz e Terra, 1999.

Capa: Isabel Carballo

Tradução de: Was ist globalisierung? : Irrtümer des
globalismus : Antworten auf globalisierung

Inclui bibliografia

ISBN 85-219-0341-3

1. Relações econômicas internacionais. 2. Estado nacional.
3. Relações internacionais. 4. Integração econômica internacional
I. Título. II. Série.

99-1551

CDD 337.1.
CDU 339

EDITORA PAZ E TERRA S.A.

Rua do Triunfo, 177

01212-010 — São Paulo-SP

Tel.: (011) 223-6522

Fax: (011) 223-6290

1999

Impresso no Brasil / Printed in Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
PRIMEIRA PARTE — INTRODUÇÃO	
I. Contribuintes virtuais	13
II. Entre a economia mundial e a individualização o estado perde a sua soberania: o que fazer?.....	25
III. O choque da globalização: uma discussão tardia	35
SEGUNDA PARTE — O QUE SIGNIFICA A GLOBALIZAÇÃO? DIMENSÕES, CONTROVÉRSIAS E DEFINIÇÕES	39
IV. A abertura do horizonte mundial: para uma sociologia da globalização	51
1. Sociologia como poder intelectual ordenador: a teoria do <i>container</i> social	52
2. Espaços sociais transnacionais.....	58
3. Lógicas, dimensões e conseqüências da globalização	65
V. Sociedade civil transnacional: como irá surgir um ponto de vista cosmopolita?	121

1. Balanço provisório: o “nacionalismo metodológico” e a sua refutação.....	121
2. A encenação simbólica de um boicote de massas: iniciativas cosmopolitas e subpolítica global.....	129
3. Topoligamia: casar-se com vários lugares é a porta de entrada para a globalização em sua própria vida	134
4. Como é viável a crítica intercultural?	142
VI. Contornos da sociedade mundial: perspectivas em concorrência	157
1. Terceiras culturas ou sociedade civil global?.	159
2. Democracia cosmopolita	166
3. Sociedade mundial capitalista.....	171
4. Sociedade mundial de risco: o caixão da modernidade se abre.....	175
5. Sociedade mundial como política legitimada de modo não-democrático	180
6. Perspectivas: Estado transnacional	190
TERCEIRA PARTE — EQUÍVOCOS DO GLOBALISMO.....	201
1. Metafísica do mercado mundial	204
2. O chamado livre comércio mundial	206
3. (Ainda) estamos diante de uma internacionalização da economia	207
4. Dramaturgia do risco	210
5. A ausência da política como revolução	211
6. O mito da-linearidade.....	214
7. Crítica do pensamento catastrofista	215
8. Protecionismo preto.....	216
9. Protecionismo verde	218
10. Protecionismo vermelho.....	219

QUARTA PARTE — RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO	223
1. Cooperação internacional.....	226
2. Estado transnacional ou “soberania inclusiva”....	230
3. Participação no capital.....	237
4. Reorientação da política educacional	238
5. As empresas transnacionais são a-democráticas ou então anti-democráticas?	241
6. Aliança em favor da atividade comunitária.....	244
7. O que virá após o modelo <i>Volkswagen</i> de nação exportadora? A determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos.....	247
8. Culturas experimentais, nichos mercadológicos e auto-renovação social	255
9. Empresários públicos e trabalhadores autônomos	260
10. Pacto social contra a exclusão?	262
VII. A Europa como resposta à globalização	269
VIII. Perspectiva: naufrágio a La carte — a brasilianização da Europa	277
Sugestões de Leitura.....	279

PREFÁCIO

Este livro propõe uma introdução clara e bastante direta às dificuldades presentes no debate sobre a globalização: a multiplicidade, os diversos significados e as dimensões (raramente distintas); pretende descobrir armadilhas teóricas e indicar o modo de evitá-las, mas sobretudo ampliar o horizonte para respostas políticas à globalização. O ponto central ainda é, portanto, a dupla questão, simples porém difícil: o que quer dizer globalização e como será possível configurar politicamente a globalização?

Ligados a este ensaio, vieram à luz dois volumes reunindo discussões e nos quais diversos segmentos temáticos, resultado de controvérsias a respeito da globalização, estão documentados e apresentados com o auxílio de textos “clássicos” mais recentes:

- *Política da globalização*
- *Perspectivas da sociedade mundial — controvérsias, conflitos e paradoxos.*

Comecei a trabalhar nestes volumes há dois anos. Sua redação só se tornou possível graças a uma *Distinguished Research Professorship* que me foi oferecida pela Universidade Cardiff de Wales e da qual pude fazer uso no semestre do inverno 1995/96. Sem as discussões profundamente estimulantes com Barbara Adam, Martin Albrow, Jörg Dürrschmidt, Anthony Giddens, David Held, Scott

ULRICH BECK

Lash, John Thompson, Robin White-Grove, Helen Wilkin-
son, Brian Wynne e vários outros, mas especialmente — e
como sempre — com Elisabeth Beck-Gernsheim este texto
não seria possível. A todos um carinhoso agradecimento.

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO

I. CONTRIBUINTES VIRTUAIS

Com a queda pacífica do Muro de Berlim e a derrocada do império soviético muitos viram irromper o fim da política. Acreditou-se ter chegado a uma época para além de socialismo e capitalismo, utopia e emancipação. De lá para cá a tese do isolamento da política perdeu sua força. Pois a palavra “globalização”, que atualmente causa tanto espanto em qualquer declaração pública, não aponta agora para o fim da política, mas sim para *a exclusão da política* do quadro categorial do Estado nacional, e até mesmo do papel esquemático daquilo que se entende por ação “política” ou “não-política”; afinal, para onde quer que a retórica da globalização (da economia, dos mercados, da concorrência por postos de trabalho, da produção, de mercados e serviços, das finanças, da informação, do estilo de vida) aponte, em termos de conteúdo, tornam-se evidentes em todos os casos as conseqüências políticas postas em andamento pela globalização econômica: instituições sócio-industriais, para as quais o quadro político parecia completamente fechado, podem ser “quebradas” e expostas ao ataque político: as premissas do Estado de bem-estar social e do sistema de aposentadoria, da assistência social e da política comunitária, da política de infra-estrutura, o poder organizado dos sindicatos, o sistema de negociação da autonomia salarial (que mantém sua independência em

relação às empresas), assim como os gastos públicos, o sistema tributário e a “justa cobrança” do imposto — tudo derrete sob o novo sol desértico da globalização na (suposição da) configurabilidade política. Todos os atores sociais devem reagir a este quadro, oferecer esta ou aquela resposta: e com isso as respostas curiosamente não seguem o velho esquema esquerda-direita de ação política.¹

Pode-se então afirmar: a questão da globalização na virada para o século XXI representa, para as empresas que fazem negócios transnacionais, o mesmo que a questão das classes sociais representava para o movimento dos trabalhadores no século XIX, mas com uma diferença essencial: enquanto o movimento dos trabalhadores atuava como poder *de oposição*, as empresas globais atuam até este momento *sem oposição* (transnacional).

Por que a globalização significa politização? Porque o aparecimento da globalização permite aos empresários e suas associações a reconquista e o pleno domínio do poder de negociação que havia sido politicamente domesticado pelo Estado do bem-estar social capitalista organizado em bases democráticas. A globalização viabilizou algo que talvez já fosse latente no capitalismo, mas ainda permanecia oculto no seu estágio de submissão ao Estado democrático do bem-estar, a saber: que pertence às empresas, especialmente àquelas que atuam globalmente, não apenas um papel central na configuração da economia, mas a própria sociedade como um todo — mesmo que seja “apenas” pelo fato de que ela pode privar a sociedade de fontes materiais (capital, impostos, trabalho).

1. Ver a este respeito A. Giddens, *Jenseits von Links und Rechts*, Frankfurt/M., 1997.

A economia de atuação global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional. E assim entra em curso uma subpolitização de dimensões impensadas e consequências imprevisíveis. Trata-se de um novo *round* para se derrubar elegantemente o velho adversário “trabalho”; mas ao mesmo tempo trata-se principalmente da demissão do “capitalismo ideal e completo”, como Marx chamava o Estado; ou seja, trata-se da libertação das amarras do trabalho e do Estado, tais como estes surgiram nos séculos XIX e XX.

“Tudo que é estamental, tudo que foi herdado pela tradição, tudo que está petrificado e incrustado se dissolve no ar”, festejava Marx no *Manifesto Comunista*, numa referência ao potencial revolucionário do capital. O “estamental” é agora a organização sindical e sócio-estatal do trabalho e o apetrificado e incrustado, as pretensões da burocracia e a opressiva cobrança de impostos do Estado (nacional). Assim a efetividade e a elegância se encontram fundamentadas nas dimensões absolutamente inéditas de uma “política realista e opressora” da globalização.

Mas não é a política dos interesses das empresas B como se costuma ouvir por todos os cantos — e sim a “globalização” que obriga a cortes e incisões amargos. Segundo as “leis” do mercado global, deve-se no restante fazer não-A para se chegar a A: cortar ou deslocar radicalmente postos de trabalho para garantir postos de trabalho. Precisamente porque o trabalho pode e deve ser reduzido para que cresçam os lucros, a política corrente inverte-se, sob a palma da mão, em seu contrário. Em vista disso, quem incentiva o crescimento da economia, *produz* desemprego no final. Quem reduz impostos, e com isso aumentam as possibilidades de lucro, também produz desemprego da mesma forma. Os paradoxos políticos e sociais de uma economia transnacional — que deve ser atraída e recompensada com a “que-

da dos obstáculos ao investimento” (isto é, com a queda das regulamentações ecológicas, sindicais, assistenciais e fiscais) para que assim possam desproporcionar um número cada vez maior de postos de trabalho e ao mesmo tempo fazer crescer a produção e o lucro — ainda precisam ser cientificamente revelados e politicamente reforçados.

Isto significa: o aparecimento da globalização como fator de ameaça, ou seja, a política da globalização não almeja romper somente as correntes sindicais, *mas também as do Estado nacional*. O discurso de importantes figuras da economia contra a política de assistência social e seus representantes não padece da menor ambigüidade. Trata-se, por fim, do dismantelamento do aparelho e da tarefa do Estado com vistas à concretização da utopia anarco-mercado-lógica do Estado mínimo. Ao que se pode acrescentar — eis um belo paradoxo — que a resposta recorrente à globalização é a renacionalização.

Não se reconhece que sob a bandeira da globalização se atiram “de joelhos” não apenas os sindicatos mas também a política e o Estado. Políticos de vários partidos, surpresos e fascinados diante do poder da globalização para “amolecer instituições”, começam a perceber confusamente que eles deverão se tornar, tal como foi descrito pelo velho Marx, seus próprios “coveiros”. Em todo caso me soa inadvertidamente irônico o quanto certos políticos reclamam por mercado, mercado e mais mercado e não chegam nem mesmo perto de perceber que desta forma eles cortam o seu próprio nervo vital que conduz o dinheiro e o poder. Por acaso já se teria visto apresentação tão desinibida e irresponsável de um suicídio público?

Em que se fundamenta o novo poder das empresas transnacionais? De onde surge e como o seu potencial estratégico se multiplica?

Trata-se do ataque aos centros materiais vitais da sociedade moderna fundada no Estado social, que teve seu caminho aberto *sem* revolução, *sem* mudanças legislativas ou constitucionais e apenas com o curso normal, por assim dizer, do *business as usual*: primeiro, elas podem exportar postos de trabalho que têm os menores custos e os menores impostos possíveis para a utilização de mão-de-obra; segundo, elas estão capacitadas (em função do amplo alcance dos meios técnicos de informação) *para distribuir produtos e serviços nos mais diversos lugares, bem como para reparti-los nos mais diversos pontos do mundo*, de tal maneira que as etiquetas das firmas e as das nações acabam sempre por ser enganosas; terceiro, suas posições lhes permite criar confrontos entre Estados nacionais ou locais de produção e com isto realizar “pactos globais”, tendo para si os menores impostos e as melhores condições de infraestrutura; podem ainda “punir” os Estados nacionais sempre que estes se tornarem “caros” ou “pouco propícios para investimentos”; e quarto, por fim, podem escolher de modo autônomo seus locais de *investimento, produção, recolhimento de impostos e de sede* na selva da produção global e confrontá-las uma a uma. Deste modo, os dirigentes podem viver e morar nos lugares mais belos e pagar impostos nos mais baratos.

E tudo sem requerimento ou deliberação no Parlamento, sem decisão regimental, sem mudança da legislação; sim, não é necessário nem mesmo um debate público. Isto justifica o conceito de “subpolítica”² — não como uma (teoria da) conspiração, mas uma chance adicional de negociação e poder para além do sistema político que tanto fez prosperarem as empresas atuantes no quadro da sociedade

2. Para um exame detalhado do conceito de “subpolítica” ver: Beck, *Die Erfindung des Politischen*, Frankfurt/M., 1993, capítulo V, pp. 149-171.

mundial: o equilíbrio e o pacto de poder da primeira sociedade industrial moderna foram rescindidos e — sem a participação do Governo e do Parlamento, da esfera pública e dos tribunais — foi novamente redigida nos termos da *autogestão* da atividade econômica. A passagem para a política, ainda não negociada — mas que, apesar de tudo, subscreve a nova política da globalização —, segue os passos da normalidade e da legitimação daquilo que, bem ou mal, acaba por acontecer: modernização.

O Estado nacional é um estado territorial, isto é, seu poder está baseado no vínculo com um determinado espaço (no controle sobre associações, determinação das leis vigentes, defesa das fronteiras etc.). A sociedade mundial, que tomou uma nova forma no curso da globalização — e isto não apenas em sua dimensão econômica —, relativiza e interfere na atuação do Estado nacional, pois uma imensa variedade de lugares conectados entre si cruza suas fronteiras territoriais, estabelecendo novos círculos sociais, redes de comunicação, relações de mercado e formas de convivência. Isto fica evidente em todas as colunas da autoridade do Estado nacional: impostos, atividades especiais da polícia, política externa, segurança militar. Fiquemos com o exemplo dos impostos.

Não estamos lidando, no caso do recolhimento de impostos, com um princípio qualquer, mas com o princípio da autoridade do Estado nacional. O valor deste imposto está relacionado à atividade econômica dentro de um determinado território — uma premissa que se torna cada vez mais fictícia diante das perspectivas do comércio mundial. Empresas podem produzir em um país, pagar impostos em outro e exigir investimentos públicos sob a forma de aprimoramento da infra-estrutura em um terceiro. As pessoas se tornaram mais móveis, e também mais engenhosas: se são

ricas, podem encontrar e explorar brechas nas redes de captação do Estado ou, se dispuserem da competência requerida, empregar sua capacidade de trabalho onde lhes for mais vantajoso; ou, por fim, se forem pobres, podem emigrar para o lugar onde acreditam jorrar o leite e o mel. De sua parte o Estado nacional se enreda em contradições com suas tentativas de manter o isolamento. Pois para que haja concorrência na sociedade mundial os países precisam atrair capital, conhecimento e mão-de-obra.

Os gladiadores do crescimento econômico, sempre elogiados pelos políticos, minam a autoridade do Estado ao exigir dele um desempenho satisfatório ao mesmo tempo que o priva da arrecadação de impostos. Causa espanto ver que justamente os mais ricos acabam se tornando *contri-buintes virtuais* e que, em última instância, sua riqueza não reside nesta virtuosidade do virtual. Com este procedimento (na maioria dos casos) legal, mas ilegítimo, eles enterram o bem-estar democrático que preconizam.

A revista *Fortune*, que publica periodicamente uma lista das quinhentas maiores empresas do mundo, anuncia, em tom festivo, que estas teriam “ultrapassado as fronteiras para conquistar novos mercados e devorar a concorrência. Quanto mais países, maior o lucro. O lucro destas empresas cresceu quinze por cento, e seu volume de negócios, apenas onze por cento”.³

“Os lucros sobem, os empregos somem”, afirma *Der Spiegel*; “um milagre econômico bastante curioso assusta a nação. Ganha espaço nas empresas uma nova geração de

3. *Fortune*, Nova York, 5/8/1996. Citado por Frédéric F. Clairmont, *Endlose Profite, endliche Welt*, em *Le monde diplomatique*, 11/04/1997, p. 1; no mesmo texto também se encontram dados sobre o processo transnacional.

altos executivos que, seguindo o figurino dos EUA, rende cultos às ações. Resultado fatal: a bolsa remunera *jobkillers*.⁴

Os empresários descobriram a pedra do reino. Eis aqui a nova fórmula mágica: capitalismo *sem trabalho* mais capitalismo *sem impostos*. A receita dos impostos cooperativos e dos impostos sobre o lucro das empresas caiu 18,6% entre 1989 e 1993. A parcela de contribuição na receita estatal já caiu quase pela metade. “O tecido social deve ser reconstruído e adquirir novas bases”, argumenta André Gorz. Mas nesta construção — e não um desmanche — é preciso também que se pergunte por que ele se tornou aparentemente não-financeável. Os países da União Européia viram suas riquezas crescerem entre cinquenta e setenta por cento nos últimos vinte anos. A economia cresceu muito mais rapidamente do que a população. Apesar disso, a União Européia conta agora com vinte milhões de desempregados, cinco milhões de pessoas vivendo na pobreza e cinco milhões de sem-teto. Para onde foi toda esta riqueza adicional? Sabemos que nos Estados Unidos o crescimento da economia só gerou riqueza para os dez por cento mais abastados. Estes dez por cento receberam noventa e seis por cento da riqueza adicional. Na Europa as coisas não foram tão mal assim, mas nem muito melhor.

Na Alemanha o lucro das empresas cresceu noventa por cento desde 1979, e os salários, seis por cento. Mas a arrecadação de impostos sobre salários duplicou nos últimos dez anos; a arrecadação dos impostos corporativos caiu pela metade e representa apenas treze por cento do total de arrecadação. Em 1980, eles ainda representavam

4. *Der Spiegel*, 12/1997; pp. 92-105; neste mesmo texto se encontram mais dados a respeito da multiplicação dos lucros com o dramático crescimento do desemprego.

vinte e cinco por cento; em 1960, chegavam a trinta e cinco por cento, se permanecessem em vinte e cinco por cento o Estado teria uma arrecadação adicional de oitenta e seis bilhões de marcos por ano.

Outros países passam por processos semelhantes. A maior parte das firmas transnacionais como Siemens ou BMW praticamente já não pagam mais impostos dentro do país... ao passo que este quadro não for alterado... as pessoas não aceitarão, com todo o direito, que os benefícios públicos, as aposentadorias e os salários sejam reduzidos.”⁵

Empresas transnacionais superam a si próprias com taxas recordes de lucratividade B e de corte expressivo de postos de trabalho. Em seus balanços anuais os conselhos das empresas apresentam uma sucessão de lucros astronômicos enquanto os políticos, que devem justificar o escândalo do desemprego, voltam à carga com novos aumentos de impostos na esperança quase sempre vã de que, da riqueza dos mais ricos, caíam dos céus alguns poucos postos de trabalho.

Cresce, por conseqüência, a intensidade do conflito — inclusive dentro do campo econômico — entre contribuintes virtuais e *reais*. Ao passo que as empresas transnacionais escapam dos impostos do Estado nacional, as pequenas e médias empresas, responsáveis pela maior parte da oferta de postos de trabalho, sangram nas mãos dos novos entraves da burocracia fiscal. O humor negro da história entra em cena: são justamente os *perdedores* da globalização que deverão pagar tudo, o Estado social e o funcionamento democrático, enquanto os *vencedores* seguem em busca de lucros astronômicos e se esquivam de suas responsabilida-

5. André Gorz em entrevista ao *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 1/8/1997.

des para com a democracia do futuro. De onde se segue esta conclusão: a famosa questão da justiça social deve ser reformulada teórica e politicamente na era da globalização.

Mas as contradições do “capitalismo sem emprego” também vão se tornando mais evidentes. Diretores de companhias multinacionais deslocam suas administrações para o sul da Índia, mas enviam seus filhos para as universidades europeias com melhores recursos. Não lhes ocorre sequer a idéia de se mudarem para os países onde criam empregos e pagam impostos mais baixos. Naturalmente, reivindicam para si mesmos os direitos civis, políticos e sociais elementares cujo financiamento público eles condenam abertamente. Vão ao teatro. Desfrutam da paisagem e da natureza, cuja preservação requer gastos. Aglomeram-se nas metrópoles europeias, ainda razoavelmente protegidas da criminalidade e da violência. Mas ao mesmo tempo acrescentam à sua política orientada para o lucro a afirmação de que o modo de vida europeu está em decadência. Poderíamos por acaso saber para onde seus filhos gostariam de se mudar depois que o Estado e a democracia na Europa tornarem-se não financiáveis?

O que é bom para o *Deutsche Bank* já deixou de sê-lo para a Alemanha. As empresas transnacionais se despedem do quadro político dos Estados nacionais e revogam *de fato* sua lealdade aos atores do Estado nacional. E assim entra também em declínio o grau de integração social interna em tais países; e quanto mais este Estado estiver ancorado na economia, maior ainda será este declínio. Estados sociais em situação cômoda entram agora num círculo vicioso: precisam prestar seus serviços estabelecidos por lei (*Kodifizierte Leistungen*) — em breve a Alemanha terá registrado cinco milhões de desempregados — para um número cada vez maior de pessoas na medida em que for perdendo o controle sobre a arrecadação, pois no pôquer pela atuação

local, as empresas têm praticamente todas as cartas na manga. Estas empresas obtêm quatro tipos de subvenção: primeiro, com a otimização da infra-estrutura; segundo, com a subvenção de seus produtos; terceiro, com a redução de impostos; e quarto, com a “externalização” do custo do desemprego.

O círculo vicioso no qual o Estado social se envolve não é apenas um resultado do vertiginoso crescimento dos gastos provocados pela queda dos recursos: ele também se deve à sua carência em meios para a satisfação das necessidades sociais diante do crescimento do abismo entre ricos e pobres. Uma vez que o quadro do Estado social nacional perde seu poder de coesão, os vencedores e os perdedores da globalização deixam, por assim dizer, de sentar-se à mesma mesa. Os novos ricos não “precisam” mais dos novos pobres. Estabelecer entre eles um acordo é difícil precisamente por este motivo, pois falta um quadro de interesses comuns que poderia dar forma e regulamentar este conflito que sobrepuja fronteiras.⁶

Não é difícil imaginar o resultado: a lógica do conflito capitalista do custo zero (*NULLSUMMENSPIEL*) ressurgiu renovada e agravada, enquanto os recursos do Estado para o apaziguamento social se esvaem e, com o crescimento forçado da economia, deixam crescer o bolo a ser repartido.

Desta maneira, torna-se questionável o modelo de modernização do Estado nacional, organizado e pensado sob a unidade da identidade cultural (de um “povo”), do território e do Estado, sem que se tenha à vista ou se reclame por uma nova unidade do planeta, da humanidade e do Estado mundial.

6. Ver a este respeito p. 101.

II. ENTRE A ECONOMIA MUNDIAL E A INDIVIDUALIZAÇÃO O ESTADO PERDE A SUA SOBERANIA: O QUE FAZER?

A conclusão paira no ar: o projeto da modernidade, ao que parece, fracassou. Os filósofos da pós-modernidade foram os primeiros a apresentar, com um humor altissonante, as pretensões da razão e da racionalidade científica como se já estivessem mortas. O que se pensava ser o universalismo dos direitos do homem e do Iluminismo, diziam eles, nada era senão a voz dos “homens mortos, velhos e brancos” que suprimiram o direito das minorias étnicas, religiosas e sexuais” ao estabelecer um valor absoluto para suas “metanarrativas” extremamente parciais.

Com a escalada secular da individualização, prosseguem aqueles filósofos, o tecido social se torna poroso, a sociedade perde sua consciência coletiva e, por consequência, sua autoconsciência coletiva. A busca por respostas políticas para as grandes questões do futuro não possuem mais local ou sujeito.

A globalização econômica é tão-somente a realizadora, nesta perspectiva sombria, daquilo que a pós-modernidade pôs em curso, em termos intelectuais, e a individualização, em termos políticos: a dissolução da modernidade. Eis o diagnóstico: o capitalismo gera desemprego e não dependerá do trabalho. E assim cai por terra a histórica aliança entre economia de mercado, Estado do bem-estar social e democracia que legitimou e integrou, até o presente momento, o

modelo ocidental e o projeto do Estado nacional para a modernidade. Por este ângulo, os neoliberais transformam-se nos desmontadores do Ocidente — mesmo quando surgem como reformadores. Eles alavancam, no que diz respeito ao Estado do bem-estar social, à democracia e à esfera pública, uma modernização que os conduz à morte.

Mas este insucesso começa pela cabeça. Antes de se atirar do alto da torre Eiffel deve-se ir ao médico. “Os conceitos são vazios, já não elevam, iluminam ou inflamam mais. O tom cinzento que toma conta do mundo... talvez encontre sua razão de ser em um emboloramento das palavras.” Aquilo que aparenta ser a decadência poderia ser transformado no anúncio de uma segunda modernidade de caso pudesse vencer as ortodoxias que levaram a primeira modernidade ao fracasso.⁸

7. U. Beck. *Väter der Freiheit*, em id.(org.), *Kinder der Freiheit*, Frankfurt/M., 1997, p. 377.

8. *Pater semper incertus*. Uma discussão a respeito da paternidade da expressão “Segunda modernidade” surgiu posteriormente na imprensa. No entanto, a ausência da leitura ou a impossibilidade de ter sido mencionada não representam argumentos convincentes para que se reclame qualquer originalidade — ou desprezo. *Auf dem Weg in die Zweite Moderne* (A caminho da segunda modernidade) é o título da coleção que dirijo. *Auf dem Weg in eine andere Moderne* (A caminho de uma outra modernidade) é o subtítulo de meu livro *Risikogesellschaft* (Sociedade de risco), publicado pela editora Suhrkamp em 1986. Relato neste último a distinção entre “modernização estrita” e “modernização reflexiva”, entre “primeira” e “segunda modernidade” — o que também ocorre em todos os livros posteriores. *Die Erfindung des Politischen* (publicado em 1993 pela editora Suhrkamp) deveria primeiramente chamar-se *Jenseits von Links und Rechts*, e posteriormente

Contudo, levantar a voz contra o poder do mercado mundial é uma tarefa difícil. De fato, isto só seria possível se se inventasse um meio para destruir o (mundialmente poderoso) mercado mundial, algo capaz de atuar em todas as cabeças e inibir todas as ações. Minha intenção neste livro é afastar para longe este megafantasma que ronda a Europa, estabelecendo uma distinção entre *globalismo*, de um lado, e *globalidade ou globalização*, de outro. Esta distinção serve ao objetivo de romper a *ortodoxia territorial da política e da sociedade* surgida com o projeto do Estado nacional da primeira modernidade, que ficou estabelecido em termos categoriais e institucionais absolutos.

Globalismo designa a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão — a econômica —, que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões — relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil — sob o

Zweite Moderne; ambos os títulos foram descartados por diferentes motivos. Vale lembrar ainda que o significado que se atribui a um conceito tem sempre uma importância limitada. Mesmo em termos de conteúdo, há uma grande proximidade entre *Zweiter Moderne* e *anderer Moderne*: os temas da coleção — individualização, crise ecológica, sociedade sem trabalho, além da globalização — são temas centrais da *sociedade de risco*. Sei bem que agora dirão: “Enfim, não há nada de novo..!” Se há de fato algum parentesco conceitual, que seja com a expressão cunhada por Habermas: *unvollendeten Moderne* (modernidade inacabada). Ver também: Habermas, J. *Jenseits des Nationalstaats?* em Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, Frankfurt/M., 1997.

domínio subordinador do mercado mundial. Evidentemente não se deve, por este fato, negar ou minimizar o papel central da globalização também como opção e percepção de atores empresariais. A essência do globalismo consiste muito mais no fato de que aqui se liquida uma distinção fundamental em relação à primeira modernidade: a distinção entre economia e política. A tarefa primordial da política — que consiste na delimitação e no estabelecimento de condições para os espaços jurídicos, sociais e ecológicos, dos quais a atuação da economia depende para ser socializada e tornar-se legítima — se perde de vista ou é derribada. O globalismo é subordinador, a ponto de exigir que uma estrutura tão complexa como a Alemanha — ou seja, o Estado, a sociedade, a cultura, a política externa — seja dirigida como uma empresa. Temos aqui, neste sentido, um imperialismo da economia, no qual as empresas impõem as condições sob as quais ela poderá otimizar suas metas.

O mais notável é o fato de que o assim chamado globalismo enfeitiça até mesmo seus adversários, e também a forma como isto ocorre. Não há apenas um globalismo de afirmação; há também um globalismo de negação que, persuadido de que não há escapatória ao domínio do mercado mundial, encontra refúgio em diversas formas de protecionismo:

Protecionistas pretos lamentam a decadência dos valores e a perda de significado do nacional, mas contraditoriamente praticam a destruição neoliberal do Estado nacional.

Protecionistas verdes identificam o Estado nacional como um biótipo político ameaçado de extinção, protegem o *standard* ambiental contra a opressão do mercado mundial e são, assim como a natureza ameaçada, dignos de proteção.

Protecionistas vermelhos tiram o pó das vestimentas da luta de classes para todas as ocasiões; a globalização é para eles uma variante da expressão “tínhamos razão”. Festejam

um renascimento do marxismo. No entanto trata-se apenas de uma teimosia cega e utópica.

É preciso distinguir — apoiado na discussão anglo-saxã — aquilo que denomino por globalidade e globalização destas ciladas do globalismo.

Globalidade significa: *Já vivemos há tempos em uma sociedade mundial*, ao menos no sentido de que a idéia de espaços isolados se tornou fictícia. Nenhum país, nenhum grupo pode se isolar dos outros. Desta maneira se entrecroçam as diversas formas econômicas, culturais e políticas, e tudo aquilo que parecia ser evidente, mesmo dentro do modelo ocidental, carece de uma nova legitimação. É por esta razão que “sociedade mundial” significa o conjunto das relações sociais, que não estão integradas à política do Estado nacional ou que não são determinadas (determináveis) por ela. Aqui a autopercepção (apresentada pela mídia nacional) desempenha um papel estratégico, de forma que a “sociedade mundial” (em sentido restrito), para optar por um critério operacional (que tem também relevância política), acaba significando sociedade mundial *real e reflexiva*. A questão, se ela de fato existe, pode então (acompanhando o teorema de Thomas, segundo o qual aquilo que as pessoas consideram real também se torna realidade) ser empiricamente reformulada numa outra: como e em qual medida as pessoas e as culturas do mundo se sentem ligadas umas às outras por suas diferenças, e em qual medida esta *percepção* que a sociedade mundial tem de si é relevante em termos relacionais?⁹

“Mundial”, na expressão “sociedade mundial”, designa então *diferença, diversidade*, e “sociedade” designa *não-integração*, de tal forma que se pode compreender (seguin-

9. Ver a este respeito pp. 73, 88, 121-135 e 152-159.

do o argumento de M. Albrow) a sociedade mundial como *diversidade sem unidade*. Isto pressupõe aspectos bastante distintos — e das quais este livro irá tratar: formas de produção transnacionais e concorrência no mercado de trabalho, jornais televisivos globais, boicotes transnacionais de compradores, modos transnacionais de vida, crises e guerras ao menos percebidas como “globais”, utilização pacífica e militar de poder atômico, destruição ambiental etc.

Globalização significa, diante deste quadro, *os processos*, em cujo andamento os Estados nacionais vêem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais.

Uma marca distintiva essencial entre a primeira e a segunda modernidade é a *irreversibilidade do surgimento da globalização*. E isto quer dizer: há convivência entre as lógicas particulares da globalização da ecologia, da cultura, da economia e da sociedade civil, que não podem ser reproduzidas nem reduzidas umas às outras e que devem ser todas consideradas uma a uma e em suas relações de interdependência. A aposta decisiva consiste em acreditar que é precisamente esta consideração que vai abrir o espaço para a política. Por quê? Porque só desta maneira será quebrado o encanto despolitizado do globalismo; porque é apenas sob a perspectiva da pluridimensionalidade da globalidade que a ideologia opressora do globalismo perde seu espaço. Mas o que torna a globalidade irreversível? São oito os motivos, que apresento de forma resumida:

1. Ampliação geográfica e crescente interação do comércio internacional, a conexão global dos mercados financeiros e o crescimento do poder das companhias transnacionais.

2. A ininterrupta revolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação.

3. A *exigência*, universalmente imposta, por direitos humanos — ou seja, o princípio (do discurso) democrático.

4. As correntes icônicas da indústria cultural global.

5. À política mundial pós-internacional e policêntrica — em poder e número — fazem par aos governos uma quantidade cada vez maior de atores transnacionais (companhias, organizações não-governamentais, uniões nacionais).

6. A questão da pobreza mundial.

7. A destruição ambiental mundial.

8. Conflitos transculturais localizados.

A sociologia adquire um novo significado com estas novas condições, e passa a ser a investigação do significado da vida humana nesta nova situação em que o mundo se encontra. Globalidade denomina o fato de que, daqui para a frente, nada que venha a acontecer em nosso planeta será um fenômeno espacialmente delimitado, mas o inverso: que todas as descobertas, triunfos e catástrofes afetam a todo o planeta, e que devemos redirecionar e reorganizar nossas vidas e nossas ações em torno do eixo “global-local”. Compreendida deste modo, globalidade designa apenas a nova situação da segunda modernidade. Este conceito reúne simultaneamente desta forma duas razões elementares que mostram por que são contraditórias e inadequadas as respostas clássicas da primeira modernidade às questões da segunda; mostram, em outras palavras, que a política precisa ser reinventada e reformulada para a segunda modernidade.

A partir deste conceito de globalidade, pode-se caracterizar o conceito de globalização como um processo (“dialético”, diríamos na moda passada) que produz as conexões e os espaços transnacionais e sociais, que revalorizam culturas locais e põem em cena terceiras culturas —

“um pouco disso, um pouco daquilo, assim vão surgindo as novidades no mundo” (Salman Rushdie). Neste quadro relacional complexo são reformuladas, em três parâmetros, as questões do *alcance* bem como das *fronteiras* da globalização já existente:

Primeiro: sua extensão no *espaço*

Segundo: estabilidade no *tempo*

E terceiro: *densidade* (social) das redes de comunicação, das conexões e das imagens icônicas.

Neste horizonte conceitual pode ser respondida a seguinte questão: em que consiste a especificidade histórica da globalização que está em curso e de seus paradoxos regionais (numa comparação ao “sistema capitalista mundial”, existente desde os primórdios do colonialismo do qual Immanuel Wallerstein nos fala)¹⁰?

A especificidade do processo de globalização consiste hoje (e certamente no futuro) *na extensão, na densidade e na estabilidade recíproca — que ainda está por ser comprovada empiricamente — das redes relacionais regionais globais e sua autodefinição dos meios de comunicação de massa, bem como do espaço social e das correntes icônicas nos domínios cultural, político, econômico e militar.*¹¹ A sociedade mundial não é, portanto, uma megassociedade nacional que reúne e dissolve todas as sociedades nacionais; representa um horizonte que se caracteriza pela multiplicidade e pela não-integração, e cujo caminho terá sido aberto quando ele for protegido e produzido pela comunicação e pela atividade.

10. A respeito de I. Wallerstein, ver pp. 63-67.

11. Este aspecto é ressaltado pelo grupo de D. Held, *Die Globalisierung der Wirtschaft*, em Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, op.cit.

Aqueles que demonstram ceticismo perante a globalidade se perguntam: o que há de novo? e respondem: nada que seja relevante. Mas são desmentidos pela história, pela teoria e pela experiência. Não só a vida e a ação cotidiana que ultrapassam as fronteiras do Estado nacional com o auxílio de redes de comunicação interativas e interdependentes; também é nova a consciência desta transnacionalidade (na mídia, no consumo, no turismo); é novo o “desterramento” da comunidade, do trabalho e do capital; também é nova a consciência global dos riscos ecológicos com seus respectivos campos de atuação; é nova também a ampla percepção do Outro transcultural na própria vida e todas as convicções contraditórias que resultam desta convivência; são novos os terrenos da circulação da “indústria cultural global” (Scott Lash/ John Urry); também são novidades o nascimento de um novo modelo europeu de Estado, a quantidade e o poderio de atores, instituições e acordos transnacionais; e é nova também, por fim, a escala da concentração econômica, que no entanto será freada pela futura concorrência do mercado mundial.

Globalização significa também: *negação* do Estado mundial. Mais precisamente: *sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial*. Está se disseminando um capitalismo global desorganizado, pois não há poder hegemônico ou regime internacional econômico ou político.

O presente ensaio, dividido em três outras partes, trabalha no horizonte desta distinção. Na segunda parte — *O que significa a globalização?* — a pluridimensionalidade, as ambigüidades e os paradoxos da globalização e da globalidade são analisados e seus aspectos sociais, econômicos, ecológicos, políticos e culturais são contrapostos uns aos outros.

Como será demonstrado na terceira parte — *Equívocos do globalismo* — o palco desta formação, que é o primado da política, só poderá ser reconquistado por meio de uma crítica radical do globalismo.

Na quarta parte — *Respostas à globalização* — são indicados dez pontos principais com a finalidade de oferecer o antídoto — apresentado sob a forma de um *brainstorming* público — contra a paralisia política, mostrando como as exigências políticas podem ser compreendidas e respondidas.

Num exercício de adivinhação procuro indicar (inspirado, quem sabe, pela vidente Cassandra) o que irá acontecer caso nada venha a acontecer: *A brasilianização da Europa*.

III. O CHOQUE DA GLOBALIZAÇÃO, UMA DISCUSSÃO TARDIA

O debate a respeito da globalização chega com atraso à esfera pública na Alemanha e a surpreende. Na Grã-Bretanha já ocorre há pelo menos dez anos uma discussão viva e produtiva sobre a “*g-word*” em todos os partidos políticos, contando com a participação de cientistas sociais, políticos e econômicos e de historiadores. Este debate tem uma intensidade semelhante à do *choque da globalização* na Alemanha.

Uma das suas causas está no fato de que, segundo a opinião dominante, a globalização chegou unilateralmente com a destruição de postos de trabalho dentro do país e os alocou em países de mão-de-obra barata — e isto numa época em que, apesar da escalada do crescimento econômico e dos lucros estratosféricos das companhias transnacionais, a sociedade se queixa do desemprego em massa que traz amargas recordações da República de Weimar.

Mas há ainda outros quatro motivos que podem ser mencionados para a explicação do choque da globalização, que atinge a Europa central, a França, a Áustria, a Suécia, a Itália, mas sobretudo a Alemanha.

Em primeiro lugar, Estados e sociedades dotados de uma consciência primordialmente econômica — “nacionalismo do marco alemão”, “nação exportadora” — se vêem

particularmente atingidos e ameaçados por uma suposta globalização do mercado mundial proveniente do exterior.

Em segundo, Estados de bem-estar social como o francês e o alemão, ao contrário do americano e do inglês, pertencem ao grupo dos perdedores da globalização. Vivem o dilema da política social na era da globalização: o desenvolvimento econômico escapa ao controle do Estado nacional, enquanto as suas conseqüências — desemprego, emigração, pobreza — se acumulam nas redes de captação do Estado do bem-estar social.

Em terceiro, a globalização abala a imagem de um Estado nacional homogêneo, fechado e isolado, sustentado pelo nome de República Federativa. A Grã-Bretanha foi, por outro lado, um império mundial e, para os ingleses, a globalização é uma doce lembrança deste império. Porém há muito tempo a Alemanha já é um espaço globo em que se aglomeram culturas de todo o mundo e suas contradições. Mas esta realidade permaneceu obscurecida pela imagem de uma nação sempre homogênea. Tudo isto vem à luz no correr do debate sobre a globalização. Pois globalização significa, como já foi dito, antes de mais nada, a desnacionalização — a erosão, mas também a possível transformação do Estado nacional em transnacional.

O choque da globalização como choque de desnacionalização não põe apenas em xeque as categorias centrais da identidade alemã dos pós-guerra e o “modelo alemão” corporativo, com seu sistema social característico. Esta vivência e esta exigência batem de frente, em quarto lugar, com as querelas acerca da reunificação das Alemanhas. O drama da reunificação (semelhante, em vários aspectos, a uma crise conjugal) forçou os alemães a lidarem consigo mesmos e com a questão: após meio século de separação, quais os traços “autenticamente” alemães que restaram,

com quais deles ainda vale a pena se identificar? Precisamente nesta fase de auto-observação e autoquestionamento vem a notícia da globalização: o Estado nacional perde, em várias dimensões, sua soberania e sua substância com a tão bem planejada separação de competências no quadro do mercado comum europeu: recursos financeiros, conformação do poder político e econômico, política cultural e política de informação, identidade comum dos cidadãos. Ainda discutirei separadamente a maneira como os Estados transnacionais *poderiam*¹² surgir como resposta à globalização e o que isto representa em termos econômicos, militares, políticos e culturais.

Se, em meio ao delírio do miraculoso ano de 1989, ainda se dizia: “Aquilo que forma uma unidade deverá crescer unido” (Willy Brandt), eis a mensagem do debate sobre a globalização: estas esperanças — e suas decepções — são sustentadas pela imagem envelhecida de um idílio do Estado nacional. Se o atual modelo do Estado nacional, já ultrapassado, tem a ainda a chance de uma sobrevida nas novas estratificações de poder ao lado dos movimentos e dos atores transnacionais, ela só existirá de fato caso o processo de globalização venha a se tornar o critério da política nacional em todos os campos (econômico, jurídico, militar etc.).

O reconhecimento deste fato não se dá no curso normal da vida dos indivíduos ou dos atores políticos e sociais. A nova condição da sociedade mundial, em que, por exemplo, a idéia de produtos, firmas, e tecnologias e indústrias “nacionais” (e até de equipes esportivas) se torna fictícia, impõe — sob pena do fracasso econômico, político e cultural — que se tenha os olhos abertos para a era global e suas possibilidades, ideologias, paradoxos e histerias. Principal-

¹² Ver a este respeito, pp. 183-192, 221-228.

mente para o novo jogo de poder ao qual todos — uns mais, outros menos — estão submetidos. Numa outra formulação: *globalidade é uma condição ineludível do intercâmbio humano neste fim de século.*

Sendo assim, os fundamentos da primeira modernidade precisam ser revistos: o que quer dizer tolerância? Quais serão os direitos humanos que devem valer para todos apesar da diversidade cultural? Quem irá garantir os direitos humanos em um mundo pós-Estado nacional? Como salvar e reformar as garantias sociais — que até o momento foram sempre, na sua maior parte, concebidas pelo Estado nacional — diante do agravamento da pobreza mundial e do desemprego? Se os estados nacionais implodirem, teremos novas guerras santas, agravadas por catástrofes ecológicas? Ou caminhamos para um mundo sem violência e que encontrará a paz depois do triunfo do mercado mundial? Estaríamos, quem sabe, no limiar de um segundo Iluminismo?

Tudo isto vem à tona em meio ao debate sobre a globalização sem que alguém saiba ou possa saber qual o caminho para as respostas a estas questões que, sobre o túmulo de ricos e pobres, das etnias, dos continentes ou das religiões, tocam a essência da civilização com suas intermináveis histórias de violência.

SEGUNDA PARTE

O QUE SIGNIFICA A GLOBALIZAÇÃO? DIMENSÕES, CONTROVÉRSIAS E DEFINIÇÕES

A contra-revolução fracassa

Em meio à derrocada do império soviético, Boris Yeltsin — àquela época ainda o presidente da república russa — fez à população moscovita, do alto de um tanque, um ousado discurso contra os comunistas sublevados. Este discurso não foi transmitido pelas estações de rádio soviéticas (que estavam nas mãos dos velhos comunistas), mas via satélite pela CNN. Pode-se reconhecer neste momento de decisão histórica o significado evidente de uma rede global de informação, aqui simbolizada pelos satélites: a soberania de informação do Estado nacional, como parte de sua soberania política, já não existe mais. Os Estados nacionais já não podem mais viver trancafiados; suas fronteiras protegidas por armamentos estão esburacadas. No que se refere à sua ligação com o espaço de comunicação global, há uma novidade: globalização *informativa*.

Carne de pingüim envenenada

Muito tempo antes, nos anos 60, biólogos encontraram na Cidade do Cabo altas concentrações de venenos industriais na carne de pingüins — venenos provenientes de produtos e de chaminés de companhias químicas que, sabe-se

lá por qual caminho, chegaram aos rincões mais distantes da natureza ainda aparentemente virgem. Esta experiência histórica de uma crise ecológica global foi concretizada e aprimorada com a fórmula (e também a exigência) de um “desenvolvimento sustentado” (*sustained development*), elaborada na conferência ecológica internacional realizada no Rio de Janeiro em 1992. Ainda que este princípio tenha sido interpretado de diferentes maneiras por diferentes grupos em todos os cantos do mundo, e que a conferência seguinte em Nova York, no verão de 1997, tenha mostrado como as conseqüências práticas deste reconhecimento tiveram curta duração — existe ainda um critério (de conteúdo contraditório e portanto carente de uma experimentação política) que nos permite medir e criticar a intervenção de todos os atores sociais em todos os campos da temática social (desde o consumo e da produção até a arquitetura, a política comunitária ou a de transportes), e em qualquer parte do mundo: *globalização ecológica*.

Especuladores financeiros

Há alguns anos um jovem especulador financeiro arruinou um dos bancos mais antigos e tradicionais da Inglaterra, causando um prejuízo de bilhões de libras por um breve espaço de tempo. Em meio ao labirinto do mercado mundial formou-se uma nova economia virtual de correntes monetárias transnacionais cada vez menos vinculada a um substrato material e enredada em um jogo de informações e dados. Os novos perigos especulativos que se apresentam escapam aos mecanismos de controle do Estado nacional, chegando mesmo a roubar dos Estados nacionais suas bases sem que esteja à vista uma nova ordem para as economias globais e transnacionais: *globalização econômica*.

São vinte e uma horas e dez minutos; no aeroporto berlinense de Tegel, uma voz amável e impessoal anuncia aos passageiros já cansados pela espera que sua aeronave com destino a Hamburgo finalmente pousou na pista. Quem fala é Angelika B., que está na Califórnia, sentada diante de seu teclado. O serviço de comunicação do aeroporto berlinense é transmitido *online* desde a Califórnia depois das dezoito horas locais, por razões tão simples quanto evidentes: em primeiro lugar, lá não se paga adicional por serviço noturno, e em segundo, os custos salariais (indiretos) desta atividade são muito inferiores aos da Alemanha. A telecomunicação torna tudo isto possível. Dissolve-se uma premissa aparentemente imprescindível do sistema de trabalho das sociedades industriais: a necessidade de se trabalhar conjuntamente num mesmo lugar para produzir bens ou serviços perdeu sua validade. Postos de trabalho podem ser exportados, e no entanto os empregados podem “cooperar” transnacional ou até transcontinentalmente, ou mesmo oferecer serviços em “contato direto” com os consumidores ou receptores. Ou então, dito nos termos de um pequeno jogo de idéias: Da mesma forma como é possível organizar uma viagem ao redor do mundo de tal modo que os viajantes passem a primavera em todos os continentes, também seria possível, em termos teóricos, organizar processos de trabalho e de produção e distribuí-los de tal maneira que sempre se pagassem as tarifas mais baixas e ainda assim fosse efetuada a cooperação previamente planejada: *globalização da cooperação ou da produção no trabalho*.

Khaled, rei do Rai

Em fevereiro de 1997, *Aicha*, o mais recente sucesso do exilado argelino Khaled — conhecido também como “o rei

do Rai” —, atingiu o olimpo do *pop* francês e foi eleita a melhor canção do ano. A execução de um hino a uma moça árabe nas rádios francesas já é por si só um fato que merece atenção. Ele marca a chegada dos migrantes *magrebes* à nação cultural (*pop*) francesa. No exterior Khaled representa a França. Sua música causa fascínio em países muito distintos entre si, como Egito, Israel e a ultraconservadora Arábia Saudita. Há versões de suas músicas para o hebraico, o turco e o hindu. Khaled faz música contra a arabofofia do Ocidente. Sua figura e música testemunham que a globalização não é necessariamente uma via de mão única e que pode, ao contrário, ampliar o espaço e o significado de músicas e culturas regionais: *globalização cultural*.

Globalização é, com toda certeza, a palavra mais usada — e abusada — e a menos definida dos últimos e dos próximos anos; é também a mais nebulosa e mal compreendida, e a de maior eficácia política. Como mostram os exemplos apresentados, é preciso distinguir (sem pretender uma exatidão ou completude absoluta) entre as diversas *dimensões* da globalização, a saber, *a da comunicação técnica, a ecológica, a econômica, a da organização trabalhista, a cultural e a da sociedade civil* etc. Mesmo quando se toma a dimensão que (salvo raras exceções) se encontra no centro do debate público — a globalização econômica — continuamos no escuro: trata-se de investimentos diretos de firmas alemãs no exterior? Do papel das grandes companhias que operam internacionalmente? Trata-se da *desnacionalização* da economia, ou seja, o fato de que as economias nacionais se tornam tão fictícias quanto as etiquetas das firmas nacionais, fazendo com que a prosperidade da “indústria nacional” não mais coincida com a prosperidade dos cidadãos (nacionais)?

Tratar-se-ia então da “economia virtual” do dinheiro e das finanças, que parecem se descolar do substrato material da produção do valor de uso das mercadorias? Ou estaríamos apenas falando da pressão, sofrida pela economia alemã, que a leva a produzir em outros lugares mais baratos?¹³

Este último aspecto, sempre ressaltado pelo debate alemão, é muitas vezes sobrevalorizado. Os fatos relativizam a afirmação de que a globalização entrou unilateralmente em cena, sob a forma do deslocamento em larga escala de postos de trabalhos na Alemanha para países exportadores com baixo custo de mão-de-obra. *Esta* forma da globalização não é, até o presente momento, uma causa relevante do desemprego.¹⁴ Certamente, alguns setores foram atingidos pela concorrência de empregos menos qualificados e mais baratos nos países da Europa Ocidental e nos “tigres asiáticos”. Porém, o peso de tais problemas de adaptação à divisão internacional do trabalho mal chega a afetar a economia como um todo: menos de dez por cento dos postos de trabalho são atingidos. E ainda: as exportações alemãs para estes países cresceram acima da média. Não se tem notícia de uma exportação expressiva de postos de trabalho que não tenha sido compensada por um aumento da demanda de exportações.¹⁵ Muitos falam, neste mesmo contexto, em uma *internacionalização*, distinta da globalização. Eles acreditam, numa formulação abreviada, que as relações comerciais ainda ocorrem predominantemente entre os

13. Para uma informação mais detalhada, ver Kommission für Zukunftsfragen, *Zweiter Bericht*. Bonn, 1997.

14. A respeito da multivocidade do conceito “globalização”, ver Paul Hirst, Grahame Thompson, *Globalization in question*, Cambridge, 1996, pp. 1-18.

15. Friedhelm Hengsbach, *Wettlauf des Besessenen*, Spiegel-Gespräch, 10/1997, p. 40.

países altamente industrializados dentro de um conjunto que inclui Europa, América e Oceania.¹⁶

Por sua vez, continua a causar polêmica a questão: *quando* teve início a globalização econômica? Alguns remetem os primórdios do “sistema capitalista mundial” ao século XVI (Immanuel Wallerstein), ao início do colonialismo, outros ao surgimento de companhias internacionais. Para outros a globalização teve início com o término do *câmbio fixo* ou com a queda do bloco do Leste Europeu...¹⁷

Talvez encontremos aqui as razões que fazem do discurso e do conceito da globalização algo tão inconstante. Buscar para ele uma definição mais parece uma tentativa de pregar um pudim na parede.

Mas seria possível ao menos filtrar um denominador comum de todas as diversas dimensões e controvérsias da globalização? Evidentemente que sim. Vai-se derrubando passo a passo uma das principais premissas da primeira modernidade, a saber: *a idéia de que se vive e se interage nos espaços fechados e mutuamente delimitados dos Estados nacionais e de suas respectivas sociedades nacionais*. Globalização significa a experiência cotidiana da ação sem fronteiras nas dimensões da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil, e também o acolhimento de algo a um só tempo

16. Ver a este respeito p. 199 deste volume.

17. São atribuídas as mais diversas datas ao início da globalização.

Autor	início	tema
Marx	século XV	capitalismo moderno
Wallerstein	século XV	sistema capitalista mundial
Robertson	1870-1920	multidimensionalidade
Giddens	século XVIII	modernização
Perlmutter	término do conflito entre Leste e Oeste	civilização global.

Comparar ainda com J. N. Pieterse, *Der Melange-Effekt*, em Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, Frankfurt/M., 1997.

familiar mas que não se traduz em um conceito, que é de difícil compreensão mas que transforma o cotidiano com uma violência inegável e obriga todos a se acomodarem à sua presença e a fornecer respostas. Dinheiro, tecnologia, mercadorias, informações e venenos “ultrapassam” as fronteiras como se elas não existissem. Até mesmo objetos, pessoas e idéias que os governos gostariam de manter no exterior (drogas, imigrantes ilegais, críticas à violação dos direitos humanos) acabam por encontrar seu caminho. Entendida desta forma, a globalização significa o assassinato da distância, o estar lançado a formas de vida transnacionais, muitas vezes indesejadas e incompreensíveis ou — acompanhando a definição de Anthony Giddens¹⁸ — *ação e vida (conjunta) para além das distâncias (entre os mundos dos Estados nacionais, das religiões, das regiões e dos continentes, que se encontram separados só em aparência)*.

A neutralização da distância traz conseqüências: “A matriz espacial do mundo já não contém mais falhas, em primeiro lugar, e em segundo, proporciona inicialmente possibilidades de orientação para todas as pessoas, qualquer que seja o ponto do planeta em que ela se encontre. Graças aos modernos meios de transporte e comunicação ela se tornou viável, a princípio, sem grandes desgastes.” Ela se transforma em uma experiência cotidiana, numa parte da “conduta provinciana. Uma odisséia ou uma viagem *à la* Robinson Crusoe são hoje formas artísticas da percepção do mundo que se tornaram absolutamente impensáveis, pois heróis como Ulisses e Robinson seriam tomados como personagens cômicos num mundo em que o intercâmbio de alunos americanos e alemães cruzando o oceano Atlântico é um fato corriqueiro, e onde se organiza um protesto de parlamentares europeus

18. A. Giddens, *Jenseits von Links und Rechts*, a.a.O. p. 23.

contra os testes nucleares da França numa região em que o Capitão Cook só desembarcaria após ter vivido uma boa parte da sua vida... Os diferentes tempos nas diversas regiões do mundo são compactados num único tempo mundial normatizado e normativo, o que não se dá apenas porque a simultaneidade de eventos não-simultâneos pode ser produzida pela mídia, tornando assim todo evento não-simultâneo e talvez local ou regional uma parte da História Mundial. Isto se dá também porque a simultaneidade sincrônica se transforma em não-simultaneidade diacrônica, podendo desta maneira produzir uma cadeia artificial de causas e efeitos. Surge o "mundo do tempo compacto". Eventos de variadas regiões do planeta e significados diversos são agora deslocados para um eixo temporal e não mais para vários... Logo na abertura da bolsa de Frankfurt já se tem notícia dos números finais das bolsas de Tóquio, Cingapura ou Hong Kong, e quando tem início em Nova York o dia da bolsa de Wall Street são conhecidas as tendências iniciais das bolsas européias. Tudo se torna ainda mais simples quando operadores de mercado se encontram presentes vinte e quatro horas por dia nas mais diversas bolsas do mundo. Em termos econômicos, o globo já não é mais tão grande e vasto, e não conhece países distantes; ele é denso e pequeno graças à conexão tele-comunicativa entre os centros mercadológicos (de dinheiro). Pois os custos para a superação das distâncias e o dispêndio de tempo requerido para esta tarefa são mínimos, não tem praticamente peso algum.¹⁹

A *globalização questiona* uma premissa fundamental da primeira modernidade, a saber, a construção lógica denominada por A. D. Smith como "*nacionalismo metodo-*

19. E. Altvater, B. Mahnkopf, *Die globale Ökonomie am Ende des 20. Jahrhunderts*, em: *Widerspruch*, 31, 16, Jg. 1996, p. 21.

lógico":²⁰ os contornos da sociedade devem se sobrepor gradualmente aos contornos do Estado. Não é somente uma nova variedade de conexões e de relações entre Estados e sociedades, que surge com a globalização em todas as suas dimensões; é o conjunto das suposições fundamentais sob o qual todas as sociedades até hoje organizaram, viveram e apoiaram sua condição de unidades *territoriais mutuamente separadas*. Globalidade significa o desmanche da unidade do Estado e da sociedade nacional, novas relações de poder e de concorrência, novos conflitos e incompatibilidades entre atores e unidades do Estado nacional por um lado e, pelo outro, atores, identidades, espaços sociais e processos sociais transnacionais.

20. A. D. Smith, *Nationalism in the Twentieth Century*. Oxford, 1979, p. 191.

IV. A ABERTURA DO HORIZONTE MUNDIAL: PARA UMA SOCIOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

“A burguesia, através de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande desgosto dos reacionários, rebaixou a base nacional da indústria até o rés-do-chão. As antigas indústrias nacionais foram destruídas ou continuam sendo destruídas dia após dia. Elas são desalojadas por novas indústrias, cuja introdução torna-se questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas... Em lugar das antigas necessidades, realizadas pela produção do país, encontramos novas necessidades, cuja realização exige produtos de terras e climas distantes. No lugar da antiga reclusão e auto-suficiência local e nacional, temos conexões em todas as direções, uma interdependência universal das nações. E tanto em produção material como em produção intelectual. As criações intelectuais de cada nação se tornam propriedade comum. A parcialidade e a mentalidade nacional provinciana se tornam cada vez mais inviáveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura universal.”²¹

Esta citação não foi retirada do manifesto neoliberal de 1996, mas do *Manifesto comunista* de Marx e Engels, publi-

21. Karl Marx, Friedrich Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei* (extraído de Marx, *Die Frühschriften*. Stuttgart 1971, p. 529).

cado em fevereiro de 1848. Nele ainda se pode ler outras passagens: primeiro, que os autores do Manifesto comunista já exaltavam o papel revolucionário da burguesia na História Mundial; segundo, que o debate acerca da “exploração do mercado mundial” vem de uma data bem mais antiga do que quer admitir a curta memória dos debates públicos; terceiro, que posições neoliberais e marxistas possuem pressupostos fundamentais semelhantes; e em quarto lugar, por fim, que a perspectiva do Estado nacional — que ainda hoje aprisiona as ciências sociais — já era questionada no período do seu surgimento, em meio às agitações políticas do capitalismo industrializante.

1. Sociologia como poder intelectual ordenador: a teoria do *containers* social.

Ao abrirmos um livro de sociologia “moderna”, logo percebemos que ela compreende a si mesma como a ciência “moderna” da sociedade “moderna”, de maneira que nela também se encontra presente uma divisão esquemática e secreta, a qual podemos denominar de *teoria do container social*.

Em primeiro lugar, as sociedades pressupõem — de acordo com esta teoria — técnica e politicamente — “o controle do espaço pelo Estado” (J. Agnew e S. Corbridge). Isto é: a perspectiva sociológica acompanha a autoridade ordenadora, o poder e a força do Estado. Isto fica expresso pelo fato de que as sociedades são subordinadas ao Estado (em definição). As sociedades são sociedades do Estado, ordem social significa ordem do Estado. Por esta razão se fala, na linguagem cotidiana e também na científica, em uma sociedade “francesa”, “americana” ou “alemã”.

Mas para além deste aspecto, o conceito de política está ligado ao Estado e não à sociedade, algo que nem sempre ocorreu no curso da história (como mostra M. Viroli²²). Somente nesta arquitetura institucional e teórica as sociedades modernas se transformam em sociedades apartadas umas das outras, elas estão escondidas no território de poder do Estado nacional *como se estivessem em um container*. Por outro lado, sociedades “modernas” são “apolíticas” todas as vezes que a ação política ultrapassar os domínios do Estado.

Em segundo, este esquema ordenador não vale apenas para fora, mas também para dentro. O espaço interno das sociedades individuais delimitadas a partir do exterior se subdivide em duas totalidades: de um lado, aquela que deve ser pensada como a das *identidades coletivas* (classes, estamentos, as diferentes formas de convivência entre homens e mulheres), e do outro, aquela que, acompanhando a metáfora “orgânica” do “*sistema social*”, é dividida e ordenada nos mundos privados da economia, da política, do Direito, da ciência, da família etc., cada uma seguindo a lógica que lhe foi elaborada pela teoria e que a diferenciou das demais. A homogeneidade interna é, em essência, uma invenção do controle estatal. Todas as espécies de prática social — produção, cultura, idioma, mercado de trabalho, capital, educação — são normatizadas, cunhadas, delimitadas, racionalizadas pelo Estado nacional, ou são ao menos etiquetadas por ele (economia nacional, língua nacional, literatura, espaço público, história etc.). O Estado procede

22. Na Renascença italiana, por exemplo, o conceito de política era intimamente associado ao de sociedade; ver a este respeito M. Viroli, *From Politics to the Reason of State: The Acquisition and Transformation of the Language of Politics, 1250-1600*. Cambridge, 1992, p. 2.

tal como um *container* da unidade territorial, no qual sistematicamente são produzidas estatísticas dos processos e das situações econômica e social. Com este procedimento as categorias com as quais o Estado enxerga a si próprio se transformam nas categorias das ciências sociais, fazendo com que as definições de realidade oferecidas pelas ciências sociais confirmem as definições burocráticas.

Em terceiro, cabe ainda dentro deste quadro de sociedades individuais delimitadas, ordenadas e concebidas a partir do exterior e do interior pelo Estado nacional uma autoconsciência e uma *imagem evolutiva* das sociedades modernas. Ser moderno significa ser superior. Esta exigência de caráter universal se expressa, por um lado, como “a libertação do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é responsável” (I. Kant) no estabelecimento das regras e dos direitos fundamentais da auto-regulamentação democrática; por outro, a satisfação desta exigência cai por terra, primeiro, com a violência presente na história do colonialismo e do imperialismo europeu, depois com assim chamada “política de desenvolvimento” e a “teoria do(s) (países em) desenvolvimento”. Não é por mero acaso que a palavra “modernização” aparece pela primeira vez como o título de um livro a respeito da *modernização dos países em desenvolvimento* no início dos anos 50. “As ciências sociais e políticas empíricas compreendem a si mesmas, conforme cada caso, como médicos ou engenheiros políticos deste processo e elaboram indicadores sociais” que aparentemente permitem aos atores nacionais tornar mesuráveis, manipuláveis e controláveis as etapas e as realizações da modernização.

Não desejo construir um boneco para pintar um autorretrato. A axiomática de uma sociologia apoiada no Estado nacional da primeira modernidade vem sofrendo graves

abalos nas discussões dos últimos anos. Mesmo assim sua perspectiva pragmática — em especial a sua abordagem das pesquisas organizadas e das controvérsias entre especialistas — não perdeu o domínio, inclusive na Alemanha. Mas esta teoria do *container* social permite e obriga sobretudo uma reconsideração das origens da sociologia à época do surgimento do Estado nacional europeu no final do século XIX e no início deste. O vínculo entre sociologia e Estado nacional chega a ponto de absolutizar a imagem das sociedades individuais “modernas” e organizadas, que acabam por se tornar obrigatórias em função do modelo organizacional político. Este fato deve ser atribuído à exigência de fundamentação conceitual (no melhor sentido da palavra) encampada pelos cientistas sociais clássicos de transformá-la em um modelo necessário para toda e qualquer sociedade. Os clássicos da ciência social moderna como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber²³ compartilham, para além de suas diferenças, uma definição territorial da sociedade moderna, ou seja, do modelo da sociedade do Estado nacional, que está hoje abalado pela globalidade e pela globalização. E se a voz de Spengler hoje se faz ouvir por todos os cantos, sob a forma de um murmúrio que anuncia o naufrágio, então com toda certeza se deve atribuí-lo ao fato de que a sociedade e a sociologia caíram na “armadilha territorial” (Agnew/Corbridge) da superposição de Estado nacional e sociedade. Mas o mundo escapa do naufrágio, pois — segundo o dito aplicado a si mesmo por Max Weber — a luz dos grandes problemas culturais continua a exercer o seu poder de atração, e mesmo os cientistas se vêem obrigados a reformular conceitualmente suas idéias, suas posi-

23. A. D. Smith, *Nationalism in Twentieth Century*, op. cit., p. 191.

ções e orientações na multiplicidade não-integrada de um mundo sem fronteiras.

No sentido de esclarecer e trazer à consciência estes pressupostos fundamentais, nada mais útil do que vislumbrar e desenvolver alternativas. Pode-se imaginar a sociologia da globalização como um aglomerado contraditório de dissidentes da sociologia nacional-estatal ordenadora. Trata-se — em comparação ao *mainstream* — de teorias e tópicos de pesquisa, linhas de pesquisa e muitas vezes de promessas de pesquisa distintas umas das outras e que surgiram em contextos culturais e temáticos variados (partindo das pesquisas sobre migração, passando pela análise internacional de classes, pela política internacional e pela teoria da democracia, chegando à *cultural theory* e à sociologia das grandes metrópoles). Elas chegam muitas vezes a se contradizer, mas de uma forma ou de outra acabam derrubando a muralha do pensamento nacional-estatal; e isto acontece — deve-se prestar atenção a este ponto — não tanto pela crítica, mas pela apresentação e pela elaboração de alternativas. Em outras palavras: o debate sobre a globalização nas sociedades científicas é a prova e a promessa de uma polêmica produtiva na busca por pressupostos básicos, imagens sociais e *unidades de análise* capazes de substituir a axiomática nacional-estatal.

O pensamento e a pesquisa que ainda permanecem presos na armadilha dos mundos sociais separados e ordenados pelo Estado nacional excluem tudo o que se pode encontrar entre estas categorias ordenadoras internas e externas. Aquilo que não se encaixa nestas categorias — o ambivalente, o que possui mobilidade, o que está ora aqui, ora ali — será investigado primeiramente no quadro das

pesquisas sobre migração na avaliação dos *espaços sociais transnacionais*.

A teoria do sistema mundial radicaliza, em segundo lugar, esta perspectiva fragmentária e a conduz à tese oposta, afirmando que toda ação social se realiza em um domínio transcendente às fronteiras — o domínio do sistema capitalista mundial — que tende a uma progressiva divisão do trabalho e à desigualdade.

Esta concepção do sistema mundial, em terceiro lugar, é por fim relativizada por aquilo que o teórico político James Rosenau denomina “os dois mundos da política”, a saber a idéia de pelo menos *duas* sociedades concorrentes ao invés de uma única: a sociedade do Estado (nacional) e as mais diversas organizações, grupos, atores e indivíduos que compõem e recompõem um tecido social.

Em todos os pontos mencionados até este momento os espaços transnacionais surgem, de uma maneira ou de outra, a partir do momento em que seus atores vislumbram-no, produzem-no e mantêm-no em funcionamento. Na teoria da *sociedade mundial de risco* aparece, em quarto lugar, a categoria dos efeitos colaterais indesejados, em substituição à unidade fundamentada por uma ação que visa atingir um fim determinado. Conforme esta teoria são os riscos globais (sua construção política e social), ou seja, diversas (definições das) crises ecológicas que produzem novas turbulências e desarranjos mundiais.

Nas pesquisas surgidas no âmbito da *cultural theory* a suposição linear da escolha entre “um-ou-outro”, que se encontra no fundamento da axiomática estatal-nacional, é substituída pela suposição do “tanto-um-quanto-o-outro”: globalização e regionalização, conexão e fragmentação, centralização e descentralização são dinâmicas tão inseparáveis quanto duas faces de uma mesma moeda.

Em sexto, nas considerações a propósito da sociedade civil transnacional tornam-se visíveis processos socioculturais, experiências, identidades e conflitos que apontam para um “modelo único de mundo”, para movimentos sociais transnacionais, para uma globalização “vinda de baixo”, para uma nova classe média mundial. E aqui se dismantela a axiomática que equipara as sociedades modernas a sociedades não-políticas isoladas. Sociedade mundial sem Estado mundial significa uma sociedade que não está politicamente organizada e na qual novas oportunidades de poder e de intervenção surgem para os atores transnacionais, que não possuem a legitimidade democrática. Isto significa a abertura de um novo espaço transnacional da moralidade e da subpolítica, tal como ela se manifesta, por exemplo, nos boicotes de compradores, mas também em questões de comunicação e crítica transcultural.

As idéias fundamentais a respeito da imagem das sociedades pós e transnacionais e das unidades de investigação que as delimitam ainda precisam ser esboçadas; nesta tarefa, as “lógicas do desenvolvimento” da dinâmica da globalização devem ser contrapostas, e desta forma deve também ser desenhada nas ciências sociais uma imagem do debate sobre a globalização que não apague suas contradições internas.

2. Espaços sociais transnacionais

O remédio contra a abstração — inclusive aquela do “global” — são exemplos. O que são espaços sociais “transnacionais”?

a. A África não é um continente, e sim um conceito

Como demonstra Patricia Alley Dettmers em seu estudo *Trival Arts*,²⁴ a África não é uma grandeza delimitada geograficamente, não é uma determinada parte da superfície da Terra, mas uma idéia transnacional e sua encenação, a qual se dá de forma organizada em diversos lugares do mundo — no Caribe, nos guetos de Manhattan, nos estados sulinos dos EUA, nas favelas brasileiras e também no grande baile de máscaras nas ruas da cidade europeia de Londres. A escolha das músicas, das máscaras, das vestimentas e das danças é planejada e elaborada segundo um *script* de temas que obedece a dois princípios: em todo o mundo, eles são retirados do reservatório cultural de idéias chamado “África” e se adaptam às particularidades das subculturas negras dos subúrbios londrinos.

A representação da África nas ruas londrinas não possui um correspondente que possa ser encontrado em alguma parte do continente africano. Onde se pode encontrar (ou descobrir) a África nesta sociedade mundial de fronteiras porosas? Nas ruínas deixadas pelos colonizadores do continente africano? Nas populações das grandes cidades de uma África a meio caminho da modernização? Nos hotéis africanos de quatro estrelas? Nos safáris organizados para os turistas? Nas esperanças e ilusões depositadas pelos negros americanos em um *back to the roots*? Nos livros a respeito da África, escritos nas universidades do mundo ocidental? Ou nos caribenhos e em sua diversidade cultural? Ou na busca por uma identidade cultural no seio das subculturas negras inglesas?

24. Em Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, op. cit.

Do ponto de vista daqueles que elaboram as danças e as máscaras do “carnaval africano” em Nottingham a África já não possui um lugar geográfico. Para eles, a África designa uma visão, uma idéia que pode ser derivada a partir de uma estética negra. E isto não serve, em última análise, ao objetivo de fundar, sustentar e renovar uma identidade nacional africana para os negros *na Grã-Bretanha*. Esta (anti-) África é, no sentido estrito da palavra, uma “comunidade imaginada” (*imagined community*). Ela serve para romper e anular a sensação de estranhamento dos grupos afro-caribenhos na Inglaterra. Portanto, “existe” uma África em Nottingham.

A condição das comunidades transnacionais é realmente paradoxal: aquilo que se descobre aqui — a bem da verdade, se inventa — contradiz o que passa pela cabeça destes “africanos” transnacionais. Uma grande parcela da África histórica foi escravizada e dispersa pelo mundo. Suas culturas foram minadas e destruídas. E por isso também aqueles que são — freqüentemente por outros — etiquetados como “africanos” se desgarraram desta imagem da África. Mais ainda: para muitos africanos, África e ser africano representam o oposto de suas identidades. Eles as desprezam. Talvez por terem crescido em meio a um *mish-mash* de culturas, onde todos os sentidos unívocos há muito se perderam e no qual a negritude é uma qualidade que possui uma avaliação especialmente negativa. O resultado, em todo caso, é paradoxal: negros no Caribe, nas grandes cidades britânicas, ligados à África da *não*-identidade, do *não*-progresso, ou seja, tambores, danças, superstições, antepassados pelados e sem formação, desesperança permanente.

Pode-se reconhecer o reflexo da imagem negativa de uma África eurocêntrica levada pelos negros para as metrô-

poles ocidentais. Mas isso só torna mais premente a questão: o que é e onde está a África no espaço social transnacional?

b. Americanos mexicanos e mexicanos americanos

Espaços sociais transnacionais suprimem, conforme mencionado, a unidade territorial de uma comunidade (aqui pensada segundo o conceito nacional-estatal de sociedade). A construção lógica que será examinada reúne algo que não pode ser unido: viver e agir simultaneamente em dois lugares diferentes. Ludger Pries esclarece o que isto significa utilizando o exemplo das migrações.²⁵

No universo político e no imaginário das sociedades individuais ordenadas pelo Estado nacional, a migração se divide nos períodos e contextos (cuja investigação requer ainda outras divisões que a remetam às suas causas) das invasões, dos deslocamentos, das chegadas e da integração (que muitas vezes pode vir a fracassar). Diante deste universo, a linha de pesquisa e de pensamento dos espaços sociais transnacionais acrescenta ainda o surgimento de uma terceira: contextos de convivência e interação para as quais vale o “aqui-e-ali”, o “tanto-um-quanto-o-outro”. Em meio aos mundos separados e ordenados — e também abaixo dele — vão se formando novas “paisagens sociais” (Martin Albrow) que modificam e conectam os pontos de partida e de chegada.

Robert Smith mostra em um estudo sobre estilos de vida, formas políticas e atividade comunitária transnacionais

25. Ludger Pries, *Transnationale soziale Räume*, em *Zeitschrift für Soziologie*, Jg. Heft 6/1996, pp. 456-472, em Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, op. cit.

envolvendo mexicanos residentes nos Estados Unidos e seus lugares de origem como esta conexão cotidiana é bem-sucedida. “Em Nova York são organizados comitês de apoio para algumas comunidades da *Mixteca Poblana* que se encarregam, por exemplo, do fornecimento de água potável para suas comunidades de origem, ou então de projetos para a restauração de igrejas e praças que contam com doações de trabalhadores migrantes de Nova York. Diversas questões e decisões importantes são discutidas em conferências telefônicas com as autoridades de suas comunidades locais. A quantia de dinheiro enviada de Nova York por este canal não raro ultrapassa os investimentos públicos em infra-estrutura. Um aspecto decisivo e um argumento importante a favor da estabilidade e da estabilização de espaços sociais transculturais está no fato de que o Estado mexicano reconheceu neste meio-tempo a enorme importância econômica e também política dos trabalhadores migrantes. Desde a eleição presidencial de 1988, tornou-se evidente o peso e o esclarecimento eleitoral dos trabalhadores mexicanos no exterior (que votaram maciçamente contra o PRI, partido governista), e o governo mexicano se empenha hoje numa política ativa e direcionada para o estabelecimento de um vínculo político-cultural e econômico. Com isso os prefeitos de pequenas cidades mexicanas por vezes viajam para Nova York com a intenção de sugerir às associações de migrantes alguns projetos para o desenvolvimento local. Além de apoiar as ligas esportivas de migrantes mexicanos em Nova York, a embaixada também incentiva a formação de grupos *Guadelupana*, que ficam encarregadas do culto à Virgem de Guadalupe (à santa mais importante do México). A política mexicana reconhece cada vez mais — e em todos os setores — na migração da mão-de-obra um precioso potencial de recur-

sos humanos e de capital, e não apenas em mais uma válvula (passiva) de escape para as dificuldades do mercado de trabalho. Como resultado desta orientação política, houve um considerável crescimento da quantidade de unidades institucionais do sistema de migração México-EUA que oferecem estabilidade definitiva aos *espaços sociais transnacionais* que ainda se encontram em formação... A engrenagem socioeconômica entre as regiões de chegada e de partida não são apenas de natureza nostálgica ou tradicionalista (comemoração de festas locais), nem almejam exclusivamente a provisão de bens para a geração mais velha que não abandonou o México. Pelo contrário: na *Mixteca*, por exemplo, são desenvolvidas atividades econômicas que apontam para além de um caráter puramente transitório das relações migratórias. A *Puebla Food Incorporation* e o clã familiar que trabalha no ramo das *tortillas* transformaram a cozinha mexicana em um negócio milionário. Também se ampliam as estruturas transnacionais de produção e de distribuição entre a *Mixteca* e Nova York, estruturas que implicaram numa nova dimensão da *cumulative causation*: na medida em que se amplia a dinâmica da conexão com os migrantes, vai crescendo a demanda por produtos alimentícios tipicamente mexicanos e por serviços, o que cria novas oportunidades nas regiões de partida e de chegada, todas elas causadas pela migração...

Os trabalhadores migrantes recém-chegados, além de seus parentes e conhecidos, podem contar em Nova York com uma refinada rede de grupos informais de apoio, serviços especializados e grupos de solidariedade (escritórios de advocacia, comitês de auxílio a determinadas regiões ou etnias etc.). Bairros inteiros (como a parte norte da Amsterdam Street ou as *neighbourhoods* do Queens) testemu-

nham esta infra-estrutura — bastante estável até este momento — produzida por migrantes transnacionais e que é por eles também reproduzida. Existem atividades remuneradas e grupos sociais (de americanos e de mexicanos) que sobrevivem exclusivamente da migração constante e dos *transmigrantes*, cujo interesse vital consiste na criação e no desenvolvimento de *espaços sociais transnacionais*. Aqui também devem ser incluídas as ligas esportivas, que reúnem todos os domingos uma parcela dos trabalhadores migrantes — ainda que muitos deles sejam *indocumentados*, mexicanos sem visto de permanência ou de trabalho. Sessenta e cinco equipes já haviam se inscrito para a temporada de futebol de 1996...

Nos EUA (agora com mais força na Califórnia do que em Nova York) formam-se também agrupamentos e organizações políticas (como por exemplo a *Frente Indígena Oaxaqueña Binacional* ou a revista por assinatura *La Mixteca Año 2000*), que defendem os interesses econômicos e os direitos humanos dos migrantes trabalhadores. O poder de pressão política destes grupos nos EUA — e sobretudo no México — é muitas vezes superior ao poder de influência dos políticos locais. O diretor da liga mexicana de futebol em Nova York oferece a seguinte formulação: “Como meros mexicanos e como meros migrantes trabalhadores não somos nada, mas agora pela primeira vez estamos sendo cortejados por importantes políticos mexicanos.”²⁶

A existência de espaços sociais transnacionais entre turcos alemães e alemães turcos pode ser presumida, mas até onde sei ainda não foi pesquisada.

26. Ibidem, p. 461.

3. Lógicas, dimensões e conseqüências da globalização

Como já foi indicado acima, há uma controvérsia fundamental que permeia a literatura a respeito da globalização.²⁷ São apresentadas duas respostas (que podem, por sua vez, subdividir-se em várias) para a questão: o que impulsiona a globalização? O primeiro grupo de autores ressalta a existência de uma “lógica” dominante, outros autores nos levam a reconhecer lógicas complexas e multicausais da globalização. Registremos apenas que esta controvérsia teórica ultrapassa os horizontes do significado da palavra “globalização”, pois a ela se vinculam com freqüência significados *opostos* — um fato que poucas vezes é lembrado.

Concomitantemente, repete-se a histórica controvérsia entre Marx e Weber: de um lado, o domínio da economia, e de outro, um pluralismo teórico capaz de abrigar aspectos econômicos, culturais e sociais dentro do campo temático da sociologia da globalização. As tentativas de eleger *uma* lógica especial para a globalização revelam deste modo uma das principais dimensões da globalização. A exposição paralela de lógicas (aparentemente) autônomas da globalização nos lança para uma perspectiva na qual as diversas lógicas particulares da globalização concorrem entre si.

Antes de mais nada é preciso apresentar os pontos de vista que privilegiam *uma* dimensão específica da globalização. Eis os seus principais autores: Wallerstein, Rosenau, Gilpin, Held, Robertson, Appadurai e, em linhas mais gerais, Giddens. Wallerstein — um dos primeiros a confrontar, ainda nos anos 70, as ciências sociais com o problema

27. Para o que se segue, ver McGrew, *A global society?* Em St. Hall (org.), *Modernity and its futures*, Cambridge, 1992, pp. 61-116.

da globalização — introduziu o conceito de *sistema mundial*; para ele, o capitalismo é o motor da globalização. Rosenau, Gilpin e Held, por sua vez, se ocuparam da política internacional. Eles colocam a ortodoxia nacional-estatal em questão, por um lado, ao ressaltarem o significado da globalização tecnológica (as sociedades de conhecimento e informação), e por outro ao acentuarem os fatores e pontos de vista político-militares (política do poder).

Não resta dúvida de que, conforme mencionado, em especial a crise ecológica e seu reconhecimento mundial após a conferência do Rio de Janeiro em 1992 abalaram “definitivamente” a ação e o pensamento dentro dos limites do quadro nacional-estatal. A sociedade mundial tomou consciência de sua própria existência após reconhecer o destino ecológico de sua comunidade sob a uma nova rubrica: “sociedade de risco mundial”.

Robertson, Appadurai, Albrow, Featherstone, Lash, Urry e vários outros argumentam dentro da tradição da *cultural theory*. Eles refutam de maneira enérgica a idéia corrente de uma *McDonaldização* do mundo. A globalização *cultural* não significa a homegeneização mundial. Globalização quer muito mais dizer “glocalização”, isto é, um processo altamente contraditório, tanto no que envolve o seu conteúdo como suas conseqüências. Duas das mais problemáticas conseqüências para a estratificação da sociedade mundial deverão ser brevemente focalizadas: *riqueza global, pobreza local* (Bauman) e *capitalismo sem trabalho*.

Cada um destes autores situa a origem e as conseqüências da globalização em um setor da atividade institucional: economia, tecnologia, política internacional, ecologia, cultura ou indústria cultural mundial, ou ainda novas desigualdades sociais em escala mundial. Do confronto destas

perspectivas emerge o quadro de uma sociologia plural da globalização.

a. Sistema capitalista mundial: Wallerstein

A teoria dos espaços sociais transnacionais possui alcance médio. Aqui ocorre um rompimento com a visão estatal-nacional de sociedade em função da substituição da teoria do *container* social por terceiras formas de vida, ou seja, por formas de vida integradas transnacionalmente e que sobrepõem as fronteiras, por espaços muito mais amplos de atuação social.

A metáfora do espaço encontra aqui uma aplicação contraditória: a característica mais perceptível destes “espaços” é a *supressão* das distâncias. “Transnacional” quer dizer: surgem formas de vida e de atuação cuja lógica interna pode ser explicada pela riqueza das descobertas que conduziriam os homens a erigir e sustentar mundos de convivência e relações de intercâmbio “sem distâncias”. Por conseqüência, fica para a pesquisa sociológica a seguinte pergunta: *como* serão viáveis mundos de convivência que eliminam as distâncias e as fronteiras? Como eles poderão ser construídos e conservados nas atividades do indivíduo, que sempre terá de resistir à burocracia nacional-estatal? Seriam então formas prematuras de sociedades mundiais transnacionais sem Estado, até mesmo sem instituições? Quais instituições, recursos e orientações a apoiariam ou a impediriam? Quais seriam suas conseqüências políticas (desintegração ou mobilização nacional)?

Já está claro que nestas paisagens sociais transnacionais (muitas vezes ilegais) há uma mistura e ocorre algo que causa incômodo às exigências de ordem e controle do Estado nacional, como se um cisco caísse dentro de seu olho.

São espaços “*impuros*” de atuação e convivência que estão se formando. Para analisá-los sob a ótica sociológica, deve-se abrir mão do “Isto-ou-Aquilo” e adaptar-se às formas de convivência específicas e *discerníveis* do “E”.

Wallerstein substitui, de forma radical, a idéia de sociedades individuais fechadas e separadas umas das outras pela idéia oposta de um sistema mundial em que todos — todas as sociedades, todos os governos, todas as empresas, todas as culturas, classes, famílias e indivíduos — precisam estar situados em uma divisão de trabalho. Segundo Wallerstein, este sistema mundial único que favorece o quadro de desigualdades sociais em escala mundial é realizado pelo capitalismo. A lógica interna do capitalismo o leva necessariamente a ser global.

Surgida na Europa do século XVI, a dinâmica capitalista absorveu e transformou profundamente novos “continentes” tradicionais, espaços, nichos de vida social. “(...) Todo o globo opera dentro deste quadro e segundo a máxima de uma divisão *obrigatória e universal* do trabalho, a qual chamamos economia capitalista mundial.”²⁸

Uma economia capitalista mundial, conforme Wallerstein, possui três elementos básicos: em primeiro lugar, ela consiste — de forma metafórica — num mercado único em que reina o princípio da maximização do lucro.

O segundo elemento básico é a existência de uma série de estruturas estatais internas e externas de capacidade variável. As estruturas estatais servem sobretudo para “coibir” o “livre” funcionamento do mercado capitalista com

28. I. Wallerstein, *Klassenanalyse und Weltsystemanalyse*, em Kreckel(org.), *Soziale Ungleichheiten, Soziale Welt, Sonderband 2*, Göttingen, 1983, p. 303.

vistas ao *aprimoramento* das perspectivas de lucro de um ou mais grupos.

O terceiro elemento essencial de uma economia mundial capitalista consiste, segundo Wallerstein, no fato de que a aquisição de *mais-trabalho* se dá em uma relação de exploração que não abrange apenas duas classes, mas três blocos: *espaços centrais, semiperiferia e países ou regiões periféricas* (há profundas controvérsias quanto à determinação de quais países e regiões do mundo se situam em cada bloco e segundo quais critérios).

Enquanto o capitalismo europeu forma hoje, após a queda do bloco do Leste, um espaço econômico universal — a saber, o espaço do mercado global —, a humanidade assiste à dissolução de identidades e Estados nacionais, acompanhados por suas respectivas concepções de origem e soberania. Ao mesmo tempo, multiplicam-se e aprofundam-se os conflitos do sistema mundial, pois este sistema não produz apenas riquezas extremas, mas também pobreza extremas. O modelo da desigualdade global acompanha a tripartição do espaço social em centro, semiperiferia e periferia, uma cisão do mundo que é conflituosamente integrada pelo sistema mundial.

O surgimento de crises temporárias, segundo Wallerstein, conduz a reestruturações que tornam mais concentradas a desigualdade e a divisão de poder. E ao mesmo tempo crescem as contradições do sistema mundial. Wallerstein argumenta que a universalização e o aprofundamento da lógica capitalista provoca resistências em escala mundial. Neste conjunto de respostas ao sistema mundial ele inclui reações antiocidentalistas, antimodernas e fundamentalistas, bem como movimentos ambientalistas ou correntes do neonacionalismo. A lógica interna do sistema capitalista produz, portanto, integração e decomposição mundial. A pergunta de Kästner: qual o fato positivo? Não encontra res-

posta em Wallerstein. Ele acredita que no fim permanece a ameaça de colapso do sistema mundial.

Esta figura de argumentação (que só pôde ser reproduzida em termos vagos e genéricos) está marcada por dois traços principais: ela é monocausal e econômica. A globalização está determinada só e exclusivamente como institucionalização do mercado mundial.

Contra ela podem ser apresentadas pelo menos três observações críticas: em primeiro lugar, são várias as dificuldades em se interpretar e provar histórica e empiricamente esta teoria. Em segundo, se a globalização tem início com a descoberta e a conquista do novo mundo por Cristóvão Colombo, então todo o resto é apenas um capítulo específico do final do século XX. Isto é: o quadro conceitual proposto por Wallerstein não permite uma determinação histórica da transnacionalidade.

E em terceiro, sua argumentação — apesar de toda a dialética — é *linear*. A questão de saber se o mercado mundial não acarreta consigo conflitos *cosmopolitas* imprevistos e indesejados — já formulada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* — não é, a bem da verdade, formulada e sequer elaborada.²⁹

b. Política pós-internacional: Rosenau, Gilpin e Held

Rosenau rompe também com o pensamento nacional-estatal; mas em vez de substituir a anarquia dos Estados

29. Völker Bornschieer baseou-se na continuidade da teoria do sistema mundial e deu a ela sustentação empírica: ver Bornschieer & Trezzini, *Jenseits von Dependenz versus Modernisierungstheorie: Differenzierungsprozesse in der Weltgesellschaft und ihre Erklärung*; em H.P. Müller (org.), *Weltsystem und kulturelles Erbe*, Berlim, 1996, pp. 53-79.

nacionais por um sistema mundial de mercado, ele estabelece uma distinção entre duas fases da política internacional. A partir do quadro relacional que propõe, temos o seguinte significado para a globalização: a humanidade ultrapassou a era da política internacional; esta se caracterizava pelo predomínio e monopólio do cenário internacional por parte dos Estados nacionais. Agora se inicia uma era pós-política internacional, na qual os atores nacionais-estatais são obrigados a partilhar o cenário e o poder global com organizações internacionais, companhias transnacionais, além de movimentos políticos e sociais transnacionais. Entre os vários dados que serviriam como uma comprovação empírica desta realidade está o fato de que o número de organizações internacionais — aí incluídas as organizações não-governamentais (como o Greenpeace) — aumentou assustadoramente e não pára de crescer.

O secretário de relações exteriores dos Estados Unidos, Timothy Wirth, responde da seguinte maneira à questão colocada por aqueles que consideram enganosa a impressão de que a política externa de seu país segue por outros caminhos ou obedece a outras concepções: “A máxima ‘pensamento global, atuação local’ vai aos poucos se tornando uma inegável realidade. Observamos o quanto as decisões e as instituições adquirem cada vez mais importância. O sentimento de que os povos podem governar a si mesmos por intermédio de instituições internacionais e não só exclusivamente no plano nacional já vai se tornando algo familiar. O *establishment* da política exterior começa a pensar em outras dimensões, além daquelas que envolvem o poder militar e econômico, dólares e munição. Agora os problemas globais também se fazem presentes — ou seja, programas de direitos humanos e de refugiados, ou ainda o combate à corrupção e aos desastres ecológicos. Esta glo-

balidade altera o nosso modo de pensar.” Quanto à questão do papel que deve ser desempenhado pelos cidadãos e quais devem ser as suas iniciativas de acordo com seu conceito de globalização, ele responde: “A crescente influência das iniciativas de base é, ao lado da internacionalização, o segundo fator responsável pelo atual conceito de política. Há uma enorme pressão em favor de uma descentralização da política. Os novos recursos de comunicação já seriam por si suficientes para desencadeá-la. Fax e Internet se tornaram elementos do nosso cotidiano. Qualquer pessoa pode falar com uma outra de qualquer canto do mundo, sem recorrer a canais diplomáticos ou governamentais.”³⁰

A transição do Estado nacional para a era transnacional será fundada, em primeiro lugar, com uma nova configuração do sistema político; e, em segundo, com a substituição da estrutura monocêntrica de poder dos Estados nacionais que rivalizam entre si por uma distribuição policêntrica de poder na qual uma grande diversidade de atores transnacionais e nacionais cooperem e concorram entre si.

Existem portanto duas arenas de sociedades globais: a sociedade dos Estados, em que as principais variáveis continuam a ser as regras da diplomacia e do poder nacional; e o mundo da *subpolítica transnacional*, que abriga os atores mais díspares, como companhias internacionais, *Greenpeace*, Anistia Internacional, além de Banco Mundial, OTAN, União Européia etc.

Política mundial policêntrica

A oposição entre a *dupla* sociedade mundial e a teoria do sistema mundial é evidente. Rosenau substitui o siste-

30. T. Wirth, *Politikstil der Zukunft*, em *Die Macht der Mutigen*, *Spiegel Spezial*, 11/1995, p. 8.

ma único do mercado mundial, “regido” pela economia, por uma *política mundial policêntrica* na qual nem o capital e nem os governos dos Estados nacionais têm a última palavra, assim como a ONU, o Banco Mundial, o *Greenpeace* etc., e *todos* entram em disputa pela realização de seus objetivos, ainda que tenham chances desiguais de poder.

A transição da política dominada pelo Estado nacional para a política policêntrica remete Rosenau — ainda que em oposição a Wallerstein — à dimensão *tecnológica* da globalização e à sua dinâmica específica. Em seus trabalhos político-econômicos ele sempre teve que reiterar a seguinte lição: a densidade e o significado das dependências internacionais adquiriram uma nova qualidade. À pergunta pelas razões deste fenômeno, ele oferece como resposta o crescimento gigantesco e ainda inacabado das tecnologias de informação e comunicação. “A tecnologia”, argumenta Rosenau, “eliminou distâncias geográficas e sociais com o auxílio de aviões supersônicos, computadores, satélites e todas as outras inovações que permitem hoje, mais do que nunca, que pessoas, idéias e produtos atravessem tempo e espaço da forma mais segura e mais rápida. Foi a tecnologia, em resumo, que reforçou a interdependência entre comunidades locais, nacionais e internacionais, numa medida que não foi experimentada por nenhum outro período da história.”³¹

Rosenau combina, portanto, dois argumentos: o surgimento das sociedades de informação e de conhecimento, bem como a eliminação das distâncias e das fronteiras que ela acarreta como uma consequência da multiplicação de

31. Rosenau, *Turbulence in World Politics*, Brighton, 1990, p. 17.

atores e organizações internacionais. Esta *política mundial policêntrica irreversível*³² testemunha uma situação em que:

— *organizações transnacionais* como Banco Mundial, Igreja Católica, a Associação Internacional de Sociologia, McDonald's, Volkswagen, cartéis do tráfico de drogas, máfia italiana, assim como a nova Internacional das ONGs, atuam, paralelamente, em ação conjunta ou em aberta oposição;

— *questões transnacionais*, como alterações climáticas, drogas, AIDS, conflitos étnicos e crises financeiras determinam a agenda política;

— *eventos transnacionais*, como a Copa do Mundo, a Guerra do Golfo, a disputa eleitoral americana ou o romance de Salman Rušhdie provocam turbulências nos mais diversos países e continentes;

— nascem "*comunidades*" *transnacionais*, fundadas por exemplo na religião (Islã), no saber (*experts*), em estilos de vida (*pop*, ecologia), no parentesco (famílias), nas orientações políticas (movimentos ecológicos, boicotes de consumo) etc. e;

— *estruturas transnacionais*, como formas de trabalho, produção e cooperação, bancos, finanças, conhecimentos técnicos etc., provocam e também estabilizam a distância quadros de crise ou cooperação mútua.

Gilpin mantém, em primeiro plano, uma postura cética em relação à retórica da novidade e adota, em segundo, uma das posições mais ortodoxas dentro da política internacional, além de argumentar a partir de sua lógica interna. Mesmo assim, Gilpin também percebe que os Estados nacionais estão, para o presente e para o futuro, mais do que nunca interligados, para não dizer acorrentados. Em oposição a Wallerstein e Rosenau, ele ressalta que a globa-

lização só ocorre sob determinadas circunstâncias da política internacional; ela é o produto de uma ordem global "permissiva", ou então de uma ordem interestatal, que viabiliza a existência de dependências e de redes de relações e permite que elas sejam construídas, desenvolvidas e mantidas entre ou para além dos Estados nacionais.

Compreendida como a expansão de espaços e atores transnacionais, a globalização permanece, segundo este ponto de vista — e de forma paradoxal —, dependente da autoridade do Estado nacional, ou mais precisamente: de um poder hegemônico. A globalização pressupõe, por assim dizer, a *autorização* silenciosa do Estado nacional para a globalização. A abertura — ou permissividade — necessária ao desenvolvimento de mercados, igrejas, companhias ou bancos mundiais — sem mencionar as organizações não-governamentais espalhadas por todo o mundo — só pode, conforme Gilpin, se estabelecer e se estender à sombra de uma concentração correspondente de poder estatal.

A globalização permanece necessariamente *contingente* — isto é, ameaçada — se adotarmos esta perspectiva que privilegia o primado da política nacional-estatal em face de todos os outros participantes; e num sentido preciso, a saber, de que o surgimento e o desenvolvimento de espaços e de atores transnacionais pressupõem uma estrutura hegemônica de poder e um regime político internacional. Só isto garante, em caso de emergência, a publicidade da desordem mundial.

"A meu ver é necessária uma hegemonia para que a existência de uma ordem mercadológica liberal internacional seja mantida... A experiência histórica nos ensina que ali onde faltou este poder a um mesmo tempo dominante e liberal, o desenvolvimento das relações comerciais e de coo-

32. Ver a este respeito McGrew, *A Global Society?* op. cit.

peração se tornaram inviáveis ou extremamente difíceis pelo simples motivo de tudo ter-se tornado mais conflituoso. A expansão do mercado em redes globais integradas e os espaços sociais não seriam viáveis sem um poder hegemônico liberal que lhe abrisse o caminho e fosse favorável.”³³

Soberania cindida e acorrentada

Contra a teoria da estrutura hegemônica de poder como condição para a globalização também pode e deve ser lembrado que o conceito de soberania política que a fundamenta tornou-se caduco com a globalização. Este é o argumento de David Held. Ele mostra como a política nacional-estatal perde, por meio de acordos internacionais, por meio da internacionalização dos processos de decisão política, por meio das crescentes relações de dependência das políticas de segurança (aqui incluída a internacionalização da produção de armamentos, que vem crescendo em larga escala), bem como por meio do tráfico de mercadorias e da divisão do trabalho, aquilo que representa o núcleo de seu poder: a soberania.

Na esteira da globalização “emerge um complexo arranjo de condições e de poderes”, escreve Held, “que oprime com eficiência os governos e os Estados ao estabelecer limites para uma política interna independente, transformar as condições de decisão política, alterar radicalmente as premissas institucionais e de organização, além do contexto da política nacional, e se alteram as condições legislativas para a ação administrativa e política, no sentido de que a responsabilidade e a aceitação das conseqüências já são praticamente impossíveis para o Estado nacional. Se tivermos presentes

33. Ver Gilpin, *The Political Economy of International Relations*, Princeton, 1987, pp. 85 e 88.

apenas estas conseqüências da globalização, então terá sido justificada a afirmação de que a capacidade de atuação dos Estados-corta a ambos em um contexto internacional cada vez mais complexo, a saber: a autonomia estatal (de forma radical em alguns setores) e a soberania estatal. Toda e qualquer teoria da soberania nacional que compreenda seu objeto como uma forma indivisível e intransponível de força e de poder público é insuficientemente complexa. A soberania deve hoje ser compreendida e examinada como um poder cindido, que é percebido de forma parcial por uma série de atores — nacionais, regionais e internacionais — que é limitado e acorrentado por esta pluralidade imanente.”³⁴

c. Sociedade mundial de risco: globalização ecológica como politização forçada.

Quem tiver a curiosidade de saber qual experiência política está associada à consciência da crise ecológica acabará se deparando com uma infinidade de afirmações, entre estas a de que se trata de uma autopunição da civilização, algo que não deve ser atribuído a Deus, deuses ou à natureza, a decisões humanas e progressos da indústria que emergem das exigências de controle e direcionamento desta mesma civilização. A outra face desta mesma experiência é o *desmantelamento* desta mesma civilização que, aplicado à política, pode dar luz à experiência de um destino comum. “Destino” é a palavra correta, pois todos podem estar expostos (em casos-limite) às decisões científico-industriais; “destino” é a palavra incorreta, pois estes riscos ameaçadores são o resultado de decisões humanas.

34. Held, *Demokratie, Nationalstaat und die globale Weltunordnung*, em Beck (org.) *Politik der Globalisierung*, op. cit.

Neste sentido, o choque ecológico cria uma situação que os teóricos políticos acreditavam estar reservada somente às guerras. Este choque, contudo, se dá em um espaço bastante peculiar. A comunidade da história nacional sempre foi prisioneira da dialética das imagens antagônicas. A crise da consciência ecológica pode muito bem desembocar em romances históricos de violência contra determinados grupos ou objetos. Mas também provavelmente poderá ser experimentada pela primeira vez um destino comum que, paradoxalmente, desperta uma consciência cotidiana *cosmopolita*, resultante da não-delimitação da ameaça que foi gerada, e que talvez venha a eliminar as fronteiras entre homens, plantas e animais: os perigos sustentam a sociedade; perigos globais sustentam a sociedade global; mas esta não é a única justificativa para o conceito de sociedade mundial de risco.³⁵

A forma como a realidade social pós-nacional é concebida e desenvolvida conceitualmente pelos autores mencionados concorda, a despeito de todas as oposições, em um ponto essencial: todos reconhecem que espaços sociais internacionais também surgem apenas por meio da atuação internacional; ou, para usar uma expressão mais suave, pressupõem atores e instituições destinados a este fim. Esta suposição cai por terra com a teoria da sociedade mundial de risco. Ela afirma: já não é mais possível externalizar os efeitos colaterais e os perigos das sociedades industriais desenvolvidas. Em sua condição de riscos de conflito, elas questionam a ordem institucional. Aqui começa a ser desenvolvido um novo pressuposto: o de que os espaços sociais transnacionais também são sustentados por *perigos*

35. Sobre este tema, ver Beck, *Risikogesellschaft*, op. cit.; e também *Gegengifte: die organisierte Verantwortlichkeit*, Frankfurt/M., 1988.

indesejados, negados e reprimidos de forma conflituosa e enigmática, “pelas costas dos homens”.

Esta concepção parece estar em pé-de-guerra constante com uma censura que a ela é dirigida, e adverte que as conseqüências que não podem ser previstas devem também ser consideradas e tendem a ter efeitos políticos. Isto não deve ser negado. E no entanto as turbulências político-econômicas e culturais da sociedade de risco mundial só se tornam compreensíveis quando há o reconhecimento de que os perigos discutidos na esfera pública apresentam uma espécie de “moeda negativa”. Trata-se de um dinheiro que ninguém quer e que mesmo assim encontra brechas por todas as partes, atraindo, irritando e subvertendo a atenção, virando de ponta-cabeça tudo aquilo que parecia estar apoiado na mais inabalável normalidade.

Tomemos como exemplo a mais recente e autêntica tragicomédia da vaca louca na Europa, e nos limitemos a um único aspecto. Quem, na região norte do Estado da Baviera — portanto, uma região protegida por fronteiras e promessas políticas contra o perigo supostamente originado na Inglaterra —, fosse a um restaurante no verão de 1997 e abrisse o cardápio poderia ali encontrar uma foto de um camponês sorridente cercado por seu gado e por seus filhos. Esta foto, e a indicação de que a carne que o apetite nos aconselha a pedir é proveniente da vaca que ali aparece, deverá devolver-nos a confiança roubada pelas insistentes notícias a respeito de vacas loucas aparentemente britânicas.

É possível distinguir três espécies de riscos globais:³⁶ primeiro, os conflitos em torno de *bads*, a contrapartida de

36. Para maiores detalhes, ver Beck, *Weltrisikogesellschaft*, em Jaeger (org.), *Umweltsoziologie*, caderno especial do *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Opladen, 1996, pp. 119-147.

goods, isto é, a destruição ecológica condicionada pela riqueza e pelos riscos técnico-industriais (como a camada de ozônio, o efeito estufa, além das conseqüências imprevisíveis e incalculáveis da manipulação genética e do transplante de órgãos).

Segundo, a destruição ecológica *condicionada pela pobreza* e os riscos técnico-industriais. A comissão Brunatland foi a primeira a indicar que a destruição ambiental não é apenas a sombra traiçoeira do crescimento moderno e que, ao contrário do que se pensa, há uma íntima relação entre destruição ambiental e pobreza. "A desigualdade é o problema 'ambiental' mais importante do planeta; é também o seu maior problema no rumo do desenvolvimento."³⁷ De maneira bastante conseqüente, uma análise integrada das formas de povoamento e alimentação, desaparecimento de espécies e recursos genéticos, energia, indústria e colonização humana indica que todos estes fatores estão interligados e não podem ser tratados separadamente.

"Mas entre a destruição ambiental como resultado do bem-estar e a destruição ambiental como resultado da pobreza", escreve Michael Zürn, "é preciso ressaltar uma diferença essencial: enquanto muitos dos danos ecológicos condicionados pela riqueza são o produto da externalização dos custos de produção, no caso dos danos ecológicos condicionados pela pobreza trata-se de uma autodestruição dos pobres que tem efeitos colaterais para os ricos. Em outras palavras: as destruições ambientais condicionadas pela riqueza se distribuem de maneira equânime pelo globo, enquanto as destruições ambientais condicionadas pela pobreza incidem sob uma mesma e única região

37. United Nations, 1987, p. 6.

e se intercionalizam a médio prazo sob a forma de efeitos colaterais."³⁸

O exemplo mais conhecido deste último caso é o desmatamento das florestas tropicais, que hoje consome anualmente 17 milhões de hectares de florestas; há ainda outros exemplos, como o lixo tóxico (inclusive o importado) e tecnologias ultrapassadas (por exemplo, as indústrias químicas e atômicas), e no futuro, indústrias genéticas e laboratórios de manipulação de genes e de genética humana. Estes riscos emergem do contexto de esfacelamento e ressurgimento do processo modernizador. Assim sendo, crescem indústrias que possuem o potencial tecnológico para causar danos à vida e ao meio ambiente, sem que os países disponham dos meios políticos e institucionais para impedir as possíveis destruições.

Temos, nos casos dos riscos condicionados pela pobreza ou pela riqueza, riscos "normais" que na maioria das vezes não chegam nem mesmo a um descumprimento da aplicação de normas de precaução ou segurança muito frágeis ou até mesmo inexistentes mas que, precisamente por este motivo, continuam presentes em todas as partes do mundo. Em terceiro lugar, os riscos das *armas de alto poder destrutivo* (armas ABC) estão relacionados, no que diz respeito à sua aplicação (e não ao seu potencial como ameaça), aos quadros de exceção das guerras. Mesmo após o fim do confronto entre o Ocidente e o Leste Europeu não desapareceram os riscos de autodestruição localizada ou global por armas químicas, nucleares ou tecnológicas; eles tão-

38 Ver também Zürn, *Globale Gefährdungen und internationale Kooperation*, em *Der Bürger im Staat*, 45/1995, p. 51, trabalho do qual foram extraídas as idéias e as estatísticas deste estudo.

somente escaparam das antigas estruturas de controle — o “poder atômico” das superpotências.

Aos riscos de um conflito militar entre Estados devem ser acrescidos os riscos de um terrorismo fundamentalista ou privado (que já pode ser antevisto). Torna-se cada vez mais difícil excluir a idéia de que no futuro as reservas de meios em larga escala de destruição — muito além do potencial (político) de ameaça que elas representarão, seja nas mãos da milícia do Estado ou também em mãos privadas — venham a se tornar uma nova fonte de perigo para a sociedade mundial de risco.

Estas diferentes hordas de perigos globais poderão ainda se aprimorar e se enraizar; isto é, será necessário se perguntar, após a interação entre destruição ecológica, guerras e os efeitos devastadores do esfacelamento da modernização.

De qualquer maneira as destruições ecológicas propiciam guerras — seja o irrompimento de um conflito armado pela disputa de fontes vitais (água, por exemplo) ou a convocação de forças militares por fundamentalistas ecológicos do Ocidente com a intenção de impedir a destruição ambiental (como ocorreu quando da solicitação para o fim do desmantelamento das florestas tropicais).

Não é difícil imaginar que um país vivendo numa pobreza crescente venha a explorar o meio ambiente até seus últimos recursos. No desespero (ou no acobertamento político do desespero) ele pode se utilizar da força armada para tomar posse de fontes estrangeiras de sobrevivência. Destruições ecológicas (como o alagamento de Bangladesh, por exemplo) podem levar a movimentos de fuga em massa, que por sua vez desembocam em conflitos de guerra. Ou então, Estados envolvidos na guerra e ameaçados de entrar em colapso podem, numa medida extrema, fazer uso de armas atômicas e químicas ameaçando destruir regiões e

cidades circunvizinhas. Não há limites para a construção imaginária de cenários de horror que reúnam estas fontes de perigo. Zürn fala de uma “espiral de destruição”, cujos efeitos podem ainda ser somados a uma grande crise na qual todas as outras desembocariam.

Este é precisamente o diagnóstico da sociedade mundial de risco: os chamados riscos globais abalam as sólidas colunas dos cálculos de segurança: os danos já não têm limitação no espaço ou no tempo — eles são globais e duradouros; não podem mais ser atribuídos a certas autoridades — o princípio de causação perdeu a sua eficácia; não podem mais ser compensados financeiramente — é inútil querer se garantir contra os efeitos de um *worst case* da ameaça em espiral. Não existem, portanto, quaisquer planos de prevenção para o pior dos casos.

Por esta observação torna-se bastante evidente que não existem riscos globais propriamente ditos e que eles se confundem e se associam, até o ponto de se descaracterizarem, com os conflitos étnicos, nacionais e com os da miséria que buscam por um desfecho desde o fim do conflito entre o Ocidente e o Bloco do Leste Europeu. Desta maneira, nas antigas repúblicas soviéticas o diagnóstico irreversível da destruição ambiental está associado com a crise política dirigida à utilização imperial de recursos nacionais. O discurso da “própria terra” torna-se neste sentido uma reivindicação simultânea por recursos naturais e soberania nacional.

O discurso sobre a sociedade mundial de risco pode nos fazer sobrevalorizar a relativa autonomia da crise ecológica e transformá-la numa perspectiva unidimensional da sociedade global. Diante desse risco, faz-se necessário ressaltar a especificidade da *politização forçada* de todos os

campos de atuação da sociedade em função dos conflitos de risco.

Os riscos visíveis abrem para a discussão social certos automatismos que pareciam irreversivelmente determinados. Tudo que havia sido negociado e decidido, de maneira injustificada e a portas fechadas, por *managers* e cientistas, subitamente necessita de justificativas em meio ao redemoinho das controvérsias públicas. Onde as leis elementares pareciam antes realizar-se por si mesmas entram agora em cena alguns responsáveis que, talvez até pressionados pela opinião pública, podem apontar equívocos e indicar alternativas que foram descartadas. Considerando todos estes fatores, vê-se que a tecnocracia de risco produz inadvertidamente, no curso de seu desenvolvimento, um antídoto político para o seu próprio desenvolvimento: os riscos — que não foram antecipados pelos poderosos — de se ter todo o poder na mão, ficam sendo conhecidos por todos e abrem os campos da ação política.³⁹

d. Por que a tese da McDonaldização do mundo é falsa: os paradoxos da globalização cultural

A expansão do mercado mundial, argumenta por exemplo Kevin Robins, traz conseqüências marcantes para as culturas, as identidades e os estilos de vida.⁴⁰ A globalização

39. Pode-se comprovar que os riscos são utilizados de modo político ao menos parcialmente pelo número de convênios e leis internacionais neste setor, que foi consideravelmente elevado nestes últimos anos. Quanto às possibilidades de uma globalização *a partir de baixo*, ver pp. 121-127; sobre a politização por intermédio dos riscos, ver as pp. 168-172.

40. Robins, *Tradition and Translation: National Culture and its Global Context*, em Corner & Harvey (orgs.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture*, Londres, 1991, p. 28.

da atividade econômica vem acompanhada por ondas de transformação das culturas, um processo ao qual se dá o nome de “globalização cultural”. Decerto, fala-se aqui principalmente da fabricação de símbolos culturais — um processo que, no entanto, vem sendo observado há muito tempo. Uma parcela das ciências sociais, bem como uma outra da esfera pública, adotaram uma perspectiva perante esta questão, e que pode ser apresentada como a tese da *convergência da cultura global*. A ela foi cunhada a expressão *McDonaldização*. Segundo esta tese há uma imposição crescente de uma certa universalização, pelo menos no sentido da unificação de estilos de vida, símbolos culturais e formas transnacionais de convivência. Nas aldeias da Baviera, em Calcutá, em Cingapura ou nas favelas do Rio de Janeiro se consome a série televisiva *Dallas*, se veste *blue jeans* e se fuma *Marlboro*, um símbolo da natureza livre e indomável. Em resumo, a indústria cultural global significa cada vez mais a *convergência* de símbolos culturais e formas de convivência.

O presidente da EuroDisney afirma: “As características distintivas da Disney possuem alcance universal. Tentem convencer uma criança italiana de que o ‘Topolino’ — nome italiano do Mickey Mouse — é americano: os senhores não conseguirão.”⁴¹

Ao discurso do mercado mundial subjaz, de acordo com esta perspectiva, uma utopia negativa. Na medida em que mesmo os pontos mais isolados do planeta são integrados ao mercado mundial surge o mundo *único*, e não como o reconhecimento da diversidade e da abertura recíproca, uma imagem pluralista e cosmopolita do outro e de si mesmo, mas, pelo contrário, como um mundo de mercadorias.

41. Citado em *idem*.

Aqui as identidades e as culturas locais são arrancadas de seus solos e substituídas por símbolos do mundo das mercadorias provenientes das companhias multinacionais de propaganda, aparência e imagem. *A essência se transforma em aparência* — em todo o mundo.

As pessoas são aquilo que irão (poder) comprar. Esta regra da globalização cultural vale — é o que afirma este argumento — mesmo nos lugares onde o poder de compra chega a ser quase nulo. Com o poder de compra se encerra a existência *social* do homem e se inicia uma espécie de *apartheid*. *Exclusão!* — é a sentença para aqueles que não sobrevivem à equiparação entre essência e aparência.

As companhias que ambicionam dominar o mercado com a fabricação de símbolos culturais universais fazem uso, cada uma à sua maneira, do ilimitado universo das tecnologias de informação tão enaltecidas por autores como Rosenau, por exemplo. Os satélites permitem a superação de todas as fronteiras nacionais e o enraizamento do mundo colorido e tão bem-cuidado da América no coração dos homens de todos os cantos do planeta. A lógica da atividade econômica cuida do restante.

A globalização, se levarmos ao extremo a sua concepção econômica, minimiza os custos e maximiza os lucros. Até mesmo alguns pequenos segmentos do mercado prometem o aplauso de Wall Street, universalizado em todos os continentes, por intermédio de seus estilos de vida e hábitos de consumo. Planificação do mercado transnacional é, até o momento, a palavra mágica nos setores de propaganda e administração da indústria cultural global. Onde crescem os custos da produção de símbolos globais apropriados, a globalização se apresenta como alternativa de emergência e promessa de um paraíso lucrativo bastante próximo.

“Uma revolução social e cultural está em curso por consequência da globalização econômica”, diz um locutor da CNN. “O empregado americano torna-se referência tanto num homem nas ruas de Moscou quanto num empresário em Tóquio. E isto significa que aquilo que fazemos nos Estados Unidos e para os Estados Unidos possui validade para todo o mundo. Nossas notícias são notícias globais.”

Fim da informação livre e contestadora?

Na corrida pelo ouro, desencadeada pelo mercado mundial da informação e que levou (e ainda continua a levar) a uma violenta onda de concentração, muitos vêm se aproximar o fim da informação livre e contestadora. E quem, tendo os olhos abertos, seria capaz de conjurar frivola-mente este fantasma?

“Uma infra-estrutura global de informação recobre a superfície da Terra como uma teia de aranha”, escreve Ignatio Ramonet, “utiliza as facilidades da digitalização e requer a conexão de todos os serviços de comunicação. Ela sustenta sobretudo o entrelaçamento de três ramos da tecnologia — computador, telefone e televisão — que, com a Internet e a multimídia, formam uma unidade. Existem no mundo todo 1,26 bilhão de telespectadores televisivos (dos quais duzentos milhões possuem conexões a cabo e outros sessenta milhões televisões digitais), 690 milhões de pessoas que se comunicam a distância, entre os quais 80 milhões utilizam telefones celulares, e ainda cerca de 200 milhões de computadores, sendo que 30 milhões destes estão conectados à Internet. Segundo previsões, até o ano 2001 o número de endereços da Internet será maior que o número de linhas telefônicas, o número de usuários da Internet ficará entre 600 milhões e 1 bilhão e a *World Wide Web* conterà

mais de cem mil *sites* comerciais. O movimento da indústria de comunicação, que em 1995 era de 1 trilhão de dólares, chegou a duplicar em cinco anos e representar dez por cento da economia mundial. Os gigantes dos ramos da computação, da televisão e da telefonia sabem que os lucros do futuro serão encontrados nos novos “campos de exploração” que a tecnologia digital abre diante de seus olhos ávidos e tomados pelo fascínio. E eles têm plena consciência de que no futuro seu território já não estará mais protegido e que os gigantes dos outros setores vizinhos os olham com cobiça. Trava-se uma guerra impiedosa nos ramos da mídia. Quem estava na telefonia quer agora partir para a televisão, e vice-versa. Todas as firmas que lidam com redes de conexão, sobretudo aquelas que sustentam redes de suprimento (energia, telefone, água, gás, estradas, ferrovias) deram a largada na corrida pelo ouro e querem garantir seu pedaço do bolo da multimídia. Por todo o planeta os mesmos concorrentes se digladiam, firmas gigantes que se tornaram as novas donas do mundo: AT&T, líder no mercado mundial de telefonia, o Duo MCI (a segunda maior companhia telefônica dos Estados Unidos) e BT (a antiga British Telecom), Sprint (terceira maior operadora a distância dentro dos Estados Unidos), Cable & Wireless (que controla principalmente a Hong Kong Telecom), Bell Atlantic, Nynex, US-West, TCI (a mais importante das operadoras de TV a cabo), NTT (a maior companhia telefônica do Japão), Disney (que comprou a emissora ABC), Time Warner (que pertence à CNN), News Corp., IBM, Microsoft (líder no mercado mundial de *software*), Netscape, Intel etc... A lógica rigorosa desta mutação do capitalismo não é a busca de parceiros mas a compra de firmas, o que serve ao objetivo de, em meio a um mercado de avanços tecnológicos imprevisíveis e permanentes, apoderar-se do *know-how* que já foi estabeleci-

do no mercado. A fim de que a infra-estrutura tenha utilidade para o *usera* comunicação deve poder circular livremente pelo mundo, como se fosse o vento tocando as ondas dos oceanos. É por este motivo que os Estados Unidos (o primeiro produtor de novas tecnologias e sede das empresas mais importantes) investiram todo o seu peso político na desregulamentação com vistas à globalização da economia. Tal procedimento ambicionava a abertura das fronteiras do maior número possível de países à “livre circulação da informação”, afirma o gigante da indústria americana de mídia e entretenimento.⁴²

Salsicha branca do Havaí:

O novo significado do elemento local

Apesar de tudo, o jornal *Le monde diplomatique*, do qual foi extraída esta citação, é — ao menos em termos econômicos — a viva contradição de sua visão extremamente pessimista quanto a uma suposta ameaça de um império mundial das comunicações. A crítica esquerdista deste periódico contundente utiliza com habilidade as alternativas do mercado mundial da informação, é publicada em vários idiomas e conseguiu, contrariando a tendência atual da mídia impressa, mais do que duplicar sua tiragem nos últimos anos (mesmo tendo uma tiragem inicial de cem mil exemplares e uma queda do número de anúncios neste período).

A tese, sempre tão divulgada, de uma convergência linear e crescente dos conteúdos culturais e das informações em meio ao contexto das tendências de concentração no mercado mundial da mídia falsifica *os paradoxos e as ambigüidades* — ou, para usar uma expressão fora de

42. *Le Monde diplomatique*, 11 de abril de 1997.

moda, a *dialética* da globalização cultural, elaboradas e examinadas empiricamente pela *cultural theory*. Como não se cansa de lembrar Roland Robertson, um dos pais da teoria e da pesquisa ligada à globalização, esta sempre acarreta consigo uma *localização*. Os *cultural studies* rejeitam a idéia de sociedades individuais isoladas dentro de seus respectivos espaços culturais e descrevem um processo imane e “dialético” da “globalização” cultural, *na qual pares antagônicos são tornados simultaneamente reais e possíveis*. O ponto principal é este: globalização não significa uma globalização unilateral, automática e unidimensional — uma das inesgotáveis fontes de mal-entendidos neste debate. Dentro do âmbito da “*g-word*” trata-se muito mais de uma *nova consideração do elemento local*.

Basta partir do cálculo econômico para perceber que a globalização não significa apenas des-localização, mas também re-localização. Ninguém é capaz de produzir “globalmente”, no sentido concreto da palavra. Até mesmo — e principalmente — os produtos e as firmas que atuam no mercado “global” precisam estabelecer conexões locais. Para que isso ocorra é necessário, em primeiro lugar, que sua produção provenha de unidades locais e ali permaneça; e, em segundo, que os símbolos globais comercializados sejam extraídos da matéria-prima da cultura local, que desta maneira permanece viva, eruptiva e díspar. Global quer dizer — numa tradução menos abstrata — “em vários lugares ao mesmo tempo”, ou seja, *translocal*.

Por isso, o papel decisivo que este nexa global-local desempenha no cálculo das grandes companhias não chega a causar grande surpresa. A Coca-Cola e a Sony definem sua estratégia como uma “*localização global*”. Seus chefes e diretores ressaltam que a globalização não consiste na construção de fábricas em todas as partes do mundo,

mas em tornar-se parte de cada uma das culturas. O “localismo” é a confissão, a estratégia empresarial que eleva o significado prático da globalização.

Estas fronteiras imanentes da globalização linear de culturas podem no limite ser compreendidas conforme o modelo da McDonaldização. Uma cultura mundial universalizada — levando este raciocínio às suas últimas conseqüências — na qual, por um lado, as culturas locais fenecem, e por outro todos obedecem a um padrão de consumo (comer, dormir, vestir, argumentar, sonhar etc.) — ainda que este padrão seja rigorosamente distinto, conforme o poder aquisitivo e a origem social de cada um — seria o fim do mercado, o fim do lucro. Particularmente o capitalismo mundial abalado por uma crise de vendas necessita da diversidade e das contradições locais para, com o auxílio de inovações mercadológicas, permanecer na concorrência mundial.

Ainda assim a des-localização e a re-localização não representam automaticamente o renascimento da cultura local. Dito para os bávaros: a consagração da salsicha branca, da cerveja Löwenbrau e das calças de couro não representa a nossa salvação na era global. Pois na revivescência do colorido local entra em cena a *des-localização*. A *re-localização*, que entrou em curso, por assim dizer, com o infindável processo de des-localização, não pode ser equiparada a um *tradicionalismo linear* e praticada como um provincialismo parvo. Pois o quadro referencial em que o significado da cultura local deve provar sua validade foi transformado.

Reunidas, a des-localização e a re-localização sem dúvida trazem consigo as mais diversas conseqüências, mas além disso impedem as culturas regionais de justificar, determinar e renovar a si mesmas numa associação contra o mundo. Em substituição a esta fundamentação limitada —

como diz Anthony Giddens — das tradições com meios tradicionais (os quais ele define como “fundamentalistas”) surge agora a obrigação inescapável de re-localizar as tradições des-traditionalizadas *dentro do contexto global*, do diálogo, do intercâmbio e do conflito translocais.

Estará ocorrendo, em resumo, um renascimento não-tradicionista caso se consiga situar globalmente as particularidades regionais e renová-las de maneira conflitiva neste novo quadro. Dito de forma bávvara e também irônica, já que existe a salsicha (branca), que exista também a *salsicha branca do Havai*.

e. Globalização: Roland Robertson

Vimos que, em termos operacionais, a globalização pôs em curso uma *intensificação da mútua dependência* para além das fronteiras nacionais. Num primeiro passo, ocorreu a substituição do modelo dos mundos separados pelo modelo da interdependência transnacional. Roland Robertson dá o passo seguinte, que é de extrema importância: “ele ressalta “a riqueza e a profundidade” com que surgiu neste meio-tempo a “consciência cotidiana que considera o mundo como um espaço singular”. Para Robertson, portanto, a globalização *no tempo presente* e a globalização *consciente, refletida pela mídia* são duas faces de uma mesma moeda. Assim sendo, a fabricação desta reflexibilidade simbólico-cultural da globalização passa a ser a questão central da sociologia cultural da globalização. A nova *conditio humanitas* se encontra, por conseqüência, *na atenção e na consciência* que foram despertadas para a globalidade e para a fragilidade desta *conditio humanitas* ao final do século XX.

43. R. Robertson, *Globalization*, Londres, 1992.

Neste sentido, a globalização não ambiciona a “objetividade da interdependência crescente”. É muito mais relevante que se questione e investigue a forma como o horizonte mundial se abre e se estabelece na produção transcultural de mundos de significação e símbolos culturais. A globalização cultural impede a equiparação do Estado nacional com a sociedade nacional-estatal na medida em que se estabelecem e se entrecrocaram as formas transculturais de vida e de comunicação, as atribuições, as responsabilidades, as imagens de si mesmo e do outro construídas por grupos e indivíduos. Isto já havia sido entrevistado por Elizabeth Beck-Gernsheim no exame de casamentos e famílias transculturais. “Para além de todas as diferenças de valores, medos e esperanças, há um fato do qual se pode ter certeza: os grupos étnicos se tornam cada vez mais complexos em função dos desenvolvimentos sociais e populacionais. Pois na época da mobilidade, dos deslocamentos de massas populacionais e das inter-relações econômicas cresce o número de pessoas que transcendem o raio de seus grupos de origem e convivem e trabalham com pessoas de outros grupos; que deixam suas pátrias pelos mais diversos motivos (seja pobreza, fome ou perseguição; seja formação profissional ou trabalho, turismo ou mera curiosidade) por um período longo ou breve, ou talvez para sempre; que sobrepõem as fronteiras nacionais, nascem aqui, crescem ali, casam e têm filhos num terceiro lugar. Nos EUA já se considera que este processo ‘pode vir um dia a ser algo normal’: ‘Vem crescendo o número de casais biculturais, e já deixou de ser raro encontrar brancos asiáticos ou árabes judeus’ (R.C. Schneider). Estas relações miscigenadas são raras na Alemanha, mas aqui também se verifica uma incontestável tendência de relações familiares ‘coloridas’. Os casamentos, por exemplo: no ano de 1960 quase todos aqueles que se casaram na RDA eram alemães. Apenas um em cada

vinte e cinco casamentos havia a 'participação de estrangeiro ou estrangeira', nos termos da estatística oficial; e isto significa que pelo menos um dos parceiros possuía um passaporte estrangeiro. Em compensação, no ano de 1994 um em cada sete casamentos era 'de ou com estrangeiros', quer dizer, ou o homem, ou a mulher, ou ambos possuíam nacionalidade estrangeira. Os registros de nascimento, por exemplo: em 1960 praticamente todas as crianças nascidas na RDA tinham 'pura descendência alemã'; apenas 1,3% dos recém-nascidos tinha pai e/ou mãe estrangeiros. Em compensação, no ano de 1994 já eram 18,4% os recém-nascidos que tinham um pai estrangeiro e/ou uma mãe estrangeira, ou seja, praticamente uma em cada cinco crianças era nascida de uma ligação entre alemães e estrangeiros ou de estrangeiros. No que concerne a este grupo de 'transculturais' — que vem crescendo assustadoramente — e às suas famílias cria-se um problema de regulamentação social: a quem (e onde) eles pertencem, a nós, aos outros, e quais outros? Trata-se, nestes casos, de histórias de vidas muito embaraçadas, movediças e agitadas, que recusam um enquadramento nas categorias já estabelecidas. E isto acarreta processos administrativos complicadíssimos, conflitos de testemunho, além dos erros e equívocos que se tornam tão propícios diante de uma matéria tão difícil."⁴⁴

Jürgen Habermas fez referência há alguns anos a uma *"nova intransparência" ("neu Unübersichtlichkeit"), Zygmunt Bauman fala em um "fim da univocidade". O local e o global, argumenta Robertson, não se excluem."⁴⁵ Pelo contrário: o local deve ser compreendido como um aspecto do glo-

44. Beck-Gernsheim, *Schwarze Juden und griechische Deutsche*, em Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, op. cit.

45. Robertson, *Globalization*, em Featherstone (org.), *Global Modernities*, Londres, 1995.

bal. Globalização quer também dizer: a conjunção e o encontro de culturas locais que deverão ainda ser conceitualmente redefinidas em meio a este "*clash of localities*". Robertson propõe a substituição do conceito base de globalização cultural por *glocalização* — o cruzamento das palavras globalização e localização.

Ao mesmo tempo levanta-se, com esta palavra sintética "glocalização", uma suposição, a suposição da *cultural theory*: trata-se da idéia de que é *absurdo* tentar compreender o mundo contemporâneo, seus colapsos e suas renovações, *sem* considerar todos os eventos descritos sob as rubricas "*politics of culture, cultural capital, cultural difference, cultural homogeneity, ethnicity, race and gender*."⁴⁶

Não há exagero em afirmar que o corte que separa a novíssima "sociologia da globalização" focalizada na cultura dos antigos pressupostos da *world system theory*, por exemplo, se dá precisamente neste ponto. Eis a cuidadosa formulação do axioma que separa o joio do trigo:

A "cultura global" *não pode ser compreendida nos termos do Estado*, mas apenas como um processo *contingente e dialético* (mas que não permanece restrito à *economia* por sua aparente redutibilidade à lógica unívoca do capital) — segundo o modelo da "glocalização", que compreende e desvela elementos contraditórios *em sua própria unidade*. Neste sentido nos é permitido falar de paradoxos de culturas "glocais".

Uma renovação metodológico-pragmática deste conceito é algo importante. A globalização — na aparência, o Grande-Todo, o Outro, aquilo que chega ao fim de tudo e subjuga todo o resto — se torna compreensível em elementos miúdos e concretos, no próprio espaço, na vida de cada

46. Idem p. 145.

um, nos símbolos culturais; todas elas trazem a assinatura do "glocal".

E isto pode ser interpretado da seguinte maneira: a sociologia da globalização se torna empiricamente viável e necessária como uma pesquisa cultural glocal (da indústria, da técnica, da política, da desigualdade).

Mas o que significa, no contexto da *cultural theory*, esta palavra "dialético", que já serviu para dispensar o pensamento claro e que volta agora a ocupar o primeiro plano? O que se pretende dizer com "paradoxos globais" se estes são concebidos e considerados como *cursos (flow)*?⁴⁷

Universalismo e particularismo

Desta maneira a generalização e a unificação de instituições, símbolos e modos de vida (por exemplo, *McDonald's*, *blue jeans*, democracia, tecnologia de informática, bancos, direitos humanos etc.) e a redescoberta e a valorização, e mesmo a defesa das culturas e das identidades locais (islamização, renacionalização, *pop* alemão e *rai* norte-africano, o carnaval africano em Londres ou a salsicha branca do Havaí) já não representam uma contradição. Antes pode-se afirmar — para retomar o exemplo dos direitos humanos — que estas culturas, bem como todas as outras, estão em primeiro lugar representando direitos universais e que, em segundo, são representadas e postas em cena diferentemente conforme cada contexto.

Conexão e fragmentação

47. A este respeito, ver McGrew, *A Global Society?*, op.cit.

A globalização produz (exige) conexões. Isto precisa ser ressaltado no contexto da discussão em que a globalização é (mal) compreendida e subvalorizada como um quase sinônimo para a fragmentação. Estão surgindo "comunidades" (esta palavra precisa ser redefinida) transnacionais, transcontinentais, que dividem aquilo que se considerava e ainda se considera ser uma unidade insolúvel: trabalhar e viver em comum dentro dos limites sociais e geográficos e ao mesmo tempo inaugurar um novo contexto social. Esta nova lógica, a da convivência e do trabalho em locais geograficamente afastados, é praticada tanto por empresas transnacionais (cujas sedes administrativas foram deslocadas para Cingapura mas cujos produtos são fabricados em diversas regiões da Europa) como por "comunidades" transnacionais (mexicanos americanos, americanos mexicanos), "famílias", subculturas étnicas (África imaginária) etc.

Pelo mesmo motivo pode-se também afirmar: a globalização fragmenta; não joga por terra somente o poder de informação e de cobrança de impostos do Estado, mas também a sua autoridade; comunidades locais (*örtlich*) também correm risco de dissolução. Sob as condições da cultura glocal é até mesmo possível que, num caso-limite, a vizinhança direta desapareça ao passo que as "vizinhanças" transculturais prosperam (possível mas não necessário).

Centralização e descentralização

Muitos enxergam unilateralmente a globalização como um processo de concentração e centralização — nas dimensões de capital, poder, conhecimento, riqueza, capacidade de atuação etc.; e apresentam freqüentemente bons motivos para tanto. Mas desconsidera-se que esta mesma dinâmica gera descentralização. Comunidades locais (ou melhor:

translocais) se tornam mais influentes na formação de seus espaços sociais, e também em seus contextos locais, leia-se: nacionais.

Os Estados nacionais podem fechar-se sobre si mesmos. Mas podem com a mesma eficácia se orientar e se voltar ativamente para o exterior, redirecionando e redefinindo sua política e sua identidade dentro do quadro relacional de entrelaçamento do mundo globalizado. O mesmo deve valer para os atores de todas as camadas e campos do espectro social — desde os sindicatos, passando por Igrejas e associações de consumidores e chegando até os indivíduos.

Conflito e compensação

O mundo glocal pode ser facilmente concebido como um mundo que se decompõe em meio ao conflito. A idéia de uma “guerra de culturas” está ainda de certa forma presente nas escolas primárias do Estado nacional (apesar do horror que lhe é própria). Pois glocalização significa também: no lugar da comunidade associada a um território surge o conflito, e no lugar do conflito (que sempre pressupõe um modelo mínimo de integração) surge o “disflito” etc. Pensa-se em uma cisão do mundo, corroído pela exclusão dos “sem-poder aquisitivo” e até da maior parte da população do planeta, ou seja, na *brasilianização* do mundo.⁴⁸

Mas esta perspectiva fantasmática do futuro — que não é, de forma alguma, equivocada — deve, no entanto, perguntar a si mesma por que ressalta unilateralmente este e apenas este aspecto dos futuros possíveis. Pois ainda que esta perspectiva sinistra não deva ser escondida ou camuflada, ela ignora, contudo, que a glocalização produz “co-

48. A este respeito, ver p. 266.

munidades” novas e originais, que vão desde o Mickey Mouse e a Coca-Cola, passando pelo simbolismo das criaturas moribundas e envenenadas (em uma referência às imagens de gaivotas e filhotes de foca sujos de petróleo) e chegando aos primeiros indícios de uma esfera pública mundial, expostos no boicote transnacional da Shell — o que não deixa de ser uma ironia.

Fukuyama decretou há pouco tempo o “fim da história”. Howard Perlmutter tem razão ao defender o surgimento de uma civilização global.⁴⁹ Nela a globalização se torna *reflexiva* e adquire assim uma nova qualidade histórica, que, como já foi dito, justifica o conceito de uma “sociedade mundial”. Pois esta pressupõe *vivências de um destino comum*, manifestas nas proximidades improváveis do distante em um mundo sem fronteiras.

Excursão: duas formas de diferenciação

Proponho, neste sentido (como contribuição para uma explicação do conceito “dialética”), uma distinção genérica entre formas *exclusivas* e *inclusivas* de diferenciação. Diferenciações exclusivas obedecem à lógica do um-ou-outro. Elas vêem o mundo como a ordenação e a subordinação de mundos separados cujas identidades e características são excludentes. Todo caso intermediário é obra do acaso. Eles provocam e escandalizam, exigem remanejamentos ou atividades que recomponham a ordem estabelecida.

Diferenciações inclusivas lançam uma idéia totalmente diversa de “ordem”. Cair no vão entre duas categorias não

49. Perlmutter, *On the Rocky Road to the First Global Civilization*, em King (org.), *Culture, Globalization and the World System*. Londres, 1991, p. 902.

é aqui a exceção, e sim a regra. Se isto parece escandaloso, há um único motivo: é porque a “naturalidade” dos modelos exclusivos de ordenação é questionada pela idéia de desordenação das diferenciações inclusivas.

Uma das vantagens da diferenciação inclusiva é o fato de que ela viabiliza um outro conceito, mais flexível — ou, se se quiser — cooperativo de “fronteira”. As fronteiras não surgem aqui pelo afastamento — exclusão — mas por formas já bastante arraigadas de “dupla inclusão”. Uma pessoa toma parte em diversos círculos e por seu intermédio cria as fronteiras. (Me parece claro que, ao menos em termos sociológicos, esta será provavelmente uma forma importante, mas não a única, de se conceber e vivenciar fronteiras.) No quadro de diferenciações inclusivas as fronteiras serão, portanto, pensadas e determinadas como um modelo flexível que viabilizará *überlappende Loyalitäten*.

No paradigma da diferenciação exclusiva a globalização é pensada como um caso-limite em que tudo vem abaixo. Aqui, a globalização precisa tomar a forma de ponto extremo de um processo que elimina todas as diferenças e põe em seu lugar um Mesmo. A consequência metodológica será a visibilidade deste Grande Todo — quem sabe até de uma única perspectiva. Mas parece evidente que este olhar quer ver mais do que pode e talvez possa se desfazer neste esforço.

A favor do paradigma da diferenciação inclusiva depõe, por outro lado, sobretudo um *argumento pragmático de investigação: apenas desta maneira haverá pesquisa sociológica a respeito da globalidade*. Este novíssimo cruzamento entre o Mundo e o Eu que é aqui avistado refunda a sociologia, pois sem o seu auxílio ele não pode ser conceituado ou investigado teórico-empiricamente, e nem elaborado politicamente. A admissão da diferenciação inclusiva

ganha assim o status de uma *hipótese empírica de trabalho*. E esta hipótese precisa ser comprovada na aventura da pesquisa realizada no curso da formação desta sociedade mundial desconhecida em meio a qual vivemos. Aquilo que era postulado logicamente pelo pensamento do um-ou-outro precisa antes ser decifrado e iluminado empiricamente: as formas de vida, biografia, conflito, domínio, desigualdade e o Estado da sociedade mundial.⁵⁰ Porém, mesmo as diferenciações inclusivas precisam e devem ser apresentadas de maneira *clara*. Alterando ligeiramente o dito de Benn: o pensamento obscuro e a indiferenciação ainda não representam uma teoria reflexiva da modernização.

f. *O poder da imaginação de mundos possíveis:*

Arjun Appadurai

50. Seria esta distinção entre diferenciação exclusiva e inclusiva tipicamente ocidental, *eurocêntrica*, ou ela pode ambicionar uma validade universal? Parece mais fácil acreditar que a idéia de uma sociedade mundial do Ou-isso-ou-aquilo é uma criação do Ocidente para acentuar e reforçar a posição das metrópoles ocidentais ou do Ocidente como ponto de referência em um mundo globalizado. Sob o regime cultural, religioso e estatal do Ou-este-ou-aquele — como escreve Friedman — esta concepção pode parecer agressiva e danosa e receber uma resposta que seja igualmente danosa e agressiva. Quando um espaço cultural se unifica segundo o esquema do Ou-isto-ou-aquilo — seja sob a forma de um poder hegemônico ou de um pensamento hegemônico — então a Itália será (novamente) equiparada ao *spaghetti*, e nascerá, a partir de diversos dialetos, uma nova “língua materna”, ou seja: as diferenças e as diversidades culturais serão moídas gradualmente por distinções graduais entre verdadeiro e falso, entre a normalidade e o desvio. (Ver a este respeito Friedman, *Cultural Logics on the Global System*, em *Theory, Culture and Society*, 5, Special issue on Post-Modernism, 1988, p. 458.)

O ponto de vista e a teoria de Robertson a respeito das culturas “glocais” são ampliados por Arjun Appadurai, que postula e desenvolve teoricamente a *autonomia relativa*, a independência e a lógica peculiar destas culturas ou economias glocais. Dentro deste contexto Appadurai faz referência, entre outros assuntos, a *ethnoscapes*, ele tem em mente “paisagens de pessoas”, que tomam conta do mundo irrequieto e esfacelado no qual vivemos: turistas, imigrantes, fugitivos, exilados, trabalhadores estrangeiros e outras pessoas ou grupos que estão em constante deslocamento. Deles e de sua inquietude físico-geográfica emanam os impulsos essenciais para uma transformação política dentro das nações e entre elas; sim, eles são uma das faces do rosto da cultura global. Paralelamente às *ethnoscapes* Appadurai também diferencia e descreve:

— *Technoscapes*: Os movimentos promovidos pela tecnologia que solapam as fronteiras, as tecnologias mais desenvolvidas e as obsoletas, as tecnologias informativa e mecânica;

— *Financescapes*: entre os mercados de divisas das bolsas nacionais e das atividades especulativas ocorre uma movimentação de quantias astronômicas de dinheiro numa velocidade aterradora, que escapa do campo de atuação das nações;

— *Mediascapes*: a distribuição das possibilidades de produção de imagens eletrônicas e de sua difusão;

— e *Ideoscapes*: a concatenação de imagens, frequentemente associadas a idéias e ideologias de oposição ou de governo, que encontram suas raízes no Iluminismo.⁵¹

51. Appadurai, *Globale Landschaften*, em Beck (org.) *Perspektiven der Weltgesellschaft*, op.cit. Ver também Lash & Urry, *Globale Kulturindustrien*, Frankfurt/M., 1998, cap. 10.

Como mostra Appadurai, as correntes icônicas e estas novas paisagens questionam também a tradicional distinção entre centro e periferia. Elas são *a pedra fundamental dos “mundos imaginados”*, vivenciados e intercambiados por pessoas e grupos de todas as partes do planeta que os recobrem com significados os mais diversos.

“No mapa político, as fronteiras entre os países continuam a ser tão claras como sempre foram... (mas) de todas as forças que trabalham por sua superação as correntes informativas são as mais aguerridas — aqui circulam informações que eram outrora monopolizadas por governos... e cujo monopólio do conhecimento a respeito do que se passava no mundo o deixava em condições de tomar as pessoas por ignorantes, indicar-lhes direções incorretas e controlá-las... Hoje... as pessoas estão em condições de obter, de qualquer lugar, as informações que desejarem a respeito de qualquer canto do planeta”.

As culturas glocais emergentes não estão atreladas a nenhum tempo e a nenhum espaço. Elas não possuem contexto, são uma “autêntica *mélange* de elementos disparatados, extraídos de toda parte e de parte alguma, nascidas do moderno (pós-moderno) tanque do sistema global de comunicação.”⁵²

O que isto significa? A imaginação adquire um poder muito especial no cotidiano dos homens, responde Appadurai.⁵³ Um número maior de pessoas em várias partes do mundo fantasiam e especulam uma enorme gama de vidas “possíveis”, mais do que jamais poderiam pensar. A principal fonte desta mudança são os *mass-media*, que colocam à disposição uma riquíssima e sempre renovada oferta de

52. *Idem*.

53. Ver Appadurai, *Globale Landschaften*, op.cit.

“vidas possíveis”. Com este artifício estabelece-se também uma proximidade imaginária entre os espectadores e os símbolos da mídia. Os óculos que os homens utilizam para ver, julgar e avaliar suas vidas, suas esperanças, seus fracassos e sua condição real é feito a partir do prisma das vidas possíveis, que celebram e tornam ininterruptamente presente a “tele-visão”.

Mesmo nas situações mais desesperadoras, argumenta Appadurai, quando os homens são lançados às condições mais brutais e desumanas — as crianças trabalhadoras, os homens-lixo, que vivem no e dos restos das grandes cidades — abre-se uma janela para o sinistro jogo da imaginação fabricado pela indústria cultural. Irrompe o desespero, que talvez chegue a se duplicar na forma reluzente das mercadorias de uma vida possível, cujo poder de sedução é exercido pela onipresença da publicidade estática ou móvel.

Este novo poderio da indústria da imaginação significa que as formas locais de vida foram assaltadas e revolvidas por “imagens-modelo” provenientes de espaços e quadros sociais que lhes são estranhos. A vida real e as vidas possíveis formam desta maneira uma contradição que é, no mínimo, irônica. Pois, conforme mencionado, até mesmo o desespero permanece e surge sob a força mercadológica das vidas imaginárias, e está associado e incluído no círculo global de imagens e protótipos que geram o movimento (ativo e passivo) da economia cultural.

g. Riqueza globalizada, pobreza localizada:

Zygmunt Bauman

Em resumo: os observadores da cena global educados na escola anglo-saxã da *cultural theory* se afastaram daquilo que poderia ser denominado como a “McDonaldização”

do mundo. Todos concordam que a globalização não impõe uma unificação cultural; a produção de símbolos culturais e de informações em massa não conduz ao surgimento de algo semelhante a uma “cultura global”. Os contextos locais, que ainda vivem seu processo de formação, devem muito mais ser compreendidos como as duas faces opostas da “imaginação de vidas possíveis”, que permitam uma imensa variedade de combinações e sejam compostos a partir das coleções infinitas e sempre oscilantes de vidas e identidades grupais desiguais.

“Deste emaranhado global”, escreve Zygmunt Bauman, “símbolos culturais são isolados e identidades distintas são tecidas. A indústria local da diferenciação se torna uma das marcas distintivas (e globalmente determinada) do fim do século XX... Os mercados globais de bens de consumo e informação impossibilitam a escolha daquilo que deverá ser absorvido — mas a forma da escolha é decidida localmente ou dentro da comunidade com a intenção de preparar os novos símbolos para estas identidades em dissolução ou reflorescimento, que foram reinventadas ou ainda estão sendo apenas postuladas. A *community*, redescoberta com o renascimento romântico da *comunidade* (eles a vêem mais uma vez ameaçada por poderes obscuros, despersonalizados e desarraigados — ancorados desta feita na *sociedade global*) não é o antídoto para a globalização, mas uma de suas tantas e inevitáveis conseqüências — a um só tempo o seu resultado e a sua condição”.

A fim de concluir esta etapa da argumentação a propósito da “lógica própria” do desenvolvimento de uma dimensão da globalização, gostaríamos de colocar uma questão relativa às conseqüências preocupantes e fundamentais que resultam da desigualdade global. Bauman descreve estas conseqüências. O nexos global-local não apenas per-

mite e torna obrigatórias novas formas analítico-empíricas de exame das culturas e dos universos translocais; ele também divide, argumenta Bauman, a nascente sociedade mundial. Globalização e localização não são apenas dois momentos ou duas faces de um mesmo objeto: são simultaneamente as forças propulsoras e as formas de expressão de *uma nova polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados*.

“Globalização e localização podem ser faces inseparáveis de uma mesma moeda; porém as duas partes da população mundial vivem em faces distintas e enxergam apenas uma delas — da mesma forma como os homens vêem e observam apenas uma face da lua. Alguns habitam o globo, outros estão acorrentados aos seus lugares de origem... Antes de mais nada, a glocalização é sobretudo uma redistribuição de privilégios e destituição de direitos, de riqueza e pobreza, de alternativas e ausência de perspectiva, de poder e impotência, de liberdade e servidão. Poder-se-ia dizer que a glocalização é um processo de reestratificação mundial em cujo curso está sendo construída uma nova hierarquia sociocultural que reproduz a si mesma e se dissemina por todo o planeta. Quanto à diferença e à identidade comunitária que a globalização dos mercados e da informação põe em curso não existem parceiros diversificados, mas sim parceiros iguais. O que para um representa livre escolha, para outro é um impiedoso destino. E uma vez que vem crescendo a largos passos o número destes últimos, que mergulham num desespero apoiado numa existência sem perspectivas e que se torna cada vez mais profundo, então é correto reconhecer a glocalização como uma concentração de capital, finanças e de todos os recursos imagináveis que viabilizam a livre escolha e a ação bem-sucedida — mas também, antes de qualquer outra coisa, como *uma concen-*

tração da liberdade de ação... A liberdade (de ação e, sobretudo, de mobilidade do capital) é o combustível que faz com que a riqueza cresça mais do que nunca; e uma vez acumulada a riqueza, então haverá mais para todos — dizem alguns em tom consolador. Os pobres do mundo, novos ou velhos, os de sempre ou os que foram produzidos por computador, dificilmente reconheceriam neste folclore a sua situação de desespero. Os ricos de outrora necessitavam dos pobres para se tornarem ricos e assim permanecerem. Agora eles já não mais precisam dos pobres... Desde os tempos mais remotos o conflito entre ricos e pobres significou a vivência constante de uma dependência mútua. Atualmente, este vem sendo cada vez menos o caso. Ninguém ainda se mostrou capaz de imaginar exatamente a respeito de que fariam os ricos “globalizados” e os novos pobres “globalizados”, por qual motivo eles sentiriam a necessidade de firmar um compromisso e qual espécie de *modus coexistendi* eles estariam dispostos a buscar... As hierarquias nascidas nos dois pólos destes mundos ilhados, na ponta de cima e na ponta de baixo, se distinguem uma da outra de maneira drástica e vêm sendo progressivamente afastadas como vias de trânsito utilizadas pelos habitantes ricos das cidades contemporâneas, que delimitam as *no go areas* e cuidadosamente as evitam.

Enquanto o *espaço* perdeu sua qualidade de poder de delimitação para o *primeiro mundo* — isto é, para o mundo dos proprietários e dos capacitados — e pode ser facilmente cruzado por vias reais ou virtuais, o espaço real se fecha para o *segundo mundo* — o mundo dos pobres, dos ‘inúteis estruturais’ — com uma velocidade aterradora.

A forma impositiva com que os meios de comunicação apresentam a conquista dos espaços e o “acesso virtual” a espaços longínquos — e inacessíveis na realidade não-vir-

tual — faz desta desapropriação algo ainda mais doloroso. A redução do espaço anula o curso temporal; os habitantes do primeiro mundo vivem um *eterno presente*, atuam numa seqüência de episódios higienicamente apartados tanto de seu futuro como de seu passado; estas pessoas estão sempre ocupadas e “nunca têm tempo”, pois nenhum instante temporal pode ser estendido — o tempo é experimentado como algo “delimitado”.

Os homens que estão expostos ao segundo mundo são oprimidos e rebaixados pelo peso do tempo *supérfluo* e abundante que não conseguem preencher. No seu tempo “nunca acontece nada”. Eles não “controlam” o tempo — mas também não são controlados por ele como eram seus antepassados, submetidos ao ritmo impessoal do tempo das fábricas e aos cartões de ponto. Eles podem apenas matar o tempo, na mesma medida em que vão sendo lentamente mortos por ele.

Os habitantes do primeiro mundo vivem no tempo, e o espaço nada significa para eles, uma vez que todas as distâncias podem imediatamente ser superadas. Esta vivência foi captada pela imagem da “hiper-realidade” de Jean Baudrillard, em que o real e o virtual já não são mais separáveis por possuírem e perderem ambas a “objetividade”, a “externalidade” e o “poder punitivo” que Émile Durkheim definiu como as marcas distintivas da “realidade”.

Os habitantes do segundo mundo vivem no espaço — ele é denso, indevastável, intocável e amarra o tempo retirando-o do controle destes habitantes. Seu tempo é vazio. Só o tempo virtual, o tempo televisivo possui uma estrutura, um “cronograma”. O outro tempo é monótono, ele vai e vem, não impõe tarefas nem deixa pistas de sua passagem. Seu sedimento só entra repentinamente em cena, sem aviso ou convite. O tempo imaterial não tem poder sobre o

“espaço demasiadamente real” ao qual os habitantes do segundo mundo foram lançados.

Os ricos, que por algum acaso são os personagens que detêm os principais recursos e os maiores poderes no cenário político, não precisam dos pobres nem para salvar suas almas (que eles acreditam não possuir e por sinal não consideram nem mesmo digna de qualquer atenção) e nem para permanecer ou se tornar mais ricos (o que, na sua opinião, seria mais fácil se não houvesse a obrigação de reparar uma parcela de sua riqueza com os pobres).

Os pobres não são os filhos de Deus que dão ocasião a uma boa ação purificadora. Não são o exército industrial de reserva que deve ser mantido para o retorno da produção de valor. Não são os consumidores que precisam ser seduzidos e convencidos de que, com o crescimento da economia, seja retomada a liderança. De qualquer ponto de vista, os pobres não têm utilidade alguma; os vagabundos não são nada mais do que uma caricatura horripilante do turista — e quem fica feliz ao ver sua imagem desfigurada no espelho?⁵⁴

A novidade da era global é a perda do *nexo* entre pobreza e riqueza, precisamente — conforme Bauman — por conta da globalização. Pois ela divide a população mundial entre ricos globalizados, que vencem o espaço e não têm o tempo, e pobres localizados, que estão presos aos seus lugares e precisam matar o tempo que não conseguem preencher.

Entre os vencedores e os perdedores da globalização, argumenta Bauman, não haverá no futuro *nem* unidade e *nem* dependência. E a principal consequência é: a dialética

54. Bauman, *Schwache Staaten. Globalisierung und die Spaltung der Weltgesellschaft*, em Beck (org), *Kinder der Freiheit*, pp. 323-331.

do senhor e do escravo chega ao fim; mais ainda: desmancha-se o vínculo que tornava a solidariedade não apenas possível como necessária. As relações de compaixão ou dependência que até hoje permearam todas as formas de desigualdade desaparecem nesta nova terra de ninguém da sociedade mundial. E a palavra “glocalização” é, ao menos por enquanto, um eufemismo. Ela ilude o fato de que ainda serão produzidos quadros para além da unidade e da dependência, quadros para os quais ainda não conhecemos nome ou resposta.

b. *Capitalismo sem trabalho*

Duas perspectivas relativizam o importante argumento de Bauman, a saber, sua afirmação de que a glocalização conduz a uma polarização entre pobres e ricos em escala mundial. De certa maneira, ele superestima a si próprio. Acompanhando sua argumentação vemos que, ao menos de sua perspectiva ele *conecta* (numa substituição) aquilo que, de forma irrevogável, desaparece na sociedade mundial transestatal: o quadro, a *minima moralia* que nos permitia perceber os pobres como os nossos pobres, os ricos como os nossos ricos.

Mas Bauman inverte também a perda de significação do quadro relacional *nacional-estatal* — que já não suporta as oposições entre pobres sem fronteiras e ricos sem fronteiras — com a perda de *todo e qualquer* significado.

Por um lado, não se pode esquecer que está em curso a formação de uma “solidariedade cosmopolita” (J. Habermas) que certamente terá um poder de vinculação inferior à solidariedade surgida entre os Estados nacionais europeus há uma ou duas décadas. Por outro, as sociedades nacionais não subordinam apenas as *communities* controladas e ordenadas

pelo Estado nacional; elas também proporcionam uma nova aproximação entre mundos aparentemente separados — e isto não acontece apenas “do lado de fora”, mas na vida cotidiana, comum. Torna-se questionável, e num sentido vital, se a segunda modernidade — para retomar o raciocínio de Appadurai —, as produções culturais de “vidas possíveis”, que ao menos em teoria devem incluir tanto os mais ricos como os mais pobres, permitiria a exclusão de grupos.⁵⁵

O primeiro mundo está contido no terceiro e no quarto, assim como o terceiro e o quarto estão contidos no primeiro. Centro e periferia não se dividem em continentes apartados; eles se cruzam e se contradizem de forma conflituosa nas mais variadas relações mistas, seja lá ou cá. O fato de que a pobreza não pode permanecer espacialmente delimitada encontra uma prova no Rio de Janeiro, onde os sem-teto “tomam o poder” nas ruas luxuosas ao cair da noite.

Mas a questão de saber como e por que a globalização destrói a comunidade mínima entre os mais pobres e os ricos não é focalizada por Bauman. Por isso ela é retomada e reformulada aqui: a sociedade de trabalho finda sem o trabalho?⁵⁶

O futuro do trabalho, diz o proprietário da BMW, terá o seguinte destino no que toca à nossa empresa: e então ele aponta uma linha decrescente, que se inicia em 1970 e chega a zero no ano 2000. Há um certo exagero, acrescenta ele, e não poderíamos apresentar publicamente estes dados. Porém a produtividade cresce numa tal proporção

55. Sobre este assunto, ver comentários a respeito da sociedade civil transnacional, das possibilidades e das necessidades da crítica transcultural etc., p. 115.

56. Esta questão já havia sido formulada por Arendt nos anos 60 em seu livro *Vita Activa*; ver também a propósito Matthes, *Krise der Arbeitsgesellschaft?*, Frankfurt/M., 1984, volume em que se encontram os relatórios do Encontro de Sociologia de Bamberg.

que nós poderemos produzir cada vez mais carros com cada vez menos trabalho. Apenas para manter o quadro atual precisaríamos expandir violentamente os mercados. Só se pudermos vender BMWs em todas as esquinas do planeta haverá ainda uma chance de assegurar os postos de trabalhos já existentes.

O capitalismo destrói o trabalho. O desemprego não é mais um destino marginal, ele atinge potencialmente a todos — e à democracia como forma de vida.⁵⁷ Mas o capitalismo global, que se esquivava de seu compromisso com a democracia, também enterra desta maneira a sua própria legitimidade. Antes que um novo Marx do Ocidente venha arrombar as portas, ainda vale a pena retomar idéias e modelos datados para a elaboração de um novo contrato social.

Vamos exemplificar: na Grã-Bretanha, um dos países mais elogiados por sua baixa taxa de desemprego, apenas um terço da população economicamente ativa tem ocupação plena, ao menos no sentido tradicional (na Alemanha este número ainda está acima de sessenta por cento). Há vinte anos este número ultrapassava os oitenta por cento em ambos os países. O que parecia ser o remédio — a flexibilização do mercado de trabalho — encobriu e escondeu, mas não curou a doença do desemprego. Pelo contrário, tudo cresce: o desemprego e a nova restrição das perspectivas (*Unübersichtlichkeit*) do trabalho temporário, de relações trabalhistas incertas e a reserva de trabalho que ainda permanece em silêncio. Em outras palavras: o volume de trabalho remunerado desaba em alta velocidade. Rumamos para um capitalismo sem trabalho — e isto ocorre em todos os países pós-industriais do mundo.

57. Ver também Kapstein, *Arbeiter und die Weltwirtschaft*, em Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, op. cit.

No debate público, três mitos impedem uma visão mais clara desta situação. O primeiro: tudo se tornou muito complicado — o mito da incompreensibilidade; o segundo: o crescimento iminente da sociedade de prestação de serviços salvará a sociedade de trabalho — o mito da prestação de serviços; o terceiro: precisamos reduzir drasticamente os salários, e depois os problemas de desemprego evaporarão — o mito dos custos.

O argumento de que tudo está relacionado a tudo (ainda que tenuamente) e, por conseqüência, permanece obscuro, com toda certeza vale para o mercado de trabalho sob as condições da globalização. Mas isto não impede pronunciamentos a respeito de tendências seculares, como mostram os estudos comparativos oferecidos, isto é, reunidos pela Comissão de Questões para o Futuro.⁵⁸ De acordo com estes estudos, o fator trabalho já vem sendo sobrevalorizado há várias gerações. Há, na metade da década de 70, um corte. Desde então pode ser observada uma queda do trabalho aquisitivo, seja pelo índice de desemprego (como é o caso na Alemanha) ou encoberto pelo crescimento exponencial das “formas diversas de ocupação” (como nos EUA e na Grã-Bretanha). A procura por trabalho cai, a oferta de trabalho aumenta (mesmo com a globalização). Ambos os indicadores do encolhimento progressivo do trabalho aquisitivo — desemprego e informalização de atividades — são alarmantes.

Já não se trata mais da redistribuição do emprego, mas da *redistribuição do desemprego* — incluindo as novas formas mistas de ocupação e desemprego, pois estas são con-

58. Comissão para Questões do Futuro, *Entwicklung von Erwerbstätigkeit und Arbeitslosigkeit in Deutschland und anderen frühindustrialisierten Ländern*. Parte I, Bonn, outubro de 1996.

conduziria para fora deste vale das lamentações do desemprego. Brilharia então a luz do *american way*. Mas numa comparação entre a Alemanha e os EUA verifica-se que o “milagre do emprego” americano possui duas faces. Postos de trabalhos para profissionais altamente qualificados, que ainda são seguros e bem-remunerados representam apenas 2,6%, a mesma porcentagem verificada na Alemanha, o país que paga os salários mais altos (estatística da OCDE de abril de 1996). A diferença reside no crescimento de trabalhos não-qualificados e mal-remunerados. Trata-se do *caminho dos pequenos serviços*, a marca distintiva do milagre americano. Este pressupõe, entre outros fatores, uma política aberta de imigração. Um desempregado saído de Munique, com o segundo grau concluído, pode se ver um dia obrigado a trabalhar cortando aspargos em Deggendorf, no sul da Baviera — para azar dos aspargos e dos cultivadores de aspargos. Pois ele não possui a disposição nem a motivação dos camponeses da Polônia, para quem este trabalho representa um grande salto na vida.

Os aspectos negativos do milagre do emprego são: entre 1979 e 1989 os salários dos trabalhadores na décima parte inferior da hierarquia decresceram em novos 16%. Os salários reais da parte média também sofreram redução de 2%, e apenas no topo os salários tiveram um aumento — de 5%. Mas esta tendência de encolhimento pôde ser contida entre 1989 e 1997, em benefício dos *working poor* — que no entanto já não recebem praticamente salário algum por seu trabalho e não podem mais sofrer reduções de salário. Ainda assim os salários da maioria da classe média americana continuam em erosão: desde 1989, eles já foram reduzidos em 5%. Estamos pela primeira vez diante de um crescimento da economia que corre paralelamente a um “pleno emprego” e uma redução dos salários da classe

média.⁵⁹ “Que sorte”, diz um americano, “Bill Clinton criou milhões de empregos!” “É verdade”, responde o outro, “eu já tenho três e não consigo alimentar minha família”. Na Alemanha, a existência de pessoas que, durante o dia, recebem — digamos — sete marcos por hora de trabalho, e à noite dormem em caixas de papelão, ainda (!) parece ser um problema.

Mas para fazer desaparecer o encanto da “solução” americana, bastaria uma comparação da produtividade. Esta cresceu em média 25% nos EUA, enquanto na Alemanha teve um crescimento de 100%. “Como os alemães conseguem?”, perguntou recentemente um colega americano. “Eles trabalham ao mínimo e produzem ao máximo.”

É precisamente neste ponto que se apresenta a nova lei de produtividade do capitalismo na era da informação. Pessoas globalmente intercambiáveis e de formação cada vez mais restrita podem exercer uma quantidade cada vez maior de serviços e atividades. O crescimento econômico já não pressupõe mais a derrubada do desemprego e sim o inverso, ou seja, a derrubada de postos de trabalho — *jobless growth*.

Mas que ninguém se iluda: o capitalismo restrito à propriedade, que visa exclusivamente ao lucro e toma o espaço do Estado (do bem-estar), da democracia e do emprego, está suprimindo sua própria legitimidade. Enquanto crescem as margens de lucro das empresas de atuação global, estas privam o caro Estado de postos de trabalho e do pagamento de impostos e deixam para ele os custos do desemprego e do avanço civilizatório. Dois pobres crônicos — o erário público e as cotizações privadas daqueles que permanecem empregados — devem financiar sozinhos algo que

59. A. B. Kruger, *It's Time for Americans to Worry about Stagnation of Wages*, em *International Herald Tribune*, 1/8/1997, p. 8.

também é desfrutado pelos ricos: O “luxo” da segunda modernidade — escolas e universidades muito bem equipadas, o bom funcionamento do sistema de tráfego, preservação paisagística, ruas seguras, a diversidade da vida cultural.

Com a dissolução dos valores essenciais da sociedade de trabalho pelo capitalismo global nos países mais desenvolvidos, desfaz-se uma aliança histórica entre capitalismo, Estado de bem-estar social e democracia. A democracia veio ao mundo, na Europa e nos EUA, como uma “democracia do trabalho” — isto significando que a democracia consistia na divisão do trabalho remunerado. O *citizen* devia ganhar seu dinheiro desta ou daquela maneira para conferir sentido ao seu direito de liberdade política. O trabalho remunerado fundamentava a existência política e não apenas a existência privada. Não se trata “somente” de milhões de desempregados. Não se trata apenas do Estado de bem-estar social. Ou da luta contra a pobreza. Ou da realização da justiça. Trata-se de todos nós. Trata-se da liberdade política e da democracia na Europa.

A conjunção tipicamente ocidental entre o capitalismo e os direitos sociais, econômicos e políticos fundamentais não representa apenas algo como uma “benfeitoria social” que, para encurtar a história, poderia ser dispensada. Este capitalismo socialmente “amortecido” foi muito mais uma resposta às experiências do fascismo e às necessidades impostas pela presença do comunismo. Foi um exercício de iluminismo aplicado. E este repousa na concepção segundo a qual apenas aqueles que possuírem uma moradia e um emprego seguro — e, conseqüentemente, uma vida material no futuro — são ou serão cidadãos aptos a tomar parte na democracia e a mantê-la viva. A verdade nua e crua era: sem a garantia material não haverá liberdade política. E sem

a democracia todos ficarão à mercê da ameaça de ideologias e regimes totalitários.

Não se deve ressaltar tanto o fato de que o capitalismo produz cada vez mais com menos trabalho, mas sim que ele bloqueia as iniciativas para um novo contrato social e o deslegitima. Quem deseja refletir hoje a respeito do desemprego não poderá se iludir e se tornar prisioneiro de conceitos ultrapassados como “segundo mercado de trabalho”, “ofensiva do meio período”, as chamadas “atividades sem garantia” ou preocupar-se apenas com as indenizações por invalidez. Em lugar disso, deverá perguntar-se: como a democracia será sustentável sem as garantias da sociedade de trabalho? O que parece ser o fim ou o colapso precisa ser retraduzido num tempo de novas idéias e modelos que abram o Estado, a economia e a sociedade para o século XXI.⁶⁰

60. Ver mais adiante “Respostas à globalização, p. 235.

V. SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL: COMO IRÁ SURGIR UM PONTO DE VISTA COSMOPOLITA?

1. Balanço provisório: o “nacionalismo metodológico” e a sua refutação

Por que e em qual sentido a globalização torna obrigatória uma distinção entre primeira e segunda modernidade? A. D. Smith definiu com precisão o conceito de sociedade da primeira modernidade como um “nacionalismo metodológico”: sociedade e Estado cobrem um mesmo espaço e são pensados, organizados e vivenciados como sendo um mesmo limite.

Pressupõe-se a fixação e o controle político-estatal do espaço. O Estado territorial se transforma em um *container* da sociedade. Em outras palavras: as aspirações de poder e controle do Estado fundamentam e delimitam a sociedade. É indispensável que este primado do nacional seja concebido e desenhado de forma que abranja os diversos direitos fundamentais, o sistema educacional, a política social, o contexto pluripartidário, os impostos, o idioma, a história, a literatura, as leis de trânsito; as condições de infra-estrutura, o controle de passaportes e fronteiras etc.

As sociedades dos Estados nacionais também geram e conservam desta maneira identidades quase essencialistas em seus cotidianos, e cujo caráter auto-evidente parece ser sustentado por formulações tautológicas: alemães vivem na

Alemanha, japoneses no Japão, africanos na África. A existência de “negros judeus” ou de “espanhóis alemães” — apenas para lembrar do que há de mais trivial em meio ao caos da sociedade mundial — é percebida neste horizonte como exceções ou casos-limite, ou seja: como ameaças.⁶¹

Esta arquitetura do pensamento, da ação e da vida dentro dos espaços e das identidades na sociedade nacional-estatal se *desmantela* com a globalização econômica, política, ecológica, cultural, biográfica. A globalização significa: surgem alternativas de poder, de ação e de percepção da vida social que desmontam e confundem a ortodoxia da política e da sociedade nacional-estatal:

(1) Causa espanto verificar que ali onde as empresas transnacionais adquirem a oportunidade de dispor postos de trabalho e impostos no tabuleiro do xadrez da sociedade mundial, elas (como vem acontecendo) maximizam seus lucros e privam os Estados voltados para o bem-estar das oportunidades de configuração e de poder (o que não precisa acontecer intencionalmente). Este exemplo é bastante revelador, pois nele podemos entreler todos os traços distintivos das novas tendências de poder e de conflito entre os atores nacionais e sócio-mundiais. Tudo isto é novo e decisivo, mas não porque estas empresas transnacionais crescem em números e dimensão, mas por caber a elas, dentro do contexto da globalização, a tarefa de *jogar os Estados nacionais uns contra os outros*.

Visto pelo lado de fora, tudo permanece inalterado. As empresas racionalizam, demitem, contratam, pagam impostos etc. Mas o fator decisivo é que elas já não o fazem dentro do sistema de regras do jogo nacional-estatal; na medida em que segue jogando este jogo antigo ela supera e renova

estas regras. Portanto trata-se da antiga disputa entre trabalho e capital, Estado e sindicatos somente na *aparência*; este jogo prossegue, a um só tempo e em direções contrárias, sendo disputado por um jogador no campo nacional-estatal, e pelo outro já no campo da sociedade mundial.

Portanto, no que diz respeito à relação entre primeira e segunda modernidade, já não temos diante de nós uma política ordenadora das regras, e sim uma política *alteradora* das regras, ou seja — como afirmei noutra ocasião —, uma *política da política (metapolítica)*.⁶²

Isto se notabiliza pelo fato de que o novo jogo de poder — que coloca atores nacionais e transnacionais em lados opostos — é disputado com as mesmas regras e uniformes da batalha tão conhecida pela distribuição do poder nas sociedades industriais. Os empregados, os sindicatos e os governos ainda estariam jogando “damas”, enquanto as companhias internacionais jogam “xadrez”. Desta forma uma peça que parece pertencer ao jogo de damas transforma-se em um cavalo nas mãos das companhias, que subitamente colocam o rei nacional-estatal em xeque-mate.

(2) Com os mundos simbólicos da indústria cultural global é suprimida também a equivalência entre Estado, sociedade e identidade, como bem demonstra Appadurai: a imaginação de vidas possíveis já não pode mais ser conceituada em termos de nações ou etnias, ou então a partir dos antagonismos entre ricos e pobres, mas sim nos termos desta nova sociedade mundial. Os sonhos, as ambições, as utopias cotidianas dos homens já não estão mais presas aos espaços geopolíticos e às identidades culturais. Até mesmo os homens-lixo da sociedade mundial vivem em meio ao lixo da sociedade mundial e dele sobrevivem; como os

61. Beck-Gernsheim, *Schwarze Jude, Spanische Deutsche*, op.cit.

62. Beck, *Die Erfindung des Politischen*, op.cit., p. 204.

outros, eles estão presos ao sistema simbólico da indústria cultural global.

Neste sentido, o colapso do bloco do Leste Europeu seria mais um dos efeitos da globalização cultural. Na era da televisão, a “cortina de ferro” e sua derrubada militar se perderam no nada. De modo exemplar a propaganda televisiva, freqüentemente tão desprezada no Ocidente pelos críticos da cultura, transformou-se de um meio de carência e de simples regulamentação numa promessa em que o consumo e liberdade política aparecem entremesclados.⁶³

(3) Isto pode ser compreendido se distinguirmos com clareza dois conceitos de cultura que normalmente aparecem misturados. “O primeiro conceito de cultura (Cultura 1) liga a cultura a um determinado território: ele parte da suposição de que a cultura é o resultado de processos de aprendizado essencialmente locais. Neste sentido, poder-se-ia dizer que uma sociedade ou um grupo social possui cada um sua própria cultura, delimitada em relação a outras. Esta idéia remete ao Romantismo do século XIX e foi amplamente desenvolvida no nosso século pela antropologia, sobretudo na forma de um relativismo cultural que compreende as culturas como totalidades, como formas plenas ou configurações... Um conceito mais abrangente de cultura (Cultura 2) apreende a cultura como um conjunto de *softwares* humanos. Ele é o fundamento das teorias do desenvolvimento e da expansão das culturas e é caracterizado essencialmente por processos translocais de aprendizado.

63. Da mesma forma como a retraditionalização da sociedade e da política israelenses após 1996 podem ser compreendidas como reação à “sociedade ocidental de consumo que desmonta a paz”; a este respeito, ver Sznajder, *From “Citizen-Warrior” to “Citizen Shopper”: Consumption and War in Israel*, The Academic College of Tel Aviv, Dissertação, agosto de 1997.

Cultura 2 significa necessariamente culturas *no plural*. Estas são concebidas como multiplicidades sem unidade, não-integradas e não-delimitadas, como diferenciações inclusivas, no sentido que proponho.

“Os dois sentidos são perfeitamente compatíveis: Cultura 2 se articula em Cultura 1, uma vez que as culturas são as divulgadoras da cultura. No entanto elas põem em relevo aspectos distintos do desenvolvimento histórico das relações entre as culturas... Cultura 2 — ou então as culturas translocais — não é sem localização (culturas sem localização são inconcebíveis), mas ela compreende o local — que para Cultura 1 é *fechado sobre si mesmo* — como *aberto para o seu exterior*. Cultura 2 possui uma ‘compreensão para a presença do global no local’ (D. Massey); e portanto a especificidade de um local resulta do fato de que ele está no ponto central de uma *mélange* entre relações sociais locais e transnacionais. Quando se fala a respeito de pluralismo cultural, sociedade multicultural, relações interculturais etc., não se sabe, na maioria das vezes, se se tem em mente uma cultura fechada (1) ou culturas abertas. Da mesma maneira as relações entre as culturas podem ser investigadas de forma estática (quando as culturas preservam suas peculiaridades no contato com outras) ou fluente (quando as culturas se interpenetram).⁶⁴ Em outras palavras: a distinção entre Cultura (1) e Cultura (2) pode ser compreendida como a pedra do mosaico da diferenciação entre a primeira e a segunda modernidade.

(4) Bauman aponta uma das principais conseqüências da glocalização: pobres e ricos já não se sentam mais à mesa comum (de negociação) do Estado nacional. E por que deveriam os vencedores da globalização, sempre que fos-

64. Pieterse, *Der Melange-Effekt*, op.cit.

sem tomados por crises de consciência, despejar seu FÜLLHORN social precisamente nos países ricos da Europa? Por que não auxiliar organizações democráticas de amparo social na África e na América do Sul? Assim como a pobreza e os lucros, *o espírito caritativo também tornou-se global*. Ao passo que o *citoyen* permanece atado ao quadro nacional-estatal, a atuação do burguês é cosmopolita; por consequência, toda vez que seu coração democrático bate mais forte, sua intervenção abandona a obediência aos imperativos da lealdade nacional.

(5) A multivocidade das globalizações no plural acarreta o surgimento de regionalismos *supranacionais* e *subnacionais* com um efeito desestabilizante. A União Européia serve como um bom exemplo. Nascida como uma resposta à concorrência mundial ante os EUA e o Japão, este conjunto de instituições em formação que se tornou a Europa apresentou-se muito mais como um mercado interno. Com a introdução do euro não se abriu apenas um campo monetário comum, pois, por seu intermédio, formou-se também um imperativo político-administrativo que exige a resolução dos problemas políticos de coordenação e atuação. As nações e as culturas, que apesar de tudo ainda permanecem separadas — Espanha, França, Alemanha etc. — vão sendo assim, a um só tempo, corroídas a partir do seu interior e compelidas à criação de laços, tornando visível aquilo que ocultamente já existia: não existe apenas uma Europa, mas sim *várias*: uma Europa das nações, das regiões, das civilizações, das cristandades etc.

“A dialética do processo da unificação européia significa, por exemplo, que um cidadão da Irlanda do Norte pode apresentar uma queixa contra decisões de um tribunal britânico no tribunal (*Gerichtshof*) europeu de direitos humanos em Estrasburgo, que catalões podem circular por Madri,

que ingleses podem controlar Paris se recorrerem a Bruxelas ou estabelecerem vínculos com outras regiões (desde a Catalunha até o vale do Ruhr, digamos). Aqui também se reconhece a corrente ou a seqüência: Globalização — regionalismo — sub-regionalismo. ‘A globalização’, escreve R. W. Cox, ‘exige o macrorregionalismo, que por sua vez auxilia o microrregionalismo. Para as regiões mais pobres o microrregionalismo não representa apenas o meio de manutenção da identidade cultural, mas é também o que lhes permite solicitar recursos junto às instituições do plano macrorregional a fim de garantir a estabilidade política e a normalidade econômica. Decide-se sobre tais distribuições no plano macrorregional e não mais no plano nacional-estatal, enquanto a aplicação do dinheiro distribuído é descentralizada.’ A globalização da estrutura social também significa: variações adicionais de organizações que ultrapassam as fronteiras: o plano transnacional, o internacional, o macrorregional, o intranacional, o microrregional, o municipal, o local. Esta conduta administrativa é ampliada e favorecida por associações, organizações internacionais, organizações não-governamentais e também por *experts* e *internautas*.⁶⁵

Na seqüência deste trabalho a primeira modernidade nacional-estatal e os seus pressupostos fundamentais deverão ser confrontados com o conceito de *sociedade civil global*: O que significa a globalização *vista de baixo*? (1) Quais as alternativas de atuação e as chances de poder de uma *sociedade civil transnacional*? (2) O que significa a *globalização das biografias*? (3) Como nasce um *olhar cosmopo-*

65. *Ibidem*. A citação de Cox se encontra em *Global Perestroika*, em Miliband & Panitods (orgs.), *New World Order?*, Socialist Register, 1992, p. 34.

lita? (4) O que significam e como serão possíveis a tolerância e a crítica transculturais?

2. A encenação simbólica de um boicote de massas: iniciativas cosmopolitas e subpolítica global

No verão de 1995 o herói das boas causas do nosso tempo, o *Greenpeace*, obrigou — a princípio, com êxito — a multinacional Shell a desistir de afundar uma plataforma petrolífera no oceano Atlântico e, em vez disso, desmontá-la em terra firme. Logo a seguir, esta companhia acionária multinacional pôs publicamente contra a parede o presidente francês Chirac, acusando-o de ter violado acordos internacionais de forma premeditada, na intenção de impedir a retomada dos testes atômicos franceses (o que não se sucedeu). Muitos se perguntam: as regras fundamentais da política (externa) não teriam sido abandonadas a partir do instante em que um ator desautorizado como o *Greenpeace* põe em prática sua própria política mundial interna, desconsiderando por completo a soberania nacional e as normas diplomáticas? Amanhã poderá ser a vez da seita do reverendo Moon, e depois de amanhã uma outra organização privada que queira, ao seu modo, levar a todos a felicidade geral.

Mas há um grande equívoco: não foi o *Greenpeace* quem pôs de joelhos a companhia petrolífera, e sim o boicote expressivo dos cidadãos, divulgado por todo o mundo em denúncias veiculadas pela televisão. Não é o *Greenpeace* quem abala o sistema político; o *Greenpeace* apenas tornou visível o vácuo de poder e legitimação do sistema político, que apresenta, sob vários aspectos, paralelos surpreendentes com a antiga RDA. Mais tarde pôde-se ver que

o *Greenpeace* jogara com cartas falsas: os danos ao Mar do Norte, que pareciam ser tão temíveis, haviam sido exagerados ou sobrevalorizados. Este fato abalou consideravelmente a confiabilidade deste “cavaleiro da boa causa”, mas não desqualificou o cenário político como uma alternativa futura de atuação.

A todo momento podem ser encontrados tais modelos de coalizão global de subpolítica ou de política direta: formam-se associações entre aqueles que não podem “de fato” criar associações. O primeiro-ministro Helmut Kohl, por exemplo, apoiou a intervenção do *Greenpeace* para se opor ao *premier* britânico John Major. Repentinamente, momentos políticos são revelados e inseridos no cotidiano — no abastecimento dos carros, segundo o exemplo. Os motoristas se associam contra a indústria do petróleo. (Seria o mesmo se disséssemos que os drogados realizam protesto contra os traficantes.) No fim, o poder estatal permanece conivente diante das ações ilegítimas e de seus organizadores. Desta maneira torna-se justificada a quebra da legitimidade do poder estatal com os seus próprios meios, a saber, com o desrespeito extraparlamentar e premeditado de uma política direta, que pretende esquivar-se dos limites estreitos impostos pelas regras e instâncias do Estado de direito em nome de uma “justiça ecológica a todo custo”.

Por isso a novidade política não é a vitória de Davi sobre Golias; é a associação entre Davi e Golias, uma associação global, que se volta ora contra uma companhia internacional, ora contra um governo nacional e sua política. A novidade está na associação entre forças parlamentares e extraparlamentares, entre cidadãos e governos ao redor de todo o globo em nome de uma causa legítima, no pleno sentido da palavra: a salvação do mundo (natural).

A associação anti-Shell evidentemente era suspeita em termos morais. Ela era descaradamente fundada numa santidade aparente. Com esta atitude simbólica que nada lhe custou o primeiro-ministro Helmut Kohl, por exemplo, pôde desviar a atenção do fato de que sua desenfreada política de alta velocidade nas rodovias alemãs vêm empestando o ar na Europa.

Com discricção, a boa consciência e o nacionalismo verde-alemão também se fizeram ouvir neste episódio. Muitos alemães anseiam por uma espécie de grande Suíça ecológica. Sonham com uma Alemanha que tenha consciência ecológica. Mas as doutrinas políticas são diferentes das doutrinas morais. É precisamente nesta associação entre convicções excludentes — desde o primeiro-ministro Kohl até os militantes do *Greenpeace*, dos fetichistas automobilísticos aos bombeiros — que se apresenta a nova qualidade da política.

As atuações das companhias internacionais e dos governos nacionais sofrem a pressão de um espaço público mundial. A participação individual-coletiva no contexto global é por esta razão decisiva e notável: *o cidadão identifica no consumo a senha* que o autoriza a intervir politicamente em qualquer hora ou local. No boicote se reuniram e se associaram a sociedade ativa de consumo e a democracia direta — em todo o planeta.

Isto se aproxima — de maneira exemplar — daquilo que Kant esboçou há 200 anos em seu escrito sobre *A paz perpétua* como a utopia de uma sociedade cosmopolita, que ele contrapôs à democracia representativa, a qual classificava como “despótica”: um quadro global de responsabilidades, no qual o indivíduo — e não apenas os seus representantes organizacionais — pode tomar parte diretamente em deci-

sões políticas. O que pressupõe, com toda certeza, seu poder aquisitivo, e exclui todos aqueles que não o possuem.

E aqui se esbarra em um novo limite: os indivíduos não se tornaram diretamente ativos. Seu protesto foi simbolicamente intermediado pelos meios de comunicação de massa. O homem é uma criança perdida no meio das “florestas de símbolos” (Baudelaire). Ou, em outras palavras: ele foi remetido à política simbólica da mídia — algo que pode ser reconhecido particularmente no caráter abstrato e onipresente da destruição que está colocada diante da sociedade de risco mundial. Os símbolos simplificados, diretamente perceptíveis, que tocam e sensibilizam os nervos culturais, adquirem um significado político decisivo. Estes símbolos precisam ser criados e ao mesmo tempo represados em meio ao fogo da emergência destes conflitos — tudo isto diante dos olhos televisivos da esfera pública, tomados por um misto de espanto e indignação. A questão decisiva é a seguinte: Quem é o Senhor dos símbolos? Quem inventa (ou descobre) a maneira como os símbolos podem, por um lado, revelar e mostrar o caráter estrutural dos problemas, e por outro tornar possível uma intervenção real? Esta última etapa será sempre mais bem-sucedida o quanto mais simples e acessível for o símbolo posto em cena, quanto menor for o dano causado pelos atos de protesto da esfera pública mobilizada a cada um dos indivíduos, e o quanto mais cada um puder livrar sua própria consciência do sentimento de culpa.

A simplicidade possui vários significados. Em primeiro lugar, *poder de transferência*: todos pecamos contra o meio ambiente; assim como a Shell quis afundar no oceano uma plataforma de petróleo, “todos nós” nos sentimos tentados a jogar latas de Coca-Cola pela janela do carro. Trata-se de uma situação cotidiana, que o episódio da Shell tornou

(segundo a construção social) tão “evidente”. Porém com uma diferença essencial, a saber, que em função da grandeza deste pecado a probabilidade de absolvição oficial é tentadora. Segundo, *o grito pela moral*: os “lá de cima” podem submergir uma plataforma de petróleo tomada por resíduos poluentes no Atlântico com a bênção do governo e de seus especialistas, enquanto nós “aqui de baixo” somos obrigados a dividir cada caixinha de chá em papel e plástico para depois despejá-las em diferentes latas de lixos. Em terceiro, *oportunidades políticas*: Kohl tomou partido a favor do *Greenpeace* e contra a Shell, mas nem por isso se posicionou contra os testes atômicos franceses. Pois trata-se de um pôquer do poder político nacional e não apenas dos interesses mercadológicos da Shell. Em quarto, *alternativas de ação*: com o objetivo atingir a Shell era necessário recorrer a uma gasolina “moralmente ~~boa~~” de algum concorrente. Em quinto, um *trato de tolerância ecológica*: o boicote adquire um significado relevante com a culpabilização da consciência da sociedade industrial, pois com ele pode ser dividido um *ego te absolvo* sem prejuízos para a condução habitual de tais problemas.

Os perigos ecológicos planetários produzem um horizonte de afastamento, defesa, solidariedade, um clima moralista que se acentua por conta da dimensão do perigo que é percebido por todos, e no qual são redistribuídos os papéis dramáticos de mocinhos e bandidos da política. A apreensão do mundo segundo as coordenadas da autoproteção ecológico-industrial faz da moral, da religião, do fundamentalismo, da falta de perspectivas, da tragédia e da tragicomédia — sempre anatemizadas com seu oposto: salvação, ajuda, libertação — elementos de um drama universal. Nesta tragicomédia mundial a economia permanece livre para escolher o papel de mago que produz a poção

venenosa ou mergulhar no papel de herói ou salvador. É precisamente este o pano de fundo que tornou possível ao *Greenpeace* adentrar o palco queixando-se de sua impotência (*mit Listen der Ohnmacht*). O *Greenpeace* obedeceu a uma espécie de *política inspirada no judô*, cujo objetivo era mobilizar o poderio dos pecadores ambientais contra si mesmos. “Num momento de jovialidade cínica, Josef Stalin perguntou certa vez quantas divisões militares possuía o Papa. Mas o fato é que aos olhos da opinião pública comum (*rechtschaffene*) os problemas morais *jamais* serão resolvidos com a ameaça da utilização da força. No dia em que a Anistia Internacional adquirir fuzis ou mesmo uma bomba atômica ela perderá toda a influência e o respeito que possui. As instituições com os maiores canhões são justamente aquelas que, na prática, terão as vozes menos influentes e menos convincentes quando abordarem questões morais. Encontramos aqui a influência da imagem de *Liliput*, criada por Jonathan Swift. Stalin ignorava que a nulidade do poder da guarda suíça do Papa impõe mais, e não menos respeito; e a autoridade moral da Anistia Internacional é tão grande precisamente por ela ser uma instituição liliputiana.

Até hoje nossas vidas foram determinadas pelas ações do poder estatal; mas em termos morais os governantes dos Estados contemporâneos estão sujeitos à crítica externa como talvez nunca antes de 1650 se fizera. Isto não pode ser ignorado nem mesmo pelas maiores das superpotências. Organizações liliputianas não são capazes de obrigar governantes imorais a pedir perdão de joelhos, como teve de fazê-lo Henrique II; mas deixam governantes de visão estreita numa posição extremamente negativa e prejudicial. Se o Leviatã foi o símbolo da política moderna, então a posição moral dos “poderes nacionais” e das superpotências será reproduzida no futuro pela imagem de Lemuel Gulli-

ver, que após um inocente cochilo se vê amarrado a um sem-número de finíssimas correntes.⁶⁶

3. Topopoligamia: casar-se com vários lugares é a porta de entrada para a globalização em sua própria vida

Para se refletir a respeito do significado da globalização aplicada à vida dos indivíduos, nada melhor do que este breve exemplo: uma mulher de 84 anos — ou uma senhora idosa, se assim preferir — mora...? Assim começa a história. A dar-se crédito às estatísticas oficiais, ela mora há mais de trinta anos, sem qualquer interrupção, em Tutzing, à beira do lago Starnberger. Um caso típico de imobilidade (geográfica). Na verdade, nossa senhora idosa viaja pelo menos três vezes por ano por alguns meses ou semanas para o Quênia (geralmente dois meses durante o inverno, três ou quatro semanas durante o outono e mais uma outra vez durante a primavera). Em que lugar ela está “em casa”? Em Tutzing? No Quênia? Sim e não. No Quênia ela tem mais amigos do que em Tutzing, convive num amplo círculo de africanos e alemães, entre os quais alguns “moram” perto de Hamburgo, embora todos eles “viesses” de Berlim. Ela se diverte mais no Quênia do que em Tutzing, cidade da qual também não abre mão. Na África ela é recebida e acolhida pelos nativos, que a convidam para permanecer em suas casas. O bem-estar de sua velhice é devido ao fato de que no Quênia ela é “alguém”, possui “uma família”. Em Tutzing, onde está registrada, ela não é ninguém. Lá, diz ela, vive “como os pássaros”.

⁶⁶. Stephen Toulmin, *Kosmopolis — Die unerkannten Aufgaben der Moderne*, Frankfurt/M., p. 315.

Os conhecidos que ela encontra no Quênia e com os quais forma uma comunidade bastante peculiar também vieram da Alemanha, mas se estabilizaram entre os lugares e os continentes. Quarenta anos mais nova do que ela, sua amiga Doris casou-se no Quênia com um índio (muçulmano), mas retorna periodicamente para a Alemanha para ali (ou aqui, dependendo do ponto de vista a ser adotado) receber seu dinheiro e arrumar a casa e o jardim que possui em Eifel. Ela se sente bem tanto num lugar quanto no outro, o que não quer dizer que as viagens constantes não a canssem. A “saudade de casa” tem, no caso da senhora idosa, duas faces, duas vozes: ela pode evocar tanto Tutzing como o Quênia. O ponto de origem desta voz talvez dependa, em última análise, do lugar em que ela se encontra.

Será uma experiência como esta, que abrange continentes distintos e os reúne numa vida transnacional uma infelicidade, um sinal de dissolução? Não, pois nossa senhora idosa não foi obrigada a ter esta vida transnacional, nem mesmo indiretamente, como acontece com muitos que acabam levando uma vida nômade em função de suas carreiras. A senhora idosa está numa situação confortável que não a obriga a abrir mão do Quênia em favor de Tutzing, nem a abrir mão de Tutzing em favor do Quênia. Ela tem uma vida *topopoligâmica*, está afeiçoada a coisas que parecem excludentes, África e Tutzing. Topopoligamia transnacional, estar casado com lugares que pertencem a mundos distintos: esta é a porta de entrada da globalidade na vida de cada um, e que conduz à globalização das biografias.

A globalização das biografias significa: as contradições do mundo não se encontram apenas do lado de fora, mas também no centro da vida de cada um, nos casamentos e nas famílias multiculturais, nas empresas, nos círculos de amizades, na escola, no cinema, nas compras em uma pda-

ria, na música, na janta, no amor etc. Sem que se tenha desejado ou percebido, um fato se impõe com força cada vez maior: todos nós temos uma vida glocal. Para nos darmos conta das riquezas destas transformações, teria enorme sentido recordarmos que por mais de uma década a crítica cultural não se cansou de anunciar aos quatro ventos que em função do avanço ininterrupto da modernização se trancaram cada vez mais dentro dos caixões dos seus pequenos mundos altamente especializados. Repentinamente nos vemos lançados diante de um quadro que será o perfeito oposto desta atitude inicial: as antinomias e as contradições de continentes, culturas, religiões — terceiro mundo e primeiro mundo, camada de ozônio e vaca louca, reforma previdenciária e obsolescência partidária — transcorrem incessantemente na vida de cada pessoa. O global não espregueira e ameaça sob a forma do Todo Exterior — ele faz seu ninho e chama a atenção no espaço de origem da vida das pessoas. Mais ainda: constitui uma boa parcela da autenticidade e da particularidade da vida própria. A vida própria é o local do glocal. Como isto é possível?

A vida dos indivíduos deixou de ser uma vida presa a um lugar, uma vida de residência estabelecida. É uma vida “para viagem” (no sentido direto e no sentido figurado), uma vida nômade, uma vida no automóvel, no avião, na estrada, ou no telefone, na Internet; é uma vida transnacional, impregnada e sustentada pelos *mass media*. Estas tecnologias representam meios cotidianos de superação do tempo e do espaço. Elas recusam o afastamento, estabelecem a proximidade entre as distâncias e a distância entre as proximidades — ausência na contigüidade. Residir num lugar não significa conviver com ele, e conviver com um lugar não significa ali residir. A figura arquetípica da vida individual não é mais a do *flâneur*, mas a da convivência

com o *e-mail* e o telefone viva-voz; se está e não se está ali; não se responde, mas há o envio e o recebimento automático — o deslocamento espacial e temporal — de informações que, tecnicamente, foram recebidas e armazenadas em outra parte do mundo.

A plurilocalização, a transnacionalidade da biografia, a globalização da vida individual oferecem mais uma outra razão para o sepultamento da soberania do Estado nacional e para a obsolescência da sociologia nacional-estatal: a relação entre o espaço físico e a comunidade, isto é, a sociedade, se desmancha. A alternância e a escolha dos espaços são os padrinhos da globalização.

Em função das alternativas e dos conflitos da sociedade mundial nem sempre a alternância e a escolha de espaços obedecem a decisões subjetivas. Em certas carreiras profissionais há uma pressão ainda relativamente branda pela alternância entre vários locais. A brutalidade da violência corporal dos confrontos de guerra conduz milhares de homens rumo a outros países e continentes, pelos quais eles necessariamente vão prosseguir suas viagens, ou necessariamente retornarão a suas pátrias depois de meses ou décadas; a pobreza e a esperança de uma vida melhor levam à imigração legal ou ilegal, permanente ou temporária.⁶⁷

Seja por livre e espontânea vontade ou por obrigação, ou então por ambos — o homem estende sua vida sobre mundos separados. Formas topopoligâmicas de vida são biografias traduzidas, transportadas, são biografias para a tradução, que precisam estar sendo continuamente traduzidas para os outros a fim de que não perca a continuidade do seu próprio curso. A passagem da primeira para a segunda

67. Ver Pries (org.), *Internationale Migration* — edição especial de *Sozialen Welt*, Baden-Baden, 1997.

modernidade é também a passagem da topomonogamia para a topopoligamia das formas de vida. A topopoligamia pode, como já vimos anteriormente, ter vários significados. Ela pode se dar entre as cidadezinhas bávaras de Einsiedlerhof e Oberammergau ou entre culturas (como ocorre, por exemplo, entre os turcos-alemães da terceira geração) ou entre continentes (como os vietnamitas da ex-Alemanha Oriental que agora estão em Berlim). Também se pode vivenciar os continentes do mundo numa região global (como Londres) e lamentar seu estado. Portanto, algumas distinções se fazem necessárias.

A “globalização das biografias” não deve incluir toda e qualquer multilocalização, mas apenas aquelas que sobrepõem as fronteiras entre mundos separados — entre nações, religiões, culturas etc. — e que precisa abrigar suas contradições em uma única vida ou está autorizada para tanto. Pois a crença na *necessidade* do desespero e da sobrecarga destas diversas vidas é a lenda com a qual os topomonogâmicos procuram se defender das ambições dos topopolígamos.

Quem deseja compreender a figura social da globalização das vidas individuais deve relativizar as contradições dos diversos locais entre os quais elas são apresentadas. E isto requer, entre outras coisas, uma nova compreensão da mobilidade. A mobilidade como movimento de uma unidade social de convivência e interação (família, casamento, indivíduo), entre dois locais (pontos), na hierarquia social, regiões ou paisagens perde ou desloca seu sentido. Surge no primeiro plano a mobilidade *interna* da vida individual, que já se habituou ao ir e vir, a estar simultaneamente aqui e ali. Pode-se ser imóvel de acordo com as estatísticas oficiais e estar não-domiciliado, digamos, em vários lugares ao mesmo tempo. (O que é claramente distinto do caso excep-

cional da mobilidade *externa*, ou seja, da mudança, transferência de emprego, separação, exílio forçado, migração.) A mobilidade interna não é, há muito tempo, a exceção, e sim a regra; não é algo desconhecido, mas bastante familiar, que pode recorrentemente ser identificado nas mais diversas formas de expressão; é a conexão contínua entre diversos lugares e suas necessidades sociais específicas, é a segunda natureza da vida individual. Mobilidade interna e plurilocalização — transnacional, transcontinental, transreligiosa, transétnica, nos sentidos transversal e longitudinal da própria vida — são as duas faces de uma mesma moeda. A mobilidade interna — diferentemente da externa — significa a medida da flexibilidade física e espiritual necessária ou desejada para o domínio desta vida cotidiana entre mundos diferentes. Aqui se apresentam os *limites* da mobilidade interna: estas não surgem apenas das dificuldades (financeiras) da coordenação e do controle social cotidiano; elas também são colocadas pela velhice, pela doença e por outros impedimentos.

Estes mundos distintos estão potencialmente presentes em um mesmo lugar (por meio de informações, do consumo, de contradições sociais, culturais, religiosas), dependendo de fontes acessíveis de informação, da dimensão das relações interculturais, da migração, das legislações para estrangeiros etc. Em outras palavras: em todos os lugares, a idéia de que se vive num lugar isolado e separado de todo o resto vai se tornando claramente fictícia.⁶⁸

Maarten Hajer (com base em U. Hannerz) fala em uma “transnacionalização dos locais”. A transnacionalização estabelece novas conexões entre culturas, pessoas e locais, e com isso modifica nosso ambiente cotidiano. Ela não ofe-

68. Ver Albrow, *Abschied von der Heimat*, Frankfurt/M., 1998.

rece apenas produtos que até então eram desconhecidos (como, por exemplo, Darians, Ciabattas ou Pidé) ou ícones e símbolos que entram em nossas cidades (como os alfabetos chinês e japonês ou a música islâmica), pois surgem nas cidades com força cada vez maior grupos e pessoas que afetam profundamente a percepção que os moradores têm das grandes cidades que habitam, como por exemplo africanos, bósnios, croatas, poloneses e russos, além de japoneses e americanos. Além disso, pode-se observar nas grandes cidades o quanto a transnacionalização influencia a nova cultura da segunda modernidade, como mostram a *disco-music* islâmica, os “pratos mistos” de culinária — conhecida também como “*cuisine sauvage*” — a renovação da moderna *world music* e as crianças euro-asiáticas, afro-européias ou caribenho-africanas.⁶⁹

Mas qual o significado da multilocalização, da transnacionalidade da vida individual, se o próprio conceito de local não é unívoco? Se a vida individual se expande por diversos lugares, isto pode significar que estas biografias se desenvolvem num *espaço comum*, isto é, em aeroportos, em hotéis, restaurantes etc., que se assemelham em todas as partes, parecem não pertencer a lugar algum e que em última análise transformam a questão: onde estou? num enigma insolúvel. Ou então a multilocalização pode significar que a paixão pelas discrepâncias, pelos rostos e pelas histórias de um lugar é sempre renovada e que se está casado com ele (para contrapor o extremo oposto). Desta maneira, os lugares se transformam em sucessivas oportunidades para a descoberta e a avaliação de aspectos de si mesmo. Em qual medida este lugar é o “meu lugar” e o “meu lugar”

69. Hajer, *Die Gestaltung der Urbanität*, em Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, op. cit.

a minha própria vida? Como se relacionam os diferentes lugares — de acordo com o mapa imaginário do “meu mundo” — e em qual sentido eles são significativos nos cortes longitudinal e transversal da vida do indivíduo?⁷⁰

A multilocalização não quer portanto dizer — para mencionar as grandes narrativas sociológicas — nem emancipação e nem a não-emancipação, nem anomia e nem a não-anomia, nem o automatismo da “visão cosmopolita” e nem um novo fundamentalismo, nem banalização e nem alarmismo, e nem difamação (pois Islã, fundamentalismo e violência, por exemplo, costumam ser justapostos). Ela quer dizer: há algo novo, que se tem a curiosidade de ser ou experimentar para decifrar este(a) novo(a) (visão de) mundo.

A todo momento nos deparamos com pessoas de nomes exóticos, rostos estrangeiros, diferentes cores de cabelo ou pele, que nos conduzem a associações com o Oriente e outras regiões distantes; e de repente elas nos respondem no dialeto bávaro ou suábio e então descobrimos que elas cresceram no bairro berlinense de Kreuzberg ou em Duisburg; em resumo, elas invertem nossas expectativas, questionam nossa idéia corrente de normalidade.

É o que se observa, por exemplo, num romance de Kureishi: “As pessoas o vêem e pensam: que belo jovem indiano, como é exótico! Que coisa impressionante! Quantas histórias de caçadas e elefantes iremos ouvir dele!” E aí ficamos sabendo que o jovem indiano foi criado em Orpington, no subúrbio de Londres, e nunca foi à Índia nem sequer a passeio. Resumindo: o mundo enlouqueceu.

70. Ver Jörg Dürrschmidt, *Individual Relevances in the Globalized World*. Universidade de Bielefeld, 1995; e também John Eade (org.), *Living in the global city*, op. cit.

Nada é aquilo que parece ser. Quem é o quê, quem é quem?

Histórias semelhantes a estas acontecem na Alemanha: “Pois bem, *Herr Kayanka*, o senhor é um detetive particular. Nome interessante, *Kayanka*”. “Mais turco do que interessante.” “Ah!” A risadinha foi ainda mais suave, e os olhos estavam semicerrados como duas giletes. “Turco. A gente encontra de tudo na vida. E como o senhor fala tão bem o alemão, se me permite a pergunta?” “É que esta é a única língua que falo. Meus pais morreram cedo e eu fui criado por uma família alemã”. “Mas o senhor é turco — eu suponho...” “Tenho um passaporte alemão, se é que isto deixa o senhor mais tranqüilo.” (J. Arjouni, *Um homem, um assassinato*, Zurique, 1991.)⁷¹

4. Como é viável a crítica intercultural?

Uma caricatura mostra os conquistadores espanhóis adentrando o Novo Mundo com suas armas reluzentes. “Viemos até aqui”, diz o balão, “para conversarmos com vocês sobre Deus, verdade e civilização”. E um grupo de nativos perplexos responde: “Pois bem, o que o senhor deseja saber?”

Na seqüência são feitas várias menções descompromissadas aos banhos de sangue que se seguiram e que ainda continuam a ocorrer. Mas de onde vem o humor desta cena? O que provoca o riso nesta imagem é o resultado do mútuo *desentendimento* do “encontro”: o imperialismo ocidental e todo o seu armamento disfarçam sua fúria missionária sob o jargão pomposo do “diálogo intercultural”, enquanto os

conquistados tomam ingenuamente aquela situação por uma proposta de diálogo e desejam participar dele, embora na verdade sejam cortejados apenas como perus de natal.

A acidez deste humor se deve ao fato de que o observador *sabe mais* do que aquilo que a situação revela, mas o cartunista brinca com esta consciência. O observador sabe qual o futuro real desta imagem. Ele sabe das destruições e do derramamento de sangue que vitimou o mundo graças ao despotismo da consciência que fechou os olhos para o estrangeiro. O riso é sufocado pela tragédia na qual esta situação recai. E esta tragédia assombra o mundo ainda hoje. Tragédia e comédia são os dois lados do fracassado “diálogo” intercultural que ainda está em curso.

Nesta situação, cabe a pergunta: Seria possível algo que se assemelhasse a uma crítica intercultural? Ou então, mais ingenuamente: *como* ela seria possível?

Para tornarmos mais clara esta questão para nós mesmos, consultaremos antes dois clássicos da tolerância e do desentendimento — Nietzsche e Lessing — e em seguida tentaremos erguer pontes entre os quadros (rivais) dos contextualistas (pós-modernos) e dos universalistas (iluministas).

a. “Esta sabedoria travessa”

Há certamente um Nietzsche pós-moderno, que, em tom jocoso, lança por terra certezas, revelando e açoitando o egoísmo da moral, e aquele do imoralismo, que prega a irresponsabilidade e a busca de si próprio. Mas há também um iluminista irônico, que talvez ainda venha a ser descoberto como o fundador de tal Iluminismo. E ele conhecia a sabedoria do riso, por ele chamada de “esta sabedoria tra-

71. Beck-Gernsheim, *Was kommt nach der Familie?*, Munique, 1998.

vessa": "... a forma jovial da seriedade e esta sabedoria travessa..."⁷²

A com-paixão, a afinidade no amor, Nietzsche a substitui pela afinidade no riso. É evidente que no seu pensamento a destruição dos valores nunca é um fim em si mesmo; ela deve abrir espaço para a com-panhia, para a afinidade no riso diante dos outros (e suas verdades) no diálogo intercultural — diante do outro que foi encoberto pela máscara, diante da máscara que ele próprio se tornou e agora observa com os olhos de um outro etc. Portanto, o outro que Nietzsche tem em vista não transcorre em um tempo simultâneo mas, ao contrário, obriga o choque e a conexão entre os séculos. Mas qual seria a moral da vida "glocal" para Nietzsche?

É mais fácil determinar aquilo que ela *não* é: ela não é *nem tabula rasa* moral e *nem* moral convencional. Ela pressupõe a queda das morais absolutistas dos mundos separados. Mas não em nome da sua aniquilação, e sim para que se abra espaço para a simultânea *redução e ampliação* das escalas e das pretensões morais. "Eis uma moral *tentadora*: *dar* a si próprio um objetivo."⁷³

Para Nietzsche, "esta sabedoria travessa" — numa forma simplificada, numa aplicação metódica — se expressa em um duplo movimento. Em primeiro lugar, ela postula uma *individualização dos ideais*: o indivíduo se torna o legislador, mas *apenas* o legislador de *si mesmo*. Deste modo, a individualização efetua a redução máxima das escalas no reino da moral. Estas escalas valem para mim, apenas para mim. E assim a moral se torna possível como a auto-legislação, ou melhor como a *exclusiva* autolegislação.

72. Nietzsche, *Werke in drei Bänden*. Munique, 1994, vol. 1, p. 915.

73. Nietzsche, op. cit., vol. 3, p. 874.

Esta autolegislação não abre portas e portões para o relativismo, para o princípio do "faça cada um do seu jeito": Nietzsche intenciona precisamente o seu oposto: o pressentimento da tolerância *falaciosa* na atitude tolerante, que permanece presa aos limites da consciência moral individual, tal como ela é apresentada naquela fala do quadrinho: "...viemos até aqui para conversar com vocês sobre Deus, verdade e civilização..." A tolerância deve ser pensada e praticada de forma radical na confluência de dois movimentos: por um lado, minimizar o caráter circunspecto da moral individual para, por outro lado, buscar o diálogo transcultural com outras verdades, com a verdade dos outros.

A individualização da moral não provém de motivações egoístas. Ela na verdade dá oportunidade a uma moral global da tolerância, o que torna viável não só o diálogo como também algo um tanto "híbrido" como a crítica cultural: a autolegislação com o duplo significado de restrição e ampliação gera a capacidade para a crítica e o conflito.

Para Nietzsche a autodelimitação por meio da exclusiva autolegislação abre os olhos, liberta — possivelmente — da imagem circular do estrangeiro, viabiliza um campo experimental de vivência e intervenção no contato com a consciência do outro.

As respostas de Nietzsche à questão da possibilidade de uma crítica intercultural pode ser formulada, muito precisamente, nos seguintes termos: Apenas e tão-somente a autolegislação e o autoquestionamento conjuntos nos libera e nos fortalece para os desafios da vida por entre nações.

Autolegislação *sem* o autoquestionamento conduz à intolerância, ao etnocentrismo, ao egocentrismo; o autoquestionamento *sem* a autolegislação esmorece e capitula frente a estupidez do mundo. Esta contradição se resolve, como dissemos, naquilo que Nietzsche denomina como

“moral *tentadora*: dar a si mesmo um objetivo”. A individualização dos ideais minimiza e amplia o domínio da moral, pois desta forma as leis morais do outro podem ser fruídas e vivenciadas como um *enriquecimento*: “Queremos ser... aquilo que somos — os novos, os singulares, os incomparáveis, que fazem a si próprios e legislam sobre si próprios.”⁷⁴ Caberia perguntar ao contrário: o que acontece quando aqueles que legislam exclusivamente sobre si próprios voltam-se uns contra os outros?

Uma resposta que se assemelha a esta sob vários aspectos pode ser encontrada em Lessing, principalmente em sua peça teatral *Nathan der Weise* (Nathan, o sábio), que fala a respeito de convicções excludentes: vemos, já desde o início da peça, que a “sabedoria” de Nathan, o sábio, se deve à sua problemática relação com sua suposta sabedoria, e também com os exageros do idealismo que afastam o olhar do mundo real. À pergunta de Saladin, o príncipe: “Tu chamas a ti mesmo de Nathan, o sábio?”. Ele responde: “Não.” E à admoestação do príncipe: “Pois bem! Se não chamas a ti mesmo, assim te chamá o povo”. Ele responde: “O povo, quem sabe.” Segue-se então um excuro sobre o suspeito elogio que representa ser etiquetado como “sábio” pelo povo.

Hoje talvez poderíamos afirmar: Nathan é um “pragmatista” *avant la lettre*, no que se refere a crenças e verdade. Ele deseja ver, examinar, compreender aquilo que emerge das palavras e depois delas, e que abandonam os lábios com tamanha presunção. “Viemos até aqui para conversar com vocês a respeito de Deus, civilização e verdade.” “Pois bem, o que desejam saber?” Nathan rejeitaria esta gelatina moral, e para tanto ele se utiliza do olhar irônico.

⁷⁴ *Fröhliche Wissenschaft*, n.º 335, citado por Henning Ottmann, *Philosophie und Politik bei Nietzsche*, Berlim, 1987, p. 213.

Assim ele também percebe por trás da surpreendente pergunta do sultão — “Diga-me então: qual a crença ou a lei que mais iluminou teu espírito?” — uma armadilha e, para ganhar tempo, não a responde diretamente, mas com a famosa parábola do anel, concebida como uma evasiva e *não* como uma resposta.

O anel da parábola simboliza a predestinação. Ele é sempre passado do pai para o filho predileto. Até que um pai, que ama e aprecia igualmente seus três filhos, manda fazer outros dois anéis de valor semelhante e beleza indiscernível para não decepcionar nenhum dos filhos. Mas estando cada um deles em posse do anel, e imaginando, por conseqüência, ser ele o escolhido, há entre eles uma disputa aberta: “Diz o juiz: se não me trouxerem logo o pai, serão recusados. Pensam que estou aqui para decifrar mistérios?”

A necessidade de escolha entre as certezas excludentes do cristianismo, do judaísmo e da religião muçulmana é solucionada de modo paradoxal. Por um lado, não se apresenta solução alguma, e por outro, duas: o juiz não dá um veredicto e convoca aqueles que foram buscar o seu conselho a pensar e agir por si mesmos. E ao mesmo tempo oferece um critério para aqueles que buscam a verdade. De acordo com sua sentença, a única prova possível de sua “predestinação” se encontra “*nos frutos de suas ações*”. Ou seja: atividade, conflito, luta, e privação multiplicam indícios, mas apenas aqueles que apontam para a verdade. Temos aqui — como em Nietzsche — a retração das pretensões de verdade em nome do acirramento das *contradictory certainties* e da abertura do espaço de formas criadoras.

Expressa de forma simplificada, a resposta de Lessing aponta para uma distinção que não pode ser suficientemente descrita — a saber, a distinção entre *certeza* e *verdade*. A *certeza* é — dentro do contexto da parábola — a *posse* do

único anel do pai, e a verdade, por oposição, a incerteza de não se saber qual dos três anéis é o “autêntico”. Não se pode suprimir da verdade esta incerteza. A certeza afasta todas as dúvidas. Na verdade, ao contrário, habita — ou comanda? — a dúvida.

O anel outorga — diz-nos a parábola — estima. A verdade deve fazer jus ao atributo de ser verdadeira. “Estima” (o reconhecimento, pelo olhar de outros, dos seus próprios feitos) se torna o meio de comprovação para si e para os outros da força originária do anel. Assim a dúvida libera, na verdade, uma atividade que deve comprovar — “provar” — a si mesma. O pensar e agir por si próprio, e não a posse, geram alternativas, criam espaços.

Portanto encontramos em Lessing, ao lado da certeza — por ele apresentada de forma sutil, mais irônica do que desiludida —, principalmente a advertência de que o não-possuir a certeza substitui os homens por outros homens e outras verdades. Mesmo assim Lessing vincula a máxima da resignação — a admissão da existência de diversas realidades e verdades contraditórias — à posse do anel como prova de uma múltipla predestinação: ou, em outras palavras: os princípios universalistas e relativistas estão de tal maneira entrelaçados que a *disputa* pela verdade se torna o pressuposto da ação socialmente válida.

b. *Universalismo contextual*

Nietzsche e Lessing argumentam de forma distinta e seus radicalismos são também distintos; ainda assim, seus argumentos apontam uma mesma direção: eles *não* estão preparados — no linguajar contemporâneo — para abrir mão de princípios universalistas ou contextualistas.

O universalismo possui a vantagem de impor ao outro o seu ponto de vista, mas também a desvantagem de vincular-se ao outro, de tomá-lo a sério. É importante fazer a distinção entre as perspectivas universalistas e as *totalizantes* (e, no caso mais extremo, a perspectiva *totalitária*). A perspectiva universalista é perfeitamente compatível — a partir de Nietzsche — com uma autolegislação de caráter restritivo. Ele sabe — como Lessing — da diferença entre verdade e certeza. Reunidas, elas não terão utilidade para tendências totalizantes. Neste caso, é a imagem da própria moral, obscurecida por suas origens históricas, que se torna a medida para todas as coisas.

Por outro lado, relativismo e pensamento *contextual* são imprescindíveis, pois eles acentuam o respeito perante as diferenças culturais, além de tornar necessárias e estimulantes as alternâncias de perspectivas.

Diante da alternância entre universalismo e particularismo (relativismo), ambos — Nietzsche e Lessing — rejeitam a exclusão e buscam — tal como propus — diferenciações inclusivas. É esta procura pelo *e* — universalismo *e* contextualismo (relativismo) — que eu gostaria de explorar, além de tentar aplicar esta distinção a si mesma.

Assim, compõe-se um quadro preenchido por quatro espaços, a saber: *universalismo universal* (UU), *universalismo contextual* (UC), *contextualismo universal* (CU), além do *contextualismo contextual* (CC), sendo que esta quarta posição tem profunda afinidade com a terceira. Por esta razão me ocuparei — de forma breve, porém esclarecedora — apenas das três primeiras posições.

Ambas as duas primeiras posições (UU e UC) possuem traços totalizantes em proporções distintas. Elas valem sobretudo para o antigo Iluminismo, que falava de *seres humanos* quando tinha em vista *homens*, ou para ser mais

preciso: *homens brancos* das classes sociais *mais cultivadas*. As pretensões dos cientistas em traduzir para a linguagem, com o auxílio de seus métodos, a realidade tal como ela realmente é, a natureza, também tornaram-se risíveis.

De modo diverso isto também é válido para o *contextualismo totalizante (relativismo)*. A alternância de perspectivas é desconsiderada com outros argumentos, mas com um resultado semelhante, pois ele simplesmente declara ser impossível uma tal alternância. Se tudo de fato é relativo, então (se fizermos uma aplicação à situação da caricatura) o conquistador tem a sua perspectiva e o conquistado uma outra; e o caricaturista e seu público adotam perspectivas distintas. Entre todas elas se abrem abismos mais ou menos intransponíveis. E o resultado: cada um é do jeito que é.

A ironia acidental da tese da incomensurabilidade está na sua semelhança com um ponto de vista essencialista. Ela conduz (ou seduz) a um quase essencialismo pós-moderno, que tem um ponto em comum com o essencialismo tradicional: a crença de que só se pode aceitar as coisas tais como elas são.

A reflexão sobre a delimitação do *próprio relativismo* e não apenas sobre a delimitação dos próprios princípios morais é uma atitude que talvez representasse uma grande contribuição. O contextualismo absolutizado padece, em última análise, da mesma *cegueira diante da verdade* que afeta o universalismo absolutizado. Enquanto aquele bloqueia a imagem do estrangeiro construída na sua própria convicção, este bloqueia a possibilidade de uma compreensão do ponto de vista do outro.

Contextualismo universalista é um termo respeitável para *não-mistura*. Reina a eterna (ausência de) paz do eterno relativismo. Deseja-se o próprio sossego e o sossego dos outros, fundamentado na crença de que os mausoléus

(*Gräben*) das culturas são intransponíveis, de forma que um diálogo irá sempre refletir tão-somente as próprias certezas. Esta formulação é, sem dúvida, polêmica — e, no que diz respeito às motivações, ela deverá ser falsa. Mas o *resultado* da presunção da tese da incomensurabilidade desemboca em um pacto *apriorístico* de não-mistura entre as culturas, a impossibilidade de diálogo já pressuposta, bem como a impossibilidade da alternância de perspectivas (sob toda e qualquer forma). O que mais importa é precisamente este aspecto: trata-se da afirmação da independência de pontos de vista *sem* erro ou tentativa, de uma afirmação de princípios, desvinculada da experiência e, poder-se-ia dizer, anti-contextualista. Gostaria de utilizar esta ausência de experiência para formular a posição contrária, o *universalismo contextual*. Este é apreendido e desenvolvido de forma igualmente reflexiva.

O universalismo contextual parte da constatação contrária, ou seja, de que a *não-mistura* é impossível: pois isto quer justamente dizer: Vivemos na era da semelhança, toda tentativa de manter seu isolamento e de buscar refúgio na idéia de que há mundos separados é grotesca, é inadvertidamente cômica. O mundo é a caricatura de um incontestável (não)-diálogo consigo mesmo e com os outros. Encobrir este fato com uma retórica bem-intencionada que prega o aprendizado com o outro não é algo necessário, e muito menos favorável, se se construir algo a partir da *força criativa do desentendimento*.⁷⁵

75. "Em termos histórico-culturais já está provado que o desentendimento tem efeito muito mais criativo do que o entendimento entre culturas estrangeiras. Examinando o complicado pingue-pongue de um mal-entendido... Kirk Varnedoe demonstrou em seu livro, *A fine disregard*, a suposta influência exercida pela xilografia japonesa sobre

Não devemos evocar aqui falsas alternativas. A antítese da presunção da tese da incomensurabilidade não afirma a existência de um *diálogo*. Ela apenas afirma: Não existem mundos separados. Existe a multiplicidade de um contexto global descontextualizado diante do qual o retorno ao não-diálogo parece ser algo idílico.

Em substituição ao pacto de *não-mistura*, considerado inviável, entra em cena a admissão da vida glocal. Nesta perspectiva, as conquistas ilusórias da incomensurabilidade emergem como fugas ilusórias diante da armadilha da caricatura do desentendimento intercultural em que o mundo foi transformado. Não está em discussão o *se*, mas o *como* da miscigenação, do tornar-se miscigenado, da contra - ou *com-mistura*.

Por direito, pode-se formular, sem qualquer ilusão, assegurado pelo ceticismo da tese da incomensurabilidade, que contrapõe os dois princípios da seguinte maneira: O contextualismo absolutista afirma: *deixe-me em paz!* Mas não por ser proibida a perturbação da paz, mas por ela não ser capaz de transpor os abismos da não-comparabilidade. E, no final, o resultado continua a ser o mesmo.

Em contraposição, o princípio do universalismo contextual afirma: não há escapatória diante da falta de paz pro-

Degas e Van Gogh: os japoneses do século XVI compreenderam erroneamente o princípio da perspectiva euclidiana e construíram, a partir desta compreensão, sua refinada arte xilográfica — o que levou Van Gogh e Degas a darem início a revolução artística européia do século XX, que, por sua vez, iniciou-se em parte com um tratamento modernista da perspectiva euclidiana. Vê-se portanto que a justa compreensão não é exatamente o ponto de partida e nem o objetivo da comunidade do saber intercultural." (Wackwitz, "Alles hat seine Grenzen. Vom fragwürdigen Nutzen kultureller Lerngemeinschaften", *Süd-deutsche Zeitung*, 26/11/1996.)

movida pela *mútua mistura*, não há escapatória possível. Só descobrirei em qual medida a alternância de perspectivas, os diálogos, o riso e o conflito são possíveis, necessários, absurdos ou inúteis *após* dar estes passos. A diferença essencial não reside no fato de que ali é negado o acesso e aqui, permitido, mas sim que ali este passo é prontamente excluído, *sem tentativas*, enquanto que aqui se batalha em nome da *vivência* inapelável desta tentativa. (Ambos podem ter efeitos — ou resultados — cômicos, qualquer que seja a perspectiva adotada.)

Segundo a visão do universalismo contextual a incomensurabilidade significa, portanto, a *ignorância preestabelecida*; paradoxalmente, funde-se ao relativismo absolutizado a autolegislação; pressupõe-se — *sem experimentos, sem a vivência* — que o intercâmbio de perspectivas e argumentos não possui sentido. Não devo abrir meu santuário particular para outros e ficar exposto à crítica externa. Em contraposição, coloca-se a questão do universalismo contextual: como posso *aprender a rir* do meu próprio santuário em meio à convivência com os santuários de outros?

O primeiro ensaio de uma diferenciação inclusiva desemboca na integração *direta* daquilo que pertence a um contexto ao conceito daquilo que é universal. Deste modo, anula-se a alternativa: *ou* há um universalismo *ou* então não há nenhum. Mas surge esta possibilidade: há o *meu* e o *seu* universalismo — um universalismo *plural*. Quando se rompe o absolutismo do universalismo, pode-se reconhecer que não há *ausência* de autodelimitação, e sim a delimitação do *meu* santuário, que apresenta por sua vez a questão do universalismo *dos outros*. Vejamos o exemplo:

Os direitos humanos não devem ser subsumidos ao universalismo universalista no sentido da forma *inventada* pelo Ocidente que deveria ter validade em todo o globo,

mas defende e representa apenas para o Ocidente os direitos inalienáveis de todos os homens. Esta idéia se encontra reconhecidamente em outras culturas, tradições e religiões com significados ora complementares, ora excludentes. Existem diferentes *versões* dos direitos humanos até mesmo nos diferentes cantos da Europa. Nos países escandinavos, por exemplo, os direitos econômicos estão incluídos entre os direitos fundamentais, enquanto nos países pós-comunistas da Europa central e do Leste Europeu os direitos civis e políticos muitas vezes não são apreciados pelos governos, mas pela população. As reivindicações provenientes de outras partes do mundo remetem a uma outra compreensão dos direitos. Por esta razão há uma *Carta Africana dos Direitos do Homem e do Povo*. “Ela é sobretudo o reflexo de uma concepção originariamente africana dos direitos humanos, desenvolvida a partir das normas das sociedades africanas tradicionais e fundada sobre dois princípios — de um lado, o comunitarismo, pouco valorizado pelo individualismo ocidental, e de outro as decisões consensuais, tornadas dispensáveis pela disputa eleitoral política. Estes princípios têm uma enorme significação em toda a África.”⁷⁶

Com a curiosidade diante de outras tradições e concepções dos direitos humanos não ocorre, como teme o universalismo universalista, algo como o abandono da idéia da equidade de direitos para todos os homens. “Somente” poderá começar, ou melhor: só agora começa uma disputa das culturas, dos povos, dos Estados e das religiões pelas mais ricas dentre as concepções dos direitos humanos. E se inicia o “enfeitado” diálogo sobre o assunto.

76. Bretherton, “Allgemeine Menschenrechte — Der Menschliche Faktor”, em Beck (org.), *Perspektiven der Gesellschaft*, op. cit.

E este diálogo encerra o cerimonioso silêncio daqueles que, do alto de suas vaidades, pregam o universalismo. O convite à resignação, à exclusiva adoção de seu próprio universalismo, não obriga à ignorância de outros universalismos, tais como eles de fato são, criando um mútuo isolamento. Precisamente o contrário: apenas deste modo será possível validar a perspectiva da minha versão dos direitos humanos, e não a do outro, na disputa com outras versões.

O universalismo contextual não torna obrigatório o reconhecimento de desrespeitos aos direitos humanos em outros círculos culturais ou países, criando um relativismo malcompreendido. Mas ele também não reforça a utilização de todas as forças para, por exemplo, proteger as minorias contra alguma espécie de perseguição. Ele se pergunta: em quais concepções e grupos de direitos humanos há um evidente desrespeito a estes direitos? Como *eles* consideram, a partir do seu horizonte e de seus saberes a respeito de direitos humanos, aquilo que ocorre em seus países? E como se relacionam estas explicações e interpretações com as nossas (a minha) hipóteses sobre os direitos humanos universais — que também teriam, portanto, validade para eles? Parece claro que os paradoxos não encontram aí uma solução, e que outros, novos, começarão a aparecer.

Porém o regresso à nossa, à minha versão contextual, logo ocidental, de direitos humanos universais em nada se assemelha a uma tarefa de consciência política e moral, a uma capitulação diante das bestialidades deste século; ele é sim o pressuposto para *miscigenar-se* nos conflitos a respeito dos direitos humanos e de suas violações em outras culturas.

O universalismo contextual afirma: é preciso abrir aquilo que possuímos de mais sagrado para a crítica de outros. É necessário cometer o *sacrilégio do politeísmo* pela causa

do universalismo, e em primeiro lugar contra si mesmo. É necessário — dir-se-ia na linguagem de Lessing — dar conscientemente o passo da *certeza* para a *verdade no campo do universalismo* — em termos filosóficos, políticos, morais. No mundo imaginário dos vários universalismos um dia talvez venha também a rir-se com sinceridade da disparatada pretensão humana de possuir a certeza universal.

VI. CONTORNOS DA SOCIEDADE MUNDIAL: PERSPECTIVAS EM CONCORRÊNCIA

Já conseguimos reunir, apresentar, contrapor e explicar argumentações o bastante para retomar a questão central: *Como se distinguem globalidade, globalização e globalismo?*⁷⁷

A *globalização* acentua o caráter processual da transnacionalidade nas dimensões apresentadas por nós; temos em vista:

— O crescimento da intensidade dos espaços, dos resultados, dos problemas, dos conflitos e das biografias transnacionais;

— O movimento não deve ser — apesar da aparência evocada pela palavra “global” — nem compreendido como algo linear, nem como “total” ou “totalizante”, mas sim como um movimento *contingente* e *dialético* — “*glocal*”; isto se esclarece com a formulação da figura de pensamento da “*diferenciação inclusiva*” — *contraposição receptiva* — como o princípio da biografia, da identidade e da organização;

— É preciso questionar e investigar, respectivamente, o *grau*, a *densidade* e a *escala* da globalização/localização em suas várias dimensões. Portanto, as formas da presença da *glocalização* podem e devem, por fim, ser examinadas *empiricamente*.

77. Ver p. 26.

O conceito de globalidade representa uma afirmação mais dolorosa da realidade. Ele significa — em última análise — *sociedade mundial* e afirma: este estado de coisas é

— *irreversível*; aquilo que intitulamos como “sociedade mundial” deverá ser compreendido de forma

— *Multidimensional*,

— *Policêntrica*,

— *Contingente*,

— *Política*.

Deve ser colocada, nos termos da *cultural theory*, a seguinte questão: sob quais formas e foros a sociedade mundial será vivida, vivenciada, socialmente percebida, praticada — e *de qual maneira ela realmente o será?* R. Robertson foi, com certeza, o primeiro a elevar à condição de indicador empírico da sociedade mundial reflexiva os graus de consciência e conscientização diante do fato de que o mundo deve ser considerado como *um* lugar global. A. Nassehi apresenta uma definição parecida: “Pode-se falar em uma sociedade mundial a partir do momento em que os *global players* percebem a si mesmos dentro da diferença de suas distintas relações em um único e mesmo mundo de forma reflexiva. A sociedade mundial seria, portanto — de acordo com o teorema de Thomas —, um horizonte mundial que se abre quando a comunicação comprova sua realidade. Apenas diante deste pano de fundo tornar-se-ão decodificáveis como fenômenos sócio-mundiais tanto a exploração da força de trabalho em outras regiões do globo como também o ecletismo étnico e o romantismo social do Ocidente, com suas necessidades de esparecimento ideológico e turístico. Por esta medida, a descoberta da América, as Cruzadas ou a política colonia-

lista do século XIX *ainda não* teriam sido acontecimentos sócio-mundiais.”⁷⁸

É necessário distinguir (e criticar) o *globalismo* diante dos conceitos de globalização e globalidade — o que faremos na terceira parte, “equivocos do globalismo”. Mas, por ora, delimitemos a tese da irrefutabilidade da sociedade mundial, e, para tanto, esboçemos seis perspectivas que são em parte concorrentes, em parte complementares, e façamos um contraponto entre elas:

1. Terceiras culturas ou sociedade civil global?
2. Democracia cosmopolita
3. Sociedade mundial capitalista
4. Sociedade mundial de risco
5. Sociedade (de transição) política mundial
6. Perspectiva: Estado transnacional

1. Terceiras culturas ou sociedade civil global?

Em seu escrito sobre *A paz perpétua*, Kant desenvolveu o argumento de que as democracias *jamais* seriam possíveis sob forma *isolada* nacional-estatal ou de sociedades apartadas, e sim exclusivamente sob a forma da sociedade cosmopolita. Ele não condicionou a autonomia legisladora (*Selbstregierung*) de muitos à sua autonomia de ação e pensamento; esta, na verdade, pressupõe a configuração (a) *de uma experiência da sociedade civil global*, (b) *relações universalmente válidas de direitos fundamentais*.

⁷⁸ Nassehi, *Die "Welt"-Fremdheit der Globalisierungsdebatte*, Ms. Munique, 1997.

Alguém que condicione a “sociedade mundial” à experiência de uma sociedade mundial deve colocar para si a questão de saber se algo semelhante a uma memória global, surgida a partir de fatos e perigos parciais, pode de fato existir. Os contextos de experiências transnacionais nascem e sobrevivem historicamente, por exemplo, de relações comerciais internacionais, movimentos migratórios, escravidão, conquistas, guerras, imperialismo, colonialismo. A. D. Smith, em especial, assinalou que a história colonial pode vir a se tornar o conteúdo da cultura e da identidade global. “Diferentemente das culturas nacionais, uma cultura global não dispõe, antes de mais nada, de qualquer memória. Para sua formação, uma ‘nação’ pode vir a encontrar apoio em carências e experiências da população e conceder-lhes expressão, enquanto a uma cultura global não correspondem quaisquer carências reais nem qualquer identidade em formação. Não existe nenhuma ‘memória mundial’ que possa ser útil para uma *unificação* da humanidade; até os dias atuais, a maioria das experiências globais — o colonialismo e as duas guerras mundiais — serviram apenas para nos recordar de nossos conflitos históricos”.⁷⁹

“Se a *única* conseqüência de conflitos, conquistas, e repressões consistisse na separação dos homens, então as nações seriam por sua vez distinções artificiais, pois a maior parte delas surgiu como uma reação a conflitos”, responde J. N. Pieterse. “E o mesmo vale para o plano mais geral: A suposição de que os conflitos apenas dispersam ignora o principal e, portanto, é falsa. Os conflitos também unem os homens, ainda que de maneira dolorosa, e criam uma união ambivalente. Um dos fundamentos mais elementares da

79. A. D. Smith, *Towards a global culture?*, em Featherstone (org.), *Global culture*, Londres, 1990, p. 180.

dialética é a formação da unidade a partir de posições e conflitos que se chocam... Um dos fatores importantes na constituição das culturas mistas pós-coloniais foi a unidade conflitiva e integrada do Estado que antes dominava e dos países dominados vivenciadas em experiências políticas e culturais comuns, inclusive a da repressão. A partir desta perspectiva, o antigo Império Britânico continua a ser, sob vários aspectos, um espaço unificado, no qual se fala um mesmo idioma, que encontra na legislação e no sistema político elementos comuns, onde a infra-estrutura e as leis de trânsito se assemelham e onde se pode encontrar um estilo arquitetônico semelhante ao de certos lugares da África do Sul e da Índia, sem mencionar aquilo que ainda resta da *Commonwealth*.”

Se a experiência de uma sociedade mundial é um traço distintivo essencial da sociedade mundial, então a sociedade multicultural não é uma criança imaginária, mas uma realidade global. Não se pode escolhê-la ou recusá-la; ela não conduz automaticamente à tolerância e nem também ao extermínio e à xenofobia. Se as ambivalências da sociedade mundial irrompem de forma conflitiva em locais determinados, este não é um sinal do fracasso dos “experimentos da sociedade multicultural”, mas possivelmente o sinal do início de uma nova época social, na qual formas de vida transnacionais e transculturais pertencerão à normalidade. O povo que fechar os olhos para estas realidades e perceber a si mesmo e aos outros, tal como fazia antes, dentro de uma cultura (popular) monolítica terá dificuldades para tratar com leveza o caos estabilizado da sociedade mundial.

“O que se deve pensar quando se vê mulheres marroquinas promovendo lutas de boxe tailandês em Amsterdã, asiáticos cantando *rap* em Londres, baguetes sendo produzidas por irlandeses e tacos por chineses; quando indianos

festejam em Nova York o *mardi gras* e estudantes mexicanas dançam em togas gregas imitando Isadora Duncan? O que se deve interpretar quando Peter Brook leva ao palco o *Mahabharata* ou quando Ariane Mnouchkine monta uma peça de Shakespeare no estilo kabuki em pleno *Théâtre Soleil*, em Paris? As experiências culturais, no passado e no presente, não obedecem às tendências de unificação e padronização. Isto não quer dizer que o conceito de unificação cultural global seja vazio de significado — pelo contrário. Mas seu alcance é decisivamente limitado. Ele ignora as contratendências — a influência de culturas não-ocidentais no Ocidente. Ela não considera a ambivalência do processo de globalização nem avalia o papel do elemento local na recepção da cultura do Ocidente — como, por exemplo, a incorporação e a reformulação de elementos ocidentais pelas culturas locais. Ela não observa as mútuas influências entre as culturas não-ocidentais. Desconhece as culturas mistas, como as “terceiras culturas” do cenário internacional da música. Ela acentua demasiadamente a homogeneidade das culturas ocidentais e ignora que muitos dos padrões da cultura ocidental na verdade são, se checarmos suas origens, amálgamas de diversas correntes culturais. Os vários séculos de osmose cultural entre Norte e Sul produziram uma cultura mista internacional.⁸⁰

Talvez não seja por acaso que a experiência do “destino da comunidade global” apareça sob a forma de uma *experiência ameaçadora* para a grande maioria da população mundial — nos debates sobre a “pobreza móvel”, sobre “explosões populacionais”, em ocorrências como a catástrofe de Chernobyl, noticiários a respeito de venenos em produtos alimentícios, no ar ou na água, ou no anúncio,

feito por sua própria firma, do deslocamento de postos de trabalho para o exterior. Mas deste mesmo modo acaba-se percebendo concretamente que a “sociedade mundial” não está “lá fora” e que ela atinge os fundamentos da vida de todos. Com outras palavras, diríamos que na defesa contra a participação na sociedade mundial acaba por ser provada sua realidade e seu poderio.

Martin Shaw dá um decisivo passo adiante: para ele, a “experiência” da sociedade civil global significa, em primeiro lugar, a *autopercepção* (através dos meios de comunicação), em segundo, sua possível *relevância relacional*. Por esta razão ele examina empiricamente em qual medida formou-se de fato uma sociedade civil global por força dos relatos de guerra após o conflito Leste-Oeste e sua importância na intervenção de um outro distante (ação militar da ONU ou de outros Estados nacionais). Antigamente, argumenta Shaw, as guerras e seus participantes estavam circunscritos ao espaço onde se praticava a violência, e eram poucas as guerras que duravam muito tempo. Hoje — e assim será no futuro — as guerras se espalham por todo o planeta sob a forma da participação potencial ou atual de todos, promovida pelos meios de comunicação. A sociedade civil global se transforma numa sociedade telespectadora. As guerras perdem, em um certo sentido, o seu lugar e se transformam em *crises políticas* através de sua (re-) (a-) apresentação telegênica, nas quais as questões da justiça e da intervenção também deverão ser publicamente discutidas e decididas nos distantes centros da sociedade civil global. “As crises posteriores ao fim do conflito Leste-Oeste são realmente crises *globais* e, caso o sejam, o que as torna globais? Aqui o fator determinante é saber em qual medida ela é percebida deste modo, como uma crise capaz de ter efeitos globais e se ocorreu ou ao menos foi considerada a pos-

80. Pieterse, *Der Melange-Effekt*, op. cit.

sibilidade da intervenção por parte das grandes potências ou das Nações Unidas. É por este fator que se empreende a diferenciação entre as crises que podem ser consideradas genuinamente globais e as guerras mundiais e os conflitos de superpotências da época da Guerra Fria. Apesar disso, valeria a pena um exame mais atento de pelo menos algumas das novas crises sob esta perspectiva. Por que se atribuiu um significado global a algumas guerras, como a de Ruanda ou a da Bósnia-Herzegovina? Nada indica que elas tenham apresentado uma nova dimensão dos conflitos armados que estivesse ausente dos conflitos entre Armênia e Azerbaijão ou da guerra civil em Angola. Estas duas últimas guerras também ceifaram diversas vidas humanas e postularam uma 'limpeza étnica'. Aparentemente, a principal diferença se encontra no fato de que certas guerras são *percebidas* pelas pessoas como conflitos que trouxeram dores e prejuízos irreparáveis para a população e infligiram direitos humanos cujos princípios são reconhecidos pela 'comunidade internacional'; e esta percepção se originou de um relato amplo e de alcance mundial, promovido pelos meios de comunicação. Em outras várias situações a população civil também foi gravemente atingida, e os direitos humanos, desrespeitados. Mas a sua percepção não foi tão difundida entre as pessoas, o que pode ser diretamente explicado pela atenção relativamente pequena prestada ao conflito pelos meios de comunicação." De acordo com este raciocínio é a *construção e a produção* do significado global de um conflito bélico localizado que ativa, *através dos meios de comunicação*, a ambos: a sociedade civil global e a dimensão global do conflito.

"Podem ser estabelecidos dois novos critérios para as crises políticas globais a partir deste ponto. As crises globais podem, como a Guerra do Golfo, encaixar-se perfeitamen-

te dentro dos critérios tradicionais, por resultarem de conflitos de interesses que envolvem direta ou indiretamente outros Estados e regiões do sistema internacional. Mas ainda que estes critérios não sejam obedecidos, podem eclodir conflitos se houver a *percepção* de uma carnificina humana e do sistemático desrespeito a princípios globalmente reconhecidos — o que depende em larga escala de sua ampla difusão na mídia. Para além destas circunstâncias, uma crise se torna global quando há ou considera-se seriamente a possibilidade de uma *intervenção*, referendada por um mandato internacional, que venha a encerrá-la.

Os modelos tradicionais e modernos das crises políticas globais, no entanto, não se contrapõem uns aos outros como alternativas; eles são, na realidade, os pontos extremos de um mesmo espectro. Cada crise combina, de maneiras diversas, aspectos novos e tradicionais. Embora Bósnia-Herzegovina e Angola, por exemplo, não pertençam mais ao âmbito dos interesses de segurança dos Estados mais poderosos como na época da Guerra Fria (esta é, ironicamente, uma das causas da eclosão de novos conflitos), o interesse de muitos Estados em uma situação de estabilidade nos Bálcãs e no sul da África não se reduziu. De forma inversa, a Guerra do Golfo, a única guerra após o término do conflito Leste-Oeste, que poderia ser considerada simplesmente como um conflito entre Estados nacionais, fez inúmeras vítimas entre a população civil, representou para muitos uma tragédia — e sua apresentação mundial pela mídia distorceu por completo o caráter originário e o significado histórico desta guerra. O que nos permite concluir que os ataques à população civil e sua representação na mídia são aspectos decisivos não só de uma determinada espécie de conflito, mas também para todas as crises globais contemporâneas.

Esta definição alterada das crises políticas globais cria a possibilidade de uma compreensão mais ampla das crises globais capaz de dar conta também das dimensões social e humanitária, ou seja, fome, pobreza, repressão, catástrofes naturais ou ambientais e epidemias. Ela é adotada também porque tais crises geralmente são produzidas ou agravadas por crises políticas. Desta cria-se uma chance para a compreensão das crises sociais como crises políticas. A percepção da desgraça humana, por exemplo, já foi significativamente alterada: enquanto nas décadas de 70 e 80 a fome era vista como uma conseqüência da aridez do solo, o noticiário mundial identifica hoje a sua causação nas guerras.⁸¹

2. Democracia cosmopolita

Ao lado da experiência da sociedade civil, como mencionamos, os direitos elementares de validade transnacional fundam a democracia cosmopolita. No que concerne à validade dos direitos elementares, estes dependem, conforme Kant, de um escalonamento de direitos entre os cidadãos das diversas nacionalidades e, portanto, da garantia de uma legislação cosmopolita para todos. E isto acarreta um escalonamento interno de direitos (políticos e sociais) distintos. A civilização estaria protegida (apenas provisoriamente) contra a barbárie apenas quando o contexto dos direitos elementares possuíssem validade *global*.⁸²

Daí resulta um paradoxo, que continua até hoje bloqueando todo e qualquer debate. A garantia de direitos ele-

81. Shaw, *Globale Zivilgesellschaft. Massenmedien, Krieg und politische Krisen*, em Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, op. cit.

82. Ver a respeito Beck (org.), *Kinder der Freiheit*, op. cit.

mentares pressupõe, ao que parece, o Estado nacional. Como pode então ser fundada e assegurada uma relação jurídica entre Estados e cidadãos de diferentes nacionalidades, que relativiza o papel do Estado como o seu fiador, que ao mesmo tempo não se iluda diante da falsa escolha entre a busca de um Estado mundial ou a sedentarização em um espaço sem Estado e sem direito?

Quando o assunto é a proteção aos direitos humanos, diversos atores convergem, cooperam e concorrem entre si — organizações interestatais como as comissões da ONU, Estados nacionais, que podem trabalhar isoladamente ou em cooperação com outros Estados ou de organizações não-governamentais, ou ainda sob a forma de acordos regionais. As relações entre estes atores estatais e não-estatais por um lado e por outro os indivíduos que são os portadores destes direitos pode ser descrita com o auxílio de três modelos: o do realismo político, o internacionalista e o cosmopolita.

“O modelo do *realismo político*, um modelo concentrado no Estado, reforça a primazia e a soberania dos Estados. Para os realistas os direitos dos indivíduos são, precisamente por este motivo, uma oportunidade de afirmação dos direitos do Estado nacional; as organizações interestatais e não-governamentais (ONGs) podem, quando muito, assumir uma função consultiva. As relações interestatais permanecem pouco desenvolvidas, pois o princípio da soberania impede a intromissão em assuntos internos de outros Estados, enquanto a política externa deve se ocupar muito mais com os interesses geopolíticos do que com as preocupações morais. O critério das decisões a respeito de ajuda financeira ou do fornecimento de instrumentos de tortura deverá, por conseqüência, ser medido apenas de acordo com sua utilidade para o fornecedor.

A concepção do realismo político é ampliada e desenvolvida pelo modelo *internacionalista*. Neste modelo os Estados seguem ocupando um papel central e guardam para si a responsabilidade primeira pelos direitos individuais. Suas ações, no entanto, são influenciadas e em certa medida alteradas por um consenso transnacional a respeito de normas de direitos humanos que ainda está em gestação. Organizações interestatais e ONGs tentam desempenhar um papel relevante na defesa de direitos humanos, e em vários casos elas são bem-sucedidas; mas o seu poder efetivo de intervenção continua a depender da cooperação dos Estados; por esta razão, a influência das Comissões de (des)Respeito aos Direitos Humanos é consideravelmente maior no Canadá do que na China ou na Grã-Bretanha.

O terceiro modelo pode ser denominado *cosmopolita*. Neste caso é o indivíduo que está no centro da análise, e postula-se uma relação direta entre indivíduos, organizações interestatais e ONGs. A primazia do Estado na intervenção mundial passa então a ser mais fortemente questionada a partir de cima e a partir de baixo na medida em que o desenvolvimento de uma sociedade burguesa (*bürgerlich*) global se torna viável e real. Os defensores do modelo cosmopolita ressaltam a criação de instituições de defesa dos direitos humanos ligadas à ONU desde o término da Guerra Fria, assim como o crescimento rasante do número e dos integrantes de ONGs que se dedicam aos direitos humanos e a outras reivindicações.⁸³

A solução para a garantia dos direitos fundamentais não será encontrada no consenso transcultural a seu respeito, mas nos procedimentos de cooperação e na dependência

desta cooperação. São os procedimentos em parte codificados e em parte *não-codificados* nos quais as conexões transnacionais — um tecido espesso e multidimensional de entrelaçamentos e de obrigações mútuas — são construídas, negociadas e reunidas que devem trazer a idéia de uma *democracia cosmopolita* e viabilizá-la. David Held esboçou esta visão futurista nas seguintes etapas.⁸⁴

Primeiro: A ordem global se concretiza em múltiplas redes de poder sobrepostas, que abrangem os corpos, o bem-estar (*Wohlfahrt*), a organização espontânea, a economia, a dependência entre nações e a organização do poder repressivo. O campo de possibilidade da democracia cosmopolita surge destas diversas redes — uma distribuição do poder entre nações, organizações e pessoas em várias dimensões.

Segundo: Todos os grupos e organizações almejam uma autonomia relativa, expressa em determinados direitos e obrigações. Estes modelos de deveres e obrigações precisam estar associados aos *fundamentos do direito democrático cosmopolita*, que devem ser divulgados em todos os campos da atuação social, econômica ou política.

Terceiro: Os princípios desta legislação estarão garantidos e legitimados por *parlamentos e tribunais em conexão local e transnacional* — seguindo o modelo do Parlamento Europeu e do Tribunal Europeu —, que também deveriam ser estabelecidos nos espaços transnacionais da América do Sul, da Ásia e da África.

Quarto: Os Estados nacionais abrem mão de uma parte do seu poder e de sua soberania em favor de instituições e organizações transnacionais e formulam uma nova inter-

83. C. Bretherton, *Allgemeine Menschenrechte*, op. cit.

84. David Held, *Democracy and the Global Order*, Cambridge 1995, pp. 271-283.

pretação do seu papel como pontos centrais e coordenadores das dependências transnacionais.

Quinto: Os indivíduos poderão formar associações em diferentes espaços de poder transnacional ou local e influenciar deste modo na determinação de seus direitos — do plano local ao plano global.

Sexto: Verbas públicas para todos — seja para quem participa do trabalho aquisitivo, ou participa de um trabalho público na sociedade civil; isto garantirá o exercício da liberdade.

Aos olhos do *realismo sociológico* tudo parece ser bom e belo, e nada além disto. Ele não parece importar-se em saber quais poderes ou tendências reais favorecem ou impedem um tal desenvolvimento, quais contradições e paradoxos estão envolvidos nesta visão da democracia cosmopolita — que, por sinal, mais parece ter saído de um livro com ilustrações. Recordo-me de que Augusto Comte “condenara” — o apoiado, por assim dizer, em seus critérios de racionalidade — o Imperialismo militar por ser ele deficitário; vieram então o delírio espontâneo e organizado do imperialismo, o colonialismo, duas Guerras Mundiais, o Holocausto, o *gulag* stalinista. Pode-se somente *esperar* que esta visão normativa não seja, da mesma forma, destruída e eliminada por suas contradições e por seus detratores. Mas ter esperança (na política e nas ciências sociais) ainda é muito pouco.

Mas outras questões ainda permanecem: Quais são as contradições inerentes a esta esperança? Quais abalos sísmicos e erosões corroem ou favorecem esta esperança? É o que — novamente, de forma esquemática — será investigado a seguir.

3. Sociedade mundial capitalista

A idéia de uma democracia cosmopolita é para muitos neomarxistas vazia de conteúdo — uma posição fundada sobretudo no argumento de que neste caso a ética é confundida com o poder. Escapa ao questionamento a respeito do horizonte e das idéias sócio-mundiais, afirma a crítica, as relações transnacionais de poder econômico, que se acirram com o processo de globalização econômica. Desde o término da Guerra Fria e da integração do bloco comunista ao mercado mundial vêm se aprofundando alguns aspectos vitais da dinâmica capitalista que teriam sido “encobertos” pelo capitalismo ocidental do *welfare state*. Este raciocínio pode ser descrito nos sete passos ou teoremas que serão apresentados.

Primeiro: a simultaneidade entre a integração transnacional e a desintegração nacional. No vitorioso curso do mercado mundial vão sendo banidas as poucas “manchas brancas” que haviam sobrado no mapa mundial; ou seja, um número cada vez maior de regiões e nichos é integrado ao sistema capitalista, o que acarreta a dissolução dos espaços econômicos e de auto-sustentação nacionais. Adesão ao mercado mundial e fragmentação, globalização e territorialização são processos complementares, bem como a redistribuição mundial de riqueza, soberania, poder e liberdade de ação.

Segundo: companhias transnacionais têm *interesse em “Estados fracos”*, isto é — de acordo com a formulação de Zygmunt Bauman —, em Estados que são fracos mas permanecem sendo Estados: com ou sem intenção os atores do mercado mundial exercem uma pressão coordenada sobre todos os Estados que dele participam ou dependem em favor da sistemática derrubada de tudo aquilo que possa

impedir, retardar ou delimitar a liberdade de movimentação do capital. “Arrombar todos os portões e desistir de qualquer projeto de política econômica autônoma são as precondições às quais devem se submeter sem quaisquer manifestações de resistência aqueles que desejam considerar-se dignos do recebimento de algum auxílio financeiro do Banco Mundial ou de fundos monetários. Os Estados fracos são exatamente aquilo que a nova ordem mundial, que é muitas vezes erroneamente compreendida como uma desordem mundial, precisa para se manter e se reproduzir.”⁸⁵ Daqui resulta também um conflito de interesses entre a formação de Estados transnacionais que atuam em cooperação — a experiência da União Européia é o exemplo mais apropriado deste caso — e o capitalismo neoliberal. A União Européia é um dos espaços econômicos mais poderosos do mundo. Ela estaria em condições de determinar regras para o comércio mundial, além de aplicar e exigir a adoção e o respeito de medidas sociais e ecológicas.

Terceiro: *Os Estados de bem-estar social do continente europeu entraram em uma espiral progressiva*. Enquanto os atores econômicos pensam e atuam transnacionalmente e desta maneira se esquivam da política e do controle nacional-estatal, as conseqüências da economia transnacional — desemprego crescente e miséria — devem ser amortizadas e administradas pelo Estado nacional. De um lado, com a crescente pressão do mercado mundial, acaba por chegar a hora da comprovação, ou seja, de saber se a rede social é financiável; e de outro, chega também a hora da verdade, uma vez que a explosão dos custos coincide com a queda

85. Bauman, *Schwache Staaten*, op. cit. Para uma análise da sociedade ocidental dentro do sistema mundial, ver Bornschier, *Westliche Gesellschaften im Wandel*, Frankfurt/Nova York, 1998.

da arrecadação de impostos sobre o trabalho aquisitivo e a globalização dos lucros das empresas transnacionais.

Quarto: *a substituição do trabalho pelo conhecimento e pelo capital*. O capitalismo global dependerá cada vez menos da força de trabalho humana para desvendar os novos rumos da produção de lucro. E com isso a força de trabalho humana e organizações coletivas que o representam — partidos trabalhistas e sindicatos — perdem significativamente seu poder de negociação e sua influência social. Ao mesmo tempo cresce o número daqueles que são excluídos do mercado de trabalho e das oportunidades da integração e da garantia social e material, que são aqui distribuídas e negociadas. Com a conseqüência: não apenas crescem as desigualdades como também se altera drasticamente a *qualidade* das desigualdades sociais na medida em que vão sendo excluídas parcelas cada vez maiores da população, consideradas por princípio “economicamente inativa”.

Quinto: *a dupla relatividade da pobreza*. Neste processo de ações recíprocas de inclusão e exclusão, a face da pobreza sofre uma alteração *qualitativa*: ela cresce drasticamente e se fragmenta de diversas maneiras. Como mostra Zygmunt Bauman, a linha de comunicação entre os ricos globalizados e os pobres localizados ameaça se romper, pois entre os vitoriosos da globalização, na ponta de cima, e os derrotados pela globalização, na ponta de baixo, não há mais uma arena obrigatória na qual se possa lutar por justiça e igualdade.

As chances de poder dos excluídos — ao contrário do proletariado do final do século XIX e do início do século XX — foi reduzida, uma vez que eles se tornaram inúteis. Resta-lhes apenas a alternativa da violência para tornar pública sua escandalosa situação.

Os diversos subcompartimentos da pobreza se dividem ainda em uma “dupla relatividade”. “A relatividade simples” da pobreza é a relatividade de sua *medição*, ou seja: não há medidas absolutas, apenas medidas relativas da pobreza, que são válidas para apenas suas respectivas regiões — por exemplo, África, Ásia e Europa. No caso da “dupla relatividade”, a relatividade das medições é mais uma vez dividida em espaços de convivências transculturais, transnacionais. “Pobreza transnacional” significa: a vida é vivida em meio às contradições das medições transnacionais da pobreza. Um sem-teto na Grã-Bretanha pode, de acordo com as medidas válidas para sua família no Caribe ou na Índia, estar vivendo em uma situação razoável.⁸⁶ Estas fragmentações são também uma das condições essenciais para o aprofundamento da pobreza.

Sexto: *As contradições da vida glocal livremente instituída e auto-organizada servem como critérios de exclusão.* Costuma-se dizer (e o autor também o faz) insistentemente que a segunda modernidade propõe alternativas de desenvolvimento e de liberdade que se colocam para além das certezas da tradição e do esquema esquerda-direita de atuação política. No entanto, fica a pergunta: *para quem?* Pois as contradições da segunda modernidade precisam ser interpretadas também como uma intensificação das exigências de uma integração social da qual um número cada vez maior de seres humanos acaba ficando excluída; sobretudo aqueles que são classificados como “fracos”, “limitados” ou “incapazes” em um mercado extremamente competitivo; são pessoas de baixíssimo grau de escolaridade, portadoras

86. Ver a este respeito Buffoni, *Rethinking poverty in globalized Conditions*, em Eade (org.), *Living in the Global City*, op. cit., pp. 110-126.

de doenças ou indivíduos cujas forças — suas habilidades motoras, manuais ou artísticas — são subvalorizadas pelo atual sistema. Todos eles caminham por uma superfície escorregadia e estão arriscados a cair dentro do círculo daqueles que, de acordo com as regras vigentes, serão excluídos e assim permanecerão.

Sétimo: *Ao capitalismo sem trabalho, no entanto, corresponde um marxismo sem utopia.* À imagem neomarxista do sistema capitalista mundial falta a ousadia utópica, a esperança política e a fantasia, pois da análise não emerge um sujeito político ao qual ela corresponda. Um neomarxismo cosmopolita como este não deveria engrossar o coro daqueles que anunciam o irreversível naufrágio do *Titanic*?

4. Sociedade mundial de risco: o caixão da modernidade se abre

A percepção dos riscos ecológicos globais leva muitos a adotar uma posição fatalista. Como pode haver uma discussão política serena, isto é, que não queira iludir a si mesma, diante desta maquinaria de autodestruição do megassistema da indústria global? Nesta visão — me perdoem — limitada, inspirada em um realismo ingênuo, de riscos que existem “por si”, ignora-se a principal artimanha da sociedade mundial de risco.

O que mais chama a atenção nos conflitos provocados por estes riscos é o fato de que âmbitos de decisão antes despolitizados tornaram-se politizados em função da percepção pública dos riscos; e eles permanecem — geralmente sob formas artificiais e lutando contra a resistência das poderosas instituições que monopolizam estas decisões — abertos à dúvida pública e ao debate. Desta maneira, na

sociedade mundial de risco são anunciados e discutidos publicamente durante a noite temas e objetos de discussão que já foram decididos a portas fechadas durante o dia, como por exemplo decisões sobre investimentos, a composição química de produtos e medicamentos, programas de pesquisa científica, o desenvolvimento de novas tecnologias. Tudo isto passa repentinamente a necessitar de uma justificação pública, e ainda será possível criar e pôr em funcionamento um quadro institucional que possa legitimar e dar vida longa a este novo acréscimo à democracia.

Ou, posto de um modo irônico: já se discute atualmente a respeito dessas “conseqüências” que não foram vistas — ou previstas — antes mesmo que esses produtos ou tecnologias venham a ser inventados. Mas deve-se destacar na verdade que este aprimoramento e ampliação da democracia nos domínios apolíticos da economia, da ciência (e também da esfera privada) foram até agora bloqueados por “critérios de definição” antiquados, que não responsabilizavam aqueles que lucram com os riscos e sim aqueles que são atingidos por eles.

Isto significa que, com a percepção pública dos riscos, emerge uma sociedade *autocrítica* disposta — ao menos em seu discurso — a reações e reformulações, na qual companhias de seguro, por exemplo, contradizem seus próprios técnicos. Estes afirmam: o risco é igual a zero; aqueles que assumem a responsabilidade econômica por este risco, afirmam: isto não pode ser assegurado. O risco econômico é muito alto no pior dos casos (energia nuclear, por exemplo, e também a tecnologia genética).⁸⁷

87. Assim, falta ainda hoje uma regulação que assegure a biotecnologia e a tecnologia genética. Ninguém quer assegurar os riscos da biotécnica. Desta forma, não se pode dirigir um automóvel sem ter pago o seu seguro obrigatório, mas pode-se dirigir uma pesquisa sobre técnicas genéticas.

Vão sendo simultaneamente desenhados os contornos de uma *utopia da democracia ecológica*, que estaria, acredito, no cerne de uma modernidade *responsável*. Quais os significados e as implicações desta responsabilidade é algo que pode ser esclarecido por uma retomada do debate aberto pela filosofia e pela pesquisa científica anglo-saxã sob a rubrica “*technological citizenship*”. Elaborar-se aqui a concepção de uma sociedade que discute as conseqüências do debate a respeito do desenvolvimento técnico e econômico *antes* que sejam tomadas as principais decisões. A responsabilidade (*Beweislast*) pelos perigos e riscos futuros seria atribuída aos causadores e não mais àqueles que são prejudicados e atingidos potencial ou atualmente: no princípio o causador paga, e a princípio o causador *demonstra* quais os (possíveis) prejuízos que sua empresa pode infligir ao mundo.

Uma das possíveis soluções para o curso autônomo das inovações tecnológicas poderia ser encontrada, por exemplo, em uma tentativa de apoiar politicamente o desenvolvimento de técnicas em suas zonas de risco tendo em vista a *criação de alternativas*. A uma tal tentativa deveria corresponder uma nova concepção do desenvolvimento tecnológico por parte da ciência que se voltasse para a indicação de caminhos alternativos e não para a produção de fatos irreversíveis. Talvez deste modo poder-se-ia inverter a tendência de um desenvolvimento indesejado que oferece no plano mais avançado uma inovação alternativa, que possui as características das alternativas tecnológicas antes rejeitadas sem as suas desvantagens. Talvez também venha a ser possível fazer uma proposta política à rede global, cuja executabilidade possa trazer algum lucro por sua atratividade (por exemplo, energia solar). A política tecnológica aqui se torna, portanto, uma política de vanguarda, que apóia alter-

nativas que devem ser decididas de forma política e democrática.

Seria preciso, por fim, criar ou inventar um novo sistema de regras que redefina e refundamente as questões a respeito do que é uma “prova”, e o que significam “adequação”, “verdade” “justiça” perante todos os riscos prováveis (e que atingem a todos) na ciência e no Direito. Seria preciso nada menos que uma *Segunda Ilustração*, por intermédio da qual nosso entendimento, nossos olhos e nossas instituições pudessem reconhecer a menoridade da primeira civilização industrial — da qual ela mesma é responsável — e dos danos que ela causou a si mesma.

De onde surge esta mobilização política, esta — quem sabe — “democratização forçada” pelo risco do conflito? Sociedade de risco significa: o passado perdeu seu poder de determinação sob o presente. Entra em seu lugar o futuro — ou seja, algo que não existe, algo fictício e construído — como a causa da vida e da ação no presente. Quando falamos de riscos, discutimos algo que *não* ocorre mas que *pode* surgir se *não* for *imediatamente* alterada a direção do barco. Os riscos imaginários são o chicote que fazem andar o tempo presente. Quanto mais ameaçadoras as sombras que pairarem sobre o presente anunciando um futuro tenebroso, mais fortes serão os abalos, hoje solucionados pela dramaturgia do risco.

A imposição de definições do risco são portanto um condão mágico com o qual a sociedade saturada que se encastelou no *status quo* conhece por si mesma o medo e por meio do qual são ativados e politizados — de forma involuntária e contra o seu desejo — os seus centros. A encenação simbólico-imagética da dramaturgia do risco, neste sentido, um antídoto contra a “chateação e a monotonia” do presente. Uma sociedade que vê a si mesma como uma sociedade de

risco se encontra — para utilizar a linguagem católica — na posição do pecador que confessa seus pecados para ao menos poder filosofar a respeito da possibilidade e do anseio de uma vida “melhor”, mais condizente com a natureza e a consciência universal. Pois na verdade são poucos aqueles que querem mudar o rumo do barco. A maioria quer ambas as coisas: quer que nada aconteça e quer ficar se queixando. Pois elas assim poderão desfrutar das boas condições de uma vida ruim, e também de suas ameaças.

Neste autoquestionamento subversivo, involuntário da busca dos fundamentos políticos (“modernização reflexiva”⁸⁸), postos em movimento pela percepção de riscos em todo o mundo, acaba por acontecer algo que os sociólogos, sempre tão apegados a Max Weber, mal acreditavam ser possível: as instituições se põem em movimento. O diagnóstico de Max Weber afirma: a modernidade se transforma dentro de uma caixa de bronze à qual os homens oferecem sacrifícios em frente ao altar da racionalidade, tal como os felás do antigo Egito. A teoria da sociedade mundial de risco abriga o princípio oposto: o caixão da modernidade se abre.

Quem, tomado pelo realismo ingênuo, se deixa intimidar pelos correspondentes (*jeweilig*) riscos, ignora que não existem apenas estes efeitos colaterais — o correspondente “veneno da semana” — sempre tão irritantes mas também os efeitos colaterais destes efeitos colaterais nas instituições. Não são apenas as vacas: os partidos governistas, as autoridades, os açougues, os consumidores etc., também ficaram “loucos”.

88. Beck, Giddens & Lash, *Reflexive Modernisierung*, Frankfurt/M., 1996.

5. A sociedade mundial como política legitimada de modo não-democrático

“Já é passado o tempo da pequena política”, escreve Friedrich Nietzsche há mais de cem anos, “o próximo século irá trazer a disputa pelo domínio da Terra — a *imposição* (*Zwang*) da grande política.”⁸⁹ Qual a significação da “sociedade mundial”, se concebida como uma nova forma da política? Qual o sentido da sociedade mundial como uma *política*? Nesta seção o conceito de sociedade mundial “sem Estado” deverá ser esclarecido, o que nos permitirá precisar sua avaliação: a expressão “sociedade mundial” oculta o fato de que a referida realidade no fundo nada é senão uma forma subversiva da política — se examinada de acordo com a compreensão nacional-estatal da política.

Todo aquele que distingue entre primeira e segunda modernidade, sociedade nacional e mundial, não faz referência apenas a uma outra época da sociedade, mas também a uma outra *compreensão da sociedade*. O que bloqueia a percepção da segunda modernidade é sobretudo esta não-identidade de ambos os conceitos de “sociedade”.

Os conceitos de Estado, local e diferenciação funcional podem ser invocados como pontos centrais para a reformulação do conceito de sociedade.

Sociedade mundial sem (Estado) mundial

“A sociologia da globalização”, escreve Martin Albrow, “representa a mais recente tentativa de se buscar respostas para questões que são colocadas para todas as gerações.

89. Friedrich Nietzsche, *Werke in drei Bänden*, vol. 2, op. cit., p. 672.

Cada geração deve reformulá-las novamente porque apenas ela poderá descobrir quem realmente é. A globalização não trata exclusivamente de questões técnicas e nem exclusivamente de questões econômicas, nem tampouco está em jogo apenas o maior dos desafios — este que se encontra diante dos chefes de empresas e de governos. Trata-se de tudo isto, mas também de algo muito mais importante: trata-se da forma como eu e você conduzimos nossas vidas.”⁹⁰

E Mark Poster pergunta: “Se converso diretamente ou por *e-mail* com um amigo que está em Paris enquanto eu me encontro na Califórnia; se acompanho acontecimentos políticos e culturais em todo o globo sem sair da minha casa; se informações contendo meu perfil pessoal são utilizadas por empresas e governos de todo o planeta sem que eu possa impedir; se eu faço compras em casa, utilizando o computador: então, onde eu estou? Quem sou eu?”

Globalidade irreversível, já dissemos, significa que há muito já vivemos em uma sociedade mundial, o que implica em duas constatações fundamentais: de um lado, a totalidade das relações sociais e de poder politicamente organizadas e desvinculadas dos Estados nacionais; de outro, a experiência da ação e da convivência *acima das fronteiras*. A unidade entre Estado, sociedade e indivíduo, pressuposta pela primeira modernidade, está se desmanchando. Sociedade mundial não quer dizer sociedade mundial *estatal* ou sociedade mundial *econômica*, e sim sociedade *não-estatal*, isto é, um agregado de sociedades para o qual as garantias de ordem territorial do Estado e também as regras da política publicamente legitimada perderam sua obrigatoriedade.

90. M. Albrow, *Auf dem Weg in eine globale Gesellschaft?*, em Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, op. cit.

“Ausência de Estado” significa a existência de uma *relação concorrencial* entre Estados e sociedades nacionais de um lado, e do outro, a complexidade instável (*quirilige Unübersichtlichkeit*) das conexões, dos atores e dos espaços de interação da sociedade mundial. Enquanto na primeira modernidade o campo das relações internacionais era dominado pelo confronto e pela associação dos Estados nacionais e de seus atores, na segunda modernidade isto deixa de acontecer. Se, acompanhando o raciocínio de Michael Oakeshott, compreendermos o Estado da tradição do Ocidente como uma “associação civil” que serve ao objetivo de viabilizar e aproximar as atividades sociais, políticas e econômicas de seus cidadãos, então reconheceremos que entra em curso com a globalização não somente uma erosão de seu tecido institucional e administrativo, mas uma transformação radical de seus pressupostos. Na segunda modernidade surge, ao lado da sociedade mundial dos Estados nacionais, uma poderosa sociedade mundial não-estatal, distinta de todas as outras formas válidas de legitimação política e composta pelos mais diversos atores transnacionais. Seus traços distintivos são: (1) eles atuam em diversos lugares, sobrepõem as fronteiras, inclusive transnacionalmente e anulam deste modo o princípio territorial do Estado nacional. (2) Sua atuação produz resultados inclusivos os mais diversos, menos exclusivos do que aquela dos atores nacionais-estatais (assim sendo, as companhias transnacionais e os ativistas do *Greenpeace* atuam simultaneamente em vários Estados nacionais, seus integrantes provêm de diversas nações etc.). (3) Sua ação freqüentemente é mais eficaz do que a ação das instâncias nacionais, mesmo se os principais critérios de eficiência adotados forem aqueles da atuação do Estado (por exemplo, combate ao desemprego, garantia do bem-estar e também a defesa dos direitos funda-

mentais); portanto, são as companhias internacionais que criam ou destroem os postos de trabalho e a condição de vida em determinados locais; a própria Anistia Internacional denuncia, sempre com forte repercussão, desrespeitos aos direitos fundamentais que o Estado oculta por razões diplomáticas. (4) Os atores transnacionais e não-estatais criam para si uma “soberania inclusiva” ao criar oposições entre os Estados territoriais exclusivos.

O quanto mais estes diversos componentes se limitam e se fortalecem, mais forte se torna o questionamento da autoridade, da legitimidade, do controle e da configuração política dos Estados feita tanto a partir do seu interior como do exterior. Enfim, estamos diante de uma *politização por meio da despolitização* no campo da sociedade mundial. “Ocorre a superação de um valor-limite da crítica quando os efeitos cumulativos da globalização nos campos de decisão estratégica anula (*unterminieren*) a capacidade do Estado de assegurar a civilidade ou o bem-estar da sociedade.”⁹¹ Como informa o *Financial Times*, 53% de toda a produção econômica de bens (*Wertschöpfungen*) provêm de companhias transnacionais e não de empresas que atuam no âmbito nacional. Diminuem deste modo as possibilidades de influência do Estado nacional e de seus respectivos governos em criar postos de trabalho e garantir o bem-estar dos cidadãos.

Esta relação de concorrência entre atores transnacionais e nacionais pressupõe por si a inexistência de uma alternativa excludente entre sociedades nacionais e mundiais, mas sim a presença de uma relação subversiva de disputa e questionamento mútuo entre estas duas formas de sociedade. De

91. Cerny, *Globalization and the Changing Logic of Collective Action*, em *International Organization*, 49, 1995, caderno 4, p. 597.

um lado, o mercado (mundial) ameaça substituir (ou destruir) a política, de outro, a política se vê, por todas as partes, envolvida em tarefas que mais poderiam ser comparadas aos trabalhos de Hércules para conformar politicamente o mercado mundial. “Não há erro de diagnóstico; o que ainda necessita esclarecimento é a paralisia diante de uma perspectiva que direciona o olhar para o tortuoso caminho de uma política interna transnacional. O que pode haver de tão equivocado em se explorar instituições e procedimentos necessários para a construção de interesses comuns — a partir de um ‘ponto de vista cosmopolita’ e para o estabelecimento de ‘um regime de bem-estar global?’”⁹²

Os atores da sociedade mundial são — do ponto de vista dos atores do Estado nacional —, de certo modo, “atores coadjuvantes”, cuja legitimidade e cuja fidelidade são questionáveis. Mas, por outro lado, estes atores da sociedade mundial mantêm sempre o seu nariz empinado, mesmo porque o contato com atores e contextos do Estado nacional lhes abrem novas oportunidades de poder e de atuação política. Eles são, muitas vezes, os *vencedores* da globalização — este “ser vencedor” aqui pode ser compreendido exclusivamente como uma comparação personificada dos lucros de cada um.

Vale, para a era global, a seguinte definição: *Os Estados nacionais não podem existir sem as sociedades mundiais, e as sociedades mundiais não podem existir sem as sociedades nacionais.* São os bloqueios, os colapsos e as discussões públicas que ativam politicamente esta situação.

Se nos concentrarmos novamente no aspecto da sociedade mundial, então a ausência de Estado na sociedade

92. Habermas, *Jenseits des Nationalstaats?* Op. cit.; ver também p. 183 e pp.221-228.

mundial possui dois significados: por um lado — expresso com um certo exagero — ela (ainda) não possui *ordem*, por outro ela ainda não possui *instituições*. “Mundial” na expressão “sociedade mundial” significa “*multiplicidade sem unidade*” (Albrow). Em contrapartida, sociedade “nacional” significa “*unidade com multiplicidade delimitada*”.⁹³

Sociedade mundial topoplural

Sociedade mundial significa “sociedade” não-territorial, não-integrada, não-exclusiva, o que não quer dizer que esta forma da diversidade social e da diferença cultural não possui ou conhece *nenhum* vínculo local; a forma deste vínculo local supera, na verdade, *a equiparação entre as distâncias sociais e espaciais* pressuposta na imagem da sociedade nacional-estatal. Estes fenômenos transnacionais não podem ser equiparados aos fenômenos “interestatais”. Vida comunitária transnacional significa proximidade social *apesar* da distância geográfica. Ou: distância social *apesar* da proximidade geográfica.

Quais conseqüências este novo quadro traz para a identidade dos homens? Ele não traz — é o que provam estudos empíricos — anomia, destruição, dissolução do social.⁹⁴ Nas biografias multilocais, transnacionais, glocais, os pontos de cruzamento e de semelhança entre os homens se ampliam e se diversificam. As formas de contato (virtual) pela comunicação computadorizada talvez sejam o melhor dos exemplos. A idéia de uma “aldeia global”, no entanto, não é em última instância uma idéia falsa, pois ela anuncia o retorno da “comunidade”. Mas o segredo da mídia eletrônica está

93. Ver a distinção entre Cultura (1) e Cultura (2) à p. 118.

94. Ver Eade (org.), *Living in the global city*. op. cit.

fundamentado em seu momento *a princípio* mobilizante e, por consequência, *potencialmente* político. A comunicação eletrônica viabiliza algo que até então não poderia ser concebido: o contato ativo, recíproco e simultâneo entre atores individuais que sobrepassa as fronteiras entre países, religiões e continentes.

O admirável mundo novo da eletrônica não deve ser exaltado; contudo, as oportunidades políticas que dele resultam não devem tampouco ser ignoradas: ligando uma tomada, qualquer um pode participar deste mundo; e estas oportunidades estão orientadas para a ação e não para a contemplação — para o instante e não para a tradição. Deste modo *podéria* ser superada a imagem de horror e repulsa que as formas de pensamento e convivência topomonogâmicas delineiam nas paredes para se auto-afirmarem: a imagem da dissolução contemporânea do social. Diferentemente das comunidades unificadas pelo espaço, as formas do diálogo pela via digital não se apóiam nos vínculos parentais, tradicionais ou sociais ou na vizinhança, mas apenas na rede e na comunidade dos interesses. “As forças destes cenários de futuro”, escreve A. Bühl, “estão no desenho das potencialidades de diálogo e interação ampliadas dos indivíduos; suas fraquezas no postulado de uma espécie de não-pertencimento a nenhuma classe — fetichismo do *cyberspace*, que não tem consciência do simples fato da limitação da rede a uma porcentagem mínima da população mundial.”⁹⁵

95. Bühl, *Cyber Society — Mythos und Realität der Informationsgesellschaft*. Colônia, 1996. Para uma crítica a este respeito, ver Sardar & Ravetz (orgs.), *Cyberfutures. Cultures and Politics on the Information Superhighway*. Londres, 1996.

Sociedade mundial indiferenciada

Na sociologia e na sociedade predomina uma concepção da modernidade segundo a qual esta se dissolve em diversos campos institucionais com suas próprias regras ou, dependendo da terminologia, em espaços funcionais ou esferas de convivência. Estas se separam e se contrapõem umas às outras conforme a “lógica de funcionamento” (N. Luhmann fala em “códigos comunicativos”) obedecida por cada um destes campos. Pode-se também descrever esta setorização funcional da sociedade moderna recorrendo a grupos isolados de *experts* e profissionais, que ergueram seus respectivos “reinados” sobre monopólios específicos: Direito, Medicina, Ciência, Técnica; alguns acreditam até que os jornalistas, de modo análogo, monopolizaram o espaço público dos meios de comunicação. Para a crítica, esta teoria das esferas em uma sociedade funcionalmente diferenciada aponta que os domínios específicos já teriam há muito tempo se auto-regulado e que eles estariam girando em torno de sua órbita, de tal modo que a antiga “racionalidade funcional” já teria decaído há muito tempo em uma “irracionalidade organizada”.

Já foram propostas várias possíveis correções para esta imunidade e esta auto-afirmação de cada um dos domínios específicos diante dos outros. Alguns acreditam que a eficácia da imunização depende da maneira como os indivíduos superam as oposições entre os domínios. Outros pressupõem que uma espécie de coordenação de sistemas pré-programada poderia conferir validade aos pontos indispensáveis de cooperação. E há ainda aqueles que estão convencidos de que a visão deste conjunto deveria ser um empreendimento político e que esta seria a principal tarefa do sistema parcial da política do Estado, cujas capacidades de arrecadação de

impostos e de coordenação deveriam ser renovadas e ampliadas.⁹⁶

As restrições que foram apresentadas a todas estas propostas merecem um exame cuidadoso. Mas pode-se dizer com toda certeza que o debate a respeito da globalização tomou um novo rumo nestes últimos anos. Já não se trata mais de saber como o curso autônomo da diferenciação funcional e de suas conseqüências poderão ser freados e mantidos sob controle, mas precisamente o oposto: saber se, devido à globalização, o universo conceitual dos domínios isolados, regidos por uma lógica particular e diferenciados funcionalmente já não se tornou discutível.

Examinemos a aplicação desta idéia a uma das dimensões da globalização, a econômica: seu surgimento não foi marcado apenas pelo fato de que a movimentação do capital global esquivou-se da arrecadação de impostos por parte do Estado, mas também porque ele aparentemente já não obedece a nenhum princípio ordenador que nos seja familiar. O quadro relacional foi deslocado: a economia global ocupa agora uma posição de destaque — e como ele não conhece nenhum poder ordenador, a ortodoxia dos sistemas funcionalistas se torna, juntamente com o Estado nacional, discutível dentro da sociedade mundial. Na era do

96. A crítica à idéia do *container* — ou seja, a idéia de sociedades individuais separadas umas das outras — certamente coincide com a teoria dos sistemas elaborada por Talcott Parsons. Luhmann já introduzira o conceito de “sociedade mundial”, ver *idem*, *Weltgesellschaft*, em *id.* *Soziologische Aufklärung 2*, Opladen 1975, pp. 51-71; segundo ele, o surgimento da sociedade mundial está fundamentado na lógica da diferenciação funcional, que não considera as fronteiras. Quanto ao seu significado empírico, este permanece indeterminado — mesmo se considerarmos as sociedades mundiais transnacionais. Ver também Stichweh, *Zur Theorie der Weltgesellschaft*, em *Soziale Systeme*, 1995, pp. 29-45.

capital global não é obscuro somente o que se entende por economia nacional como também, e com força bem maior, como é possível compreender a “economia” e a “atividade econômica” e separá-las da “política” etc.

O mesmo raciocínio é válido, por analogia, para todos os domínios funcionalmente diferenciados. O que significam a política, o Direito, a cultura, a família e a sociedade civil na sociedade mundial transnacional? Como foi exposto, é necessária a distinção entre dois conceitos de sociedade mundial: a sociedade mundial como soma dos Estados nacionais e de suas sociedades, e as sociedades mundiais dos atores e espaços transnacionais. Coloca-se assim a questão de saber se a unidade de Estado e sociedade — a sociedade do Estado nacional — não era e continua sendo o pressuposto não-declarado da teoria da diferenciação funcional, de tal modo que, com a perda do significado do Estado nacional, sua imagem idealizada de uma sociedade dominada (*beherrscht*) pela diferenciação funcional acaba também por perder sua realidade e seu sentido.

A seta aponta agora a direção inversa. Enquanto no paradigma da diferenciação funcional da primeira modernidade a “sociedade” surgia como categoria residual — era, por assim dizer, o “resto social” — que, com suas “agitações”, mais impediam do que viabilizavam o curso racional e livre do sistema, o que vale hoje é o oposto. A “sociedade mundial” — compreendida como o horizonte no qual se mesclam e se entrecrocaram o capital, a cultura e a tecnologia *para além* do poder ordenador do Estado nacional — ainda precisa ser descoberta e investigada teórica e empiricamente.

“A globalização”, argumenta M. Albrow, “coloca de modo renovado a compreensão e a organização da sociedade como o primeiro ponto dos debates públicos”, e o faz

com uma urgência que ainda não foi verificada desde o marxismo e da discussão sobre o problema das classes sociais. Não estamos, contudo, diante de uma “crise de classes”; trata-se muito mais de uma crise que resulta do não-conhecimento e do caos da sociedade mundial. O tema, de acordo com Albrow, é a “identidade”.⁹⁷ Quem sou eu? Onde estou? A quem pertencço e qual o meu lugar? — estas são as questões decisivas da segunda modernidade.

Em outras palavras: a sociedade mundial nos remete a um *novo mundo*, a uma espécie de continente inexplorado que se desvela em meio à terra de ninguém transnacional, no espaço limítrofe entre Estados e sociedades nacionais. A consequência: estabelece-se uma diferença de poder entre a política nacional-estatal e as possibilidades de atuação sócio-mundial. Esta não se apresenta apenas nas relações entre Estados nacionais e companhias multinacionais — o ponto em que esta diferença de poder parece ser mais evidente.⁹⁸ É ela que determina, por exemplo, o estabelecimento do Direito transnacional, o combate à criminalidade transnacional, as possibilidades do estabelecimento de uma política cultural transnacional ou as oportunidades de atuação dos movimentos sociais transnacionais etc.

6. Perspectivas: Estado transnacional

Por esta razão, muitos autores vêm se aproximar o fim do Estado nacional e, por consequência, da democracia. “O fim da nação acarreta a morte da política”, escreve Jean-Marie Guéhenno. “Uma vez que a solidariedade e o interesse

97. M. Albrow, *Auf dem Weg in eine globale Gesellschaft?*, op. cit.

98. Ver p. 16

comunitário já não possuem um lugar natural, esfacela-se a bela ordenação de uma sociedade na qual os diferentes poderes estão inteiramente encadeados em forma de pirâmide. Não há mais grandes decisões das quais possam advir outras menores, nem leis das quais se derivem prescrições. Assim como a comunidade não está mais ‘contida’ na região — e nem esta no Estado nacional —, a pequena decisão não pode ser derivada das grandes. A crise do conceito territorialmente delimitado de poder encontra deste modo o seu precipitado na tomada de decisões. Estas não são mais encontradas de modo linear, no qual cada corporação possui uma competência bem delimitada; pelo contrário, elas se dissolvem em fragmentos, e o debate político tradicional — a discussão de princípios e fundamentos, de ideologias, da ordem social — se anuvia, ou melhor: se dissolve. Ela passa então a ser o reflexo deformado da própria dispersão do processo decisório e espelha o fato de que este passa a se profissionalizar. Pode-se observar com precisão nos Estados Unidos, que pertencem à vanguarda da construção do poder institucional, a maneira como se esgota a lógica das instituições e como a própria política é envolvida neste processo de dissolução”.⁹⁹

Porém, este neo-spenglerismo francês da era global com certeza é também expressão de uma involuntária inibição do pensamento: não se quer nem se deseja que exista alguma alternativa à arquitetura nacional-estatal da política e da democracia. Contra este vírus do fatalismo nada é tão importante como interrogar-se — três vezes ao dia! — a respeito de alternativas. Queremos ao menos apontar uma das alternativas ao conceber o Estado transna-

99. Jean-Marie Guéhenno, *Das Ende der Demokratie*, Stuttgart, 1995.

cional como uma possível resposta à globalização. E pres-supomos aqui o seguinte fato: o Estado nacional não envelheceu somente; ele ainda resistirá, e não apenas para garantir a geopolítica e a política interna, os direitos políticos essenciais etc.,¹⁰⁰ mas também para dar forma ao processo de globalização e regulá-lo transnacionalmente. Estados nacionais são portanto Estados fortes, cujos poderes de conformação política nascem a partir de respostas cooperativas à globalização. Sob estas premissas, os Estados transnacionais podem ser compreendidos e elaborados como “utopias realistas” (Giddens) de uma *terceira via*: esta reformulação e esta reforma do espaço político internacional, que torna possível uma arquitetura complexa de identidade e soberania, estão orientadas contra os bloqueios mentais do monopólio político nacional-estatal e a assustadora idéia de um Estado imperialista mundial cujos poderes seriam ilimitados. Sua efetivação está associada a um pressuposto básico: os Estados nacionais que atuam de forma cooperativa precisam estar associados “de modo perceptível em suas políticas internas e em procedimentos cooperativos de uma comunidade estatal coesa e cosmopolita. A questão decisiva, portanto, está em saber se pode surgir uma consciência impositiva da solidariedade cosmopolita nas sociedades civis e no debate político. Apenas sob a pressão de uma transformação da consciência dos cidadãos — uma pressão que tenha efeitos na política interna — poderá se alterar de modo significativo as convicções dos atores aptos a intervir no cenário global, de tal maneira que eles compreendam a si mesmos como membros de uma comunidade que está obrigada, pela ausência de alternati-

100. Mann, *Hat Globalisierung den Siegeszug des Nationalstaats beendet?*, em *Prokla*, caderno 106, 1997, pp. 113-141.

vas, à cooperação e conseqüentemente à mútua consideração de interesses”.¹⁰¹

Não se deve esperar das elites dirigentes uma inversão de perspectiva — a saber, das relações internacionais para uma política interna transnacional — se nas respectivas esferas públicas não se articula qualquer preocupação que ultrapasse as cercas de arame das nações e se elas não representarem o interesse decidido (firme?) de seus grupos populacionais. Em outras palavras: os Estados transnacionais só se tornarão possíveis por meio da *consciência* e da *conscientização* a respeito da necessidade de Estados transnacionais.

O modelo do Estado transnacional é híbrido, ou então hermafrodita; nele, traços fundamentais que o senso comum talvez imaginasse excludentes são recombina-dos e dissolvidos de forma ideal-típica. Estados transnacionais são, em primeiro lugar, *Estados não-nacionais*, ou seja: Estados não territoriais (mesmo assim, de modo restrito). Eles devem, portanto, ser considerados como uma contestação isolada ou um modelo de oposição à teoria do *container* social e estatal.

Em segundo lugar: o modelo do Estado transnacional nega o Estado *nacional*, mas afirma o (conceito de) Estado. A compreensão do Estado se descola aqui da armadilha territorial da teoria do Estado nacional e se abre para um conceito de Estado que: a) (re)conhece a globalidade como um fato fundamental e incontestável em sua multidimensionalidade e b) eleva a determinação e a organização do âmbito transnacional à condição de chave para a nova determinação e a revitalização da política (não apenas no sentido referente ao Estado, mas também à sociedade civil).

101. Habermas, *Jenseits des Nationalstaats?*, op. cit.

Estados transnacionais não são também — é bom lembrar — Estados nacionais *internacionais* ou Estados *nacionais supranacionais* (ou então Estados mundiais regionais), pois a elaboração de tais modelos — de organizações *internacionais*, do *multilateralismo*, ou da política multissetorial — toma sempre o Estado nacional como o principal ponto de referência: seja como opositor (organizações internacionais), como célula inicial capaz de vencer as normas gerais ou as reciprocidades específicas entre os Estados associados (multilateralismo), ou como Estado supranacional autônomo (política multissetorial). Os Estados transnacionais também devem ser compreendidos em sua condição de modelos de cooperação interestatal, como ressalta o multilateralismo e o princípio da política multissetorial; para eles valem ainda muitas das emboscadas do “descenramento político” reveladas por Fritz W. Scharpf. Mas a principal diferença está no seguinte ponto: no contexto da teoria dos Estados transnacionais (o plural é necessário) o sistema de coordenadas políticas não resulta mais da separação e da oposição entre nações, e sim gira em torno do eixo globalização-localização.

Estados transnacionais são, em terceiro lugar, Estados *glocais*, que compreendem a si mesmos segundo o princípio da diferenciação inclusiva como províncias da sociedade mundial e adquirem a partir dele sua posição — no mercado mundial, na política mundial policêntrica.

O modelo do Estado transnacional se distingue perante outros modelos de cooperação interestatal — recordemos mais uma vez — pelo fato de que nesta concepção a *globalidade* passa a ser considerada o fundamento irrefutável da ação e do pensamento político. Com o esboço deste meu modelo de Estado transnacional são expostas a teoria e a política da era global, que agora diz adeus à necessida-

de aparente de uma época política que declarou (ou condenou) o Estado nacional como um *non plus ultra* ou um mal necessário. Esta proposta deve catalisar apenas um começo, que por certo irá mais lançar do que responder questões. Ela se apóia em dois enunciados principais.

Primeiro: insurgir-se ou mesmo mobilizar-se contra a globalização — ou seja, reagir a ele com o protecionismo — não é apenas inútil; estas atitudes representam a cegueira e a surdez perante os horizontes que se tornaram *possíveis* com os colapsos. Identifico esta oportunidade histórica, que poderá muito bem ser desperdiçada (por estupidez), no fato de que o trauma da violência da modernidade nacional-estatal poderá ainda ser não superado, mas ao menos reduzido e delimitado com a conexão sócio-mundial. Estamos em um limiar, no qual *também* uma sociedade cosmopolita se torna possível — fazendo par com as catástrofes que esta possibilidade traz em si. Fixar-se no aspecto catastrófico e desconsiderar as possibilidades restantes significa não ser realista. Acrescentaria ainda, de modo enfático, que um *ceticismo convicto* diante do otimismo precipitado que prevê uma pacificação da sociedade mundial, é uma pressuposição necessária à concretização desta alternativa.

Como serão possíveis formas sociais com um “sentido cosmopolita”? E o segundo enunciado responde: por meio da cooperação e da dependência transnacional nas dimensões da economia, da política, das Forças Armadas, do Direito, da cultura etc. Na primeira modernidade era válido este raciocínio: em um mundo de jogadores nacionais existem apenas dois caminhos para a estabilidade: equiparação de forças ou hegemonia. Na era da globalização vale, ao contrário, a seguinte alternativa: perda da soberania nacional ou cooperação transnacional.

Procederemos agora ao exame de alguns aspectos de ambos estes axiomas, o que representará um acréscimo à argumentação já apresentada a respeito dos Estados transnacionais.

Reconhecimento da sociedade mundial e de sua dinâmica: No contexto do paradigma do Estado nacional, os capítulos que abordam a dinâmica transnacional do trabalho, do capital, da cultura, do trabalho e da sociedade neste livro, expõem uma quase declaração de guerra; não há inimigo, por certo; mas foram roubados os fundamentos da política nacional-estatal, o que de certa maneira parece ser ainda pior. É por este motivo que a globalização é muitas vezes compreendida como uma quase declaração de guerra (“imperialismo”, “americanização”) e combatida com o protecionismo. Na concepção transnacional da política a globalização é, como se costuma dizer, compreendida como politização; ou seja, o grau de entrelaçamento obtido pela sociedade mundial é elevado à condição de fundamento para uma reorientação e reorganização do espaço político. E assim são abandonados dois princípios da doutrina nacional-estatal: a *equiparação* entre Estado e sociedade, a união *exclusivamente territorial* entre Estado e sociedade (por exemplo, através do incentivo à vinculação entre grupos e associações).

Cooperação transnacional: não há resposta à globalização por um único Estado. A política do Estado nacional isolado será cada vez mais *falsa*, leia-se: seus custos serão sempre mais altos (e tais custos não são apenas econômicos). A atuação independente dos Estados *destrói*; a cooperação transnacional *alimenta* a política do Estado.

Do *nacional-nacional* ao *global-local*: o quadro relacional é alterado; o cerne da política já não é formado pela oposição de soberanias excludentes e pela separação entre

identidades nacionais, mas pelo deslocamento no contexto sócio-mundial, na globalidade e na globalização econômica, ecológica, cultural e sócio-civil. Correspondentemente, devem ser reformulados os conceitos-chave de política e sociedade.

Províncias da sociedade mundial: a contraposição de caráter exclusivo que obedece ao modelo das nações é dissolvida pela contraposição inclusiva de nichos, locais, “províncias” da sociedade mundial (ou o seu reconhecimento) e o peculiar deslocamento desta por meio da vivência, da representação e da valorização das especificidades regionais. No que diz respeito à dimensão do trabalho, isto poderia fazer com que o fortalecimento da posição do mercado mundial não fosse buscado pela tentativa de se fazer e produzir aquilo que todos os outros fazem e produzem — por exemplo, as “armas milagrosas do mercado” da manipulação genética e da microeletrônica —, mas pela revalorização das especificidades regionais e culturais e, a partir delas, por uma conseqüente elaboração de produtos e formas de trabalho que até então permanecem sem qualquer concorrência.

Diversidade determinada: transnacional também quer dizer transcultural. Pressupõe-se que os Estados transnacionais reconhecem a não-identidade entre sociedade e Estado — e o que isto representa para a compreensão da própria cultura? Se a sociedade mundial significa multiplicidade sem unidade e a sociedade nacional unidade com diversidade restrita, então o Estado transnacional significa *diversidade determinada*. E com isso afirma-se que para além da noção excludente entre globalização e localização, variantes de culturas locais podem ser claramente reconhecidas no contexto sócio-mundial. Deste modo, o eixo global-local estende-se também a um eixo local-local.

Centralização e descentralização: os Estados transnacionais devem ser pensados em um processo simultâneo de centralização e descentralização. Não há apenas o reconhecimento dos atores transnacionais; estes também passam a ter responsabilidade política. Por isso, assistimos à formação de entrelaçamentos transnacionais juntamente com a delegação de poderes e responsabilidades para a sociedade civil. A estas formas de descentralização do poder e da responsabilidade contrapõem-se formas de centralização: por exemplo o poder de decisão sobre a concentração de poder ou sobre linhas diretivas de política social ou ecológica é algo que deve ser formulado, conquistado e aplicado de modo transnacional (como se observa, por exemplo, na Europa).

Competidores para as companhias transnacionais: Os Estados nacionais são vítimas de uma doença letal — a queda da arrecadação. Os Estados transnacionais devem portanto fechar estes buracos na arrecadação para adquirir potência e competência política e sociopolítica. Um Estado transnacional europeu, por exemplo, poderia conter progressivamente o fluxo especulativo com um imposto mínimo — a chamada taxa Tobin. Poderiam ser mencionados ainda outros pontos indicando que não só os Estados nacionais, mas *também as companhias internacionais caem em contradição*.

Eles desejam, por um lado, livrar-se do paternalismo estatal, e conseqüentemente obedecem a uma política de minimalização do Estado. Mas sabem, por outro, que diante da dinâmica da crise do mercado mundial seu espaço de atuação transnacional permanece calculável dentro de algumas coordenadas. Pois a pobreza sem fronteiras não suprime somente a democracia, mas também atinge no final os mercados e os lucros.

Soberania inclusiva: o debate a respeito da oposição entre Estado nacional ou multilateralismo, Estado supranacional etc., acaba sempre por concluir que os Estados nacionais perdem sua soberania (compreendida como o direito autônomo de estabelecer a lei) e a autonomia (poder decisório sobre os meios de força) para que instâncias superiores possam vir a formar concentrações de poder que lhe sejam correspondentes. A partilha da soberania é então praticada e pensada como o ponto de partida — o instante em que um deve desistir de algo que irá fortalecer uma instituição supranacional. A idéia de Estado transnacional deve, em contraposição, ser compreendida como um *jogo lucrativo*. Por meio da cooperação surge um acréscimo de soberania, o que representa para ambos — a concentração do poder transnacional e os Estados a ele associados — um benefício.

Novo medievalismo: De modo irônico, impõem-se na segunda modernidade formações da política que carregam *traços medievais*. Os Estados transnacionais precisam reparar a lealdade dos cidadãos com outras autoridades regionais e sócio-mundiais por um lado e, por outro, com autoridades subestatais e subnacionais. Esta “novo medievalismo” (H. Bull) significa: as ligações e as identidades sociais e políticas precisam ser pensadas a partir de conceitos de atuação e referência global, regional, nacional e local.¹⁰²

A enigmática disputa global permite portanto (ao menos) duas leituras. Uma delas afirma: o globalismo neoliberal tira do armário o esqueleto da instituição nacional da primeira modernidade. E a outra: o reverso da desconsideração neoliberal — “traição à pátria” cometida pela econo-

102. Um comentário mais amplo a respeito do Estado transnacional pode ser encontrado nas pp. 221-228.

mia e pela (sub) política transnacional — é a retificação das formas transnacionais de vida, ação e pensamento. A política do mercado mundial torna obrigatórias — contrariando a visão de alguns de seus atores — as formações e as conexões da sociedade mundial; porém apenas e tão-somente na medida em que a política estatal souber compreender e utilizar a globalização como um rejuvenescimento.

TERCEIRA PARTE

EQUÍVOCOS DO GLOBALISMO

Um dos pontos mais essenciais que distinguem a primeira da segunda modernidade é, como já dissemos, a *irreversibilidade do sucesso da globalidade*. E isto significa: vivemos em uma sociedade mundial policêntrica, contingente e política na qual atores nacionais-estatais e transnacionais brincam de gato e rato. Globalidade e globalização significam também Estado *não*-mundial. Mais precisamente: Sociedade mundial *sem Estado mundial e sem governo mundial*. Surge um capitalismo mundial *desorganizado*,¹⁰³ pois não há poder hegemônico ou regime internacional — seja econômico ou político.

Desta complexidade da globalidade pode ser facilmente distinguida a *nova simplicidade do globalismo*, compreendida como o império do mercado mundial e seu poder de penetrar e transformar todas as coisas. Mas não se deve aqui exorcizar a ação econômica (mundial). Deve-se muito mais revelar o primado e o ditado do mercado mundial preconizado pela ideologia neoliberal do globalismo para tudo — isto é, para todas as dimensões da sociedade — como aquilo que ele de fato é: um economicismo antiquado, projetado em proporção gigantesca, uma revivescência da história da metafísica, uma revolução social

103. S. Lash/J. Urry, op. cit.

apolítica. É o brilho nos olhos dos “salvadores do mundo (do mercado)” neoliberais que merecem o nosso espanto.¹⁰⁴ A seguir, examinaremos os dez equívocos do globalismo:

1. Metafísica do mercado mundial;
2. O chamado livre comércio mundial;
3. (Ainda) estamos diante de uma internacionalização, e não de uma globalização da economia;
4. Dramaturgia do risco;
5. A ausência da política como revolução;
6. O mito da linearidade
7. Crítica do pensamento catastrofista;
8. Protecionismo preto;
9. Protecionismo vermelho;
10. Protecionismo verde.

A estas dez armadilhas do globalismo serão contrapostas por fim dez respostas à globalização.

1. Metafísica do mercado mundial

O globalismo reduz a nova complexidade da globalidade e da globalização a *uma* dimensão — a econômica — que *ainda é compreendida de modo linear* como a exten-

104. Não se presta atenção suficiente ao fato de que, internacionalmente, já se formulou uma incisiva *crítica interna às técnicas de gestão*: *L'horreur économique* (Forrester, Paris, 1996) ou *Witch Doctors* (Mickletwait & Wooldridge, Nova York, 1966); é uma “orientação mental carente de pensamento” (Sur, *Une alternative au management: La mise en expression*, Paris, 1996), para qual tudo é demasiado caro (Kuttner, *Everything for sale*, Nova York, 1997). Ver a este respeito também Nigsch, *Von der Soziologie zum management. Und wieder zurück?*, em *Soziale Welt*, nº 4, 1997.

são contínua da dependência do mercado mundial. Todas as outras dimensões — globalização ecológica, glocalização cultural, política policêntrica, o surgimento de espaços e identidades transnacionais — são, quando muito, tematizadas apenas sob o domínio subordinador da globalização econômica. Deste modo, a sociedade mundial fica reduzida e falsificada como uma sociedade do *mercado* mundial. Neste sentido, o globalismo neoliberal é uma manifestação do pensamento e da ação *unidimensional*, uma técnica de investigação *monocausal*, ou seja, economicista. Provêm de uma mesma fonte o estímulo e o perigo desta metafísica da história do mercado mundial: da busca, da sede por simplicidade, do desejo de poder orientar-se em um mundo que deixou de ser transparente.

Os efeitos desta cegueira podem ser observados nas discussões a respeito da reforma previdenciária na Alemanha. Em nosso país as aposentadorias são — o que surpreende americanos e ingleses — um exemplo real de solidariedade apesar de toda a burocracia e de todas as críticas. Se os neoliberais da economia e da política hoje argumentam que este sistema é irracional em termos econômicos, uma vez que este mesmo dinheiro traria rendimentos muito maiores se fosse aplicado em fundos de pensão privados, eles nada fazem senão provar mais uma vez que compreendem os significados político-culturais tanto quanto surdos entendem de música. Pois as aposentadorias também asseguram aqueles que não as pagam, como parentes (mulher e filhos), e estes custos também são bancados — eis a prova da solidariedade — pelo empregador.

Previdência: Trata-se de um elemento anticapitalista no coração social-democrata do capitalismo alemão, precisamente do elemento que escapa à lógica de mercado, trazido para dentro do Estado por Bismarck, e que viabilizou a

existência do capitalismo — e que foi acolhido pela democracia como um fundamento sólido após o término da Segunda Guerra.

A perfídia do discurso que condena o sistema previdenciário e o rotula como um “sistema coletivo e opressor” (Wolfgang Schäuble) consiste na difamação e no sacrifício de um exemplo de solidariedade social que beneficia precisamente aqueles que não têm condições de expor publicamente seu descontentamento com a perda do espírito comunitário.

2. O chamado livre comércio mundial

O globalismo entoia a bela canção do livre comércio mundial. Acredita-se que a economia globalizada seja a mais adequada para oferecer o bem-estar por todo o mundo e desta maneira eliminar as desigualdades sociais. Mesmo no que diz respeito à proteção ambiental, afirma-se, grandes avanços são conquistados com o livre comércio, pois a pressão da concorrência contribui para a proteção de fontes de matéria-prima e torna obrigatória uma convivência saudável com a natureza.

Contudo omite-se premeditadamente nesta argumentação que vivemos em um mundo que está bem distante de um modelo de livre comércio sustentado em vantagens comparativas de custo *à la* David Ricardo. O desemprego em massa no chamado Terceiro Mundo e nos países europeus pós-comunistas obriga os governos destes países a adotarem uma política econômica voltada para a exportação — em detrimento dos padrões social e ambiental. Com salários reduzidos, condições de trabalho subhumanas e com “zonas sem interferência sindical” estes países concor-

rem entre si e com os países mais ricos do Ocidente pelo capital estrangeiro.

A afirmação de que o comércio mundial acirra a concorrência e acarreta a redução dos custos — o que representa, em última análise, uma vantagem para todos — é evidentemente cínica. Omite-se que existem duas formas de se reduzir custos: alta economicidade (tecnologia e organização avançada etc.) ou então desrespeito aos padrões de trabalho e de produção. Cresce também, neste caso, a rentabilidade, mas em função de uma recaída numa variante tardia de pirataria transnacional.

3. (Ainda) estamos diante de uma internacionalização, e não de uma globalização da economia

Não é só a glocalização multidimensional que o globalismo toma, de modo equivocado, por uma globalização econômica unidimensional. Confunde-se também a globalização econômica com uma internacionalização da economia. Os indicadores mostram: no sentido estrito (ainda?), não se pode falar numa globalização das regiões da economia mundial, *mas em uma internacionalização*. O que se verifica é o fortalecimento das relações *transnacionais* de comércio e produção *entre* determinadas regiões e *dentro delas* — América, Ásia e Europa. A maior prova desta ocorrência é que o comércio e os investimentos estrangeiros se multiplicam entre estes três grandes blocos econômicos mundiais — motivo pelo qual fala-se até em uma tripartição da economia mundial. Para a Alemanha isto significa, entre outras coisas, que — até hoje! — a concorrência da mão-de-obra barata dos Estados do antigo bloco do Leste

Europeu ou dos países asiáticos caminha a passos estatisticamente insignificantes (cerca de dez por cento).

“Com a globalização dos mercados e a internacionalização da produção os setores produtivos mais exigentes e a força de trabalho menos qualificada passaram a sofrer a forte concorrência do mercado mundial. Em termos concretos, isto significa que houve um recuo da demanda por força de trabalho nos setores que exigem mão-de-obra menos qualificada em favor do deslocamento da produção para o exterior, sob a forma de incremento salarial e investimentos diretos, bem como um crescimento das importações. A transformação secular da economia interna, que conduziu a uma progressiva substituição do trabalho pelo capital e pelo conhecimento, se vê fortalecida pelo mercado mundial. Contudo, a pressão da concorrência por setores ancorados no capital e no conhecimento, assim como em mão-de-obra altamente qualificada irá se intensificar no futuro, pois com o crescimento econômico dos países emergentes e dos países do Leste Europeu e da Europa Central, estes serão novos candidatos na concorrência aos setores produtivos já mencionados, juntamente com os países industrializados. E ainda não sabemos ao certo como irá se comportar na Alemanha a demanda por força de trabalho altamente qualificada sob a influência dos mercados globais e da produção internacional.”¹⁰⁵

Vale salientar, no entanto, que o comércio exterior alemão permanece na sua maior parte restrito a conexões com os países industrializados do Ocidente. Em 1993, 77,29% de

105. *Kommission für Zukunftsfragen. Bericht II: Erwerbstätigkeit in Deutschland: Entwicklung, Ursachen und Massnahmen*. Bonn, 1997. p. 111.

sua exportação e 77,81% de sua importação eram provenientes desta região. Dentro deste grupo de Estados, a parte majoritária dos investimentos foi firmada com países da Comunidade Européia. Constata-se um poderoso eurocentrismo do *comércio exterior alemão*. Ele se deve, por um lado, à proximidade geográfica destes países, e por outro — com toda certeza — ao efeito do mercado interno da Comunidade Européia, que discrimina a oferta de outros Estados. Os principais parceiros comerciais destes países industrializados do Ocidente fora da Comunidade Européia são os EUA, de onde vieram 7,01% das importações e para onde foram 7,27% das exportações.

Com os países da África, da América e da Ásia — bem como com os chamados países em reforma, além daqueles que praticam comércio estatal com a Ásia — o comércio exterior alemão ocupou 20% de seu volume em 1993. A Alemanha recebeu destes países 22,14% de suas importações e enviou para eles, em contrapartida, 22,44% de suas exportações. A estrutura do comércio exterior indica que a economia alemã se sustenta no efeito do mercado interno da Comunidade Européia, notadamente num dos mercados com menor poder de crescimento, enquanto as exportações para os mercados da América do Sul e do Sudeste Asiático, que mantêm um crescimento continuado, são reduzidas...

As perspectivas de futuro indicam que a pressão das importações virão a se fortalecer também nos bens intensivos em capital e tecnologia: Os países emergentes e os países do Leste Europeu e da Europa Central, particularmente, surgirão como competidores neste novo contexto. Isto irá valer sobretudo para as ‘indústrias schumpeterianas móveis’, ou seja, indústrias que distinguem pesquisa e produção de modo bastante simples. Podem ser incluídas nes-

ta categoria as indústrias química, a de derivados de borracha, a de produtos de escritório, a de processamento de dados e a eletrotécnica. Enquanto a pesquisa é feita nos países industrializados, a produção é executada nos países emergentes, sobretudo nos casos em que ela pode ser facilmente estandardizada.”¹⁰⁶

4. Dramaturgia do risco

Na dimensão da globalização econômica — diferente de todas as outras dimensões — o triunfo da novidade provavelmente também perde seu poder de fogo ante um olhar apoiado na visão histórica.¹⁰⁷ No ano de 1894, por exemplo, Max Weber já abordava em seu ensaio *Argentinische Kolonistenwirtschaften* algumas questões que hoje nos parecem novas. “Sem um Estado mundial e a igualdade plena do nível cultural da humanidade a economia mundial é, em suas últimas conseqüências, uma utopia; ainda é longo o caminho a ser percorrido. Enquanto permanecermos, como agora, nos primórdios de um tal desenvolvimento, trabalhamos em seu interesse ao não derrubarmos precipitadamente os velhos edifícios a partir dos quais gerações futuras poderão compor a nova construção da economia e da cultura humana nem procedermos a adaptações neste edifício futuro, mas sim ao sustentarmos e incentivarmos o seu crescimento natural. Para uma nação representa uma vantagem que ela possa comer o pão a um preço barato; mas não é este o caso quando ela o faz em sacrifício de gerações vindou-

106. *Ibidem*, p. 111.

107. Ver a este respeito Hirst & Thompson, *Globalisierung?*, em Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, op. cit.

ras.”¹⁰⁸ A reivindicação oposta de se colocar o rei mercado no trono das relações sociais também pode ser qualquer coisa, menos nova. Mesmo a crítica dirigida a ele já está caduca. São repetições de repetições, independentemente da perspectiva que for adotada.¹⁰⁹

Portanto, o globalismo associa seu poder a uma ínfima parcela de fatos reais. Seu potencial emana muito mais da *encenação da ameaça*: o “poderia ser que” o “é necessário”, o “senão” assumem a função coordenadora.

Trata-se, conseqüentemente, de uma sociedade *de risco* que confere poder às empresas transnacionais. Não é a “desgraça real” do *sucesso* da globalização econômica — como, por exemplo, o deslocamento de postos de trabalho para países com mão-de-obra barata —, mas sobretudo esta ameaça e sua difusão que atizam o medo, intimidam e terminam por obrigar os adversários políticos e sindicais a fazer aquilo que a “disponibilidade dos investimentos” exige em nome de sua sobrevivência, para evitar algo mais danoso. A *hegemonia semântica*, a ideologia publicamente defendida pelo globalismo é uma fonte de poder a partir do qual as empresas adquirem seu potencial estratégico.

5. A ausência da política como revolução

O globalismo é um vírus mental que se disseminou por todos os partidos, redações e instituições. Seu principal

108. Weber, 1993 (1894). *Argentinische Kolonistenwirtschaften*, em *Landarbeiterfrage, Nationalstaat und Volkswirtschaftspolitik. Schriften und Reden 1892-1899*, Tübingen (Obras completas de Max Weber, Parte I, vol. 4, primeira seção), p. 303.

109. Giddens resumiu esta questão em *Jenseits von Links und Rechts*, op. cit., capítulo 1.

postulado é que não se deve pensar economicamente, mas antes entender que tudo e todos — política, ciência, cultura — deverão ser subordinados ao primado da economia. Neste ponto, o globalismo se assemelha ao seu maior adversário: o marxismo. Sim, ele é o renascimento do marxismo como uma ideologia administrativa. Poderíamos pensar em uma *new age* econômica. Uma espécie de *movimento de alerta*, mas cujos profetas e seguidores não distribuem panfletos no metrô, em vez disso, proclamam a salvação do mundo pelo mercado.

O globalismo neoliberal é uma ação *altamente* política que no entanto se apresenta de forma absolutamente *apolítica*. A ausência da política *como* a revolução! A ideologia prega: não há ação, e sim a execução das leis do mercado mundial, que — infelizmente — tornaram obrigatórias a redução do Estado (social) e da democracia. Contudo se engana quem acredita que a globalização signifique a efetivação de *leis* do mercado mundial que deverão sempre ser deste ou daquele jeito. Também a globalização econômica — e sobretudo ela — *não* é um mecanismo, *não* é automática; ela é na verdade um *projeto político* praticado, numa constante renovação, por atores transnacionais, instituições e coalizões, Banco Mundial, OMC, OCDE, empresas multinacionais, além de outras organizações internacionais.

A questão, portanto, é a seguinte: quem são os atores do globalismo neoliberal? E também: quais são as alternativas políticas? Quem decide como devem ou não interferir os contratos e organizações internacionais (dentro do contexto da OMC, por exemplo) na ordenação da concorrência internacional? São levados em consideração as mínimas condições sociais e ecológicas para o trabalho e a produção? Elas representam uma preocupação real ou fazem parte apenas de uma retórica? Qual é a influência da política, no

plano nacional e no plano da Comunidade Européia? Qual será o rumo da política de comércio exterior da Comunidade Européia? E das políticas agrária e de desenvolvimento? Quem são os *perdedores* da globalização? Como serão os modelos de mercado de trabalho na Europa do futuro? Como será regulamentada a concorrência com os países de fronteira ao Sul e ao Leste bem como entre as regiões e os países da Europa? Quem investe onde? Qual será o curso do capital especulativo? Qual influência a política (trans)nacional poderia exercer sobre todos estes processos? Como poderá a política substituir o fantasma do globalismo?¹¹⁰

Desde já pode-se observar que o grupo cada vez maior dos derrotados da globalização caíram nesta armadilha política. Nenhum partido europeu ou americano se deu conta de quão grande se tornou a insegurança privada dos empregados, por exemplo — no meio do espectro político há uma vala enorme. Estes derrotados da globalização, sejam eles atuais ou potenciais, não lutam apenas por melhores empregos e salários ou por garantias sociais para sua humilde condição. Eles se vêm abandonados e iludidos tanto pela política da “direita” — pois esta trabalha na mesa dos vencedores da globalização — como pelos programas de “esquerda”. Pois as pessoas que temem por seu futuro econômico não necessitam, segundo Edward Luttwak, de partidos políticos que queiram “elevar impostos sobre salários incertos para auxiliar aqueles que não trabalham”.

110. Ver informações adicionais em “Respostas à globalização”.

6. O mito da linearidade

“O retorno ao passado nos oferece a sombria perspectiva de uma retribalização de grandes parcelas da humanidade por meio da guerra e do derramamento de sangue”, profetiza Benjamin R. Barber; e uma outra inteligência ocidental, sintonizada com o pessimismo cultural, concorda ao identificar “uma balcanização dos Estados nacionais, nos quais entram em conflito culturas, povos, etnias, numa espécie de *Dschihad* contra todas as formas de interdependência, cooperação e reciprocidade: contra tecnologia, cultura *pop*, contra o mercado mundial. O carvão do trem do futuro serão as forças propulsoras econômicas, tecnológicas e ecológicas, que exigem a integração e a uniformidade. As pessoas são abastecidas em toda parte por músicas, computadores e refeições velozes — MTV, MacIntosh e McDonald’s — e as nações são pressionadas por uma cultura mundial homogênea, um *McWorld* unificado pela comunicação, pela informação, pelo entretenimento e pelo comércio. Aprisionado entre Disney e Babel, o planeta repentinamente se cinde e, involuntariamente, se unifica.”¹¹¹

Poucas vezes um raciocínio estereotipado foi tão minuciosamente contestado como este mito da linearidade.¹¹² A globalização trouxe também um novo significado para o termo “local”. A expressão “cultura global” é, de certo modo, enganosa. Surgem espaços e paisagens transnacionais, translocais: — o *boom* do turismo;

111. Barber, “*Dschihad versus McWorld — Globalisierung, Zivilgesellschaft und die Grenzen des Marktes*”, em *Lettre internationale*, caderno 36/1997, p. 4.

112. Ver pp. 80-88.

- a formação de universos restritos a especialistas que não mantêm vínculos com praticamente nenhum local;
- o crescente número de instituições, agências, grupos e movimentos internacionais que se vêem misturados em todas as circunstâncias possíveis e impossíveis;
- a imposição de um número restrito de línguas reconhecidas (inglês, espanhol).

Demonstra ignorância todo aquele que, perante estes argumentos e resultados de pesquisa, se mantiver fiel ao mito da linearidade e considerar a tese da convergência cultural como uma consequência imediata da unificação econômica.

7. Crítica do pensamento catastrofista

Muitos imaginam que — em acordo com a formulação de Hannah Arendt nos anos 60 — se o trabalho produtivo desaparecer da sociedade industrial, haverá então uma “crise” ou simplesmente uma “catástrofe”. Se observarmos de um ponto de vista mais abrangente, um fato como este seria algo fantástico mesmo para aqueles que nasceram na sociedade industrial. Diversas gerações sonharam em finalmente libertar-se ou apartar-se do jugo do trabalho com a produção cada vez maior de riquezas com um dispêndio cada vez menor da força de trabalho. Chegamos a este momento; mas ninguém sabe ainda como lidar com esta situação.

Em termos metodológicos, isto significa: na transição da primeira para a segunda modernidade temos diante de nós uma metamorfose dos fundamentos, uma reconfiguração, o ingresso no mundo desconhecido da globalidade, e não uma “crise” ou uma “catástrofe” — se tomarmos o conceito de crise no seu significado mais essencial, ou seja, de que

podemos retornar ao *status quo ante*, pressupondo-se uma vez que sejam adotadas as medidas corretas (leia-se: usuais).

Mesmo o desemprego em massa que abala a Europa *não* é uma “crise”, pois o retorno ao pleno emprego é fictício; não é também uma “catástrofe”, pois a substituição do trabalho pela produção parcial ou plenamente automatizada, se aplicada corretamente, pode oferecer oportunidades históricas de libertação; e estas deverão, contudo, ser descobertas e formuladas em oposição às antigas concepções. Necessitamos, para tanto, de um *brainstorming público*, de uma fantasia político-institucional. Apenas deste modo poderá ser apresentada e respondida a questão: como será possível a democracia para além da ficção de uma sociedade com pleno emprego? ¹¹³

O globalismo neoliberal não espalha apenas o medo e o terror: ele semeia a paralisia política. Quando não se pode fazer nada, resta então uma única reação: o isolamento, a proteção, o afastamento. Infectados pelo vírus do globalismo, todos os partidos sofrem uma influência cada vez maior de argumentos protecionistas re-acionários. Aparentemente contrária mas na realidade enfeitada pelo globalismo, forma-se uma coalizão preto-vermelha-verde do protecionismo que, buscando objetivos antagônicos, defende a (luta pela) antiga ordem contra as adversidades e as instáveis realidades da segunda modernidade.

8. Protecionismo preto

Os protecionistas pretos enredam-se numa curiosa contradição: exaltam o estado nacional e promovem sua ruína com a ideologia da cruzada neoliberal do livre mercado

mundial. Porém o protecionismo preto não se resume a uma flagrante contradição do pensamento e do procedimento conservador, que com uma das mãos louva os valores da nação (a família, a religião, a sociedade, a comunidade etc.) e com a outra estimula — tomada por um fervor missionário neoliberal — a dinâmica econômica que anula e sepulta estes mesmos valores conservadores. Quem pretender minimizar o Estado social irá pressupor também que os “direitos sociais do cidadão” (T. M. Marshall), ao lado da liberdade política, tornar-se-ão fragilizados.

A estratégia neoliberal do globalismo é, por fim, contraditória. Ela não se sustenta se não for (teoricamente) universalizada. “O esforço para a criação de postos de trabalho por meio do relativo aprimoramento de sua própria produtividade é certamente legítimo em alguma medida. Em um país como a Alemanha, no entanto, ele representa até certo ponto um procedimento bastante questionável em função dos superávits de exportação de bens industriais que ainda continuam a existir. O pleno emprego, dentro deste quadro, dependeria da predisposição de outros países para aceitar um déficit comercial cada vez maior com a Alemanha. Esta estratégia está limitada por impedimentos políticos — sobretudo por tornar-se inócua em virtude da deflação de sua própria moeda — que afetam principalmente aqueles setores que se encontram em maior dificuldade. E a situação se torna absolutamente incompreensível a partir do momento em que a disputa pela maior produtividade no trabalho passa a ocorrer sob a forma da redução dos custos salariais (indiretos) promovida pelos países industrialmente desenvolvidos. Esta concorrência alucinada pode ao fim resultar numa redução do tamanho do bolo — sendo que os pedaços aos quais cada um tem direito não crescerão nem diminuirão.” ¹¹⁴

113. Ver a seguir “Aliança pelo trabalho comunitário”, p. 235.

114. Zürn, *Schwarz-Rot-Grün-Braun; Reaktionsweisen auf Denationalisierung*, em Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, op. cit.

O protecionismo preto, portanto, é contraditório em dois sentidos: ele desmembra a sociedade que ele mesmo idolatra e é contraproducente em termos econômicos.

9. Protecionismo verde

Protecionistas verdes reconhecem no Estado nacional um biótipo político ameaçado de extinção — que, assim como a natureza ameaçada, é digno de proteção — e defendem o *standard* ambiental contra a opressão mundial.

“Uma política ecoprotecionista que pretenda desvincular mercados com regulamentações ambientais severas de mercados com regulamentações ambientais menos severas pode ter um resultado contraproducente. Ela protege em demasia indústrias que possuem uma relativa independência diante de outras economias menos desenvolvidas e impede a adoção de um *standard* mais elevado em regiões onde pode ser verificada uma frágil consciência ecológica — ou seja, nos locais onde a adoção deste *standard* parece ser mais urgente. Além do mais os custos econômicos que adviriam da universalização desta política de desvinculação seriam certamente elevados; provocariam crises econômicas numa tal escala que tornariam inviável qualquer política ecológica de longo prazo.

Para evitar mal-entendidos: algumas das contemporâneas correntes transnacionais de produção representam, sem sombra de dúvida, uma catástrofe do ponto de vista ecológico. Os camarões do mar do Norte — que são limpos no Marrocos e empacotados na Polônia antes de retornarem aos mercados de Hamburgo — são a expressão de um abuso ecológico que não será interrompido por medidas protecionistas. Faz-se necessário, ao menos neste caso,

um dispêndio de energia que possa fazer frente aos custos reais de transporte. Como os problemas ecológicos mais relevantes de fato se tornaram globais, não poderia haver qualquer esperança de solucioná-los em um mundo completamente fragmentado do ponto de vista político e social. Este quadro também é, com toda certeza, grave o bastante para que se mantenha um certo ceticismo. Contudo, sem os entrelaçamentos políticos e econômico-mundiais — que, se somados, ampliam e intensificam a regulamentação ambiental — o quadro seria ainda mais grave.¹¹⁵

Em outras palavras: o protecionismo verde contradiz, em primeiro lugar, a globalidade da crise ecológica e, em segundo, se abstém da arma política que consiste no par: pensamento global/intervenção local.

Os ambientalistas são, sob este aspecto, os vencedores político-intelectuais da globalização. As questões ecológicas *devem* ser concebidas e respondidas como questões globais. Mas por conta de seu antimodernismo primário, seus apegos provincianos e seu medo de perder o controle burocrático da política ambiental ao desgarrar-se do Estado nacional, diversos políticos ambientalistas acabam morrendo abraçados uns aos outros.

10. Protecionismo vermelho

Protecionistas vermelhos tiram o pó das vestimentas da luta de classes para todas as ocasiões: a globalização para eles corresponde à expressão “tínhamos razão”. Festejam uma “ressurreição” do marxismo. No entanto trata-se apenas de uma teimosia cega e utópica.

115. *Ibidem.*

Não resta dúvida de que, na era da globalização, toda política de ajuste ou de justiça social enfrenta um dilema: sem a redução dos custos sociais e dos custos salariais (indiretos), há o crescimento do número de desempregados; sem novos postos de trabalho, no entanto, todo o sistema de garantias sociais construído sob a base do trabalho aquisitivo ameaça ruir. Se hoje verificamos a retração do volume de trabalho aquisitivo — não apenas em função da exportação de postos de trabalho a lugares que antes pertenciam a um “extremo oriente”, a estes países que agora recebem a temível alcunha de “tigres asiáticos”, mas sobretudo em função da elevação “explosiva” da produtividade do trabalho marginal¹¹⁶ —, então toda política social estipulada sob a base do trabalho aquisitivo passa então a padecer de uma indigência teórica (se nos for permitido este eufemismo).

Alguns chegam a apostar numa solução radical, ou talvez na rejeição da alternativa que produz este doloroso dilema: comércio mundial (leia-se capitalismo) e Estado do bem-estar social. Esta alternativa seria atirar o compromisso firmado pela globalização na lata de lixo da história.¹¹⁷

A variante mais moderada da *nostalgia esquerdista do Estado social* ignora que a crise do sistema social não é conjuntural. Desaparece toda uma época, o século que se iniciou com as leis sociais de Bismarck e em cuja última terça parte parecia ter promovido para uma geração a grande tarefa de garantir uma vida livre e segura para a maioria dos homens sob a base do trabalho aquisitivo. Esta resolução da

“questão social” tornou-se por sua vez um problema social. Mas isto apenas significa: quem de fato deseja mudar algo, *deverá ser “injusto”*, recusar reivindicações, estimular e promover iniciativas individuais e, por conseguinte, pleitear uma outra lógica, uma outra moral para a política social.

116. Para maiores detalhes, ver o relatório da Comissão para Questões do Futuro de 1996, p. 5; e ainda nesta edição, pp. 105-114.

117. Para uma comparação, ver por exemplo Marglin & Schor (orgs.). *The Golden Age of Capitalism*, ou Altvater & Mahnkopf, *Grenzen der Globalisierung*, op. cit. Para uma crítica, examinar Zürn, op. cit.

QUARTA PARTE

RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO

De toda esta discussão pode ser derivada uma única consequência: que seja enfim inaugurado o debate a propósito da conformação *política* da globalização!

Este debate pressupõe, antes de mais nada, uma *crítica radical da ideologia neoliberal do globalismo*, da unidimensionalidade econômica, do pensamento linear e de mão única, do autoritarismo político, sempre ancorado no mercado mundial, que se apresenta de modo apolítico e no entanto intervém de forma extremamente política. Então perceberemos: a globalidade e a globalização não são nem um fenômeno de aparência estrategicamente divulgado e cuja encenação pública seria um meio para a libertação dos grilhões do capitalismo estatal-social petrificado, e nem são conceitos que podem, com bons motivos, requisitar e impor a submissão de todos às novas leis naturais do mercado mundial. Nunca repetiremos o bastante: com a era da globalidade não se inicia o fim da política, mas antes anuncia-se o seu recomeço.

O choque da globalização, traço marcante da transição para a segunda modernidade, tem ao seu final um efeito politizante, pois *todos* os atores e organizações, em *todos* os domínios da sociedade, *precisam* lidar com os paradoxos e as exigências da globalização e com a sua dinâmica que altera todos os antigos fundamentos. Esta necessidade

extrapola, de modo bastante curioso, o esquematismo esquerda-direita. Há uma nostalgia de esquerda e uma de direita. A primeira se remete ao Estado social, a segunda ao Estado nacional. Ambas estão de acordo quanto à defesa do *status quo ante* contra a “invasão do mercado mundial”.

Porém quais respostas políticas à globalidade poderiam ser esboçadas?

Gostaria de contrapor dez respostas à globalidade e à globalização ante as dez armadilhas do globalismo que já foram mencionadas:

1. Cooperação internacional;
2. Estado transnacional ou “soberania inclusiva”;
3. Participação no capital;
4. Reorientação da política educacional;
5. As empresas transnacionais são a-democráticas ou então anti-democráticas?
6. Aliança em favor da atividade comunitária;
7. O que virá após o modelo *Volkswagen* de nação exportadora? A determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos;
8. Culturas experimentais, nichos mercadológicos e auto-renovação social;
9. Empresários públicos e trabalhadores autônomos;
10. Contrato social contra a exclusão?

1. Cooperação internacional

Uma primeira resposta política — muito valorizada especialmente pelos modernizadores social-democratas — seria a seguinte: a cooperação política entre os Estados nacionais precisa ser construída para eliminar ou coibir a criação de “currais” (*Kubandel*) que permitam às empresas

globais minimizar o pagamento de impostos e maximizar as subvenções estatais.

A tarefa da política consistiria, ao menos neste ponto, em esclarecer para a opinião pública que a globalização não pode significar o abandono de tudo às forças do mercado. Cresce com a globalização a necessidade de regulamentações internacionais, de convenções e instituições internacionais para transações que ultrapassam fronteiras. E nesta medida a globalização deveria vir acompanhada por uma melhor coordenação da política entre Estados nacionais soberanos, pelo aprimoramento da fiscalização de bancos e instituições financeiras, pela derrubada do *dumping* fiscal entre Estados (por exemplo, dentro da União Européia), por uma cooperação mais estreita entre organizações internacionais e pelo seu próprio fortalecimento, a fim de que adquiram maior eficiência e flexibilidade.

“Deve valer para as relações econômicas internacionais aquilo que já se verifica no âmbito nacional: o mercado necessita de um quadro político ordenador”, escreve o presidente do Partido Social-Democrata Alemão, Oskar Lafontaine. “A economia social e ecológica é o sistema de coordenação política da União Européia. Pleiteamos que este modelo da economia de mercado com responsabilidade social e ecológica transforme-se agora no fundamento social para uma nova ordem econômica mundial. Poderão ser criadas deste modo as condições mais favoráveis para a competição entre as empresas e para um comércio justo que favoreça a todos que nele tomam parte.

Necessitamos para este fim de uniões internacionais inseridas no contexto das instituições internacionais. Tais instituições já existem. Cito a União Européia, o G-7, a OCDE, o FMI e a nova Organização Mundial do Comércio, a OMC. As condições econômicas também já estão dadas. Pois as cor-

rentes internacionais de comércio e investimento — que formam o núcleo da globalização — estão concentradas sobretudo na chamada “tríade”: Estados europeus, Estados industriais não-europeus do G-7, ou seja: EUA, Canadá e Japão. A assim chamada globalização não transcorre fora do nosso campo de influência política. Devemos utilizar as possibilidades de intervenção política em favor de uma cooperação internacional mais eficiente. Desta forma os problemas da globalização — tanto estes que já existem como aqueles que já podemos antever — tornar-se-ão contornáveis.”¹¹⁸

Propostas como esta não intentam encontrar a resposta para a globalização em um Estado supranacional agigantado e nem mesmo em um Estado mundial, mas sim em um “acordo responsável” entre os Estados nacionais, que deveriam comprometer-se e associar-se no sentido de que eles (a) impusessem restrições às empresas transnacionais, ou então, que não mais concedessem a ela o poder de jogá-los uns contra os outros; (b) que eles pudessem renovar seus poderes político-estatais e seu poder de conformação. Na seguinte esperança: de que a era nacional da democracia social pudesse ser salva, modernizada e revivescida pela era da democracia social cosmopolita.

“Numa formulação simplificada: de acordo com a concepção neo-social-democrática a cooperação internacional, como alternativa ao protecionismo, preservará também o Estado nacional intervencionista, bem como a integração supranacional e a desregulamentação através, por um lado, da desistência da “competição entre sistemas”, para, por outro lado, criar as condições que permitam o aprimoramento de sua economia interna mediante as vantagens da

118. Oskar Lafontaine, *Globalisierung und internationale Zusammenarbeit*, em Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, op. cit.

competição internacional e graças a uma política nacional social e industrial.”¹¹⁹

Porém o sucesso desta estratégia de reforma e reformulação da era social-democrata por meio de associações estatais internacionais não é apenas necessária, mas também questionável, e por três motivos: primeiro por haver uma subestimação otimista da dimensão de todas estas transformações; temos, em última análise, uma estratégia “continuista”, ainda que num nível mais elevado.

Em segundo lugar, não se leva em conta o fato de que, embora já fosse tempo, a política internacional vai continuamente se tornando uma política de *desregulamentação*. E, em terceiro lugar, também permanece obscuro como a concorrência dos Estados nacionais por investimentos e postos de trabalho, que cresce com o desemprego em massa, pode ser efetivamente reduzido. Os Estados nacionais são um cartel de egoístas que se vêem diante da alternativa de fazer concessões porque atuam de modo egoísta, e mesmo assim recolhem cada vez menos impostos, ou então haverão de ceder para recolher mais impostos em outra aliança de Estados.

Por fim, o “patrimônio político” adquirido pelos sociais-democratas na primeira modernidade — o estabelecimento e a garantia da paz social — já não possui valor algum na segunda modernidade. Pois os próprios sociais-democratas enfrentam este dilema. Expresso de maneira cínica, porém realista: Talvez a paz social não possa, quem sabe, ser alcançada precisamente sob as condições da concorrência radical entre empresas transnacionais no mercado mundial?

119. W. Streeck, “Industrielle Beziehungen in einer internationalisierten Wirtschaft”, em Beck, *Politik der Globalisierung*, op. cit.

2. Estado transnacional ou “soberania inclusiva”

“Nas atuais teses sobre a globalização encontramos, em termos econômicos, poucas coisas novas e diversas falsas”, escreve M. Jänicke. “Poderia de fato até ser correto afirmar que a política ambiental caiu na ‘armadilha da globalização’ ou que a proteção ambiental tornou-se cara demais diante da concorrência global. Estas teorias têm grande popularidade. Até mesmo os ambientalistas a aceitam, sempre resignados.

Seria de grande interesse verificar também qual é o desempenho econômico dos Estados que de algum modo mantêm compromissos com a preservação ambiental. E com surpresa veremos então: as nações precursoras da política ambiental global se encontram economicamente melhor do que muitas outras. No início dos anos 70, os EUA e a Suécia tiveram uma atuação inovadora. Em seguida veio o Japão. E a partir de 1994, a Alemanha. Hoje, países como a Holanda, a Dinamarca e novamente a Suécia têm uma atuação destacada. Fora da Europa, a Coreia do Sul vem ocupando uma posição mais avançada. Curiosamente, os países de atuação ecológica mais destacada são quase todos pequenos e foram bastante impulsionados pelo mercado mundial.

O que mais impressiona, no entanto, é que são países que antes tiveram um grande êxito em relação aos seus mercados de trabalho. Isto fica bem claro, por ora, em alguns casos: a Holanda, a Dinamarca e também a Nova Zelândia — um país muito ativo em termos de política ambiental — reduziram em aproximadamente um terço suas porcentagens de desemprego desde a recessão de 1993. O desemprego vem caindo também na Suécia — bem como nos países escandinavos, de modo mais geral. Os países do Norte adotaram, entre outras punições ambientais, um imposto sobre o CO₂. Na Dinamarca e na Suécia ocorreram

reformas fiscais por direitos ecológicos. A proteção ambiental, portanto, não representa um impedimento para a sobrevivência na competição global; uma política ambiental conseqüente é, pelo contrário, um indicador decisivo a respeito do poder de concorrência de um país — é o que afirma Michael Porter, um preeminente teórico da inovação e economista de Harvard.

Não restam dúvidas de que o Estado nacional isolado não foi fortalecido pelo surgimento do mercado mundial. Porém os Estados trabalham muitas vezes em um sentido coletivo. A rede global dos ministérios detém o mesmo poder de determinação da política ambiental possuído pelas associações ambientais nacionais — que no entanto estão internacionalizadas.”¹²⁰

Mas a questão decisiva é esta: O que quer dizer ação conjunta entre Estados? Os modelos elaborados na literatura — como a organização internacional, multilateralismo ou a política de planos diversificados (MEHREBENE) — estão, conforme já expusemos, atreladas ao Estado nacional. Esbocei, em contraponto a todos eles, o modelo do Estado transnacional, que perpassa todas estas distinções. Nele a interação dos Estados nacionais e das sociedades dos Estados nacionais, ambas excludentes, é substituída por um quadro relacional no qual surgem associações de Estados que se situam na sociedade e deste modo reencontram sua especificidade e sua autonomia na condição de Estados “glocais”.

O modelo do Estado transnacional contradiz portanto todos os outros modelos cooperativos: Estados transnacionais se reúnem como resposta à globalização e *com esta condição* mantêm a soberania regional e a identidade extra-

120. M. Jänicke, *Umweltpolitik: Global am Ende oder am Ende global?*, em Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, op. cit.

nacional. São Estados isolados e cooperativos, ou Estados isolados *em função* dos Estados cooperativos. Em outras palavras: o entendimento interestatal abre novas perspectivas de atuação para o Estado isolado pós-nacional.

Por exemplo: somente as iniciativas da Europa possibilitam o fim do *dumping* fiscal e a cobrança sobre os “contribuintes virtuais” — uma medida que contribuirá não apenas para a criação das condições do bem-estar ecológico e social da Europa, mas também para a retomada do poder de atuação e de conformação política do Estado isolado. A questão a respeito da razão pela qual os Estados devem se associar pode ser aqui respondida com o egoísmo estatal: porque apenas deste modo eles poderão renovar sua soberania nos contextos da sociedade mundial e do mercado mundial.

Este argumento faz sentido somente se o imaginário da soberania exclusiva for substituído pelo imaginário da *soberania inclusiva*. Conhecemos o argumento do mundo do trabalho e da divisão do trabalho: a cooperação não impede mas, pelo contrário, impulsiona a ambos — a produtividade e a soberania dos Estados. Se quisermos retomar a distinção de Émile Durkheim poderemos então afirmar: a anarquia mecânica da diversidade é substituída pela *soberania orgânica da cooperação* na relação entre os Estados. Isto significa: os atores nacionais-estatais *conquistam* espaços de conformação política na medida em que demonstram ser capazes de aumentar a riqueza pública e a econômica através da cooperação transnacional. Os Estados transnacionais são, por conseqüência, Estados globais *comerciais* que se desvencilham também das prioridades do cálculo geopolítico com o princípio da exclusão territorial.

Eis a conseqüência: a guerra se transforma numa espécie de luxo reservado aos Estados nacionais mutuamente

isolados, e isto apenas na medida em que eles não se encontrem sob a esfera de influência de uma associação militar e não possuam a tecnologia bélica mais avançada.¹²¹

A questão de como se alcançar e construir a arquitetura política do Estado transnacional poderá ser respondida se nos remetermos a duas frentes ou colunas: primeiro, ao princípio do *pacifismo jurídico*;¹²² segundo, ao princípio *federalista* do controle interestatal.¹²³

O primeiro princípio — o do pacifismo fundamentado no direito internacional — afirma: sem a elaboração de uma legislação internacional e de instâncias que o representem, os conflitos transnacionais não serão contidos por vias pacíficas.¹²⁴ É preciso distinguir o pacifismo jurídico do pacifismo *social*; este coloca as causas sociais como o aspecto central dos conflitos transnacionais; não se pode confundi-lo tampouco com o pacifismo *religioso*, que visa

121. Ver a este respeito Mandelsbaum, *The Dawn of Peace in Europe*. Nova York, 1996; Robert J. Weber (org.), *Eagle Drift*. Nova York, 1997.

122. Sobre este assunto, ver D. Archibugi, *From the United Nations to cosmopolitan Democracy*, em D. Held (org.), *Cosmopolitan Democracy*, Londres, 1995, pp. 121-135.

123. Um outro princípio — a saber, o de *espaço monetário comum* — não será abordado pelo fato de já ter sido esclarecido a propósito do debate a respeito da introdução do Euro. Contra a lamentação de que a introdução forçada do Euro teria em vista exclusivamente a Europa econômica, pode-se dizer que sua introdução depõe a favor da tese de que a Europa política — voluntária ou involuntariamente — se vê pressionada pela Europa econômica. Dentro do espaço monetário comum os interesses e as reivindicações por mercado de trabalho, reconhecimento de diplomas, salário mínimo etc. passam repentinamente a ser discutidos. Até que as alianças de solidariedade nacionais-estatais se estendam às solidariedades — e conflitos! — transnacionais.

124. Este é, aliás, o ponto central do texto de Kant sobre *A paz perpétua*; ver U. Beck (org.) *Kinder der Freiheit*, op. cit., p. 147.

ao diálogo e ao intercâmbio entre as religiões. E não se pode tomar também o pacifismo jurídico por uma ausência de violência. A decisão e o vínculo jurídico transnacional são partes essenciais da composição de forças militares.

O pilar do pacifismo jurídico não pode, portanto, ser compreendido como a condição suficiente para a regulamentação pacificadora de conflitos; ele é apenas uma das condições necessárias. Isto deve valer para a regulamentação de conflitos entre Estados e dentro de um mesmo Estado. A história deste século nos ensina que o destino político dos foros internacionais é marcado pelo *paradoxo do (in)sucesso*: eles tiveram êxito nas vezes em que não foram utilizados e fracassaram nas ocasiões em que de fato foram utilizados. O raciocínio que julga indispensável a existência de um sistema jurídico internacional contradiz o fato de que os Estados lutam por cada milímetro da soberania que ainda lhes resta, e o fazem com uma tenacidade que é sempre maior o quanto menos houver para ser defendido e o quanto mais houver para se ganhar com a formação de alianças.

Atualmente trabalha-se de fato — em todos os cantos do mundo — na elaboração de fundamentos para o direito internacional, e sua necessidade não é jamais posta em questão. Os resultados efetivos, no entanto, são bastante limitados, ainda que os tribunais de Den Haag e Arusha tenham condenado crimes relativos à guerra dos Bálcãs e à guerra civil de Ruanda. Mas mesmo no incidente na Bósnia-Herzegovina os acordos de Dayton não foram suficientes para levar alguns suspeitos por crimes de guerra como Mladic, Karadzic, ou Kordic e, deste modo, abrir caminho para uma reconciliação por vias legais e um conseqüente recomeço político.

Mas não se pode deduzir a inutilidade do direito internacional a partir das falhas demonstradas por ele. Pelo con-

trário: há boas razões para se pensar que espaços e instituições jurídicas internacionais deixaram de ser um luxo e passaram a ser uma necessidade para todos os Estados na era global, precisamente por este motivo: porque no curso da globalização os Estados nacionais não estão perdendo apenas o poder decisório e normativo em diversos campos, mas também o controle sobre a aplicação de leis regulamentadoras. Como há o fracasso da estratégia dos Estados isolados, por exemplo na Internet, na cobrança de impostos ou no combate ao desemprego e aos crimes contra a economia, os Estados isolados são coagidos a trabalhar pela cooperação transnacional para garantir a aplicação de leis nacionais.

E mais uma vez entra em cena o paradoxal princípio do autofortalecimento por meio do auto-enfraquecimento: os Estados nacionais se vêem obrigados a delegar seus instrumentos às instâncias transnacionais cooperativas para fazer crescerem suas chances de controle; somente desta maneira ela poderá renovar e ampliar seu poder de influência e conformação na sua nova condição de Estado pós-nacional. É o interesse do próprio Estado, como já mencionado, que o obriga desvencilhar-se destes interesses do Estado.

Por outro lado subsiste ainda o perigo de que a contradição entre o espaço de atuação nacional-estatal e os problemas transnacionais conduza à criação de um número cada vez maior de leis de controle nacional-estatal em função de sua ineficiência. O Estado terá demonstrado assim um ativismo político que nem sequer aborda o problema a ser solucionado e tornará ainda mais restrito o campo jurídico de atuação. “As normas nacionais enfim provam ser cada vez mais inseguras diante de todas as novas formas de criminalidade internacional que utilizam o potencial tecnológico global: a conclamação por leis nacionais sob a pala-

vra de ordem da equiparação armamentista — a ser promovida em nome do combate aos crimes nacionais-estatais — cai forçosamente no vazio. O desrespeito a direitos fundamentais, verificados por exemplo nas medidas de vigilância ótica e acústica na esfera privada — um fato que representa um grave prejuízo às liberdades civis e ao Estado de direito — apenas simulam um certo poder, mas não demonstram capacidade para combater esta criminalidade e deste modo garantir a segurança dos cidadãos. A destruição desta ilusão de segurança, somada à perda da confiança na ordem democraticamente legitimada, é apenas uma questão de tempo.¹²⁵

O *federalismo* possui — se aplicado à relação entre Estados — a decisiva vantagem de fazer com que o poder não seja exercido de cima para baixo e seja também controlado ou neutralizado horizontalmente. Um dos principais problemas consiste no fato de que a instância controladora destes Estados não deve ser supra-estatal. Uma instância supra-estatal seria ineficiente ou então monopolizada pelos mais fortes — o que levaria à criação de um Estado mundial. Este, contudo, seria a representação da mais absoluta das tiranias, da qual por princípio nenhum ser humano poderia escapar. Ela seria, além disso, muito frágil, pois substitui a multiplicidade pela unidade e não reconhece qualquer instituição que exerça o papel de mediadora de conflitos.

O federalismo transnacional significa: uma política de auto-integração ativa dos Estados isolados no contexto das relações internacionais com vistas à renovação dos Estados

125. Hertha Däubler-Gmelin, *Globalisierung geht keineswegs Hand in Hand mit globalem Recht*, em *Frankfurter Rundschau*, 18/4/1997, nº 90.

glocais isolados e à delimitação do poder dos centros transnacionais. “Pressupõe-se aqui que um Estado democrático, na medida em que for uma unidade política incompleta, não poderá dispor de instituições que lhe permitam conectar diretamente seus cidadãos com os cidadãos de outros Estados.”¹²⁶

Em resumo, a *soberania inclusiva* significa: a renúncia aos direitos de soberania implica a conquista do poder de conformação política fundamentado na cooperação transnacional. Contudo, isto só poderá acontecer se a globalização for concebida e compreendida como um projeto político. Apenas deste modo serão viáveis o crescimento local e transnacional da arrecadação, dos empregos, do entendimento e das liberdades políticas. Neste sentido, a Europa tornou-se um laboratório para a soberania inclusiva.¹²⁷

3. Participação no capital

Se é correto afirmar que o trabalho vem sendo substituído pelo conhecimento e pelo capital, então uma nova política social poderia estabelecer como meta a participação do trabalho no capital. O princípio da decisão conjunta estaria, neste caso, complementando o princípio da propriedade conjunta (ou talvez concorrendo com ele). Os modelos em questão vão desde a substituição de parcelas de salários por participações (no capital da empresa, e portanto em seus lucros e prejuízos) até a seguinte visão: Mercedes-Benz e Hoechst, por exemplo, produzem nos lugares mais baratos, enquanto os alemães viverão confortavel-

126. D. Archibugi, op. cit.

127. Ver a este respeito “Europa como resposta à globalização”, p. 259.

mente dos lucros e dividendos globais como uma “população acionista”.

“Partidos e sindicatos”, afirma Fritz W. Scharpf, “que ainda pretendam buscar a justiça distributiva deverão reorientar seus esforços das políticas salariais e de arrecadação para a distribuição de patrimônio de capital.” E observa uma dificuldade: “Uma meta como esta poderia ser muito mais facilmente cumprida em tempo de crescimento real de salários; e é de se lamentar que os planos correspondentes de coalizão social-liberal durante os primeiros anos da década de 70 tenham fracassado na polêmica sindical contra o capitalismo popular.”¹²⁸

O limite destas políticas parece ser claro: trocar a prioridade de uma política salarial por uma política de participação no capital seria uma medida benéfica apenas para aqueles que já estão integrados ao processo produtivo e não para os desempregados que permanecem do lado de fora dos portões do mercado de trabalho.

4. Reorientação da política educacional

Se o trabalho vem sendo substituído pelo conhecimento e pelo capital, então — esta é a segunda conclusão — o trabalho deve ser valorizado ou renovado pelo *conhecimento*. E isto significa dizer: *investimentos em educação e pesquisa!* — precisamente o oposto daquilo que se vê hoje na Alemanha.¹²⁹

128. Ver F. W. Scharpf, *Demokratie in der transnationalen Politik*, em U. Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, op. cit.

129. O novo governo trabalhista britânico de Tony Blair começa a defender abertamente este princípio.

“Os políticos não compreenderam”, escreve Robert B. Reich, “que os verdadeiros *ativos* tecnológicos de um país se encontram na capacidade de seus cidadãos para a resolução dos problemas do futuro.” Seu conhecimento, seu potencial, sua contribuição para a economia mundial (que não mais se resume à tecnologia e ao capital) determinam o bem-estar de um país. “Dinheiro e fábricas, informações, máquinas e os símbolos das firmas estão desvinculados de um espaço fixo; mas este não é o caso dos possuidores do conhecimento e da experiência.”¹³⁰

Em vez de subvencionar firmas “alemãs”, os políticos deveriam investir em formação e conhecimento para oferecer aos seus cidadãos as habilidades e as noções elementares que lhes permitirão uma melhor orientação em meio às paisagens e às contradições da sociedade mundial.

Uma das melhores respostas políticas à globalização é esta: a construção de uma sociedade de conhecimento e pesquisa; prolongamento — e não a redução — do período de formação e a quebra do seu vínculo com as aplicações técnicas imediatas, e também o direcionamento dos processos de formação para qualificações mais abrangentes. Esta transformação não deve ser compreendida como uma “flexibilização” ou um “aprendizado contínuo”, pois ela também representa capacidade social, espírito de equipe, disposição para o conflito, compreensão cultural, habilidade para lidar com as incertezas e os paradoxos da segunda modernidade.¹³¹

“O ensino deve estar associado a atividades que possam tornar os homens independentes”, afirma Reinhard

130. Reich. *Die neue Weltwirtschaft*. Berlim, 1993, p. 181.

131. Ver Bollinger & Nothdurft, *Schlüsselqualifikationen*, Ms Fulda, 1997.

Kahl. “O ensino é uma ampliação de horizontes e uma libertação de seu gueto. Mas falar é evidentemente mais fácil do que fazer.”¹³² No entanto o sentido do ensino se altera com a conexão transcultural. A substituição de uma “sociedade doutrinária” (W. Lepehies) pela atenção dialógica (a coragem para o desentendimento) é um dos aspectos mais estimulantes da dialética da globalização. Por todos os cantos já se comenta que também seria necessária uma transnacionalização dos currículos e da formação universitária (“*global studies*”), o que contribuiria para tornar compreensível para os estudantes os impasses da comunicação e dos conflitos transculturais. Eles ainda seriam úteis por fornecer aos estudantes um mapa cognitivo que lhes facilitaria a compreensão da multidimensionalidade e das armadilhas da “vida glocal” e ainda lhes ensinaria o modo de evitá-las.

Em plena era do individualismo, não basta apenas auxiliar os jovens na “introjeção flexível de normas preexistentes”; medidas mais radicais se fazem necessárias. Exige-se, de acordo com Michael Brater, “a formação de um ego que atue como um centro ativo e organizacional. Cada jovem deve, por si só e apoiado em suas próprias bases, aprender a conduzir sua vida — isto é, aprender e praticar, dando vida a um processo aberto”.¹³³

132. Kahl, *Globalisierung zwingt zu einer Reorientierung des Lernens*, em *taz*, 4/8/1997.

133. Michael Brater, *Schule und Ausbildung im Zeichen der Individualisierung*, em Beck (org.), *Kinder der Freiheit*, op.cit., p. 153.

5. As empresas transnacionais são a-democráticas ou então antidemocráticas?

Um capitalismo transnacional que não arrecada impostos e destrói postos de trabalho acaba por perder sua legitimidade. Ele se torna — obedecendo à previsão de Schumpeter — parasitário e antifuncional. É preciso portanto que se formule — em termos teóricos e práticos — a grande questão, a questão capital da segunda modernidade: os empresários transnacionais são antidemocratas? Ou então: qual é para eles o valor da refundação da democracia?

Em quais termos poderá ser formulado um contrato social que não parta somente da perspectiva nacional-estatal, mas que considere também a perspectiva das empresas transnacionais e que refundamente e viabilize a democracia da segunda modernidade?

Talvez eu seja um otimista desesperançado; talvez este otimismo seja também estratégico. Desvincular a economia de mercado do contexto europeu de seu nascimento e praticá-la sem maiores considerações seria somente um equívoco, mas ainda assim um equívoco altamente perigoso e até suicida. O projeto da economia de mercado sempre foi também um projeto político estreitamente associado à democracia. Porém a democracia tem custos elevados. Portanto, não há razão para que se deixe de advertir aos vencedores da globalização a respeito de seu compromisso com as instituições democráticas e isto significa: *intimar os contribuintes virtuais a pagarem seus impostos*.¹³⁴

Este não é um problema alemão e nem mesmo europeu, mas um problema da sociedade mundial que só poderá ser

134. A respeito das limitações das diferentes formas de taxaço, ver Streck, *Industrielle Beziehungen*, op.cit. e também nesta edição à p. 263.

resolvido por meio de regulamentações internacionais. No entanto ele passa também pela dependência do mercado e pela dependência da imagem destas empresas. Os atores econômicos podem ser vencidos, têm seu calcanhar-de-Aquiles. A auto-realização sem limites do capital deve se conectar, primeiro, a *espaços*, e segundo, a *produtos*. O capital volátil deve ser “assentável”; deve adaptar-se às culturas locais e seus contextos político-jurídicos; o que significa também: justificar-se a si mesmo neste meio;¹³⁵ deve produzir bens e viabilizar a prestação de serviços que poderão ser comprados, aceitos ou rejeitados pelas pessoas.

Como são vistas a Anistia Internacional e o *Greenpeace* por um movimento de consumidores que não só incentiva empresas que atuam em todos os cantos do globo a uma *politização do consumo* em defesa do *standard* democrático como também as ameaça com uma punição sob a forma do boicote? Em qual medida o consumidor organizado e politicamente ativo, que domina os instrumentos da encenação simbólica da mídia, poderá substituir ou complementar o trabalhador organizado — fazendo uma espécie de correção — contra a “auto-realização sem limites” do capital?

Afirma-se, repetidamente: é bem mais fácil encontrar uma agulha no palheiro do que incorporar a responsabilidade ao mercado mundial. Mas isto não é verdade. A sensatez nunca é espontânea, e na verdade depende da *produção* da responsabilidade.

Há um caminho bem mais simples para oferecer aos movimentos de consumidores um considerável poder político:

Em primeiro lugar, um *símbolo obrigatório de identificação* que seja de fácil leitura;

135. Ver p. 85.

Em segundo, *etiquetas sociais, democráticas e ecológicas* que informem a respeito das condições de fabricação dos produtos e do engajamento democrático — espontâneo — das empresas fabricantes;

E por último, a *responsabilização pelos produtos*, de forma que estes sejam sobretarifados caso não obedeçam às normas estabelecidas.

Contra esta política simplista, a bem da verdade, do “produto perfeito” e da responsabilização, que não cria uma demanda de controle burocrático e é plenamente conciliável com um autocontrole e uma autofiscalização empresarial, afirmam os representantes do comércio: Como iremos saber sob quais condições foram produzidos os produtos que vendemos? Este é o ponto: a responsabilidade pelo produto *obriga* que se saiba claramente tudo a seu respeito e que — caso se queira evitar a ruína econômica — seja imposta perante todos os outros concorrentes a *minima moralia* da produção social que respeita o meio ambiente. Quem pratica o comércio em todo o mundo deve estar disposto a assumir, em todo o mundo, as responsabilidades pelas condições políticas e sociais deste comércio. Esta resposta política à globalização reúne aquilo que parecia ser impossível de se reunir: controle *local* e *autocontrole* empresarial.¹³⁶

Nem mesmo as cláusulas sociais e ambientais são remédios eficazes para a domesticação da economia mundial. Elas exercem grande influência sobre os Estados e os seto-

136. A respeito do *standard* ambiental e social no âmbito mundial, ver Brassel & Windfuhr, *Welthandel und Menschenrechte*, Bonn, 1995, Kreissl- Dörfler (org.), *Mit gleichem Mass — Sozial- und Umweltstandards im Welthandel*, publicação dos *verdes* no Parlamento Europeu, 1995.

res mais voltados para a exportação. Suas contribuições para um desenvolvimento social acompanhado por uma justiça social seriam, se tanto, indiretas. Seria preciso refletir a respeito do paradoxo destes efeitos colaterais.

6. Aliança em favor da atividade comunitária

Em qual medida seria possível forjar uma aliança entre o capital e a política transnacional com vistas à construção de perspectivas ao mesmo tempo transnacionais e descentralizadas para a sociedade civil?

Um novo contrato social deveria partir do seguinte ponto: Nosso trabalho se tornou produtivo a um tal ponto que necessitamos cada vez menos do trabalho e precisamos produzir cada vez mais bens e serviços. A integração sócio-material dos homens por meio do trabalho aquisitivo continua a ter grande importância, mas deixou de ser a única forma. Proponho que se reflita por um instante se aquilo que é identificado por toda parte nos biótipos sociais como engajamento da sociedade civil — a saber, a capacidade de auto-organização, e também o interesse em projetos políticos que não foram percebidos com a clareza suficiente pelas instituições — não poderá ser considerado como um segundo centro de atividade e integração ao lado do trabalho remunerado: *a atividade pública, a atividade comunitária*. Mas, afinal, o que isto quer dizer? Seria necessário conferir visibilidade política — isto é, remuneração — a serviços prestados até agora por caridade a idosos, deficientes, sem-teto, aidéticos, analfabetos, excluídos e também ao engajamento ecológico e a tantas outras atividades (sob a forma de uma verba comunitária, por exemplo, cujo pagamento corresponderia à relevância social do serviço presta-

do). A atividade comunitária poderia tornar as cidades habitáveis, enaltecer o espírito democrático e aumentar a eficácia da energia dispendida. Por que não falarmos de uma vez numa aliança civil-estatal pela sociedade civil em vez de “aliança pela atividade comunitária” e atrair capital para realizá-la? A atividade comunitária poderia tomar uma forma que não fizesse dela um abrigo provisório para o desemprego: ela deveria ser atrativa para todas as pessoas. Ela poderia se tornar um segundo centro de atividade que garantiria a substância democrática da sociedade. Não se trata da substituição do trabalho aquisitivo. A atividade comunitária talvez pudesse ao fim ser uma das três pernas (*sic*) — ao lado do trabalho aquisitivo, que garante a segurança econômica, e do autônomo (*Eigenarbeit*), que garante a educação e/ou a autorealização da criança. O trabalho civil não poderia de resto ficar preso ao contexto nacional-estatal; ele poderia amparar e enriquecer a sociedade civil transnacional, suas redes e seus movimentos sociais. São atividades tais como as do *Greenpeace* e da Anistia Internacional que atraem a curiosidade dos jovens.

Portanto, são sobretudo dois princípios — espontaneidade ou auto-organização, ao lado do financiamento público — que poderiam fazer da atividade comunitária uma alternativa interessante.¹³⁷

Uma proposta como esta não tem como esquivar-se da pergunta: de onde virá o dinheiro? *Da assistência social e do seguro-desemprego*: segundo o modelo proposto, aos desempregados restará no futuro a alternativa entre permanecer desempregado e receber o auxílio social ou atuar de

137. Para maiores detalhes, ver o Relatório III da Comissão para Questões do Futuro — *Massnahmen*, seção “Atividade comunitária”, novembro de 1997.

modo espontâneo no setor da atividade pública; nestes casos, as transferências contábeis correspondentes poderiam ser aplicadas — sem mencionar o fato de que os desempregados vêm desaparecendo, e não somente nas estatísticas. *Redução de impostos*: a atividade comunitária deverá permanecer isenta de cobrança sobre salários, assim como as associações que forem reconhecidas. *Associações para o bem-estar*: quem distribui o quê e para quem? E como estes recursos poderiam financiar, de modo transparente, a atividade comunitária oferecida de maneira voluntária? *Fontes não-materiais*: redes de intercâmbio, sistemas de bônus. *Mecenato social*: as empresas transnacionais chegaram a financiar projetos culturais em outras épocas, uma iniciativa que as ajudou a melhorar suas imagens. Em seguida, elas passaram a se ocupar de questões ambientais. Existe hoje dentro das grandes empresas um movimento em defesa do mecenato social. As grandes companhias poderiam deste modo se sentir obrigadas a aceitar as novas regras impostas por uma opinião pública atenta. Parto do pressuposto de que seus gerentes vêm na liberdade política destas culturas um grande feito e desejam contribuir para sua manutenção.

Esta iniciativa pressupõe uma concepção política que desestrutura o monopólio do sistema político. É necessário que se descubra, por exemplo, uma nova distribuição do poder e do trabalho entre o sistema político nacional-estatal e a sociedade civil (trans)local. Fortalecer as sociedades civis. Para além de suas fronteiras não significa transferir para ela, sob a forma de um palavrório comunitarista, todos os problemas causados pela ineficiência burocrática. Este fortalecimento significa: o reconhecimento maduro das responsabilidades é sucedido por um deslocamento do poder desde o centro até as regiões, até as cidades; e as iniciativas

da população serão a um só tempo viabilizadas pelo dinheiro da comunidade e provarão deste modo a sua eficácia.

Mas que ninguém se iluda e imagine que os novos problemas também possam ser solucionados por estes mecanismos. Já vem surgindo, por exemplo, uma acirrada concorrência dentro de prefeituras e partidos políticos por uma posição de destaque; ou então, há a concorrência de organizações autônomas da sociedade civil com profissionais especializados (e muito mais caros). Desencadeiam-se desta forma conflitos permanentes nas mais diversas áreas.

7. O que virá após o modelo *Volkswagen* de nação exportadora? A determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos

A superação da divisão da Alemanha vai muito além da incorporação da RDA pela Alemanha Ocidental. Como ela também implica a superação das fronteiras européias, ela representa o fim de uma época e o início de um novo capítulo da história européia.

Seu significado e seus pressupostos podem ser esclarecidos pela compreensão do desenvolvimento da Alemanha Ocidental no pós-guerra. Diversas visões parciais colidiam entre si naquela época: reconstrução, democratização interna, recalque da discussão sobre o terror nacional-socialista, assim como a luta pela reunificação. Elas são, sem dúvida, contraditórias entre si; permitem, e tornam mesmo obrigatória a menção de suas prioridades e de seus objetivos específicos. Ainda assim, elas foram todas reunidas e resumidas pelo projeto de uma *nação exportadora*.

Os objetivos de determinados bens de consumo de massa — Volkswagen, Mercedes-Benz, Siemens etc. — que conquistaram todos os mercados do mundo sob a etiqueta do “produto de qualidade alemã” aglutinaram as energias culturais e puseram em movimento o motor da riqueza — o “milagre econômico” que ofereceu os fundamentos para a democratização interna, a reflexão a respeito do genocídio e principalmente para a reconstrução da Alemanha, no sentido interno e também no sentido externo.

A associação das metas de produção e de conquista do mercado mundial com o esforço político-cultural de se inserir na modernidade ocidental foi empreendida pela República de Bonn. E a fonte decisiva para o consenso e a legitimidade passou a ser o *eterno (e aparente) algo a mais*: sociedade de bem-estar, consumo de massa, garantias sociais. Tudo sempre subordinado à liberdade política.

O que irrita e preocupa seriamente um número cada vez maior de pessoas é o fato de que as fontes do bem-estar começam a secar ou então a jorrar de modo profundamente desigual. Outros objetivos parciais — a reconstrução, mas também a fusão com a RDA — esgotaram-se ou se tornaram supérfluos com a sua própria realização; por todos os cantos nos defrontamos com as conseqüências da vitória que acabaram por escapar dos cálculos. E outros objetivos parciais ainda precisam ser reformulados em face da nova conjuntura mundial.

A identidade da “nação exportadora” — a face oposta do “nacionalismo do marco alemão” — já não se sustenta. Um dos principais desafios parece ser atribuído ao fato de que os países do Sudeste asiático, e em breve também a China, podem hoje produzir com a mesma qualidade e a um custo inferior — tudo aquilo que era antes trazido pela etiqueta do marco alemão: automóveis, máquinas, geladeiras.

Com uma agravante: os mercados de bens produzidos em massa foram deslocados para outras regiões do planeta (América do Sul, Leste Europeu, China etc.) e podem ser servidos a um preço mais barato nestas regiões; e o bem-sucedido modelo da nação exportadora sofre um novo desgaste. Ou então, o contínuo triunfo dos bens produzidos em massa — como o carro, por exemplo — se torna questionável em função dos danos ecológicos que causam.

Como se pregassem sermões, políticos e empresários clamam por “inovações públicas” e por uma “coragem diante do risco” em nome da sobrevivência no mercado mundial. Trata-se, contudo, de uma insistência numa “concepção antiquada da inovação”, pois esta estratégia é apresentada como um caminho para a produção de bens de consumo de massa nos moldes da nação exportadora; ademais, de nada adianta querer recuperar o atraso diante de países que podem produzir mais a um custo menor. A busca desenfreada pelos “mercados do futuro” — tecnologia da informação, manipulação genética, genética humana — a respeito dos quais tanto se fala é a expressão da falta de inventividade e do bloqueio mental reinantes. A “inovação” é, na sociedade mundial, um conceito relacional. Ela prescreve e torna obrigatória a descoberta e a realização daquilo que os outros (ainda) *não* fizeram ou *não* podem fazer. Esta superioridade não é conquistada pelo anseio de igualar-se aos outros. Portanto, todo o “debate sobre posições”, que toma de empréstimo o jargão militar, se mantém cego ante as inovações, e pode-se dizer que sustenta uma posição antiinovadora.

A questão, na verdade, é esta: o que poderia substituir o modelo Volkswagen da nação exportadora para interligar cultura, a política e a economia? O mercado mundial premia a *diferença*. Deve-se portanto perceber e revelar a força

e o potencial dos aspectos que foram desacreditados (por exemplo, especificidades regionais):

Em primeiro lugar, *produtos ecológicos*: não se deve ignorar ou menosprezar a sintonia existente entre a consciência ecológica alemã e o mercado mundial. A ortodoxia industrial e social (que ainda impera nas empresas e também na burocracia e nos grandes partidos políticos) insiste em proscrever a sensibilidade ecológica dos alemães como um “obstáculo à inovação” em vez de transformá-lo no curinga alemão da segunda modernidade na sociedade mundial. O presidente da Secretaria Federal de Registro de Patentes afirmou anos atrás que mais de oitenta e cinco por cento de todas os inventos não chegaram a ser produzidos — não porque não fossem passíveis de comercialização, mas porque seu caráter comercial foi avaliado erroneamente ou sequer foi testado. Companhias e políticos raciocinam apenas dentro das categorias da alta tecnologia, da informática e da tecnologia genética e na eliminação de seus concorrentes nestes setores, ou seja: ambicionam erigir monopólios com inovações que os outros há muito tempo já possuem. Poucos pensam hoje em assumir o risco por novos produtos na intenção de conquistar novos mercados, um raciocínio que era bastante comum há vinte ou trinta anos. No dia 16 de janeiro de 1991, por exemplo, o Parlamento Alemão, em seu boletim “Meio ambiente e tráfico”, anunciou sua intenção de “converter o imposto de circulação num imposto sobre substâncias tóxicas sobre a emissão de CO₂” e de pesquisar “substâncias energéticas não-prejudiciais ao meio ambiente, combinando-as com etanol ou materiais biológicos”¹³⁸.

138. Agradeço ao engenheiro Hans Knauth, de Meersburg, por esta informação.

Em segundo lugar, a individualização — embora seja muitas vezes ignorada ou então condenada, a individualização representa uma alternativa para a transformação do individualismo da Europa ocidental em uma vantagem na concorrência dentro do mercado mundial. Traduzindo para a linguagem do mercado e da produção isto significa: desenvolver produtos e serviços altamente individualizados além de formas de trabalho e de produção a eles relacionados e que poderão, por sua vez, demandar uma intensidade de trabalho tão grande ou até mesmo maior. Pois a individualização dos produtos e da produção é o princípio antagônico à automatização da produção (dentro das fronteiras). Trata-se também da invenção e do teste de combinações entre produtos e serviços. Surgem deste modo novas espécies de ofertas, como por exemplo *leasing* e *softwares* organizacionais, que apresentam soluções para os problemas de empresas e consumidores.¹³⁹

Em terceiro lugar, *mercados de risco*. Afirma-se repetidamente que o discurso sobre a “sociedade de risco” em muito se assemelha ao discurso alemão de segurança e bem-estar. No entanto, desde o episódio da “vaca louca” (que provou ser politicamente contagioso, pois desencadeou também uma loucura institucional e uma loucura política) já se sabe com clareza: a ignorância a respeito dos riscos não tem apenas efeitos políticos, mas também efeitos econômicos que *ao final do processo* são verificados no comércio. Surgem mercados *precários*, cujos consumidores logo se põem em fuga ao perceber os primeiros sinais de risco. Os discursos públicos a respeito de riscos, tão seguros quanto se dizer “amém” dentro de uma igreja, *desvalorizam* o capital, e obrigam as empresas, em última instância,

139. Problemas que eles talvez nem tenham.

a considerar com seriedade as possíveis preocupações dos consumidores mais informados dos países ocidentais. Por outro lado, de nada adianta a exportação de postos de trabalhos e setores de pesquisa para regiões da sociedade mundial aparentemente imunes ao risco. Primeiro, porque elas podem deixar de sê-lo; para tanto basta um acidente ou mesmo a divulgação de um acidente. Segundo, porque estes produtos serão vendidos aos consumidores da Europa ocidental que estão tomados pela “histeria do risco”.

Uma das questões fundamentais da segunda modernidade pode ser formulada da seguinte maneira: como pode haver consenso na fabricação de produtos e de serviços de risco (como produtos alimentícios resultantes de manipulação genética, por exemplo)? Os cientistas sociais têm alguma contribuição a dar sobre o assunto. Poderia ser elaborado um novo “artigo de mercado” genuinamente alemão, e que consistiria no teste e na exportação de um “pacote de produtos com boa aceitação”, o que poderia servir como resposta à esta pergunta: como os produtos poderiam ser concebidos e elaborados (e não apenas empacotados) por meio de novas formas de divisão e de uma política transparente de produção, de tal maneira que os produtos tivessem, além de seu valor utilitário (*GEBRAUCHSWERT*), um valor de *aceitação*? Se esta proposta for acolhida, estes produtos e formas de produção poderiam se impor sobre todos os outros no mercado mundial.¹⁴⁰

Em quarto lugar, a *re-regionalização dos mercados*:¹⁴¹ a globalização pressupõe custos reduzidos de energia e transporte. Mas até este ponto, há também um freio à globalização — ou seja, a viabilização do mercado de trabalho,

140. Ver também p. 233.

141. Devo esta idéia a Barabara Adam.

produtos, serviços regionais — e que consiste no corte das subvenções que mantêm este baixo custo do transporte. Com a elevação dos custos reais de transporte e de energia (com a cobrança de impostos ou de aprimoramento de infraestrutura) haveria o favorecimento da *política dos mercados regionais de curta distância* e, por conseqüência, de formas de vida e de trabalho ecologicamente aceitáveis.

Esta estratégia política poderia ser associada a uma política de produção na qual — caso houvesse este interesse — a *biografia* dos produtos se transformaria num dos seus ingredientes. O produto conteria então três componentes: valor de uso, preço e história de fabricação, ou seja, um conjunto de informações a respeito das condições ecológicas (regiões sem contaminação), sociais (não-exploração de trabalho infantil, garantias trabalhistas oferecidas) e políticas (direitos fundamentais, sindicatos), sempre em condições legíveis. O cidadão indefeso poderia então se decidir, caso dê alguma importância à questão, por transformar o ato cotidiano da compra em uma eleição política a respeito de formas de trabalho e de vida globais. Como a biografia dos produtos pressupõe uma produção intensiva em trabalho, poder-se-ia também contar com efeitos significativos no mercado de trabalho (na indústria alimentícia e na agricultura, por exemplo). Uma das respostas à globalização pode estar na combinação de duas estratégias: elevação dos custos reais de transporte e a introdução de biografias sócio-ecológicas para os produtos. Tudo isto conduziria a uma política de fortalecimento ou renovação dos mercados regionais.

Em quinto lugar, a *superação da barreira da homogeneidade cultural* demonstrada pela ridícula inadequação da “nação exportadora” diante da multiplicidade sócio-mundial da segunda modernidade. Para ficarmos apenas

num exemplo bastante comum, as escolas da pequena cidade bávara de Straubing são freqüentadas por crianças provenientes de 24 diferentes países estrangeiros. Mas nas administrações, nos partidos e nas cabeças dos alemães reina ainda a ficção de que a Alemanha ainda pode optar por não ser uma sociedade multicultural, e portanto a política de *ius sanguinis* poderia prosseguir sem qualquer dano à nossa consciência moral.

“A cidadania não é um bombom que se coloca na boca de uma criança sempre que ela se comporta bem. A cidadania não é uma doce recompensa. Ela é o alimento mais importante da democracia. Não há razão para surpresa diante de quaisquer anomalias, já que na Alemanha os não-estrangeiros privam seus estrangeiros do pão da democracia. Os direitos civis na sociedade alemã não podem depender de raça, religião, crença ou origem. Todos que aqui vivem, trabalham, pagam impostos, pertencem — devem pertencer — a esta terra; do contrário, a democracia não funciona. E se suas famílias pertencem, a ela também pertencem com todos os direitos seus filhos, que aqui nasceram e aqui cresceram... Mas há ainda um grande caminho a ser percorrido por jovens e adultos (independentemente de suas nacionalidades), que deverão refletir a respeito de uma melhor integração dos jovens alemães. O problema sob a rubrica ‘exclusão social dos crescentes grupos periféricos’ só foi abordado de forma extremamente acadêmica até agora. O que se verifica na realidade é a indiferença e a agressividade nas escolas, é um clima de insegurança generalizada e administrações municipais sobrecarregadas. Um triste exemplo desta sobrecarga é resultado da negação dos pedidos de cidadania alemã para crianças estrangeiras, o que mais tarde vem a facilitar sua expulsão.

Quantas gerações de supostos estrangeiros ainda terão que nascer aqui até que sejam por fim vistos como cidadãos e tratados como alemães? Não se trata de um gesto de misericórdia, mas sim de um dos mais evidentes pressupostos da democracia.”¹⁴²

8. Culturas experimentais, mercados-nicho e auto-renovação social

A individualização possui vários significados, porém, nem sempre como se professa, em tom pessimista, ao traduzir a dissolução de valores, mas antes seu desligamento e sua independência de um processo de diferenciação, assim como a naturalização da autonomia pessoal e a impossibilidade de se renunciar a ela.¹⁴³ Não menos importante, a individualização significa também o surgimento de *fontes culturais para a criatividade e para a diversão arriscada*.¹⁴⁴ Essas fontes podem e vão se firmar no mercado, numa compreensão alterada e livre de falsas proteções burocráticas. Pode-se estudar este fenômeno num ambiente futuro, mas já atualmente observável: os “*estetas da vida*”, *aparentemente apenas egoístas*.

“*L'état, c'est moi*. Todo esteta da vida é um aristocrata”, afirmam Johannes Goebel e Christoph Clermont em seu livro *Die Tugend der Orientierungslosigkeit (A virtude da*

142. Prantl, *Probleme kann man nicht abschieben*, em *Süddeutsche Zeitung*, 20/5/1997, p. 27.

143. Ver Beck & Beck-Gernsheim (orgs.), *Riskante Freiheiten*, Frankfurt/M., 1993, assim como Beck (orgs.), *Kinder der Freiheit*, Frankfurt/M. 1997.

144. Ver Wilkinson, *Kinder der Freiheit*, em Beck (orgs.), *Kinder der Freiheit*, pp. 85-123, assim como o novo Shell-Studie *Jugend '97*.

perda da Orientação), onde descrevem a geração de 1989 a partir de uma perspectiva internalista. “Ele governa seu reino particular, que ele mesmo criou, com absoluta soberania. Sua existência não está orientada primeiramente para os objetivos mundanos e para a moral efetiva da burguesia, mas serve sobretudo ao aperfeiçoamento de sua esfera de domínio. Suas ações não obedecem ao princípio de prazer, mas o compromisso com o código de honra próprio. Seu objetivo é o aperfeiçoamento do ser, da digna apresentação do presente e da encenação de uma história gloriosa.

Assim, o trabalho não é para o esteta da vida um objetivo próprio, assim como a liberdade não é o oásis da auto-realização. Antes, o compromisso com as características particulares autodeterminadas de sua dignidade é imperativo. Os cavalheiros da neomodernidade dominam um território, que não se restringe a uma pessoa, mas os meios que servem à formação de seu domínio são potencialmente ilimitados. Sua Távola Redonda está interligada com todo o mundo. Seus palácios podem abranger continentes.

Na Alemanha serão deixados como herança, até o ano 2006, bens no valor de 2,6 trilhões de marcos. Para o esteta da vida, surge com isso, por toda parte, a possibilidade efetiva de renunciar à vida ativa e de se dedicar principalmente, ainda que na maior parte dos casos com uma modesta existência, à realização do seu imperativo, em vez de precisar transformar as imposições econômicas do trabalho assalariado no sentido de sua vida. Mas é evidente que o crescente apoio financeiro dos pais — que subvencionam a vida de seus filhos, mesmo em idade avançada, com uma paciência até então desconhecida — e propriamente o inseguro ‘McJob’, que não exige nenhuma identificação além do ganhar dinheiro, também tornam os estetas da vida independentes da economia.

O modo de ser aristocrata é pré-econômico. Enquanto a existência estiver assegurada — de qualquer que seja o modo — as considerações econômicas são irrelevantes. Isso naturalmente não quer dizer que os mecanismos econômicos seriam completamente alheios ao esteta da vida. Ele abandonou somente a esfera de uma existência ligada eternamente ao emprego. Para ele, a economia não tem mais nada a ver com ganhar dinheiro, mas é entendida como um modelo essencialmente amplo de processos de medidas e de contratos comerciais, que se torna necessário sempre que ele entra em contato com outros aristocratas. A economia é, para o esteta da vida, o comércio exterior do seu reino, que é regido, em outros aspectos, segundo os princípios irracionais da graça divina do esteta da vida.

Por maior que seja também sua soberania interna, o esteta da vida não pode e não quer conquistar nenhum poder sobre o universo de seus semelhantes. Falta, assim, no mundo do esteta da vida, a inevitável contraparte do senhor, a saber, o criado. O único modelo de convívio humano é o da diplomacia entre senhores soberanos.

Ao passo que as normas do cavalheirismo foram preservadas, a moral do aristocrata era utilitária. O anseio romântico do burguês pela totalidade lhe era completamente alheio. E assim como o nobre decadente era um horror para a burguesia moralista do século XVIII, a nova moral dos estetas da vida é hoje frequentemente confundida com a decadência dos valores e com o oportunismo egoísta.

Os estetas da vida são, portanto, pequenos déspotas, que construíram sua própria nação que lhes confere identidade. Uma nação que cuida de sua história (infância, biografia própria) e apresenta orgulhosamente seus símbolos, bandeiras, brasões e uniformes específicos (apartamento, estilo etc.). Enquanto suas fronteiras permanecem intactas,

ele convive pacificamente com seus vizinhos, sem, entretanto, se mostrar muito amistoso. Naturalmente, as alianças em torno de uma meta comum não estão excluídas. Somente quando há a ameaça de domínio ou conquista por um estranho (tutela, obrigações institucionais), é que as comunidades pacíficas se transformam em relações conjuradas de defesa. Instalam-se rondas diárias nas fronteiras, que alertam os senhores para situações ameaçadoras, que colocariam em perigo a ostentação absoluta de seu reinado. Incêndios de asilos, catástrofes ambientais, guerras e crises em todo o mundo: tudo isso é considerado por sua ameaça potencial à integridade do projeto do esteta da vida. No caso de uma queda, os pequenos gabinetes decidem-se por uma mobilização geral, recorrem às velas e realizam protestos silenciosos, boicotam ou fazem passeatas. Essas ações dos estetas da vida soberanos são, naturalmente, ações de curta duração. Se a ameaça desaparece, extingue-se também imediatamente o combate. Entretanto, pode-se confiar no mecanismo!¹⁴⁵

O ambiente dos estetas da vida individualizados (quantitativamente grande e, possivelmente, um estilo para a nova geração) é um contexto social, transformado num laboratório diário da civilização. Os artistas da vida própria não demonstram seu engenho apenas na defesa de suas características singulares. Eles ensaiam permanentemente a coordenação de formas de vida opostas e autônomas, e configuram e encenam a si mesmo e sua vida como produto estético. Porque aqui se vive, se pensa e se produz numa relação direta entre o próprio trabalho e o trabalho para outros, os mercados que daí surgem não são, na verdade,

145. Goebel & Clermont, *Die Tugend der Orientierungslosigkeit*, Ms., Berlim, 1997, pp. 22 e seg.

pequenos mercados de massa, mas sim mercados-nicho ou minimercados. Mas é um preconceito imaginar que esses mercados especiais devam permanecer sempre e necessariamente micromercados. O contrário é verdadeiro: na era das localidades globais, as culturas desses mercados especiais são biótipos engenhosos, que servem de influência para os criadores dos produtos para o mercado mundial (por exemplo, na televisão).

Simultaneamente, *a generalização dos mercados-nicho*, que estão regionalmente enraizados e prosperam (portanto, devem ser dispensados das prescrições e protegidos politicamente!), é uma das respostas centrais aos dois grandes problemas da primeira modernidade: o fim da produção em massa e o fim do emprego integral.

Aliás, o motivo da auto-ostentação age — dito de forma resumida — como motivo da auto-exploração. Já se está preparado para fazer muito por pouco dinheiro; mesmo porque a vantagem econômica é individualisticamente perdida e avaliada pelo seu contrário: o alto valor de identificação com a auto-realização substitui uma atividade e enobrece o ganho inferior.

A cultura e a produção de nicho poderiam desenvolver um modelo contrário à mania dominante de racionalização do grande capitalismo. Surgem aqui atividades intensivas de trabalho (produtos, prestações de serviços), com alto, porém limitado valor futuro — com baixa produtividade e baixos salários, mas que é compensado através de uma multiplicidade de atividades simultâneas. A produção de nicho possibilita três elementos diferentes:

— primeiro, um laboratório cultural do futuro e um engenhoso modo de produção;

— segundo, baixos custos de produção, com iniciativa própria, sem leis burocráticas de proteção futura;

— terceiro, o fortalecimento e previsão das especialidades regionais e da auto-organização de sociedades civis transnacionais.

De modo contrário, toda a tentativa de defesa da velha ordem mundial e dos valores — a geração de artistas que ironicamente estava à procura do eu, os netos do milagre econômico — tende a se estabilizar e a forçar essas pessoas a adotarem uma existência presa a máquinas hierárquicas e burocráticas, e, conseqüentemente, a extinguir o reino cultural da criatividade em âmbito mundial, que as “amenidades juvenis” representam e produzem. Precisamente o ambiente da auto-renovação social, tão urgentemente utilizado, se tornaria desgastado e delimitado.

9. Empresários públicos e trabalhadores autônomos

No lugar da figura social do trabalhador e do operário como adversários do capitalista e do empregador, coloca-se, de um lado, a figura central do *trabalhador autônomo*, e de outro, a do *empresário público*. O trabalhador autônomo sabe que ele não pode ou não deve continuar trabalhando por muito tempo num emprego que outras pessoas, no cumprimento de seu desditoso dever, ofereceram-lhe. E se eles não o fazem, a falha é deles e não sua. Ele sabe que deve agir de forma a criar e justificar “seu” trabalho sempre no sentido de um valor de uso social ampliado (onde todos os três fatores — social, utilidade e valor — estão incluídos). Isso pressupõe não apenas uma forte identificação com as necessidades alheias, mas também com o trabalho. O trabalho autônomo significa sempre, nesse sentido, trabalho em si mesmo e para outros.

Entretanto, existe também um outro significado do *empresário de si mesmo*, que “gerencia” sua própria capacidade de trabalho. Andreas Zielcke o descreve da seguinte maneira:

“A enorme metamorfose de operários em empresários já está em pleno andamento. E isto mostra que a nova competência administrativa do mercado, por pior que possam ser as conseqüências, não está ligada a nenhum retorno capitalismo primitivo. O capitalismo atual emprega um método de valorização mais astuto, mais complexo e mais cínico do que seus fundadores puderam imaginar.

O capitalismo inicial se firmou como exploração do trabalho; o de hoje se apóia na exploração da responsabilidade. Antigamente, os trabalhadores tinham que construir juntos o objetivo do trabalho; hoje, eles têm que construir o resultado do negócio. Antes, eles tinham apenas que trabalhar juntos, agora eles participam nos planos e nos riscos. Antes, eles estavam subordinados ao processo de produção como uma peça da engrenagem; agora, o processo de produção é subordinado ao seu engajamento. A sempre precária exploração alheia, que gera resistência, é substituída pela auto-exploração sem limites. Por toda parte, os grandes empresários dividiram as instâncias internas, para desmontar o poder de decisão e redistribuir os líderes existentes. Não se trata apenas de construir unidades descentralizadas de lucro; mesmo os grupos isolados de trabalho não têm mais que explicar seu plano de trabalho, mas sim seu desempenho econômico.

Se são introduzidas fases separadas de trabalho, através de “*outsourcing*”, ou se, ao contrário, são credenciados fornecedores externos até para a própria cadeia produtiva, ambos os casos obedecem ao primado do mesmo princípio nivelador da responsabilidade. O mesmo se pode dizer das

franquias: uma empresa mundial como o McDonald's é composta de apenas um pequeno núcleo sólido. Os postos de venda de sua rede que se estende por todo o mundo tornam-se propriedade de inúmeros proprietários individuais, aos quais a central só fornece a licença da marca, o *know-how* e os ingredientes particulares, em troca da participação nas vendas. O empresário passa de fornecedor do trabalho a fornecedor da licença, e o empregado passa de receptor do trabalho a receptor da licença. Com essa combinação entre unidade e atomização, segundo a nova filosofia empresarial, ambos os lados obtêm um ganho maior — o grande e o pequeno empresário.

Todos esses processos sincrônicos de desintegração e de privatização internas permitem a acumulação de experiências transformadoras da própria responsabilidade relativa à rentabilidade, na zona indefinida entre dependência e independência. Cada vez mais, as grandes empresas produzem não só uma grande quantidade de mercadorias, mas também uma massa de empresários virtuais.¹⁴⁶

10. Pacto social contra a exclusão?

Mas não seria este o panorama bem retocado de uma sociedade no nicho de bem-estar raramente afetada por intempéries — como, por exemplo, o fato de haver no verão de 1997, na Alemanha, quase 5 milhões de desempregados *registrados*? O discurso da “cultura de nichos” criativa e da “sociedade burguesa” transnacional, que até há pouco tempo atrás ainda possuía validade, não seria inadequado

146. Zielcke, “Der neue Doppelgänger”, em *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 20.7.1996, nº 167.

diante das condições atuais de crescente miséria e de abandono das cidades? Não pressupõem elas uma segurança básica — de não ser roubado ou atacado na próxima esquina? Não está aqui o fundamento dos irracionalismos mais ocultos, a saber, a suscetibilidade à violência, não apenas na periferia da sociedade, mas também a partir de seu centro?

Em primeiro lugar, surge a diminuição da renda. Nos últimos 15 anos, as rendas do trabalho aumentaram, em termos reais, cerca de 2% (praticamente nada), enquanto as rendas do capital dispararam, no mesmo espaço de tempo, cerca de 59%.¹⁴⁷ Isso marca somente o início de uma fase em que a produtividade do capital cresce sem trabalho. Na era global, há cada vez mais trabalho e mais barato, ao passo que o capital se torna cada vez mais escasso e mais caro. Conseqüentemente, as rendas decrescentes do trabalho e as rendas crescentes do capital conduzem a uma agravante divisão do mundo, em termos de um mundo dos pobres e um mundo dos ricos.

Em segundo, encontram-se cada vez mais grupos afetados, pelo menos temporariamente, pelo desemprego e pela pobreza. Nos países industrializados do Ocidente surge um novo “lumpen-proletariado” (Marx), um grupo cada vez maior de *excluídos*. A exclusão corresponde ao conceito sociológico relativo a este caso de pobreza, que se encontra no interior da sociedade moderna: *sem residência não há trabalho; sem trabalho não há residência; sem residência e sem trabalho não há democracia*.

Nas duas últimas décadas, a produção mundial aumentou de 4 para 23 trilhões de dólares e o número de pobres aumentou em 20%. A participação na renda mundial dos

147. Conferir em *Kommission für Zukunftsfragen 1996/1997*, assim como Eckardt, *Arm in Deutschland*, Munique, 1996

20% mais pobres caiu de 4 para 1%, entre 1960 e 1990. Por outro lado, 358 multimilionários possuem hoje mais do que ganha a metade de toda a humanidade.¹⁴⁸ E ainda que isso encontre pouco interesse, morrem todos os dias em todo o mundo mais de 35 mil crianças, não por causa de catástrofes naturais como tufões ou inundações, mas sim devido a doenças da civilização, que são relativamente fáceis de evitar ou de curar (pneumonia, diarreia, malária, tétano, varíola, coqueluche). Em dois dias morrem, portanto, mais crianças do que o número de americanos mortos na guerra do Vietnã (58 mil).¹⁴⁹

Na Alemanha, entretanto, vivem mais de 7 milhões de pessoas na sombra do bem-estar; mesmo o centro aparentemente seguro da sociedade está ameaçado de decadência. Tanto nos Estados Unidos como nos Estados europeus vizinhos — em vista desta luta entre ricos e pobres, que dificilmente pode ser exagerada no seu drama político e social, e que acontece dentro dos países e entre eles, no nível mais elevado da economia — começa-se a se perguntar: *quanta pobreza a democracia pode suportar?*

Em terceiro, a miséria e o desemprego correspondem cada vez menos aos estereótipos de classe e são, por isso, mais difíceis de identificar e de organizar como força política. Não só o desemprego, mas também a separação, a doença repentina, a hipoteca de uma residência ainda acessível ou a rescisão de uma linha de crédito levam à pobreza e ao desabrigo.

148. Todos os dados foram extraídos do boletim da OCDE no verão de 1996, segundo o jornal *The Independent*, 4 de abril de 1996.

149. Bradshaw & Wallace, *Global Inequalities*, Londres, 1996, pp. 16 e seg.

Em quarto, nas formas de existências individualizadas, as pessoas têm que encarar como destino pessoal o que antes era visto como destino da classe e atribuir sua falha a si mesmas. “Já não se é mais homem. A perda da imagem é indescritível”, diz um desempregado da ex-Alemanha oriental para expressar sua miséria. Nos novos estados alemães, esse fantasma do desemprego assombra direta ou indiretamente a maioria dos homens. A equivalência entre perda do emprego e *perda da imagem* tem nesses estados um sentido ainda mais profundo porque a República Democrática Alemã (DDR) era uma “sociedade do trabalho”, onde as pessoas eram socializadas no ambiente de trabalho, mesmo depois de se aposentarem.

É importante distinguir entre a situação de insegurança biográfica e aquelas situações que parecem, aos indivíduos, incontroláveis e incalculáveis. A primeira denomino de biografia de riscos e a segunda de biografia de perigos.

É um árduo empreendimento diferenciar essas graduações dessa insegurança existencial socialmente fabricada. As zonas de indefinição são extensas e confusas, uma vez que a própria fronteira nada mais é que a percepção da fronteira, do ponto de vista dos indivíduos. Em relação a isso, existem, de fato, indicadores objetivos, recursos e critérios de normalidade existentes; mas tudo isso não pode ocultar o fato de que a fronteira entre a biografia de riscos ainda calculáveis e a biografia de perigos não mais calculáveis dá livre acesso à subjetividade para opinar, supor, ter expectativas e esperanças e ter maus presságios.

No entanto, precisa-se reconhecer que há um grande significado para a sociedade (e para a análise da sociedade) o fato de um número crescente de homens — por qualquer que seja o motivo — se ver atropelado por relações que eles não podem compreender, dominar ou ignorar. A pressão

para a atividade própria e para a auto-organização pode transformar-se em desespero e, possivelmente, numa fúria brutal e silenciosa. As biografias de perigos percebidos preparam o terreno para a violência, para o neonacionalismo e para revoluções.

Mas o que fazer, se não se contenta em apenas lamentar exaustivamente (sem sofrer?), até o esgotamento?

Neste livro, temos já indicados diversas estratégias e pontos de partida. O problema e sua gênese também têm sido freqüentemente apresentados. Poder-se-ia chamar esse problema de o *impasse da política social na época da globalização*: o desenvolvimento econômico *se retira* da política do Estado nacional, enquanto que suas consequências sociais se junta à rede de proteção do estado nacional. O prognóstico de tempos piores é óbvio: crescem os indicadores de conflitos sociais e de impulso a decisões políticas impopulares, que devem, porém, ser combatidas.

Ninguém tem resposta clara para *a questão fundamental da segunda modernidade: como a justiça social é possível na era global?* Da mesma forma, é difícil responder à pergunta se existe algo como sistemas de seguro sociais e transnacionais, que será bastante discutida nos próximos anos.¹⁵⁰ Não é preciso argumentar contra o Estado mundial e nem contra o Estado de assistência mundial porque ele, atualmente, não ameaça. Em termos práticos, a questão está ligada a:

- primeiro, organizar e incorporar garantias básicas;
- segundo, fortalecer redes sociais de autoproteção e auto-organização;

150. Ver a esse respeito as contribuições em Leibfried & Pierson (orgs.), *Standort Europa. Europäische Sozialpolitik*, Frankfurt/M., 1997.

— terceiro, levantar e vigiar a questão da justiça econômica e social em escala mundial, nos centros da sociedade civil global.

Em geral, a ajuda maior ou menor é vista como parte de uma multiplicidade de miséria, onde há concorrência entre o desabrigo, a doença de Alzheimer, os danos ambientais etc. Veit Post, o porta-voz da ajuda alemã de combate à fome mundial, opõe-se a esse ponto de vista, em seu artigo "*Abschied vom Jammertal*" [Despedida do vale de lágrimas]. "Tudo isto é lamentável e desnecessário, pois o trabalho da maioria das organizações de ajuda é melhor que a reputação da política de desenvolvimento. A ajuda de desenvolvimento — seja estatal ou privada — tem muitos sucessos para mostrar, inclusive aqueles que se pode cobrir com números (...) Torna-se uma posição muito defensiva afirmar que os sucessos alcançados baseiam-se em importantes pressupostos: competência, profissionalismo e uma enorme motivação por parte dos colaboradores das organizações de ajuda.

De cada dez alemães, nove acham necessária a ajuda de desenvolvimento; centenas de milhares de cidadãos gastam todo ano algumas centenas de milhões de marcos, que são destinados a esse objetivo; entre os estudantes, aumenta o interesse pelas condições de vida das pessoas no terceiro mundo. Existem melhores pressupostos para se entusiasmar com a política de desenvolvimento?

Se as organizações de ajuda querem tirar o tema do vale de lágrimas, então elas precisam aprender a discutir em vez de ensinar; a oferecer melhores soluções em vez de apenas apontar problemas; a conquistar o coração das pessoas em vez de ganhar apenas seu entendimento. Elas precisam mais apontar possibilidades de ação do que publicar novos estudos; precisam tornar-se mais preparadas para os confli-

tos, em vez de cobiçar o dinheiro do Estado; enfim, precisavam se conceber mais como servidores e menos como difusores da moral.

Com base numa entrevista particular com amigos africanos, conclui-se que o conceito de “vale de lágrimas” não pode ser traduzido em sua língua de modo apropriado.¹⁵¹

VII. A EUROPA COMO RESPOSTA À GLOBALIZAÇÃO

Muitas pessoas se sentem atormentadas com a notável pergunta essencialista: o que é a Europa? Não muito raramente, a resposta que se dá é a seguinte: a Europa *foi*. “Não se pode voltar à Europa pela simples razão de que a Europa só existe no museu da retórica.”¹⁵²

É claro que a Europa não é um espaço geográfico, mas sim um *espaço imaginário*. Milan Kundera, por exemplo, apresenta a seguinte resposta à pergunta do que constitui a identidade da Europa: *a sabedoria do romance*. “Me agrada a idéia de que a arte do romance nasceu como eco do riso de Deus... Um maravilhoso ditado judeu diz que o homem pensa e Deus ri. Inspirado nesta sentença, eu imagino com prazer como é que François Rabelais, um dia, ouviu o riso de Deus e assim nasceu a idéia do primeiro grande romance europeu.”¹⁵³ Para Kundera, a Europa significa descobrir, ver e viver o mundo como ambigüidade. A sabedoria do romance significa a sabedoria da incerteza, a sabedoria da ironia.

Pode-se pensar infinitamente em outras definições. Por exemplo, a *burguesia mundial européia*, que Montaigne,

152. Siefert, “*Epochenwechsel — Die Deutschen an der Schwelle zum 21. Jahrhundert*”. Berlim, 1994, p. 78

153. Kundera, *Die Kunst des Romans*, Munique, 1987, p. 166.

151. Post, “Abschied vom Jammertal”, em *Die Zeit*, 28/3/1997.

Goethe e Kant (para citar apenas três) descreveram e viveram, e que após a catástrofe — que também para os judeus europeus significa a Alemanha nacional-socialista — se faz presente por toda parte, incluindo Israel. Todas essas definições são, existencial e politicamente, irrenunciáveis e indicadoras de futuro para uma identidade européia, na era da globalização.

Mas a questão permanece: a Europa política não é, porém, uma ilusão? Quem se dispõe a estudar os imensos volumes de polêmicas sobre a Europa do Não-Ser e do Finalmente-Vir-a-Ser, é tomado pelo tédio. São as melhores leituras para dormir e um excelente substituto para soníferos (sem efeito colateral!).

O mais irritante é que uma Europa política não só não existe, mas que sua não existência não é vivenciada uma única vez como uma carência real. Mesmo alguns intelectuais engajados, que escrevem para enfeitar, com sua rubrica, manifestos a favor do bem e contra o mal, vêm-se incapazes de se pronunciar sobre os muros públicos existentes entre os Estados particulares a caminho das *questões européias*.

Não há, por exemplo, nenhum jornal genuinamente europeu e nenhum canal de televisão europeu, que mereça esse nome, no sentido de interessar tanto a seu público, que chegue a reduzir a audiência dos canais nacionais de televisão. Também a Europa-Mercado parece ter adotado o espírito mercantil, provincial em vez da europeidade. Nesses tempos de instabilidade, as pessoas agarram-se aos fragmentos do velho e do conhecido, a fim de não serem arrastadas pelas rápidas tempestades torrenciais do tudo-se-transforma.

Mas talvez as lamúrias sobre o fracasso político da Europa surjam de uma falsa utopia sobre o que deveria ser uma Europa “política”.

Quem se queixa do fato de um espaço político europeu ainda não ter surgido, quer dizer, finalmente, que não há

Estados Unidos da Europa como há Estados Unidos da América. Não há parlamento europeu, nenhum espaço público europeu digno desse nome e, portanto, nenhuma Europa com uma política voltada para o Estado Nacional. E essa ausência pode ser preenchida apenas provisoriamente com esperanças vívidas.

Entretanto, é possível projetar a Europa política segundo um esquema conceitual de um espaço público racional — para um momento histórico no qual o quadro de referência do Nacional se desgasta e aparecem identidades locais-globais? O ser-europeu torna possível ou impossível se identificar com os excluídos nas favelas brasileiras? Posso me sentir ligado, como europeu, ao Greenpeace (também no sentido da separação alternativa do lixo em todo o mundo)? A “Europa” reprime minha autoconsciência feminista? Ou a identidade européia reforça a identidade feminista e ecológica? Contra o quê ou a favor de quê se está propriamente, quando se está a favor ou contra a Europa?

Todas essas questões deixam claro que ninguém espera pela Europa? A Europa aparece. Mas é preciso prestar atenção. A Europa não é nada mais do que um rótulo, um adesivo ou um decreto burocrático.

Por que a Europa? Por que não Helga, a vovó ou os mendigos que se encontram por todo o globo? Essa pergunta deve ser respondida pelos *europeus* no futuro. Do que se trata quando se fala em Europa? De subsídios para os derivados do leite etc.? De uma Europa *exclusiva* e, portanto, da construção da fortaleza Europa? Ou trata-se de uma Europa *inclusiva*, que se concebe como uma domadora política da globalização econômica e que configura essa globalização de forma politicamente ativa? A idéia central é que *sem a Europa, não há resposta à globalização*. O que a Europa é ou deve ser não precisa ser produzido a partir do passado,

mas deve ser politicamente projetado como resposta política às questões futuras, em todas as áreas temáticas: mercado de trabalho, ecologia, Estado social, migração internacional, liberdade política, direitos fundamentais. Somente na Europa de um espaço transnacional é que a política de um Estado único pode-se transformar de objeto ameaçador em sujeito da globalização configurada.

Mas aí coloca-se a pergunta: que respostas pode fornecer uma Europa política — e apenas uma Europa política — às exigências da era global?

“Eu compartilho da suspeita”, diz Joschka Fischer, “de que a Europa está se construindo ao redor de um banco. A pergunta é a seguinte: que conseqüências pode-se tirar disso? Eu também preferiria, como primeiro passo, um processo de integração política em vez de Maastricht. Mas devemos interromper essa primeira transferência real de soberania para o nível europeu? Isso eu considerava um equívoco.” Porque primeiro, continua Fischer, o debate em torno da introdução do euro está sendo “conduzido de forma semelhante em todas as sociedades nacionais. E isso é uma vantagem. Talvez se consiga pela primeira vez realizar um debate europeu a partir da política interna das culturas nacionais correspondentes. Em segundo lugar, o mercado de trabalho europeu, sendo um mercado não regulado, gera cada vez mais problemas. Operários da construção civil portugueses são empregados na Alemanha, enquanto africanos são empregados em Portugal e alemães ficam desempregados. Isso leva pela primeira vez ao debate, se deve-se retroceder e retornar à época das fronteiras bem vigiadas ou dar um passo adiante e vislumbrar uma regulamentação do mercado de trabalho europeu. Em terceiro lugar, Chirac teve de constatar, durante o conflito de Murooa em 1995, que a integração interna europeia está

mais adiantada do que em 1965, na época de De Gaulle. Assim, os testes atômicos não foram mais aceitos. Eu quero deixar claro, ao lado desses três pontos, que já se iniciou um debate em torno da construção de uma moeda europeia. Ela pode ser então utilizada, não para se restringir ao âmbito bancário, mas sim para trazer uma discussão sobre a constituição europeia. Nós precisamos de uma definição europeia dos direitos fundamentais.”¹⁵¹

Fora da globalização, não há saída, a não ser, talvez, em termos transnacionais. A construção de um Estado transnacional, pelos grandes países da União Europeia, poderia trazer de volta para os Estados-membro a primazia da política e a capacidade de ação, democraticamente controlável, da política econômica e social. Na verdade, uma União Europeia forte e democrática poderia empregar toda sua força, como maior poder comercial do mundo, na promoção de reformas reais — tanto internas quanto externas. Seria necessário reformar mais uma vez a organização econômica mundial. Critérios sociais e ecológicos mínimos teriam que ser introduzidos. Não a partir de um ponto de vista protecionista, mas sim para superar a dupla moral europeia, de que não vale para pessoas de outros países o que a Europa define e defende como dignidade humana. À política de desregulamentação das organizações transnacionais seria necessário contrapor a exigência de uma nova regulamentação e a reintrodução de padrões sociais e ecológicos. Nós precisamos de um sistema fiscal unitário na União Europeia, em vez de outros esconderijos. Vale a pena chegar a um comércio mundial equilibrado, onde não mais aconteça que cada vez menos pessoas ganhem cada vez mais e todos os outros paguem a conta. Nós temos que abrir final-

154. Fischer. Contribuição à discussão “Heraus aus dem nationalen Biotop”. em *taz*. 13/6/1997.

mente o debate sobre uma reforma fiscal ecológica, para toda a Europa, que vença os argumentos dos adversários nacionais. Nós temos que ajudar outros países, no sentido de eles produzirem para seu *próprio* mercado e de sua *própria* população participar desse processo. Globalização significa, como mencionado, uma nova regionalização sub e supranacional.

Política de carta para o Papai Noel. Antigamente, era chamada de “utópica”. “Uma sociedade do tempo livre, um sistema social que reorganiza cuidadosamente a própria atividade dos cidadãos, um Estado ativo, que incentiva e comanda a inovação industrial através de interesses específicos (quais são os sistemas técnicos que queremos no futuro? de quais o mundo precisa?), uma Europa que não se feche, mas que organize em suas fronteiras o intercâmbio com regiões vizinhas e com o mercado mundial, uma domesticação das multinacionais em escala mundial — mais algum desejo?”, pergunta M. Greffrath. Mas ele mesmo dá a resposta: “tudo bem; uma sociedade do tempo livre e uma Europa que percebe sua ‘segunda chance’ (J. Habermas) e que põe ordem naquilo que, nos últimos quatrocentos anos, tem enriquecido e motivado o mundo — isso pressupõe, naturalmente, pouco menos que uma revolução cultural, um grande acontecimento, do mesmo porte do Renascimento. É ridículo um tal apelo. De algum modo, porém, existe algo que aponta o contrário: quando o maior especulador do mundo considera o capitalismo financeiro liberal mais perigoso do que o comunismo do seu tempo, quando o fabricante de artigos de luxo, Joop, diz que todas as suas quinquilharias não valem nada, quando ele declara publicamente que ele despreza as pessoas que se embelezam com seus produtos, é porque há uma mudança de valores no ar, ainda que essas formas suaves de dissidência não tenham ainda um formato de ruptura. Com isso, há também a possibilidade de uma

mudança na elite. Há pequenos indícios: quando os trabalhadores da Volkswagen em Wolfsburg sentem-se satisfeitos com menos dinheiro e suas mulheres dizem-se também muito satisfeitas; quando o proprietário da grande fábrica de máquinas de ferramenta (assim como muitos de seus colegas) sonha com uma redução geral da jornada de trabalho — ‘todos deveriam fazê-la’; quando Jürgen Schrempp pragueja, na frente de banqueiros alemães, contra a perda do projeto europeu e exige a construção das pistas de alta velocidade para Moscou — para obter postos de trabalho, lucro e espírito europeu; quando empresários da região da Suábia sonham com uma grande iniciativa, através da qual se oferece às grandes metrópoles do Sudeste asiático soluções ecológicamente sustentáveis para os problemas do trânsito; quando Paul Kennedy espera incondicionalmente que a ‘Europa’ limpe o mar Mediterrâneo; quando o mundo se transforma, quando os grandes sistemas se dissolvem ou estagnam, as pessoas procuram novos caminhos. Primeiro, de caráter individual, tortos, semilegais. E durante um certo tempo, depende menos do que os administradores do velho fazem e mais de quantos são os que se reorientam individualmente. Porque parece não existir nenhuma grande ponte entre as reivindicações presentes nos livros de análise e o cotidiano dos estudantes, especuladores e aprendizes. Só será possível uma nova política, quando um governo se atrever a declarar publicamente que o mercado não manda mais. Somente então haverá um novo *New Deal*: entre as gerações, entre os desempregados e os que têm emprego, entre os seus, entre Estado e sociedade.¹⁵⁵

155. Greffrath, *Die Frage nach dem New Deal*, Ms., Berlim 1997.

VIII. PERSPECTIVA: NAUFRÁGIO À LA CARTE — A BRASILIANIZAÇÃO DA EUROPA

Se esse *New Deal* não acontecer, se o fatalismo dos pós-modernos e do globalismo neoliberal se converter em profecia auto-realizadora, será realmente fatal. Nesse caso, certamente tornar-se-ão realidade as visões catastróficas que já tomam conta, quase que exclusivamente, da fantasia pública. Como conclusão convencional, anunciemos uma dessas visões: a *brasilianização da Europa*.

Os neoliberais venceram, inclusive a si mesmos. O Estado nacional foi reformado. O Estado social está em ruínas. Entretanto, não impera a desordem. No lugar das construções de poder e de direito dos atores do Estado nacional, apareceram várias unidades de poder conflitantes, que se defendem e se enfrentam. Entre elas existem territórios que, jurídica e normativamente, não pertencem a ninguém.

Nas perigosas cidades do interior, empregados engratados vivem e trabalham em arranha-céus vigiados por câmeras de vídeo e governados e abastecidos por grandes empresas transnacionais.

Ao lado disso, há parques e regiões de proteção ambiental, que são mantidas e defendidas por militantes ecológicos (os chamados "vírus terroristas") com violência armada.

Em certas regiões, pode-se consumir e adquirir livremente entorpecentes. Em outras, existe pena de morte para

os fumantes. Grupos de aposentados armados patrulham as fronteiras bem vigiadas de suas velhas colônias.

Existem vias de alta velocidade para superlimusines, que devem, porém, entrar num acordo entre si, quando estiverem num cruzamento, para que possam satisfazer seu desejo de ultrapassar a velocidade da luz.

Isso porque essas vias também fazem fronteira com as ciclovias, nas quais é proibido circular sem bicicleta, sob o risco de multas pesadas — com todos os protestos que daí surgem na vida cotidiana. Trata-se aqui da pergunta que cada um, a seu modo, tem que responder: como eu posso descer de minha bicicleta, sem infringir — pelo menos momentaneamente — essa lei do pedestre? A esse respeito, as escadas e os vãos das escadas foram adaptados para a utilização de bicicletas. Ao lado da cama e ao lado da mesa do escritório foram montados dispositivos que permitem aos ciclistas tanto guardar seu veículo quanto desempenhar outras funções na vida, onde a bicicleta não é necessária — como, por exemplo, dormir e trabalhar. Tudo isso de maneira imperfeita, mas assim é a vida.

Os meios de transporte público são descartados. Eles fazem lembrar os dinossauros do Estado nacional, que podem ser visitados somente em museus bem vigiados.

Quem ainda se atreve a andar nos metrô que ainda circulam, está se expondo por conta própria a assaltos, de forma que o fato de ser assaltado corresponde a uma auto-acusação. A regra diz que os assaltados são os próprios culpados pelo assalto.

Entre esses territórios de domínio — confusamente delimitados por grandes empresas, associações, cartéis de drogas, exércitos de salvação, militantes naturalistas, sociedades de ciclistas — e as circunstâncias em que se permite livremente roubar (talvez porque o terapeuta considerou essa

experiência pessoal imprescindível para o processo de formação da personalidade), há apenas a lembrança distante daquele Estado nacional orgulhoso, pelo qual as pessoas várias vezes entraram em conflito ou, então, balearam-se e foram pelos ares. Os Estados representam interesses particulares de interessados particulares.

Se se considera qualquer grande empresa transnacional — por exemplo o “Deutsche Bank”, que agora se chama “Banco Mundial” — observa-se que a relação de poder se inverteu. Se se quiser reconhecer um pequeno Estado, é preciso utilizar uma lupa, ao passo que em relação às grandes empresas, deve-se usar um binóculo invertido.

Do mesmo modo apareceu, no lugar das Nações Unidas, uma nova entidade, que se chama Coca-Cola Unida, ou algo parecido.

O Estado residual também arrecada impostos — ou dever-se-ia dizer direito a impostos? Mas a arrecadação de impostos transformou-se, há muito tempo, em pagamentos voluntários, doações, por assim dizer. Aliás, esses impostos devem ser disputados com muitas outras tarifas de proteção e tributos concorrentes, que aquelas unidades pessoais de poder impõem com ajuda de suas armas. Pois o monopólio estatal da violência foi extinguido. O que resta é o ensaio de uma política exterior. Mas poucas vezes o título honorífico “ensaio”, que normalmente só aparece no meio literário, foi tão adequado como neste caso.

Sugestões de leitura:

Obras coletivas:

Ulrich Beck (org.), *Politik der Globalisierung*, Edition Zweite Moderne, Frankfurt, Suhrkamp, 1997.

- Ulrich Beck (org.), *Perspektiven der Weltgesellschaft*, Edition Zweite Moderne, Frankfurt, Suhrkamp, 1997.
- John Eade (org.), *Living in the Global City*, Londres, Routledge, 1996.
- Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres: Sage, 1990.
- Mike Featherstone, Scott Lash & Roland Robertson (orgs.), *Global Modernities*, London: Sage, 1995
- Stuart Hall, David Held & Tony McGrew (orgs.), *Modernity and Its Futures*, Cambridge: Polity Press, 1992.
- David Held (org.), *Cosmopolitan Democracy*, Cambridge: Polity Press, 1995.
- Kommission für Zukunftsfragen, *Die Entwicklung des Arbeitsmarktes, Bericht I*, Bonn, 1996.
- Werner Weidenfeld (org.), *Demokratie am Wendepunkt*, Berlin, Siedler 1996.
- Monografias:*
- Martin Albrow, *Abschied von der Heimat. Gesellschaft in der globalen Ära*, Edition Zweite Moderne, Frankfurt, Suhrkamp, 1998.
- Barrie Axford, *The Global System: Economics, Politics and Culture*, Cambridge, Polity Press, 1995.
- Ulrich Beck, *Das Zeitalter des eigenen Lebens: Die Globalisierung der Biographien*, Edition Zweite Moderne, Frankfurt, Suhrkamp, 1998.
- Völker Borschier, *Westliche Gesellschaft im Wandel*, Frankfurt, Nova York, 1998.
- Frank Deppe, *Fin de Siècle - Am Übergang ins 21. Jahrhundert*, Köln, 1997.
- Yehezkel Dror, *Ist die Erde noch regierbar?* Munique, Bertelsmann, 1994.

- Mike Featherstone, *Undoing Culture*, Londres, Sage, 1996.
- Anthony Giddens, *Die Konsequenzen der Moderne*, Frankfurt, Suhrkamp, 1995.
- Anthony Giddens, *Jenseits von Links und Rechts*, Frankfurt, Suhrkamp, 1997.
- Jürgen Habermas, *Die Einbeziehung des Anderen*, Frankfurt, Suhrkamp, 1996.
- Ulf Hannerz, *Transnational Connections*, Londres, Routledge, 1996.
- Ronald Ingleheart, *Modernization and Postmodernization*, Princeton, Princeton University Press, 1997.
- Wolfgang Kessler, *Wirtschaften im dritten Jahrtausend*, Oberursel, Publik-Forum-Verlagsgesellschaft, 1996.
- Scott Lash/John Urry, *Globale Kulturindustrien*, Frankfurt, Suhrkamp, 1998.
- Edward Luttwak, *Weltwirtschaftskrieg — Export als Waffe — Aus Partnern werden Gegner*, Reinbek b. Hamburg, Rowohlt, 1994.
- Hans-Peter Martin & Harald Schumann, *Die Globalisierungsfalle*, Reinbek b. Hamburg, Rowohlt, 1996.
- Joachim Matthes (org.), *Zwischen den Kulturen?* (Caderno especial nº 8 de *Sozialen Welt*), Baden-Baden, 1992.
- J. Micketwait & A. Wooldridge, *The Witch Doctors*, Nova York : Times Book, 1996.
- Kenichi Ohmae, *Die neue Logik der Weltwirtschaft — Zukunftsstrategien internationaler Konzerne*, Hamburgo, Hoffmann & Campe, 1992.
- Robert B. Reich, *Die neue Weltwirtschaft. Das Ende der nationalen Ökonomie*. Berlin, Ulstein, 1993.
- Roland Robertson, *Globalization: Social Theory and Global Culture*. Londres, Sage, 1992.

ULRICH BECK

James Rosenau, *Turbulence in World Politics*, Brighton, Harvester, 1990.

Rolf Peter Sieferle, *Epochenwechsel — Die Deutschen an der Schwelle zum 21. Jahrhundert*, Berlin, Propyläen, 1994.

Immanuel Wallerstein, *One World, Many Worlds*, Nova York, Lynne Rienner, 1988.